



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

FLAVIO ANTONIO D'UGO BRAGAIA

ARQUITETURA, PROJETO E POLÍTICA: 1960 — 1964

CAMPINAS

2024

FLAVIO ANTONIO D'UGO BRAGAIA

ARQUITETURA, PROJETO E POLÍTICA: 1960 — 1964

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, para obtenção do título de Doutor em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, na área de Arquitetura, Tecnologia e Cidade.

Orientador: Prof. Dr. RAFAEL AUGUSTO URANO DE CARVALHO FRAJNDLICH

Este exemplar corresponde à versão final da Tese defendida pelo aluno Flavio Antonio D'Ugo Bragaia, orientado pelo Prof. Dr. Rafael Augusto Urano de Carvalho Frajndlich.

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Rose Meire da Silva - CRB 8/5974

B73a Bragaia, Flavio Antonio D'Ugo, 1987-
Arquitetura, projeto e política: 1960 – 1964 / Flavio Antonio D'Ugo Bragaia.
– Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Rafael Augusto Urano de Carvalho Frajndlich.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

1. Arquitetura - Séc. XX. 2. Arquitetura - História. 3. Projeto arquitetônico. 4.
Arquitetura e Estado. 5. Política. I. Frajndlich, Rafael Augusto Urano de
Carvalho, 1982-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Architecture, design and politics: 1960 – 1964

Palavras-chave em inglês:

Architecture - 20th century

Architecture - History

Architectural project

Architecture and State

Politics

Área de concentração: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Titulação: Doutor em Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Banca examinadora:

Rafael Augusto Urano de Carvalho Frajndlich [Orientador]

Ana Maria Reis de Goes Monteiro

Jose Tavares Correia de Lira

Josianne Francia Cerasoli

Maria Fernanda Derntl

Data de defesa: 26-08-2024

Programa de Pós-Graduação: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-6302-016X>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9613193421224955>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

ARQUITETURA, PROJETO E POLÍTICA: 1960 — 1964

FLAVIO ANTONIO D'UGO BRAGAIA

Tese de Doutorado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Prof. Dr. Rafael Augusto Urano de Carvalho Frajndlich

Presidente e Orientador

Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas

Profa. Dra. Ana Maria Reis de Góes Monteiro

Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. José Tavares Correia de Lira

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Josianne França Cerasoli

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

Profa. Dra. Maria Fernanda Derntl

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de
Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

Campinas, 26 de agosto de 2024.

Para Paulo, meu companheiro

Agradecimentos

Meus sinceros e humildes agradecimentos a Paulo Sérgio de Souza Júnior, meu companheiro, que me apoia sempre inclusive revisando este texto, a Rafael Urano Frajndlich, meu orientador e amigo, a Gabriela Celani, professora e excelente supervisora no âmbito do Programa de Estágio Docente, às professoras e professores membros da banca avaliadora, às professoras e professores das disciplinas cursadas ao longo do percurso de elaboração desta Tese, ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade e todos os que trabalham para seu excelente funcionamento, aos colegas de Ghiparq, em especial a Lou Barzaghi, à minha família e aos meus amigos, em especial a Fernanda Aguiar, Bartira Ataliba, Daniela Carasco, Maria Fernanda Miserochi Dias, Camila Gascon, Everton Rossete Júnior e Miguel A. Souza Júnior, e aos colegas de São Paulo Urbanismo e Prefeitura do Município de São Paulo, em especial a Rosana Yamaguti.

Resumo

Propõe a revisão crítica do discurso produzido em torno da arquitetura brasileira entre 1960 e 1964, privilegiando artigos e projetos publicados nas três principais revistas de arquitetura do país ao longo do recorte: *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo*. O recorte temporal começa em 1960, ano da inauguração de Brasília, um importante marco na história da arquitetura e que encontra estreitas relações com as dinâmicas políticas e econômicas no Brasil e no cenário internacional à época, e ano da eleição de Jânio Quadros à presidência da república. Os anos seguintes foram marcados por uma série de conflitos que levaram a um quadro de instabilidade política e inflação relativamente elevada, culminando no golpe que instaurou a ditadura militar, em 1964. O objetivo é levantar algumas das pautas a partir das quais a produção teórica e a prática projetual do período ganham corpo, bem como possíveis relações entre essa produção e os acontecimentos da época. Tal cotejamento permite contribuir para o entendimento dos processos que aconteceram no campo da arquitetura ao longo desses anos, fundamentais para o entendimento de certos elementos que compõem a arquitetura brasileira dos anos seguintes ao recorte até os dias de hoje.

Abstract

The proposal involves a critical review of the discourse surrounding Brazilian architecture between 1960 and 1964, with a focus on articles and projects published in the three main architectural journals of the country during this period: *Acrópole*, *Habitat*, and *Módulo*. The temporal scope begins in 1960, the year of the inauguration of Brasília, a significant milestone in the history of architecture with close ties to the political and economic dynamics in Brazil and the international scenario at that time, and the election of Jânio Quadros as president. The subsequent years were characterized by a series of conflicts leading to a situation of political instability and relatively high inflation, culminating in the coup that established the military dictatorship in 1964. The objective is to explore some of the key themes shaping the theoretical production and design practice of the period, as well as potential connections between this production and the events of the time. This comparative analysis aims to contribute to the understanding of the processes that unfolded in the field of architecture during these years, which are crucial for comprehending certain elements that constitute Brazilian architecture from the selected period to the present day.

Sumário

Apresentação	10
Pesquisas correlatas	11
Objetivos e hipóteses	14
[1] Personagens, projetos e ideias	20
Projetos, crítica e a posição das revistas	32
Projetos em números	50
Conclusão do Capítulo 1	55
[2] Política e arte se encontram no projeto de arquitetura	58
Novos rumos para a arquitetura moderna brasileira	71
Por que Brasília	84
O Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte	97
Dilemas da arte nas revistas de arquitetura	105
Conclusão do Capítulo 2	109
[3] Desenvolvimento nacional	113
O processo acelerado de crescimento das cidades	122
O papel do arquiteto e urbanista	124
Habitação e construção	131
Conclusão do Capítulo 3	142
[4] Presença e concretude	145
Revista <i>Acrópole</i> e Adhemar Chaves	155
Folclore e miscigenação	162
Conclusão do Capítulo 4	172
Considerações finais	174
Referências	184
Anexo	200

Apresentação

A revista *Acrópole* foi fundada em 1938, um ano após a instituição do chamado Estado Novo, e fechou no auge da ditadura no Brasil, em 1971, quando Emílio Garrastazu Médici era presidente do país; ambos momentos de ruptura do Estado Democrático de Direito no Brasil. Entre 1950 e 1955, Lina Bo Bardi e Pietro Maria Bardi fundam a revista *Habitat* em São Paulo e, no Rio de Janeiro, Oscar Niemeyer funda a *Módulo*. Ambas fecham em 1965, após o golpe, por pressão do regime militar. Em 1975, ano em que a cidade do Rio de Janeiro volta a ser capital do RJ, após a extinção do estado da Guanabara, a revista *Módulo* volta a ser publicada e fecha definitivamente em 1989. Essas três revistas estiveram em circulação ao longo de um importante momento da história do Brasil, de Brasília ao golpe militar, momento de intensos debates e movimentações que mobilizavam arquitetos e urbanistas, e os convocavam a discutir temas que iam dos contornos da profissão ao papel da categoria em meio aos intensos processos pelos quais passava o país – processos esses que diziam respeito a elementos fundamentais da política, da economia e da sociedade brasileiras.

Tomamos como fonte primária as 69 edições da revista *Acrópole* (números 254 ao 324), disponibilizadas em meio virtual pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP), as 28 edições da revista *Habitat* (números 57 ao 84) e as 23 edições da revista *Módulo* (números 16 ao 39), que integram o catálogo da biblioteca da FAU USP em formato impresso. No total, foram examinadas 120 edições de periódico. A leitura sistemática dos textos e projetos permitiu identificar temas comuns que ganham ora mais, ora menos destaque nas páginas das revistas, o agrupamento de referências, o desenho de consensos e divergências, e a localização de autores em meio aos debates correntes à época. Os critérios de sistematização e categorização das informações foram escolhidos de acordo com sua adequação ao tema e às informações levantadas, mas ressaltamos que se trata de pesquisa eminentemente teórica, isto é, a análise das informações obtidas se dará através de sua interpretação, a fim de levantar algumas das principais pautas a partir das quais a produção do campo da arquitetura e urbanismo no recorte ganha corpo.

A pesquisa aqui apresentada tratou de examinar o conteúdo publicado pelas revistas mencionadas entre dezembro de 1959 e dezembro de 1965, e elaborar análise crítica sobre aquilo que nessas revistas compunha o discurso corrente no campo da arquitetura e urbanismo no Brasil – análise essa não necessariamente filiada ao que linguistas e psicanalistas entendem por análise do discurso, mas certamente influenciada pela linguística e pela psicanálise. Procurou-se levantar algumas das pautas em torno das quais projetos e artigos estavam organizados ao longo desse período, bem como possíveis relações entre, de um lado, os acontecimentos históricos – sobretudo ligados aos embates entre aqueles entendidos como representantes da esquerda e da direita política, no âmbito das instituições e fora delas, que culminaram no golpe militar de 1964 – e, de outro lado, a produção teórica e a prática projetual. A escolha pela adoção das revistas como fonte primária se justifica pelo caráter de posicionamento quanto à produção teórica e projetual do período analisado, com suas implicações sociais, econômicas e, portanto, políticas, sob o ponto de vista dos atores envolvidos nos processos examinados.

Em um certo sentido, esta pesquisa procura dar continuidade ao trabalho *Arquitetura brasileira da redemocratização ao Plano Real: revisão crítica do discurso a partir de projetos e artigos publicados nas revistas Projeto e Arquitetura e Urbanismo entre 1985 e 1990*, Dissertação de Mestrado deste autor, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade

(PPGATC), na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (FEC-FAU UNICAMP) e defendida em 2019. Em conjunto, os trabalhos colaboram para dar contornos e estabelecer relações entre os momentos imediatamente anterior e imediatamente posterior à ditadura militar. Além disso, esta pesquisa se aproxima dos trabalhos realizados pelo grupo de pesquisa História da Arquitetura Brasileira — Protagonistas (Ghiparq) da FEC-FAU, tais como “A extinta pureza: a igreja da Pampulha e as capelas de Ouro Preto (Brasil)” (Frajndlich; Benoit, 2019), “A ideologia de Diamantina por Lucio Costa e Juscelino Kubitschek” (Regiani; Frajndlich, 2018), “Por uma conciliação moral: Gustavo Capanema, Lucio Costa e a igreja” (Romero; Frajndlich, 2018) e “Urbs e Civitas: Lucio Costa e a democracia no projeto de Brasília” (Frajndlich; Martins, 2017).

O trabalho está dividido em quatro capítulos: “Personagens, projetos e ideias” trata de como os autores expressavam suas posições, naquele momento histórico, em texto e desenho; “Política e arte se encontram no projeto de arquitetura” apresenta os grandes temas e debates que davam o tom das discussões que permeavam as revistas de arquitetura analisadas; “Desenvolvimento nacional” trata do posicionamento de arquitetos e urbanistas diante do processo de transformação das grandes cidades; e “Presença e concretude”, por outro lado, fala sobre a relação dos autores com a história e o passado. Ao longo desse percurso, alguns trechos do texto cumprem função ilustrativa; as imagens, além por outro lado, configuram-se como uma outra maneira de construir uma narrativa; isto é, procuramos contar com imagens as histórias que contamos com textos, de forma ao mesmo tempo conectada e independente, como se a sequência de imagens fosse uma espécie de quinto capítulo que atravessa o texto.

Pesquisas correlatas

Paula Gorenstein Dedecca discute “a unidade no meio arquitetônico paulista, a partir de suas redes de sociabilidade, espaços de profissionalização e movimentações críticas, tendo como material primário as revistas especializadas” (Dedecca, 2012, p. 8), em sua Dissertação, que demonstra a importância do mercado editorial como fórum de debate em torno da disciplina citando, inclusive, diversas outras pesquisas que tomam os periódicos brasileiros especializados como fonte primária, tais como: *Modernizada ou moderna? A arquitetura em São Paulo, 1938-45*, de Maria Lúcia Bressan Pinheiro; *Arquitetura revista: a Acrópole e os edifícios de apartamentos em São Paulo (1938-1971)*, de Fernando Castelo Serapião; *Revista Habitat: um olhar moderno sobre os anos 50*, de Fabiana Terenzi Stuchi; e *Casa e Jardim: a revista e a divulgação do ideário moderno na década de 1950*, de Paula M. Machado.

Em sua Tese, intitulada *Arquitetura e engajamento: o IAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920-1970)*, Dedecca estuda o Instituto de Arquitetos do Brasil como fórum de debate no qual se discutiam questões relativas à profissão, de grande importância inclusive para o estabelecimento de relações internacionais. De acordo com o texto, o IAB-SP “manifestou-se quase exclusivamente na revista *Acrópole*, em cujas páginas publicou seus boletins oficiais entre janeiro de 1954 e maio de 1959, momento em que se tornou uma publicação avulsa, encerrada em 1961” (Dedecca, 2018, p. 117).

Mesmo não sendo mais o veículo de comunicação institucional oficial do IAB-SP, ao longo da primeira metade da década de 1960 a *Acrópole* publicou continuamente notícias relacionadas ao Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil e aos debates dos quais participava o IAB, além de textos e projetos assinados por arquitetos ligados à instituição. De acordo com Taiana Car Vidotto (2020), em sua Tese intitulada *O papel das instituições representativas dos arquitetos no estado*

de São Paulo durante o regime militar (1964-1985), o IAB-SP, desde sua criação, era consultado como instituição porta-voz da categoria, associando-se a ideais progressistas. Nesse sentido, um dos importantes acontecimentos é a realização pelo IAB-SP do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, em 1963.

As conclusões do Seminário anteciparam em muitos aspectos proposições feitas após o golpe de 1964 – como a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) –, especialmente as propostas que não entravam em conflito com o regime, cujo caráter conservador afastou definitivamente as perspectivas progressistas de enfrentamento do problema. Questões como a imposição de limites à propriedade do solo urbano e a implementação de um desenvolvimento industrial tecnológico no setor da construção civil – tema caro aos arquitetos do período – seriam deixadas de lado. Outros debates mais progressistas do Seminário permaneceriam latentes, sendo retomados com o processo de redemocratização e dando origem ao ideário de política urbana expresso no Estatuto da Cidade, aprovado no Brasil em 2001. (Dedecca, 2018, p. 169)

O trabalho aqui apresentado também dialoga com pesquisas como: *Arquitetura na revista Projeto (1980-1995): identidade, memória e não-lugares*, de Elane Ribeiro Peixoto (2003); *Revista Acrópole publica residências modernas: análise da revista Acrópole e sua publicação de residências unifamiliares modernas entre os anos de 1952 a 1971*, de Máisa Fonseca de Almeida (2008); e *Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história*, de Luisa Videsott (2009), que é de especial interesse para nós porque discute o processo de construção da nova capital como documentado pelas revistas *Brasília*, *Manchete*, *O Cruzeiro* e *Módulo*, e pelos cinejornais. Também podemos citar os trabalhos correlatos *Arquitetura em revista: arquitetura moderna no Brasil e sua recepção nas revistas francesas, inglesas e italianas (1945-1960)*, de Maria Beatriz Camargo Cappello (2006), e *As revistas Acrópole e Habitat e a consolidação da arquitetura moderna brasileira (1950-1956)*, de Naiane Marcon da Silva (2017), que tomam revistas como fonte primária.

A Dissertação de Jacqueline Adriana Diório de Souza (2013), intitulada *A prática profissional do arquiteto no Brasil: o debate em revistas especializadas (1962-1996)*, também examina revistas de arquitetura. A autora busca textos e artigos sobre as atribuições do arquiteto e urbanista, a formação e a prática profissional da categoria, e o mercado de trabalho e as relações com os clientes, tornando evidente, inclusive, a maneira pela qual a classe costuma ser um elemento de grande importância para a organização das relações de trabalho. A autora elabora leituras sobre debates acerca da arquitetura e urbanismo como disciplina autônoma e acerca da relevância dada ao tema do planejamento urbano após a inauguração de Brasília.

De igual importância para esta Tese são os trabalhos que se detêm sobre a inauguração de Brasília, como a pesquisa de Maria Fernanda Derntl (2020), cujo artigo “Brasília e suas unidades rurais: planos e projetos para o território do Distrito Federal entre fins da década de 1950 e início da década de 1960” faz uma leitura pouco usual sobre o processo de implantação do Distrito Federal, que consideramos de grande interesse. Por outro lado, Eduardo Pierrotti Rossetti (2007), em sua Tese intitulada *Arquitetura em transe. Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Vilanova Artigas e Lina Bo Bardi: nexos da arquitetura brasileira pós-Brasília (1960-1985)*, que trata da arquitetura brasileira entre a inauguração da nova capital e o início da redemocratização a partir da ideia de que a arquitetura moderna esboçou projetos de país jamais realizados, faz parte de um conjunto de trabalhos que de alguma maneira corroboram a noção de que a

inauguração de Brasília marca o início de uma crise para o movimento moderno no Brasil e na América Latina, o que reforça hipóteses apresentadas ao longo da década de 1980, no Brasil, por Ruth Verde Zein, Otília Arantes, Silvia Fisher e Hugo Segawa, além de outros autores que dialogam e estão alinhados a autores latino-americanos como Adrián Gorelik, Silvia Arango e Marina Waisman, além de Roberto Segre. Esses autores lançam mirada sobre arquiteturas modernas produzidas sob regimes ditatoriais e, no lugar de interpretar essa produção como atos de resistência, insistem em interpretar essa produção como expressão da saudade de um passado jamais vivido e do luto pela perda da utopia.

Eduardo Rossetti afirma que “Brasília torna-se o ponto da crise arquitetônica brasileira”, reconhecendo constatação de Lucio Costa de que a nova capital representava a abertura de novas possibilidades para arquitetos e urbanistas, mas interpretando as declarações do autor do Plano Piloto como expressão de um sentimento de frustração pela não concretização dessas possibilidades e pela aparente incompatibilidade entre o discurso “social” que fundamentava a transferência da capital, a monumentalidade das obras construídas e a segregação socioespacial brasileira reproduzida no Distrito Federal. “A condição pós-Brasília encerra, portanto, um sentido de ruptura que será acentuado com a crise política que culmina com o Golpe Militar de 1964, cujos reflexos acentuados no campo cultural somente serão mais drásticos a partir de 1968.” (Rossetti, 2007, p. 11-12). Arquitetura e urbanismo, cultura e política são considerados campos absolutamente separados, distinção essa que procuramos de certa forma questionar ao longo desta Tese.

Existe uma série de outros trabalhos, considerando o recorte desta pesquisa, que tratam de uma questão determinada do campo ou do trabalho de um arquiteto ou grupo específico e, nesse sentido, esta pesquisa, por ter diferente foco, coloca-se como mais um elemento de uma construção historiográfica. Outros trabalhos, por outro lado, têm seu recorte temporal ou seu objeto de pesquisa bastante ampliados e apontam para determinadas leituras possíveis sobre a história da arquitetura brasileira como um todo. Podemos também citar: *Dinâmicas do jogo. Concursos de arquitetura em revista: 1935 a 1971*, de Fabiano José Arcadio Sobreira (2018); *A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no Estado de São Paulo: 1948-1962*, de Taiana Car Vidotto (2014); *Arquitetura no Brasil 1900-1990*, de Hugo Segawa (2014), posiciona um determinado movimento moderno no centro da história da arquitetura do Séc. XX; e *Quase contemporâneo. Questões para a arquitetura dos anos 60 aos anos 80: a forma, a figura e a técnica*, de Francisco Spadoni (1997), que apresenta análise da produção internacional das décadas de 1960, 70 e 80 e destaca mudanças de paradigma.

Também são importantes estudos desenvolvidos em outros campos, como a Tese de Flávia Millena Biroli Tokarski (2003), intitulada *Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950*, e a Tese de Felipe Pereira Loureiro (2012), *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*, que oferece uma interessante visão sobre os conflitos políticos, econômicos e sociais ao longo de nosso recorte e, em diversos momentos, dialoga com autores como Celso Furtado e Celso Lafer.

Tokarski afirma que ao longo da década de 1950 o jornalismo no Brasil passou por importantes transformações. Além do surgimento de novas máquinas, que deram à imprensa e à publicidade e propaganda novos recursos de linguagem, a aparência de neutralidade e isenção empresarial surge como diretriz editorial em oposição à escrita engajada e panfletária – a ideia de jornalismo como empreendimento comercial não participante dos debates no campo da política nos ajuda a compreender a permanência da revista *Acrópole* ao longo de um período extenso, de diferentes regimes, bem como explica o desa-

parecimento de textos nas páginas da publicação, especialmente nos meses próximos ao golpe militar. “Chateaubriand, proprietário do maior aglomerado empresarial de veículos de comunicação no Brasil entre os anos 40 e início dos 60, os Diários Associados, a quem pertencia a TV Tupi, emissora responsável pelo primeiro sinal televisivo transmitido no Brasil (em 1951)”, por outro lado, não se esforçava para esconder o uso de seu aparato midiático para fins personalistas (Tokarski, 2003, p. 39). Segundo a autora, no início da década de 1960 o capital estrangeiro adquire cada vez mais importância na grande imprensa, que, aparentemente neutra, participará como protagonista da “preparação ideológica do golpe” (Tokarski, 2003, p. 72).

Objetivos e hipóteses

Nosso objetivo é, em linhas gerais, elucidar a maneira pela qual os acontecimentos no campo da política e os debates específicos do campo da arquitetura entremearam-se entre 1960 e 1965 nas revistas especializadas. Assim, participa de um movimento de revisitar a história da arquitetura moderna brasileira, perpassando temas como as relações entre tradição e modernidade, e arquitetura e política, que, mais tarde, se tornarão parte dos embates entre manifestações historicistas e tradicionalistas *versus* manifestações interessadas na retomada de postulações universalistas ambicionadas pelas primeiras gerações modernas brasileiras. Aprofundamo-nos na complexa rede de relações e pretensões políticas e ideológicas que marcam a atividade projetual, cotejando-a com o movimentado cenário do recorte, este trabalho participa de um esforço coletivo no sentido de dar contornos históricos mais definidos para as relações entre arquitetura e urbanismo, e política. Não procuramos contar a história das revistas e, por isso, não procuramos nos estender sobre o perfil das revistas e dos autores, buscamos, por outro lado, examinar a história da forma pela qual foi contada por essas revistas enquanto os fatos aconteciam.

Em termos mais específicos, procuramos: (i) identificar as principais pautas colocadas em debate nas revistas analisadas, relacionando-as ao momento histórico pelo qual o país passava; (ii) levantar projetos publicados pelas revistas ao longo do recorte, organizando-os de acordo com o programa e o local no qual foram ou seriam construídos; (iii) cotejar informações obtidas e extrair reflexões críticas sobre diferentes posições expressas pelo discurso e pelo desenho, a arquitetura como política pública e o embate entre correntes que defendem modelos distintos de Estado ao longo da Quarta República, especificamente no decorrer da primeira metade da década de 1960, e antecipações e respostas imediatas acerca da inauguração de Brasília e do golpe de 1964.

Dessa forma, procuramos dar conta de criar uma base histórica para futuros estudos, resumindo e organizando episódios nodais do debate conforme ele se desenvolve nas duas publicações. A partir dessa identificação, textos e projetos serão comparados, bem como os diferentes interesses das editoriais das revistas, o que lastreará a reflexão acerca dos importantes eventos na história da arquitetura e da política registrada nas publicações.

Brasília havia sido inaugurada em 1960 e poucos anos depois, em 1964, é dado início à ditadura militar que, de acordo com certos autores, se instalou na nova capital sem grandes problemas para se adaptar ao espaço, o que seria um indício de que Brasília é uma cidade tão autoritária quanto qualquer projeto modernista. Hoje, passados mais de 30 anos da promulgação da Constituição de 1988, outra interpretação é possível: o desenho de Brasília é tão claro em suas intenções que resiste mesmo aos momentos mais sombrios da história do país.

Os meses que antecederam a inauguração de Brasília ficaram marcados por uma série de acontecimentos relevantes: no cenário internacional, a Guerra Fria e a corrida espacial estavam em um momento intenso; Fidel Castro, à frente da Revolução Cubana, derrotou o ditador Fulgêncio Batista e assumiu o poder em Cuba; no Brasil a indústria avançava a passos largos, eclodem greves de trabalhadores e movimentos golpistas; os Estados Unidos intensificam o financiamento de organizações anticomunistas; Juscelino Kubitschek funda a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e declara moratória ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna XI (CIAM XI), na Holanda, marca o fim dos CIAM e a consolidação do chamado Team X; e nos Estados Unidos morre Frank Lloyd Wright, seis meses antes da inauguração do Guggenheim de Nova Iorque.

Não havia dúvidas de que Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, seria um evento histórico e, nesse sentido, houve esforços relevantes à época para dar contornos historiográficos ao advento da nova capital. O movimento moderno brasileiro chega à década de 1960 com muito prestígio no cenário internacional, representado sobretudo por Oscar Niemeyer. Fabiano José Arcadio Sobreira (2018) destaca as revistas *L'architecture d'aujourd'hui* [*A arquitetura de hoje*], da França, *Nuestra arquitectura* [*Nossa arquitetura*], da Argentina, e *Zodiac*, da Itália, que publicaram edições especiais sobre arquitetura brasileira no ano de 1960. Mas uma mudança importante estava prestes a acontecer, Vilanova Artigas iria começar o projeto da FAU USP em 1961.

Ao longo da década de 1940, Oscar Niemeyer havia sido alçado ao posto de protagonista da arquitetura moderna brasileira. Além de responsável, como é sabido, por uma prática projetual *sui generis*, Niemeyer, que vinha de uma família de posses, fez bem-sucedidos esforços no sentido de divulgar seu próprio trabalho e, dessa maneira, estabelecer relações com a cultura e a política nacional e internacional que levaram, inclusive, à publicação de *The Work of Oscar Niemeyer* [*A obra de Oscar Niemeyer*], em 1950 pela editora Reinhold, organizado por Stamo Papadaki. O livro foi de grande importância para a divulgação do trabalho de Oscar Niemeyer no exterior, marcando o processo de consolidação do arquiteto carioca como referência no estrangeiro.

A convite de Assis Chateaubriand, o colecionador e *marchand* Pietro Maria Bardi assumiu o cargo de diretor do futuro Museu de Arte de São Paulo (MASP) em 1946, fundando-o em 1947, ano em que o casal italiano se muda definitivamente para o Brasil. Assis Chateaubriand, nascido na Paraíba, foi proprietário de 34 jornais, 36 emissoras de rádio, uma agência de notícias e uma editora. Em 1950 funda a primeira emissora de televisão do Brasil, a TV Tupi, e ao longo da década de 1950 torna-se proprietário de 18 estações de televisão. Para ele, que havia se tornado um dos homens mais ricos do Brasil, patrocinar uma instituição de arte era uma maneira de circular entre os membros da elite cultural do país.

A revista *Habitat* foi fundada em 1950 por Lina Bo Bardi e Pietro Maria Bardi. Era parte de um projeto de ação, de modernidade no campo da cultura que de certa forma dialogava com o projeto desenvolvimentista de JK. Esse conjunto de ações tinha por objetivo aproximar o campo da arquitetura e o campo das artes, e transitava entre uma intenção civilizatória de viés colonizador, uma vontade de organizar de forma sistemática o campo das artes no Brasil, e um importante papel não apenas de divulgação, mas de mobilização e articulação entre arte “popular”, arte erudita e os meios de produção industriais. Nesse contexto, o museu organizou, ao longo da década de 1950, conferências de Oscar Niemeyer e Henrique Mindlin além de exposições sobre Lucio Costa, Max Bill e Le Corbusier, que Pietro Maria Bardi havia conhecido na Grécia, em 1933, por ocasião do CIAM IV.

O MASP teria como modelo de instituição de arte aquele estabelecido pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, inaugurando no Brasil a tríade museu-revista-escola. Após fundar a revista *Habitat*, o MASP dá início às atividades do Instituto de Arte Contemporânea (IAC), em 1951, oferecendo cursos nas áreas de desenho industrial, comunicação visual, fotografia e moda, procurando formar profissionais que pudessem contribuir qualitativamente com o desenvolvimento da indústria – tema de destaque nas páginas da *Habitat*. A revista, na qual “são apresentados projetos seguidos de textos em que figuras nacionais e internacionais discutem questões diretamente ligadas à produção moderna, com atenção especial aos projetos que resgatam usos e materiais locais ou mesmo que respeitam as condições culturais e físicas do país”, contou com a experiência adquirida anteriormente no campo editorial por Lina e Pietro na Itália, sendo considerada inovadora e polêmica no contexto brasileiro (Stuchi, 2007, p.29).

Seria possível dividir a história da *Habitat* em três períodos, cada um correspondente a uma diretoria geral: num primeiro momento, ocupada por Pietro Maria e Lina Bo Bardi; em seguida, por Abelardo de Souza; finalmente, por Geraldo Ferraz. Todavia, Fabiana Terenzi Stuchi opta por dividir a história da revista em dois períodos: no primeiro momento, a diretoria geral centraliza uma série de decisões; no segundo período, a revista passa por um processo de descentralização das decisões e surgem as diretorias de seção correspondentes às grandes áreas abordadas – arquitetura, artes plásticas, literatura, teatro. A partir de 1955, a revista passa a contar apenas com duas editorias, de arquitetura e de artes plásticas, marcando o estreitamento do campo abordado pela publicação. A periodicidade da revista é variável ao longo de sua história. Em 1960, as edições 58 a 61 foram publicadas regularmente, a cada dois meses, de janeiro a julho. A edição 62 é lançada apenas no fim do ano, sem uma data específica que permita precisar no tempo a sua publicação. A partir de 1961, a revista passa a ser publicada trimestralmente, indicando o surgimento de dificuldades quanto à sua confecção.

A revista *Habitat* rapidamente passou a ser grande veículo de comunicação para aqueles que procuravam estabelecer contrapontos às narrativas marcadas pelo protagonismo do grupo acerca de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Em 1955, um ano antes do concurso que consagrou Lucio Costa como o urbanista da nova capital, Oscar Niemeyer funda no Rio de Janeiro a revista *Módulo*. A publicação carioca se tornou seu principal veículo de divulgação de ideias e projetos, e inaugurou um novo momento do debate entre paulistas e cariocas.

Apesar da escassez de informações sobre o caixa, e a tiragem e a distribuição das revistas, não nos parece equivocado dizer que tanto a *Habitat* quanto a *Módulo* recebiam investimentos equiparáveis e tinham semelhante alcance nacional e internacional; isto é, eram revistas que competiam uma com a outra no mesmo patamar de força. Nesse sentido, nos parece relevante colocar essas duas revistas lado a lado e procurar, a partir de dois pontos de vista distintos e muitas vezes conflituosos, ampliar o entendimento das relações entre arquitetura e política ao longo de um período de grande importância para a história do Brasil.

De igual maneira, nos parece relevante trazer para nossa análise a revista *Acrópole*. Trata-se de uma publicação cuja fundação antecede as revistas *Habitat* e *Módulo*, e cuja encerramento das atividades acontece posteriormente ao fechamento das publicações fundadas por Oscar Niemeyer e Lina Bo Bardi. A revista *Acrópole* surge em 1938, fundada por Roberto Corrêa Brito, Eduardo Kneese de Mello, Henrique Mindlin e Alfredo Ernesto Becker, em São Paulo. Eduardo Kneese de Mello teria sido procurado por Roberto Corrêa de Brito, interessado em montar um álbum com as obras do arquiteto, que sugeriu a fundação de uma revista. Max Gruenwald, a quem é atribuído papel fundamental ao longo do processo

de construção da sede do Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP), era funcionário da *Acrópole* desde 1939 e, em 1952, torna-se o principal proprietário da publicação. Máisa Fonseca de Almeida afirma que, após a mudança de proprietários, a revista *Acrópole* dedicou os próximos oito editais às pautas debatidas pelo IAB; em seguida, entre 1954 e 1959, publicou o boletim mensal do IAB-SP (Almeida, 2008).

Ao longo da pesquisa, nos deparamos com menções e citações a outras revistas publicadas no recorte, além da *Acrópole*, da *Habitat* e da *Módulo*. Também no período estavam em circulação a *Revista Municipal de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal*, publicada entre 1932 e 1999, com sede no Rio de Janeiro, cuja fundação foi protagonizada por Carmem Portinho; *Arquitetura e Engenharia*, publicada entre 1941 e 1965 pelo Departamento de Minas Gerais do IAB, ligada à Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA UFMG); *Casa e Jardim*, fundada pela Editora Monumento em 1953, em São Paulo, atualmente parte do portfólio da Editora Globo; *Brasília*, publicada periodicamente entre 1957 e 1961, e intermitentemente até 1988, fundada por Oscar Niemeyer e editada pela Novacap; *Brasil – Arquitetura Contemporânea*, revista carioca que esteve em circulação entre 1953 e 1958; e *Guanabara*, posteriormente *Arquitetura*, publicada pelo departamento da Guanabara do IAB entre 1961 e 1968. Essas publicações poderão ser objeto de análise de pesquisas no futuro.

É estabelecida a hipótese de que os textos e os projetos de arquitetura publicados nas revistas especializadas no período que vai de 1960 a 1964 estão inseridos no debate político brasileiro da época, ainda que de maneiras diferentes. Os fundadores e editores das revistas *Habitat* e *Módulo* eram pessoas próximas àquelas que ocupavam posições de poder no campo da política no Brasil, o que talvez lhes desse alguma certeza de que, enquanto durasse aquele regime político, teriam projetos em desenvolvimento sobre suas pranchetas e não precisariam se preocupar muito em dar às suas publicações ares de isenção. Como exemplo, citamos a edição de número 27 da revista *Módulo* (março de 1962) que em pequena nota pede a liberdade de David Alfaro Siqueiros, pintor comunista veterano da Revolução Mexicana, que, naquele momento, era um preso político em seu país (Liberdade... 1962)¹.

Em outra posição, os editores da revista *Acrópole*, ligados ao IAB, pareciam interessados em fazer da revista uma ferramenta de divulgação que tinha como um de seus objetivos atrair leitores e clientes, garantindo a sustentabilidade econômica da própria revista e dos escritórios. Na *Acrópole* publicava-se mais anúncios comparativamente às outras duas revistas e a preocupação com a neutralidade jornalística é evidente. O que havia em comum entre elas era a possibilidade de observar, a partir de lugares privilegiados, a movimentação ao longo do espectro político, bem como de modular, de acordo com seus interesses, a publicação de projetos e ideias. Nos parece pertinente, portanto, procurar, nas relações entre política e arquitetura e urbanismo, antecipações e respostas imediatas à inauguração da nova capital e ao golpe militar.

A Dissertação *Arquitetura brasileira da redemocratização ao Plano Real* conclui que o processo de redemocratização do Brasil, ao longo da segunda metade da década de 1980, foi marcado por uma

¹ A nota não faz menções diretas ao contexto político mexicano daquele momento; o país estava sob governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que, desde sua fundação, em 1929, até o ano 2000, elegeu todos os presidentes. O PRI nasceu como representação institucional das classes trabalhadoras, vitoriosas na Revolução Mexicana, mas passou por mudanças drásticas em sua orientação política e instituiu uma ditadura informal burguesa através de fraudes eleitorais e do uso de violência. Ao longo das décadas de 1960 e 1970 havia uma guerra civil no México, entre o governo e a oposição de esquerda, chamada Guerra Suja, cujo momento mais crítico talvez tenha sido o Massacre de Tlatelolco: em 2 de outubro de 1969, um grupo de estudantes protestava contra a realização de jogos olímpicos do país e o governo abriu fogo contra os estudantes; estima-se que centenas tenha morrido.

disputa entre dois modelos de organização política e econômica: um de caráter liberal, que no campo da arquitetura encontrava sustento em teorias chamadas “pós-modernas”, de abertura ao mercado externo e consequente abolição de elementos vistos como dogmáticos e autoritários; e outro, que defende o fortalecimento do Estado, associado ao que se entendia por movimento moderno, de aspiração ao universal.

A associação forçada entre a ideia de Estado forte defendida pelas esquerdas, e o Estado autoritário do regime militar não foi suficiente para barrar a retomada do repertório de aspiração ao universal em um momento de profunda crise econômica. Todavia, essa retomada só seria aceita por críticos e jornalistas depois do esvaziamento político do desenho, isto é, do afastamento do repertório projetual moderno de suas posições políticas que, ao menos no Brasil, eram marcadamente de esquerda. Diversos autores ora procuravam encaixar arquitetos indubitavelmente modernos como Oscar Niemeyer e Lucio Costa em um cenário historicista e regionalista, ora afirmavam que, enquanto arquitetos como Sérgio Ferro e Vilanova Artigas associavam a prática de projeto, o ensino e a militância política, seus discípulos, reconhecidamente modernos, se afastaram das posições políticas dos mestres — ainda que o desenho seja prova cabal do contrário. Arquitetura e urbanismo é encontra-se na ponta de uma cadeia produtiva, é uma atividade que é implica e desencadeia trabalho. O que une os profissionais do campo é o trabalho.

Existe um incômodo que surge diante da constatação de que não é óbvio, nos dias atuais, que o trabalho da arquitetura e urbanismo contém necessariamente um viés político. Em relação à Dissertação que a precede, esta Tese se posiciona como um capítulo anterior, narrando eventos cujas consequências se observam de imediato e trinta anos depois, menos como uma explicação, uma construção didática sobre as relações entre arquitetura e política, do que como o resultado de uma leitura que procura entender as histórias que nos foram contadas e, nelas, quais elementos mostram e quais escondem as filiações e acordos políticos dos nomes escolhidos como cânones do campo.



[1] Personagens, projetos e ideias

Os cânones do campo são o assunto desse primeiro capítulo. Ao longo da primeira metade da década de 1960, personagens que contribuíram com o avanço de determinadas pautas no campo da arquitetura e urbanismo ganham significativo destaque nas páginas das revistas estudadas; colocar em pauta determinadas figuras era colocar em pauta, ainda que indiretamente, temas e debates de interesse para os editores da *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo*.

Não sem motivo, desde o início do período estudado um dos personagens mais prolíficos e reverenciados pelas revistas, especificamente pela *Módulo*, é Joaquim Cardozo. Em 1961, a edição de número 26 (dezembro de 1961) presta longa homenagem ao engenheiro, responsável pelo cálculo estrutural de obras como o Palácio da Alvorada, o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e a Catedral de Brasília, além do conjunto da Pampulha – que, de acordo com uma série de autores incluindo o próprio Oscar Niemeyer, alçou o arquiteto a um novo patamar de reconhecimento (As obras... 1961). Em um certo sentido, falar de Joaquim Cardozo é falar de Oscar Niemeyer. Essa edição, além de publicar projetos, ensaios e poemas da autoria do engenheiro (Cardozo, 1961a; 1961b; 1961c), publica também uma série de textos sobre seu trabalho e sua pessoa, como “Exercício de admiração”, de Fausto Cunha (1961). Anteriormente, no mês de inauguração de Brasília, abril de 1960, a edição 17 da revista publicou “Programação da atividade do engenheiro”, discurso proferido por Cardozo como paraninfo da turma de engenheiros graduada em 1959 na Escola de Engenharia da Universidade do Recife. Endereçado aos estudantes, o texto lança mirada sobre o momento histórico que atravessavam, supondo que seria decisivo para o futuro do Brasil:

Há os que pensam que seremos muito em breve uma grande e poderosa nação, há os que supõe que só poderemos ser um país caudatário de grandes potências econômicas estrangeiras: há, em resumo, “me ufanistas” desvairados e entreguistas pusilânimes, mas há também os que meditam ideias mais ponderadas e justas. (Cardoso, 1960, p. 16)

Joaquim Cardoso assume postura cautelosa diante de uma das principais questões da época, qual seja: os rumos do desenvolvimento nacional. Era preciso não se deixar levar pelo otimismo exagerado; era preciso participar do processo de desenvolvimento em curso e resistir aos interesses estrangeiros. Era um esforço duplo que acarretava, para os novos engenheiros a quem Cardoso endereçava sua fala, uma grande carga de trabalho. Os problemas concretos e objetivos, brasileiros, que os estudantes estavam prestes a enfrentar, utilizando-se das mais modernas ferramentas de análise e cálculo, são problemas histórica e culturalmente construídos. As ferramentas das quais os novos engenheiros estavam prestes a fazer uso, por maior que fosse seu grau de sofisticação, não deixavam de ter como fundação a matemática pura e simples. No enfrentamento de problemas, técnica e política são indissociáveis.

Já no campo da sua independência política este país foi alvo de usurpação estrangeira: a data de Sete de Setembro, que ainda hoje conta como a data de nossa libertação política, nada mais registra do que a execução de um ato já de há muito pensado e admitido na política portuguesa. (Cardoso, 1960, p. 16)

A menção ao Sete de Setembro não é fortuita. Para Joaquim Cardoso, a ideia de que no Brasil inaugurava-se um novo período histórico, de independência econômica, marcava discursos que, em rea-

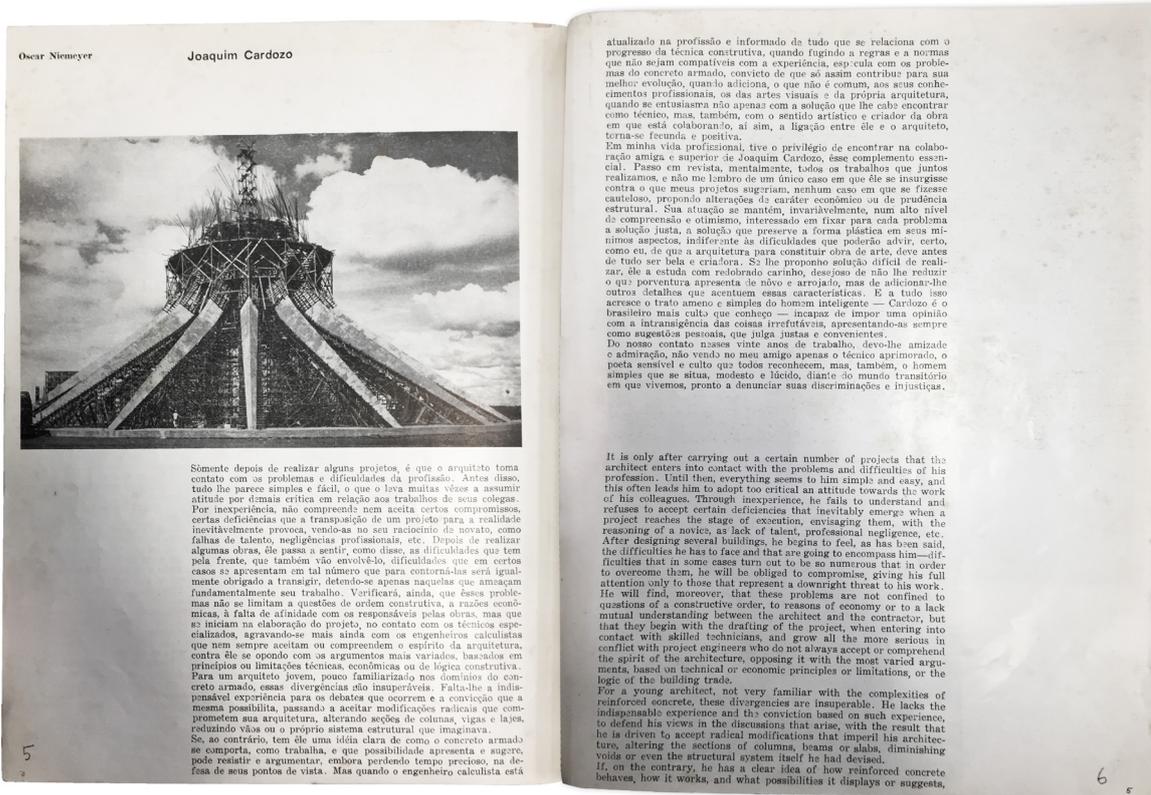


Figura 2: Joaquim Cardozo por Oscar Niemeyer.
Fonte: Niemeyer, 1961b, p. 4-5.

lidade, ocultavam um ato de expropriação. Ainda assim o autor parece defender uma postura moderada considerando que, em um estado de dominação estrangeira, o projeto e a construção podem ser atos de resistência. Tais constatações são feitas por Joaquim Cardoso a partir de uma série de referências e experiências, dentre as quais ganham destaque as soluções estruturais para edifícios de Brasília, colocadas em uma perspectiva histórica e cultural. O engenheiro convida os estudantes a se apropriarem da história de sua profissão: “Para que sejamos prósperos, para que sejamos desenvolvidos precisamos de independência econômica, porém, para mais depressa se atingir a esta libertação urge a implantação quanto antes da independência cultural do país.” (Cardoso, 1960, p. 17).

A postura de Joaquim Cardoso o aproxima de Celso Furtado. Em 1962, o economista foi o primeiro nomeado ao cargo de ministro do Planejamento, pelo presidente João Goulart. No mesmo ano, publicou *A pré-revolução brasileira*, coletânea de textos que parecem ter sido escritos tendo em vista, de um lado, a ascensão de movimentos revolucionários de esquerda e, de outro, a força crescente de movimentos anticomunistas golpistas. Um dos principais nomes do chamado “desenvolvimentismo”¹, Furtado foi uma figura de grande importância para as políticas econômicas anteriores ao golpe de 1964. Protagonista da fundação da SUDENE, figura central para a concepção da noção de planejamento regional como a conhecemos hoje, é referência para políticas econômicas de centro-esquerda até os dias atuais; afinal, não propondo uma ruptura com o capitalismo e criticando o projeto de revolução marxista-leninista, mantém-se próximo a postulados da esquerda defendendo a emancipação nacional (Diniz, 2009). Celso Furtado não é citado pelos textos publicados nas revistas de arquitetura analisadas por esta pesquisa.

¹ É possível estabelecer paralelos entre Celso Furtado e autores que vão de Milton Santos (Goulart, 2006) a Antonio Gramsci (Pereira, 2009).

Joaquim Cardozo nasceu no Recife, formou-se engenheiro, trabalhou na Secretaria Estadual de Viação e Obras Públicas, foi professor na Escola de Engenharia e participou da fundação da Escola de Belas Artes, que atualmente integram a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em 1939, como paraninfo da turma de engenharia, proferiu discurso considerado subversivo pelo Governo do Estado de Pernambuco e foi forçado a se mudar para o Rio de Janeiro. Passou então a trabalhar no SPHAN, aproximando-se, nesse novo posto, de figuras como Lucio Costa, Rodrigo de Mello Franco Andrade, Oscar Niemeyer, Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto e Carlos Drummond de Andrade (Contribuições... 1961). Chama-nos a atenção o fato de que, em seu texto de homenagem a Cardozo, publicado na *Módulo* em 1961, Rodrigo de Mello Franco Andrade (1961) se refira ao período do Estado Novo como “ominoso” (Macedo; Sobreira, 2010).

Na edição 26 da revista *Módulo* (dezembro), Renard Perez (1961) faz uma passagem razoavelmente detalhada pelos anos de formação de Joaquim Cardozo até o momento em que o engenheiro se mudou para o Rio de Janeiro; na mesma toada, Mário Barata (1961) cita diversos trabalhos do engenheiro e escritor: artigos, ensaios, estudos que o aproximaram do campo da arte, do tema da história das cidades e da preservação do patrimônio histórico – e, dessa forma, de Oscar Niemeyer. Também em homenagem a Cardozo, Niemeyer escreve: “Somente depois de realizar alguns projetos, é que o arquiteto toma contato com os problemas e dificuldades da profissão. Antes disso, tudo lhe parece simples e fácil, o que o leva muitas vezes a assumir atitude por demais crítica em relação ao trabalho de seus colegas.” (Niemeyer, 1961b, p. 5). Oscar Niemeyer assina seis textos nas 23 edições da *Módulo* analisadas. Também em 1961, na edição de número 24 da *Módulo* (agosto), ele presta homenagem póstuma a Carlos Echenique, figura central para a revista (Niemeyer, 1961a).

Bernard Perez e Mário Barata descrevem Joaquim Cardozo como uma figura de espírito progressista, e Oscar Niemeyer o descreve como um aliado. Niemeyer fala sobre a potência do trabalho combinado de arquitetos e engenheiros, quando alinhados e igualmente sensíveis e maduros, em comparação ao trabalho dos profissionais jovens, que não estão ainda familiarizados com a técnica construtiva do concreto armado e não sabem explorar suas possibilidades. Deixando evidente que existe uma relação direta entre sua prática projetual, seu desenho, e a técnica construtiva do concreto armado, Oscar Niemeyer afirma que, quando o arquiteto experiente encontra o engenheiro que enxerga além das convenções, sua ligação torna-se fecunda. “Passo em revista, mentalmente, todos os trabalhos que juntos realizamos, e não me lembro de um único caso em que ele se insurgisse contra o que meus projetos sugeriam, nenhum caso em que se fizesse cauteloso, propondo alterações de caráter econômico ou de prudência estrutural.” (Niemeyer, 1961b, p. 5).

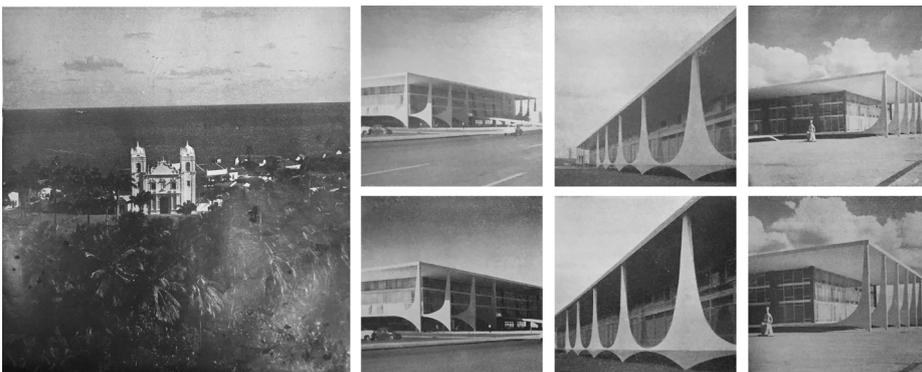


Figura 3: Algumas ideias novas sobre arquitetura.
Fonte: Cardozo, 1963, p. 1-6.

Outros nomes prestam homenagem ao engenheiro. Jorge Amado homenageia a produção de Joaquim Cardozo tanto no campo da construção quanto no campo da literatura, com especial relevo para sua poesia, “tão importante quanto a que mais o seja em nossa moderna literatura”, e lamenta: “ainda permanece desconhecida do grande público” (Amado, 1961, p. 9). O autor descreve Joaquim Cardozo como um homem na encruzilhada do Nordeste com o Sudeste, da poesia com a arquitetura, da doçura com a ardência, de quem poucos tinham o privilégio de se aproximar. Samuel Rawet, como Jorge Amado, evoca a ideia de gênio:

Há em certos momentos um espanto provocado por alguns indivíduos singulares. Suas atividades ou palavras enfrentam a resistência natural de um meio que por sua vez, para se consolidar, enfrentou a resistência natural de um outro anterior. Quando o trabalho se avilta, quando a limitação de atividades impõe uma limitação de pensamento, quando o que era entusiasmo se multiplica numa engrenagem de rotina, quando isso ocorre, a tradição está morta. (Rawet, 1961, p. 11)

Em junho de 1963, Cardozo abre a *Módulo* de número 33 com “Algumas ideias novas sobre arquitetura”, novamente a transcrição de um discurso endereçado a estudantes. De volta a Pernambuco, o engenheiro fala dessa vez em uma colação de grau da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPE. As imagens que acompanham o texto são fotografias do Palácio da Alvorada, da sede do Supremo Tribunal Federal (projetos de estrutura assinados pelo engenheiro) e da Igreja do Carmo, no Recife, que integra o conjunto de construções coloniais da cidade junto do Colégio dos Jesuítas, local da cerimônia da qual participa. Joaquim Cardozo faz referência e reverência a tais construções: “[...] exibem, na luz dos dias claros, na sombra das noites tranquilas, as suas formas evocadoras e comunicativas como se estivessem sempre a repetir aos homens de agora a história dos homens de outras eras.” (Cardozo, 1963, p. 2).

Na ocasião, o engenheiro se dá a tarefa de “transmitir aos novos arquitetos alguns pensamentos a respeito dessa arte difícil que se chama arquitetura moderna” num momento em que “a força criadora se relaxa, perde a sua tensão e se reduz à condição de simples formalismo”, um movimento natural, experimentado por diversos movimentos artísticos ao longo da histórica (Cardozo, 1963, p. 2).

[...] a arquitetura moderna foi aos poucos se anquilosando na forma simples de fachadas retilíneas [...] se exaurindo num “mondrianismo” já por si dotado de poucos recursos, a arquitetura, digo, agora se esforça para romper essa nova estagnação [na qual] floresce então uma legião de aventureiros; pouco escrupulosos, levados pela ambição de aparecer, muitos deles exercem uma arte efeminada, uma espécie de *haute couture* para fins imediatos e passageiros [...] (Cardozo, 1963, p. 2-3)

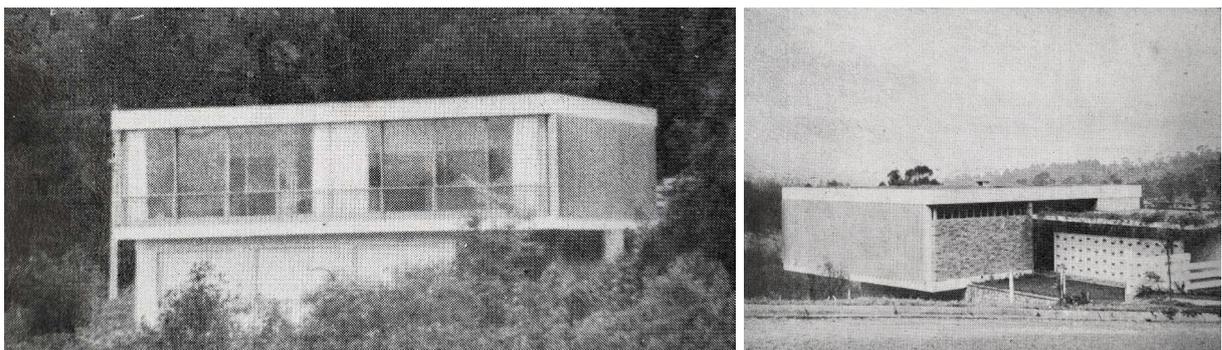


Figura 4: Projeto residencial de Pedro Paulino Guimarães.
Fonte: Uma residência... 1960, p. 17.

Joaquim Cardoso descreve um cenário de confusão e imprecisões, marcado pelo esvaziamento do sentido de termos como “racionalismo”, “organicismo” e “funcionalismo”. Apesar de trágico, é um cenário no qual poderia surgir algo novo, era preciso levar a prática projetual a uma ampla revisão crítica: “todos os valores compatíveis com a realização da forma arquitetônica deverão ser julgados no seu conjunto”. Para o autor, isso quer dizer emancipar a arquitetura de um sistema geométrico que “lhe restringe o campo da existência”, excessivamente cartesiano, para que seja possível caminhar na direção de uma outra geometria – a exemplo de Eduardo Torroja, Pier Luigi Nervi, Félix Candela, de Le Corbusier de Ronchamp e Chandigar, e certamente de Niemeyer que, como os arquitetos antigos, “também produz jogos de luz e sombra” –, uma geometria não mais baseada na reta e no cruzamento, na obviedade, mas na curva e nos “pontos de contato de ordem mais elevada”, na sofisticação (Cardozo, 1963, p. 3-4).

São essas superfícies construídas como “cascas delgadas”, e cuja deformação pode se exprimir, nos casos mais simples, por uma equação diferencial de quarta ou quinta ordem, que dão a tonalidade da arquitetura de hoje, como as vigas de ferro em treliça foram no século XIX a nota principal [...]. São elas criações impetuosas, sem compromisso de qualquer espécie com a expressão clássica [...]. (Cardozo, 1963, p. 4)

O engenheiro lamenta o fato de que as casas unifamiliares, as construções nas quais o arquiteto e os moradores expressam suas individualidades, são reservadas a uma parcela privilegiada da sociedade, enquanto a maioria dos habitantes de uma cidade moderna reside em apartamentos; em edifícios que, por vezes, são quase que inteiramente pré-fabricados, construídos para ser mais baratos e mais lucrativos, e não para oferecer oportunidades para expressão individual dos moradores, “alojados como se arrumam fichas num ficheiro ou se guardam mercadorias nas prateleiras” (Cardozo, 1963, p. 4). Essa parece ser uma ideia comum à época. Mais que uma ideia, um incômodo compartilhado diante do processo de verticalização de partes de São Paulo e do Rio de Janeiro. Podemos citar alguns textos.

Em matéria sobre projeto residencial de Pedro Paulino Guimarães, no Morumbi, bairro de São Paulo, publicada na edição de número 58 (janeiro/fevereiro de 1960), da *Habitat*, lê-se o seguinte: “Soma-se a residência para o casal Carlos Raul Arantes, no Morumbi, às novas soluções que os nossos arquitetos têm procurado dar aos seus trabalhos, para este novo bairro, moderno, residencial, selecionado, onde algumas moradias se apresentam como verdadeiros padrões de arquitetura viva.” (Uma residência... 1960, p. 17). Posteriormente, na edição de número 62 (1960) da mesma revista, em matéria sobre residência na Chácara Flora, projeto de Lucjan Korngold, lê-se:

A arquitetura paulista que por tanto tempo ficou em poucos exemplos realmente apresentáveis, está, mediante estas residências, que povoam as áreas periféricas da

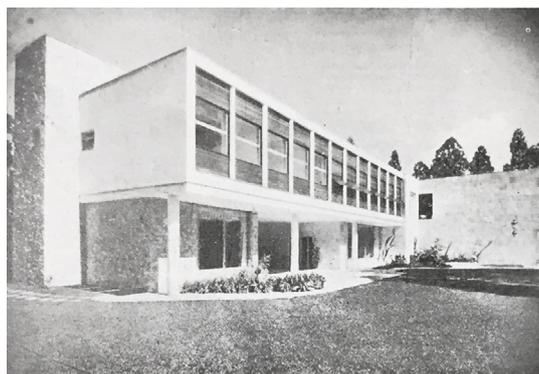


Figura 5: Projeto residencial de Lucjan Korngold.
Fonte: Moradia... 1960, p. 19-20.



Figura 6: Nova ponte no MAM no Rio de Janeiro. Fonte: Ferraz, 1962e, p. 26.

cidade, que as aproveitam pelas possibilidades ainda existentes, de uma composição isolada, servida por jardins. Seria interessante que os poderes públicos buscassem pôr em relevo este trabalho, esse interessante esforço em defesa da habitação, a que o paulistano se dispões, contra o “empilhamento humano”, caracterizador do aproveitamento imobiliário, que uma legislação urbanística não soube, em tempo, coibir, em defesa da limitação da população, da redução dos preços dos terrenos e das habitações, da higiene da cidade, da produção de bons serviços públicos, desde a circulação e o trabalho à recreação e as instalações essenciais. (Moradia... 1960, p. 20)

Joaquim Cardozo não estava apenas atento aos debates que aconteciam em seu entorno, como também participava em peso das discussões, tornando nítido o seu esforço no sentido de colaborar com as operações de Oscar Niemeyer e Lucio Costa de articulação de uma determinada modernidade com uma determinada tradição no campo da arquitetura e urbanismo brasileiro. Com isso em vista, é possível colocar em perspectiva as escolhas feitas pelas revistas que compõe o *corpus* desta pesquisa. A primeira metade da década de 1960, no Rio de Janeiro, foi marcada, dentre outros acontecimentos, pelas obras do Aterro do Flamengo, projeto de Reidy como funcionário do Departamento de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro, desenvolvido entre 1954 e 1959.

Afonso Eduardo Reidy, como Roberto Burle Marx, é confirmado pelos editores da revista *Habitat* como protagonista do campo da arquitetura e urbanismo contemporâneos. O arquiteto – que nasceu em Paris e acompanhou o pai, um engenheiro inglês, quando enviado ao Brasil como funcionário de uma companhia telegráfica – desenvolvia uma prática projetual a partir da qual se elaboravam considerações, nas revistas analisadas, em torno da ideia de síntese, menos entre modernidade e tradição, do que entre Europa e América: “[...] o produto original de um cruzamento entre os reflexos anglo-saxões e os im-

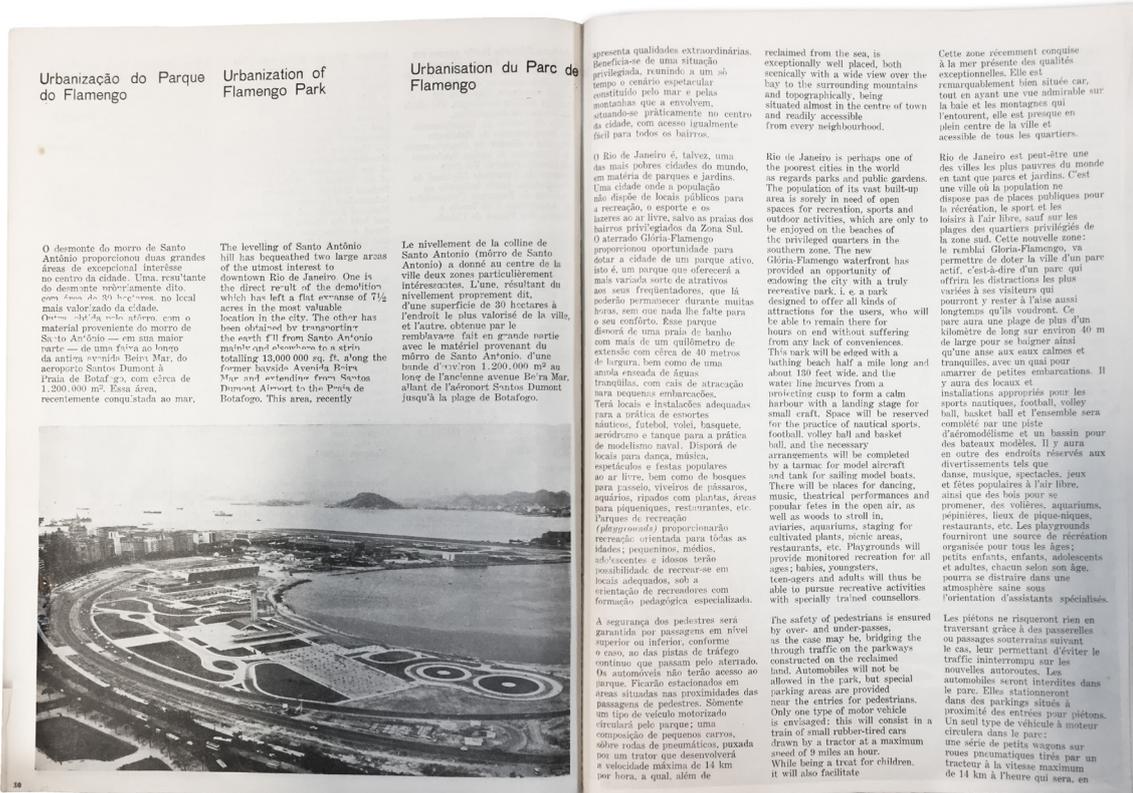


Figura 7: Urbanização do Parque do Flamengo.
Fonte: Urbanização... 1964, p. 30-31.

pulsos latino-americanos, a compenetração de tradições e de temperamentos opostos.” (Gassiot-Talabot, 1963, p. 13)

Reidy é citado na edição 69 da revista *Habitat* (setembro de 1962), que publica “Nova ponte no MAM no Rio de Janeiro”. No texto, Geraldo Ferraz elogia extensivamente o projeto de Reidy para a passarela mencionada no título, cuja estrutura havia sido calculada por Carmem Portinho e cuja implantação a posicionava em meio a jardins desenhados por Burle Marx, sugerindo que a construção se destaca como obra de arte. Ferraz opera um jogo de palavras a partir do termo técnico “obra-de-arte”, empregado por engenheiros como referência a construções como pontes e viadutos; e chega a afirmar que, “[...] no novo espaço da velha capital, se deu ao futuro essa obra prima de idealismo criador que é o MAM, levando por diante obras ingentes de cimento e vidro e aço, e a que devem contribuir todos quantos se interessarem pela manutenção das sementeiras de um devenir – a nova ponte de Reidy.” (Ferraz, 1962e, p. 26).

No ano seguinte, o arquiteto é novamente citado na edição 72 da mesma revista (junho de 1963), em pequena nota sobre os avanços de Fernando Saturnino de Brito para aproximar Brasil e Paraguai no campo da cultura – Saturnino de Brito estava no Paraguai como membro da comissão construtora do Colégio Experimental Brasil-Paraguai, projeto de Reidy (Arquitetura... 1963a). Em 1963 Affonso Eduardo Reidy se preparava para encerrar seu trabalho como servidor público, com o intuito de se dedicar integralmente à prática particular; haviam passado cerca de 10 anos desde o começo da elaboração do projeto para a sede do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM RJ) e finalmente era inaugurado o bloco principal do conjunto. Na ocasião, a *Habitat* 71 (março de 1963) publica “A personalidade e a obra de Reidy”. Para Geraldo Gassiot-Talabot, Reidy “se sente plenamente brasileiro” por ter passado a maior parte de sua vida e de seus anos de formação em um país “que é uma terra de encontros e fusão de povos, como todas as democracias americanas”; Affonso Eduardo Reidy “possui as suas tradições

estéticas herdadas do barroco português, suas correntes formais, e uma originalidade carioca verdadeira” (Gassiot-Talabot, 1963, p. 13).

O texto retrata Reidy como um pioneiro, defensor da arquitetura moderna que pôde, como funcionário público, sustentar-se, sustentar a defesa de seus ideais políticos, e manter uma prática particular de arquitetura. Gassiot-Talabot destaca a participação de Reidy, a convite de Lucio Costa, na equipe responsável pelo projeto do atual Palácio Gustavo Capanema, considerado pelo autor como núcleo da renovação da arquitetura brasileira, ao lado de Oscar Niemeyer e Jorge Machado Moreira, mas não cita Ernani Vasconcellos tampouco Carlos Leão, que assumiu a liderança do projeto após Lucio Costa se afastar em 1937 (López-Durán, 2019); Gassiot-Talabot também não cita Carmem Portinho, companheira de Reidy e responsável pelo cálculo estrutural de diversos projetos de autoria do arquiteto. Retomando a ideia de síntese, o texto afirma que Reidy havia sido influenciado por Le Corbusier, Walter Gropius e Mies van der Rohe; assim sendo, desenvolveu um trabalho humanista como os franceses, formalmente bem resolvido como os alemães e audacioso como os americanos.

Agora, não se pode dizer que esta filiação tripla seja perceptível na arte de Reidy (como é o caso em certos arquitetos que assimilaram mal as suas fontes) no ambiente das características de seus programas; elas se fundem, pelo contrário, para dar este paradoxo, que define o seu estilo, esta espécie de *barroquismo clássico* que lhe pertence em propriedade frente à audácia expressiva de Costa e Niemeyer e nos seduz nos conjuntos de Pedregulho e da Gávea como no magistral edifício do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. (Gassiot-Talabot, 1963, p. 13)

Na edição 73 da revista *Habitat* (setembro de 1963), uma pequena nota intitulada “Rebaixamento da máquina em benefício do homem” comenta a homenagem do governo da Guanabara ao jornalista Paulo Bittencourt, batizando com seu nome o viaduto projetado por Reidy no aterro do Flamengo (Rebaixamento... 1963). Também em 1963, Sérgio Bernardes recebe significativa atenção da revista paulista *Habitat*, em sua edição de número 74 (dezembro), em comentário sobre os espaços dedicados à arquitetura e urbanismo na VII Bienal de Arte de São Paulo²:

A Sala Especial Sérgio Bernardes teve pouca repercussão na imprensa e entre os arquitetos. Naturalmente, isto não constituirá uma decepção para ele, como não constituiu para outros, em semelhantes oportunidades, pois os arquitetos que não gozam dos favores oficiais sabem muito bem que têm um longo caminho a percor-

² A primeira Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, organizada pela Fundação Bienal e pelo IAB, aconteceu em 1973; até aquele momento, arquitetura e urbanismo compunham a Bienal Internacional de Artes.

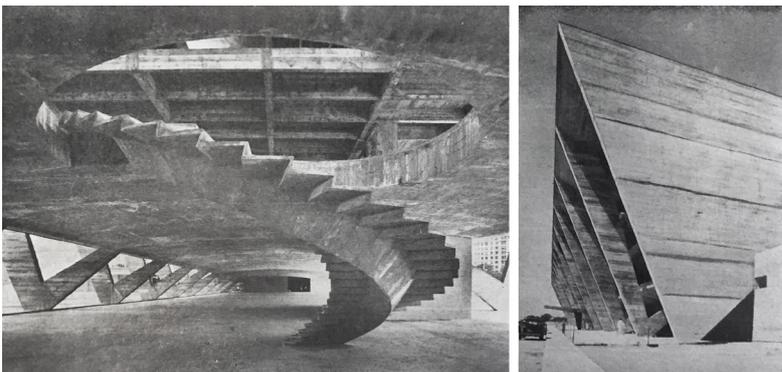


Figura 8: A personalidade e a obra de Reidy.
Fonte: Gassiot-Talabot, 1963, p. 14.

rer, na elucidação dos problemas que lhes estão afeitos e que não são poucos. E esse caminho tem de ser feito “à rebours” da corrente imobiliária e mesmo da vida profissional que muitos levam por diante sem consideração alguma à ética do arquiteto. (Ferraz, 1963c, p. 33)

Afonso Eduardo Reidy faleceu em agosto de 1964, cerca de um mês depois de falecido seu colega de profissão, Marcelo Roberto. A edição 78 da *Habitat* (julho/agosto de 1964) presta homenagem póstuma aos arquitetos cariocas (Ferraz, 1964); na mesma edição, publica-se longo e elogioso texto de Pietro Maria Bardi (1964) sobre Roberto Burle Marx, versão resumida da introdução do livro “Os jardins tropicais de Burle Marx”, do mesmo autor (Corona, 1964d). Igualmente, as revistas *Acrópole* e *Módulo* prestam homenagem póstuma a Reidy e Marcelo Roberto (Faleceu... 1964; Marcelo Roberto... 1964; Corona, 1964c). Em sua edição de número 37 (agosto de 1964), a *Módulo* publica matérias sobre o recém-inaugurado Parque do Flamengo (Peixoto, 1964; Urbanização... 1964; Inauguração... 1965) e sobre Reidy (Afonso Eduardo Reidy... 1964).

Nosso recorte é marcado pelo falecimento de outros importantes nomes da arquitetura e urbanismo brasileiros: em 1964, a *Acrópole* de número 312 (novembro/dezembro de 1964) lamenta a morte de Carlos Millan, em um acidente de automóvel, aos 37 anos (Falecimento... 1964; Corona, 1964e); em sua edição de número 317 (maio de 1965), homenageia Millan publicando texto de Jorge Wilhelm (1965) sobre o arquiteto e diversos projetos de sua autoria; no ano seguinte, a *Acrópole* de número 322 (outubro) lamenta a morte de Rino Levi (Rino Levi... 1965; Corona, 1965b; 1965c).

No campo das artes, a *Módulo* 27 (março de 1962) presta homenagem a Cândido Portinari, que havia falecido aos 58 anos, com textos de Flavio de Aquino (1962) e José Roberto Teixeira Leite (1962). A revista *Habitat* 67 também prestou homenagem ao pintor, com texto de José Geraldo Vieira, no qual lê-se:

Se pudéssemos dividir o acervo de Portinari em dois lotes nada tendo de cronológico, mas sim apenas de temático, diríamos que certas telas, painéis e murais são ofertas suas ao Ecúmeno, ao mundo, como prova adulta e viril da nossa capacidade de potência pictórica. Aí ele se anexa traumatizantemente à obra universal plástica de todos os tempos, numa recuperação veloz, mediante certos títulos históricos apologeticos no mercado das Artes Visuais. E diríamos que certas outras telas, painéis e murais são ofertas suas ao Povo, ao Brasil, como prova íntima e dialética, diríamos mesmo política, da nossa capacidade de raças miscigenadas. (Vieira, 1962a, p. 27)

No texto, o autor afirma que o talento do pintor era tal que o colocava, desde criança, em contato com os mestres europeus. Sua esposa e uma tela foram as “duas riquezas” que trouxe quando retornou da Europa, em 1931 (Vieira, 1962a, p. 22). Pouco tempo depois da morte de Portinari, faleceu Alberto da Veiga Guignard, que seria igualmente homenageado pela revista:

As moças mineiras, hoje, se parecem todas com Maria Celina, Ione, Sara, Ana Luíza, Jeanette, Maria Helena, Iara Dalva, Lia Salgado, Priscila, Marinela, Lisete, Elisabeth, Helena, Marília, que ele pintou. As moças morenas e místicas cujos retratos se transformam agora em retábulos de exéquias e de réquiens. (Vieira, 1962b, p. 48)

A mesma edição da revista *Habitat* comemora o quadragésimo aniversário da Semana de Arte Moderna de 1922 com texto de Manuel Germano. Intitulado “O quadragésimo aniversário da Semana de Arte Moderna”, o artigo faz uma breve revisão bibliográfica sobre o tema e conclui que, ainda que a produção sobre o período fosse relativamente abrangente, não era suficiente para corrigir imprecisões

conceituais e erros historiográficos – esforço que o texto procura fazer, de alguma maneira. De acordo com o autor, Anita Malfatti – que viria a falecer em 1964 – foi a única pintora da Semana de 22 realmente modernista, justamente porque estava afastada do movimento moderno brasileiro e próxima do expressionismo alemão e da Nova Objetividade. Isto é, a Semana de 22 não era exatamente moderna, mas havia “preparado o solo” para os diversos movimentos de vanguarda brasileiros que surgiram ao longo dos anos que se seguiram (Germano, 1962).

Vale mencionar também que as revistas deram especial relevo ao trabalho do escultor Bruno Giorgi, com destaque para os “Guerreiros” (Os “Guerreiros”... 1960; Vieira, 1960b).

No estrangeiro as revistas dão singular atenção para Richard Neutra. Em 1960, a *Habitat 60* (maio/junho) publicou matéria que nos parece importante como registro da recepção, na América Latina, de debates estadunidenses contemporâneos. O texto “Evocando Richard Neutra”, de Eduardo E. Lozano, é o relato de opiniões expressas por Neutra em visita à Escola de Arquitetura da Universidade do Litoral (atual Universidade Nacional de Rosário), na Argentina. Algo que nos chama a atenção ali são as referências à esposa do arquiteto austro-estadunidense. Após um breve, mas entusiasmado relato da visita de Neutra à Argentina, e de uma breve, mas elogiosa descrição do “perfil” do arquiteto, o texto diz:

Tal é Richard J. Neutra, que com bom humor comentava um teste que lhe fez a Universidade de Califórnia, em Berkeley, há pouco tempo. Suas aptidões o indicam para ministro religioso em primeiro lugar ou músico de segunda classe.

Mas isto só descreve um setor. Há outro que igualmente fica oculto e que é absolutamente essencial: chama-se Dione Neutra.

Quem conhece Mrs. Neutra, acha-a tão admirável como o mestre. É extraordinário que ambos, à distância de 20 metros, expressam a mesma opinião sobre uma obra que viram pela primeira vez em Buenos Aires. (Lozano, 1960, p. 13-14)

O texto é permeado por citações a projetos de Neutra e debate suposta ausência de arquitetos junto ao poder público em atividades de planejamento como uma condição generalizada. Também toca em questões relativas às responsabilidades do arquiteto e sobre a relação de confiança que o profissional deve estabelecer com seus clientes. Ecoando a participação de Neutra no Congresso Extraordinário da Associação Internacional de Críticos de Arte, também tange o tema da relação entre corpo, espaço e habitat. Outro tema de destaque é a organização do trabalho no escritório de Neutra:

Richard J. Neutra nunca intervém na correspondência pessoalmente. Mrs. Neutra conhecendo todo o funcionamento do estúdio, prepara o material, mas não assina.

[...]

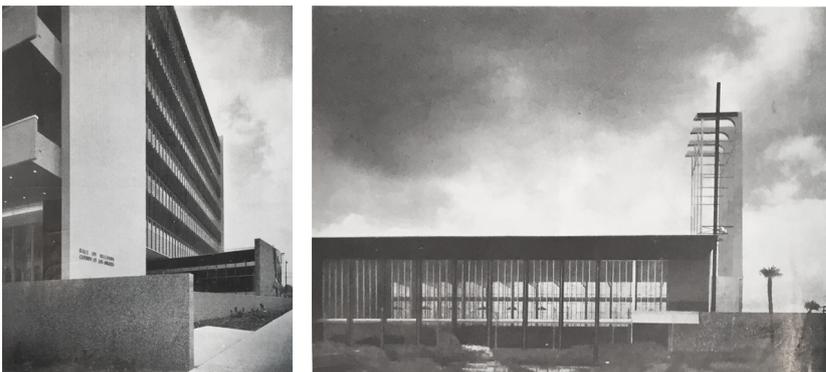


Figura 9: Projetos de Richard Neutra.
Fonte: Ferraz, 1962c, p. 7-10.

O arquiteto não deve ser uma prima-dona, diz Richard J. Neutra. Trabalhar assim já é tão difícil, portanto, é melhor para ele ter um grupo de jovens colaboradores. Nunca teve problemas com eles, sendo o tema do trabalho em equipe, tema esse de vários de seus escritos.

O problema fundamental é o da união entre seus membros – podendo compará-los a um harém. Lembra-se o mestre ter visto um harém em Bósnia, durante a primeira guerra, onde encontrou uma família bem construída, com várias esposas em paz e crianças que cresciam melhor em grupos grandes. Quando o homem sai, as esposas seguíam em fila, por hierarquia. O sentido de proporção do que se necessita e do que resulta surge de um completo equilíbrio do sistema nervoso total do experiente líder do grupo.

[...]

Vale mais formar discípulos do que críticos. (Lozano, 1960, p. 16)

Em setembro de 1962, a edição de número 69 da *Habitat* volta a falar sobre Richard Neutra, “o primeiro arquiteto europeu que sofreu a influência e conheceu, diretamente, a experiência da arquitetura norte-americana” (Ferraz, 1962c, p. 5). Para o autor, o austríaco que imigrou para Los Angeles estabeleceu uma prática de arquitetura que, de muitas maneiras, se aproxima daquela dos arquitetos ligados à Bauhaus e, ao mesmo tempo, dos ideais estadunidenses de liberdade e democracia. Ainda de acordo com o texto, o desenho de Neutra é indubitavelmente um ato político; não por haver desenhos de arquitetura que não o sejam, mas porque Neutra dá especial relevo para a dimensão política do trabalho do arquiteto.

Richard J. Neutra não se tornou apenas um grande arquiteto dobrado em urbanista, mas um sociólogo da habitação e da urbanização, um verdadeiro Político, no alto sentido da palavra; um Político cujo partido é a boa arquitetura, sem formalismos, mas voltado para a realidade do homem médio, do homem de nosso tempo, da classe média, que mais profundamente estudou, na Califórnia, nas ilhas das Caraíbas. (Ferraz, 1962c, p. 6)

Evidentemente também é de grande relevância o conjunto de menções a Le Corbusier ao longo de nosso recorte. Em sua edição de número 32 (março de 1963), *Módulo* publica a breve carta assinada pelo arquiteto franco-suíço que marca o fim de sua terceira e última viagem ao Brasil, realizada em 1962 (Le Corbusier, 1963), e um texto assinado por Oscar Niemeyer em homenagem ao antigo mestre:

Começamos a tomar contato com a obra de Le Corbusier nos bancos da Escola Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro. Aí a estudamos, manuseamos seus álbuns, procurando sentir suas intenções, tentando descobrir em cada traço, em cada curva, o objetivo arquitetural. Mesmo depois de formados há vários anos – sua obra permaneceu como uma espécie de guia, de tira-dúvidas, que consultávamos com frequência. (Niemeyer, 1963, p. 23)

Le Corbusier esteve no Brasil entre os dias 22 e 30 de dezembro de 1962: passou pelo Rio de Janeiro, onde encontrou Lucio Costa e Jacques Baeyens, então embaixador da França no Brasil; seguiu para Brasília, onde encontrou Oscar Niemeyer e Ítalo Campofiorito, então chefe do Serviço de Urbanismo Metropolitano de Brasília; passou quatro dias na nova capital e regressou ao Rio de Janeiro, onde encontrou Darcy Ribeiro, então ministro da Educação, Gustavo Capanema e Roberto Burle Marx. Nessa viagem, procurou novas comissões e pôde falar sobre o seu projeto para a embaixada da França em Brasília –

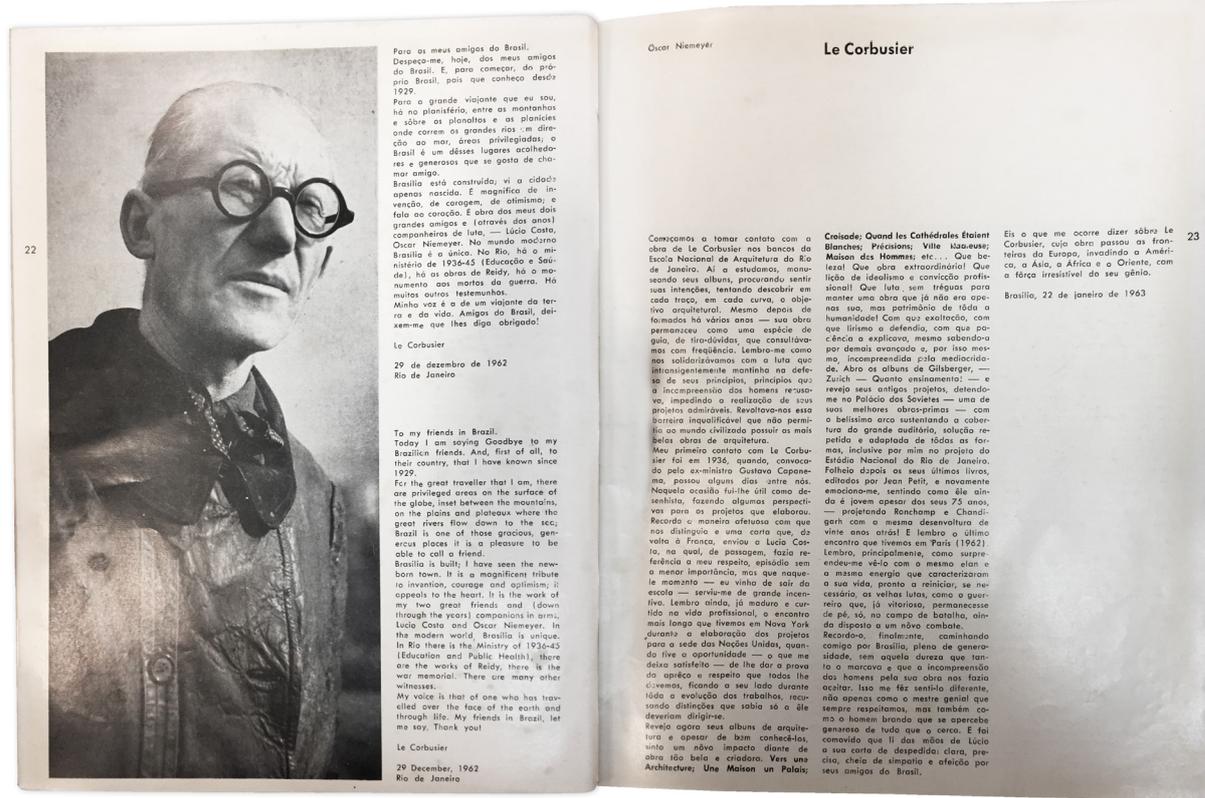


Figura 10: Le Corbusier.
Fonte: Le Corbusier, 1963, p. 22.

que por fim não foi construída segundo o seu traço. Também nessa viagem, Le Corbusier pôde visitar o edifício do então Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, após completo (Chiarelli, 2020).

Em seu texto, Niemeyer relata brevemente seus encontros com Le Corbusier, retratando-o como um guerreiro vitorioso que, aos 75 anos, continuava pronto para a batalha; arquiteto “cuja obra passou as fronteiras da Europa, invadindo a América, a Ásia e o Oriente, com a força irresistível do seu gênio.” (Niemeyer, 1963, p. 23). Le Corbusier é novamente citado na *Acrópole* 298 (agosto de 1963) por Eduardo Corona, que comemora os 40 anos da publicação de *Por uma arquitetura* (publicado como livro em 1923, traduzido para o português brasileiro em 1973), que, de acordo com o texto, deu ao arquiteto franco-suíço “a oportunidade de chamar a atenção dos arquitetos do mundo todo para algumas de suas realizações técnicas que estavam representando verdadeiramente bom senso, realidade, compreensão, ao lado do mau gosto, da desordem, da falsidade das construções comuns da época.” (Corona, 1963c, np).

De toda lição do passado sadio e grandioso em que a grande arquitetura foi realizada e desses aspectos de renovação e revolta depois de um período desastroso no campo da arte e da arquitetura, Le Corbusier nos traz a bandeira de uma época para modificar, para engrandecer uma arquitetura que, hoje, 40 anos depois aí está, a fantástica e poética arquitetura contemporânea que, no Brasil, tomou corpo, criou personalidade. [...] Já muita coisa se realizou. Muitos anseios e ideias se consolidaram. Nos encontramos, porém, em plena revolução arquitetônica [...]. (Corona, 1963c, np)

No mesmo ano, na *Acrópole* de número 293 (abril de 1963), Corona havia homenageado Niemeyer por ocasião da consagração do arquiteto carioca com o Prêmio Lênin da Paz, pela União Soviética:

Verifica-se sem dúvida a importância que adquire para a arquitetura e para o arquiteto a participação ativa e decidida nos problemas sociais para atendimento

das exigências essenciais dessa arte, cuja finalidade é atender ao homem naquilo que tem de necessidades materiais e espirituais. Para viver melhor, morar bem, circular corretamente, trabalhar de modo eficaz e recrear-se suficientemente. Não temos dúvida que Lucio Costa, ao traçar Brasília, para isso contribuiu, e Oscar Niemeyer, ao criar seus espaços arquitetônicos, determinou novos horizontes para a arquitetura brasileira. São impactos da intenção plástica que concretiza toda grande arquitetura que possui conteúdo profundamente humano e que, neste caso, se vai impondo no tempo e no espaço. As diretrizes de Brasília estão impondo condições à arquitetura que nós arquitetos procuramos fazer nos dias atuais. (Corona, 1963a, np)

Em agosto de 1963, Jorge Amado (1963) presta homenagem a Niemeyer pelo prêmio, em texto publicado na *Módulo* 34. No mesmo ano, na *Acrópole* 294 (maio de 1963), Eduardo Corona comenta sobre o recém-lançado *Sobre arquitetura*, da autoria de Lucio Costa, “o mestre inconfundível, que sem sombra de dúvida é o arquiteto que mais autoridade tem para falar sobre nossa arquitetura.” (Corona, 1963b, np).

Também em 1963, Walter Gropius completou 80 anos de idade, motivo pelo qual a *Habitat* 72 (junho de 1963), em seu editorial, presta homenagem ao arquiteto alemão. De acordo com o texto, a arquitetura brasileira passava por um momento “particularmente polêmico” no qual fazia sentido observar que “um dos raríssimos ‘inventores’ da arquitetura contemporânea” continuava bastante ocupado. Gropius se dedicava ao edifício Pan-American, em Nova Iorque; ao edifício John F. Kennedy, em Boston; ao Picadilly Circus, em Londres; e à Universidade de Bagdá, por cuja formulação do sistema de ensino também era responsável. A Universidade de Bagdá era, naquele momento, a expressão máxima da ideia de que o arquiteto “deveria ser o responsável pelas implicações totais de seu trabalho” e da busca pela “unidade na diversidade” – ideia que têm especial relevo nesse editorial (O jovem... p. 5).

O “mundialmente famoso urbanista, arquiteto e pintor Le Corbusier” faleceu em 1965, aos 77 anos (Falecimento... 1965, p. 19). A última edição da *Habitat*, de número 84 (jul./ago./set./out./nov./dez. de 1965), presta homenagem a Rino Levi, a quem é atribuída parte da responsabilidade pela afirmação da arquitetura como disciplina autônoma, e ao arquiteto franco-suíço, que, afirma-se, havia sido o grande responsável pelo surgimento de uma arquitetura moderna no Brasil:

Devemos-lhe o risco do Ministério da Educação, o mais belo edifício moderno que o Rio possui, completado nos pormenores por uma equipe de arquitetos brasileiros, que se tornaram os discípulos amados de Le Corbusier, e que foram Jorge Machado Moreira, Carlos Leão, Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Vasconcelos, Affonso Eduardo Reidy. (Ferraz, 1965, p. 18)

Projetos, crítica e a posição das revistas

Por volta de 1960, os textos que acompanham os projetos são com certa frequência relativamente longos, descritivos, informando sobre questões técnicas e descrevendo elementos plásticos, sobretudo cores e materiais que não podem ser facilmente apreendidos observando as fotografias em preto e branco; mas também são críticos, destacando aspectos positivos e negativos do projeto e inserindo os projetos em debates mais amplos, inclusive acerca da construção e inauguração da nova capital. Contudo, por volta de 1965 os poucos textos são, em geral, breves, contendo apenas uma descrição geral e acrítica do projeto. Por ora, não somos capazes de esboçar hipótese explicativa diante dessa constatação.

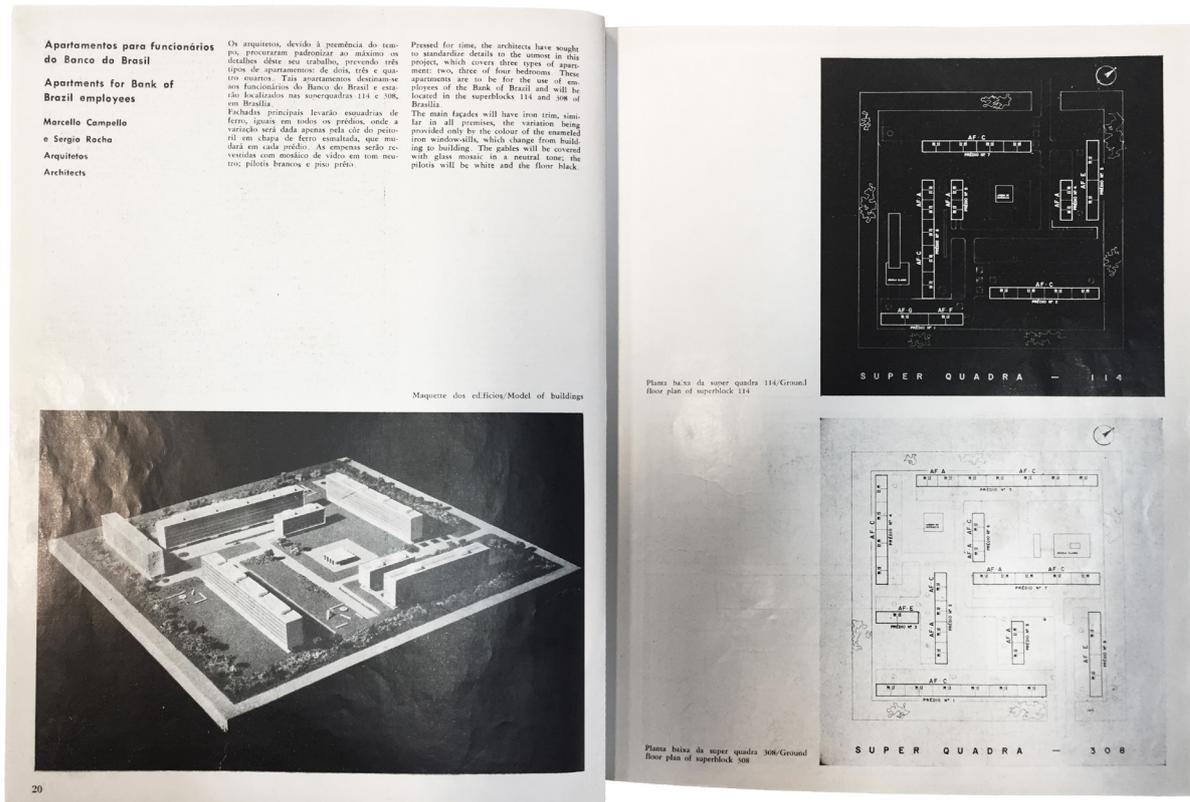


Figura 14: Superquadras 114 e 308 Sul, de Marcello Campello e Sérgio Rocha. Fonte: Apartamentos... 1960, p. 20-21.

e *Acrópole* com frequência, no começo do nosso recorte, assumissem postura marcadamente crítica em relação à nova capital. Apesar das críticas, a nova capital parece imediatamente ter se tornado paradigma do pensamento em prol da setorização e da implantação de leis de zoneamento nas cidades; Brasília rapidamente se tornou referência (ora positiva, ora negativa) para novas concepções no âmbito do desenho das cidades (com destaque para as soluções dadas ao sistema viário) e no âmbito das determinações reguladoras do espaço urbano. Geraldo Ferraz afirma:

[...] arquitetura é um patrimônio coletivo, e mesmo através de injunções comerciais, ela deve se manifestar, já que o poder público, indiferente, cego, incompetente, não acompanhou a técnica e a arte da construção da cidade. Uma boa arquitetura, como a do edifício “Nações Unidas”, exigiria da cidade, que ela tivesse à sua disposição uma legislação adequada para recebê-la, e com ela se enquadraria, melhor, em todo o seu sentido, funcional e plástico. (Ferraz, 1959, p. 22)

O texto sobre o edifício de Abelardo de Souza destaca o contraste entre o projeto moderno e “a feia arquitetura que a avenida Paulista e a avenida Brigadeiro Luís Antônio tiveram”, bem como entre o Edifício Nações Unidas e “outros edifícios de ‘carregação’, em que se gasta tanto ou mais, e em que o mau gosto se imiscui com uma preponderância incrível, em arranjos de pseudomodernização decorativa externa, quando toda a revolução arquitetônica visou acabar com a ‘mentira das formas’, na palavra sempre bem lembrada de Van de Velde.” (Ferraz, 1959, p. 21). O elogio a características que podemos entender como modernas também aparece, na mesma edição da revista, no texto sobre a Residência no Brooklin Paulista e a Residência Indianópolis, projetos de Victor Reif (Residências... 1959).

No mesmo espírito, a *Habitat 58* (janeiro/fevereiro 1960) publica matéria sobre residência projeto de Rino Levi no Jardim Europa, em São Paulo – trata-se da Residência Castor Delgado Perez. É notável o

elogio à setorização: “Foram de tal forma previstos repartido quatro pátios, sendo um na frente do terreno, destinado a serviço, um nos fundos, destinado aos dormitórios, e dois na parte central da casa, destinados ao setor de representação.” (Residência... 1960b, p. 15). A revista *Acrópole* publica esse mesmo projeto na mesma época, com texto mais descritivo, menos qualitativo (Residência... 1960a).

Podemos citar o conjunto de apartamentos para funcionários do Banco do Brasil nas Superquadras Sul 114 e 308, publicado na *Módulo* 17 (abril de 1960), de Marcello Campello e Sérgio Rocha, que procuram fazer amplo uso de elementos modulados para encurtar o tempo de projeto e de construção (Apartamentos... 1960). Outro conjunto de apartamentos para funcionários do banco ganha destaque na mesma edição da *Módulo*, projeto de Ney Fontes Gonçalves e João Henrique Rocha para o Setor de Habitações Individuais Geminadas. De acordo com a revista, foram projetados, além de casas, pequenos blocos de apartamentos que mantêm a densidade planejada ampliando a área livre. As casas têm diferentes plantas e tratamentos de fachada para evitar o aspecto de casas em série; para garantir sua autonomia e eliminar a promiscuidade, as paredes divisórias chegam ao alinhamento do lote (Habitações... 1960).

A revista *Módulo* de número 22 (abril de 1961) apresenta o edifício Gragoatá, no Rio de Janeiro, projeto de Maurício Sued e Marcello Fragelli, afirmando que a lei de especulação imobiliária, altamente restritiva e equivocada, que levou à urbanização absurda de Copacabana, permitia ali apartamentos com até três quartos, mas o espírito elevado do proprietário permitiu aos arquitetos a concepção de apartamentos de dois quartos, fazendo com que os outros ambientes fossem maiores do que o mínimo exigido em lei; todavia, as mudanças de partido em meio à obra e a legislação inapropriada restringiram a atuação dos arquitetos (Edifício... 1960e). A matéria seguinte, sobre o projeto de Oscar Niemeyer para a Fundação Getúlio Vargas, também faz uma crítica ao processo de urbanização e verticalização do Rio de Janeiro:

Embora projetando apenas para a Fundação, o arquiteto fez uma tentativa de indicar uma urbanização para toda a faixa da Praia de Botafogo, o que seria ainda possível na época do anteprojeto (1954/55), e que conservaria a beleza natural dos arredores, que hoje está comprometida pela construção absurda de prédios medíocres, uns colados aos outros, tal como se deu em Copacabana, bloqueando totalmente a vista para as montanhas. (Fundação... 1961)

Em tom de polêmica, a *Habitat 66* (1961) publica pequena nota descrevendo a casa “em estilo colonial”, projetada para si por Niemeyer, prestes a ser concluída em Brasília: “Nela, nada existe do construtor de Brasília, exceto a revelação do lado humano. [...] Seu custo ficará por volta de 10 milhões, já tendo sido consumidos 8. É barato, se considerarmos o preço da construção em Brasília.” (Niemeyer... 1961a, p. 63). O texto também afirma:

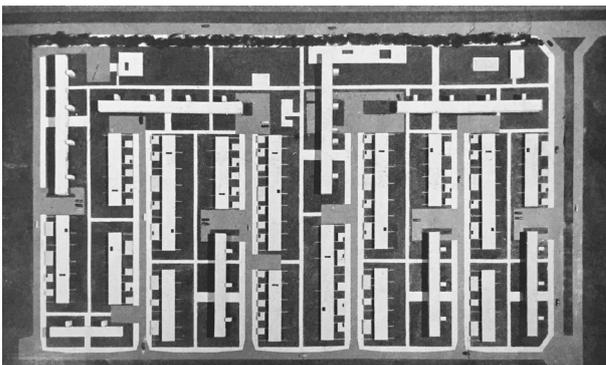


Figura 15: Apartamentos, Gonçalves e Rocha.
Fonte: Habitações... 1960, p. 23.



Figura 16: Edifício Gragoatá, Sued e Fragelli.
Fonte: Edifício... 1960e, p. 14.

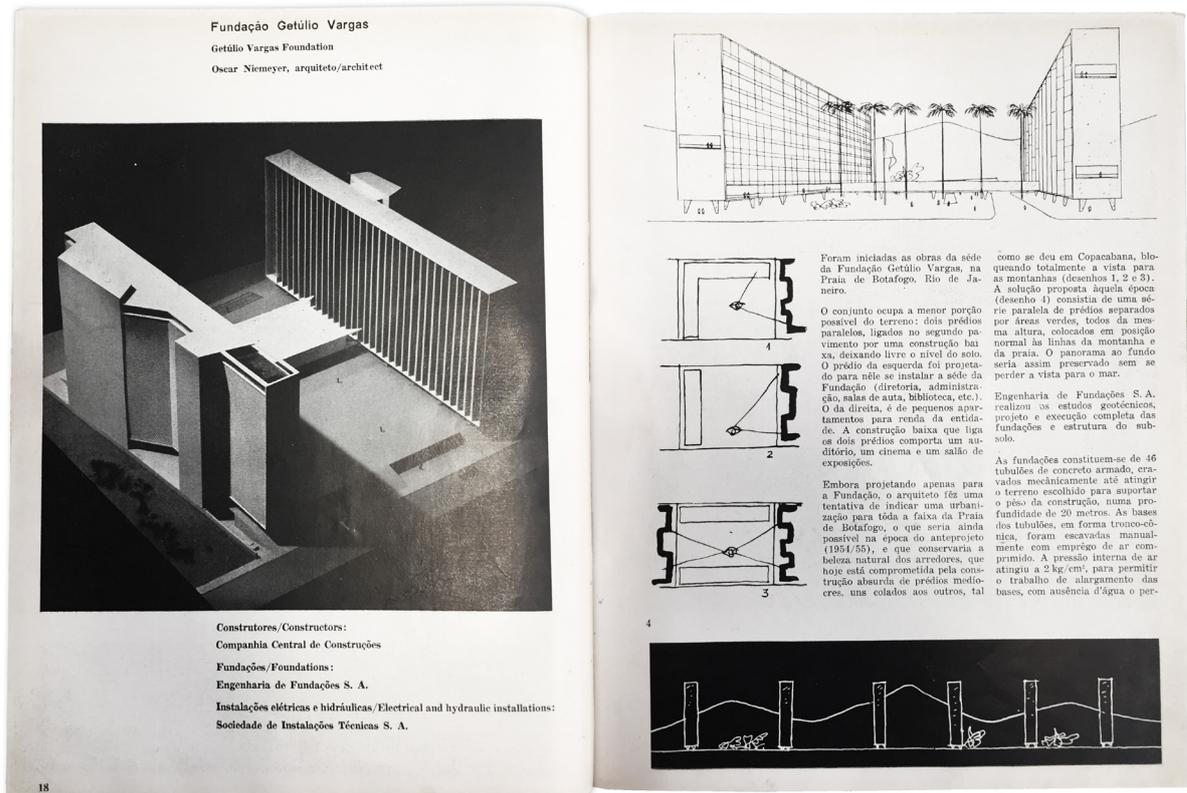


Figura 17: Fundação Getúlio Vargas, de Oscar Niemeyer.
Fonte: Fundação... 1960, p. 18-19.

Não há porão, mas a casa faz parecer que tem: seu piso está quase um metro acima do chão, o que valoriza a sacadas dos janelões, cujas esquadrias serão em azul escuro. Sótão só não existe propriamente porque o forro de tabuinhas não lhe dá firmeza.

Branca e alpendrada, a casa desmente quase todos os princípios defendidos por Niemeyer em seu curto e prolixo livro *Minha Experiência em Brasília*. (Niemeyer... 1961a, p. 63)

Mesmo que diversos autores procurassem inserir seus textos em debates amplos sobre aspectos do planejamento urbano, o número de projetos publicados que podemos considerar pertencer à categoria “desenho urbano” é relativamente pequeno. Destacamos a *Acrópole* de número 289 (dezembro de 1962), que apresenta: um assentamento para operadores da Usina de Jupia, próximo ao município de Três Lagoas, desenhado por Ernest Roberto de Carvalho Mange e Ariaki Kato (Planejamento... 1962); um bairro para funcionários da Petrobrás em Cubatão, de Carlos Alberto Gomes Cardim Filho e Luciano Otávio Ferreira Gomes Cardim (Cidade... 1962); e um empreendimento residencial em Bauru, desenhado por Fernando Ferreira de Pinho e José Silva Martha Filho (Bairro... 1962).

Chama nossa atenção o destaque dado pelas revistas a projetos em estâncias turísticas, sobretudo no litoral paulista, em 1959 e 1960. Imaginamos que o aparente desenvolvimento do turismo esteja relacionado com o crescimento acelerado dos grandes centros urbanos – com destaque, nas revistas, para São Paulo – e a ampliação do poder de compra, e conseqüentemente do acesso, ao lazer por uma parcela da população das cidades, processo esse ligado à formação da classe média urbana como a conhecemos hoje.

Tanto a revista *Módulo* de número 16 (dezembro de 1959) (Conjunto... 1959), quanto a revista *Habitat* de número 58 (janeiro/fevereiro de 1960) (Balneário... 1960), dão destaque para um empreendimento no Guarujá, projeto de Marcelo Roberto, Maurício Roberto, Hélio Uchôa, Sérgio Bernardes

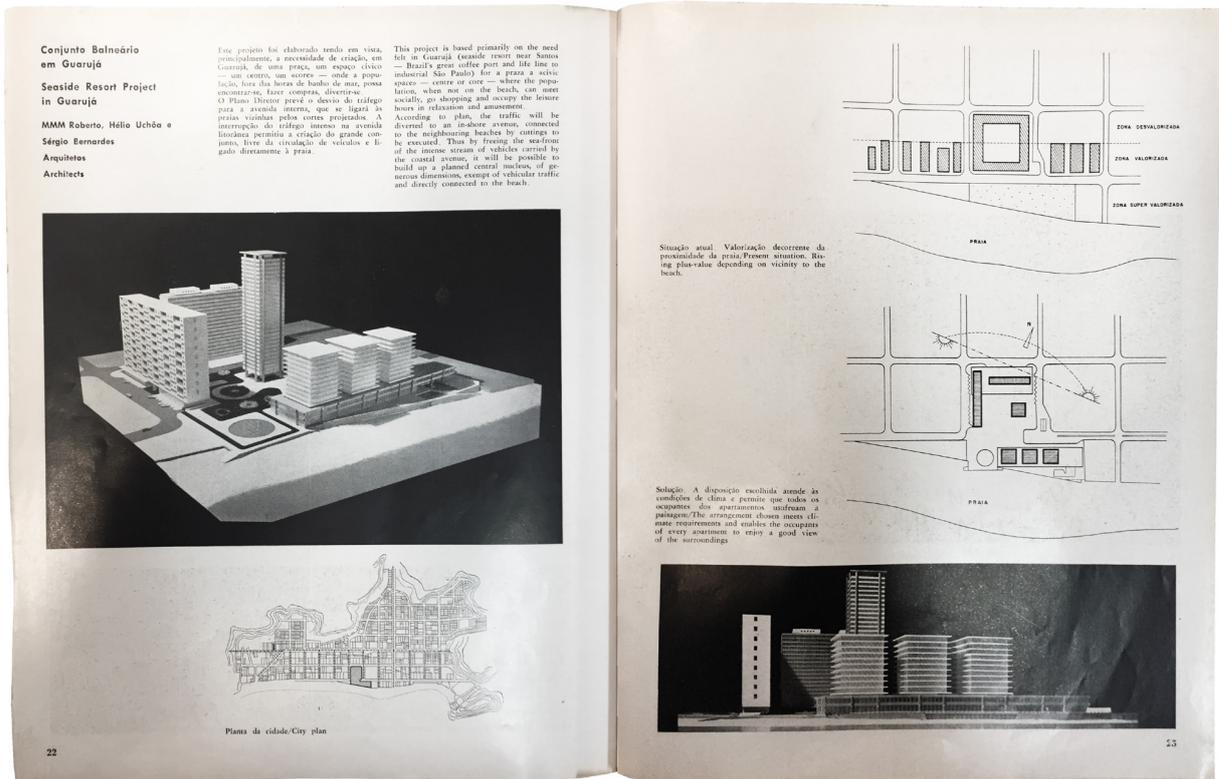


Figura 18: Balneário no Guarujá, de Marcelo Roberto, Maurício Roberto, Hélio Uchôa, Sérgio Bernardes, e Roberto Burle Marx.
 Fonte: Balneário... 1960, p. 22-23.

e Roberto Burle Marx, que contemplava apartamentos, lojas e hotel. “Faltava à cidade uma praça, um espaço cívico, um centro, um “core”, onde a população, fora das horas de banho de mar, pudesse vir a se encontrar, comprar, recriar-se.” (Balneário... 1960, p. 9). O texto do projeto também afirma:

A oposição que se esboça em torno desse projeto é compreensível, pois não se fez a propaganda necessária de suas grandes consequências, não se criou a mentalidade para a aceitação de uma etapa do progresso, ou da “queima de várias etapas”, que a tanto equivale o projeto que ilustramos, modestamente, nestas páginas. Quanto à responsabilidade dos arquitetos que assinam o projeto, coloca acima de qualquer discussão as soluções estabelecidas. Talvez ainda seja cedo demais para imaginarmos a realização de tão importante trabalho, num pequeno centro balneário, como é o Guarujá, dada a mentalidade “local” que prevalece nesses assuntos, e que não possuirá, talvez, a necessária visão para admitir o esforço posto em equação arquitetônico-urbanística. (Balneário... 1960, p. 9)

Também podemos tomar como representativas do processo de formação da classe média brasileira matérias sobre projetos ligados ao exercício do consumo, ainda que não sejam muito volumosas nas páginas das revistas. Em 1962, a *Habitat* de número 67 (março) publica “Vitrines modernas”, no qual afirma-se que o bom gosto é fator essencial na decoração dos mostruários (Vitrines... 1962). Ainda em 1960, a *Habitat* 58 (1960) publicou matéria sobre loja da companhia aérea holandesa KLM em São Paulo, projeto de Giancarlo Palanti e Henrique Mindlin. O texto afirma:

As instalações dos novos escritórios ligados às companhias de navegação aérea, em São Paulo, têm assumido um relevo todo especial no conjunto decorativo que a vários arquitetos tem se entregue a responsabilidade de organizar. Esse sopro

renovador parte de uma inteligente associação da ideia que a aviação representa em nosso tempo, como o meio mais avançado das comunicações das cidades, dos países e dos continentes. Uma agência de navegação aérea é a porta de entrada de uma rota no espaço, representando o máximo de técnica, de aperfeiçoamento, de conforto, de eficiência que se poderá reclamar em nosso tempo. (Loja... 1960, p. 22)

A *Habitat* 62 (1960) publicou hotel assinado por Abelardo de Souza e, como em outras matérias à época, sobre outros hotéis, destaca a alta qualidade das instalações, acomodações e serviços (Tropical... 1960). No ano seguinte, na edição 63 (março de 1961), a revista publica “Considerações sobre hotéis”, de Hans Broos, que pretende ser algo como um manual para a elaboração de projetos de hotéis econômicos, eficientes e lucrativos, num contexto em que “a exigência primária do capital é o lucro” (Broos, 1961, p. 30). Nessa mesma edição, publicou-se projeto de hotel em Blumenau, de autoria do arquiteto eslovaco de origem alemã, em matéria que reproduz o tom técnico de “Considerações sobre hotéis” (Grande... 1961).

O Brasília Palace Hotel foi inaugurado em 30 de junho de 1958. Primeira obra entregue na nova capital após o Palácio da Alvorada, foi citado em certas ocasiões ao longo do ano de 1960³. Na *Habitat* 60 (maio/junho de 1960) publica-se o projeto do Hotel Nacional de Brasília, de Nauro Jorge Esteves, com texto que faz uma crítica implícita ao Hotel de Oscar Niemeyer (Hotel... 1960a). O projeto de Esteves foi publicado também na *Módulo* 20 (outubro de 1960) (Hotel... 1960c). A edição 61 da *Habitat* (1960) publicou matéria sobre edifício de apartamentos e hotel em Anápolis, “longínqua cidade de Goiás” que, como outros municípios à época, sofria “aquele impulso de subitâneo desenvolvimento” após o advento de Brasília. O texto que descreve o projeto em Anápolis afirma: “O andar superior é todo ele ocupado pela parte própria hoteleira; encontram-se aí salões, bar, terraços, serviços e alojamentos para empregados, o que não foi previsto, como se sabe, no grande Palace Hotel de Brasília.” (Hotel... 1960b, p.3).

Também ganha destaque nas páginas das revistas o tema dos edifícios de escritórios. A matéria de capa da *Habitat* 59 (março/abril de 1960) é “Conjunto de edifícios ‘Máximus’”, sobre o conjunto que hoje conhecemos como Edifício e Galeria Metrópole, em São Paulo, projeto de Salvador Candia e Gian Carlo Gasperini. O texto afirma que a construção é um marco do inexorável deslocamento do centro comercial de São Paulo, fazendo referência ao movimento de expansão das atividades comerciais para

3 O Brasília Palace Hotel era de propriedade da Novacap. Em 1972, o Departamento Imobiliário da estatal se tornou uma empresa independente, a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), que passou a ser a proprietária do hotel. Em 1978, o hotel foi fechado após um incêndio e progressivamente abandonado. Em 1997, o governo do Distrito Federal, sob gestão de Cristóvão Buarque, publicou edital de licitação de restauro e exploração comercial do hotel: as obras foram supervisionadas pelo escritório de Oscar Niemeyer; o hotel foi reaberto em 2006, e em 2016 a empresa concessionária passou a ser proprietária do Brasília Palace – que deverá passar por expansão de acordo com proposta apresentada em 2020.

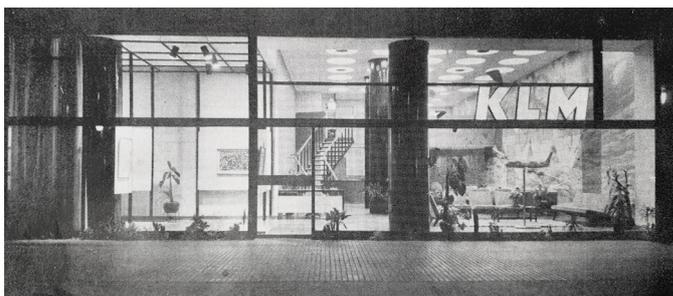


Figura 19: Loja da KLM, de Giancarlo Palanti e Henrique Mindlin.
Fonte: Loja... 1960, p. 22-23.

além da região conhecida como triângulo histórico ou centro velho (Conjunto... 1960a). Na mesma toada, a *Habitat 74* (dezembro de 1963) insere o projeto de Rino Levi, Roberto Cerqueira César e Luiz Roberto Carvalho Franco para o Banco Sul-Americano do Brasil (assimilado pelo Itaú em 1966 através de uma fusão) em um processo de transformação da Avenida Paulista – processo esse que Geraldo Ferraz havia comentado, de passagem, em seu texto sobre o Edifício Nações Unidas, de Abelardo de Souza.

No novo centro urbano de que a Avenida Paulista em São Paulo parece dever constituir a espinha dorsal, pois para ali se estão deslocando gradativamente várias atividades paulistanas, o Banco Sul-Americano do Brasil, cuja construção terminará em pouco mais de um ano, constitui uma das arrojadas marcas do novo impulso de desenvolvimento da cidade, quebrando as inflexões concêntricas que por muito tempo determinaram a centralização do antigo Triângulo e nos últimos vinte anos o seu desbordamento, para uma triangulação mais ampla. Os problemas da circulação que foram agravados por aquela tendência concêntrica exigiram soluções mais drásticas, como as que se processam com o deslocamento em questão.

[...]

A Avenida Paulista e seus arredores, até há pouco tempo um dos pontos exclusivamente residenciais, passa assim a receber grandes edificações destinadas às atividades comerciais e bancárias. (Banco... 1963a, p. 15)

Além de matéria sobre a sede do Banco Sul Americano do Brasil, atual Itaú, na Avenida Paulista, outros três textos são publicados nessa seção: Alexandre Wolner (1963) explica seu projeto de comunicação visual para o aterro da Glória, no Rio de Janeiro; “Tendências do urbanismo britânica” apresenta de maneira elogiosa as New Towns inglesas, distanciando-as da ideia de cidade-satélite por serem conjuntos autônomos, articulados cada um por uma fábrica, que atraem moradores e diminuem a “congestão, superpopulação e deterioração” dos centros urbanos (Tendências... 1963); e “O Palácio Itamarati, em Brasília” descreve brevemente a obra em andamento, futura sede da Chancelaria brasileira (O Palácio... 1963).

Outros dois projetos de destaque que se encaixam na categoria “edifícios de escritórios” aparecem no número 19 da revista *Módulo* (agosto de 1960). Essa edição publicou extensa matéria sobre o projeto para o edifício anexo à sede do Ministério da Cultura, no Rio de Janeiro, de Oscar Niemeyer e Sabino Ribeiro (Edifício... 1960c), além de matéria sobre o edifício-sede da Panair, em Brasília, empresa brasileira de aviação que, em 1965, teve suas atividades abruptamente encerradas pela ditadura militar (Edifício... 1960d). Talvez seja possível afirmar que a construção de uma sede da Panair em Brasília fosse expressão de um desejo de que a nova capital do Brasil se tornasse algo como um polo articulador



Figura 20: Grande Hotel Blumenau, de Han Broos.
Fonte: Grande... 1961, p. 31.



Figura 21: Hotel Nacional de Brasília, de Nauro Jorge Esteves.
Fonte: Hotel... 1960a, p. 3.

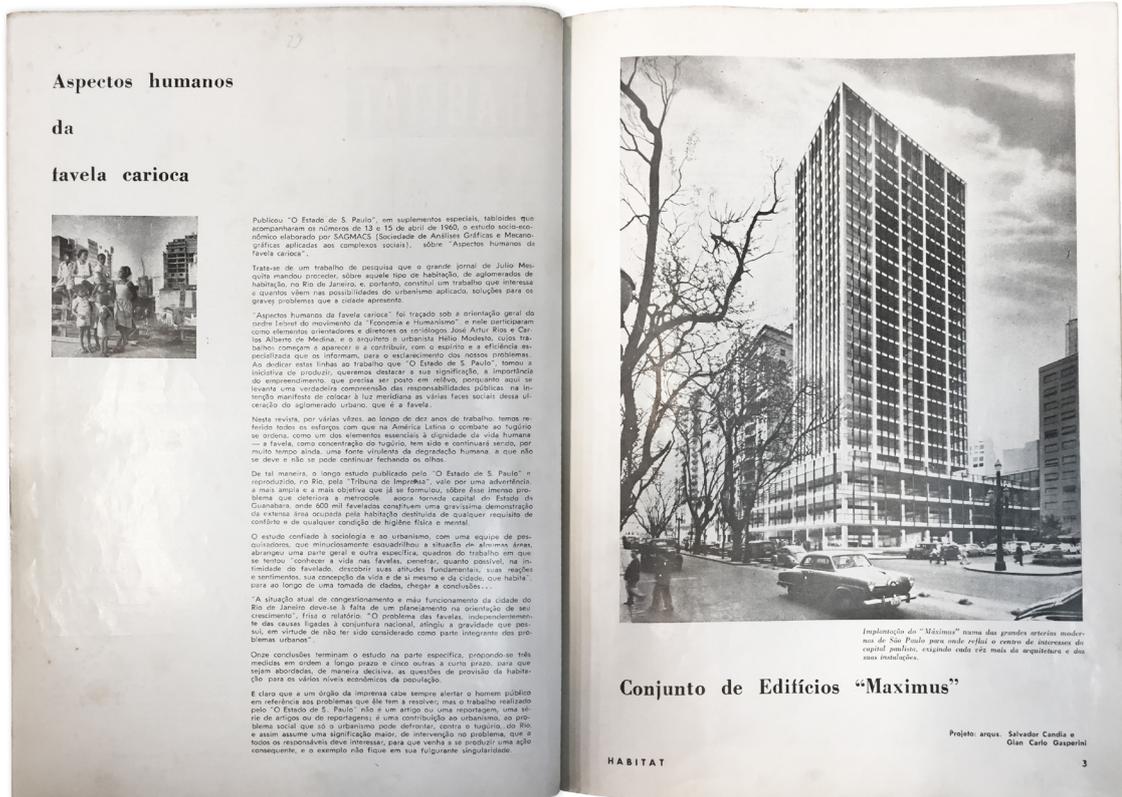


Figura 22: Edifício e Galeria Metrópole, de Salvador Candia e Gian Carlo Gasperini.
Fonte: Conjunto... 1960a, p. 3.

entre países e continentes. Tomamos como indício a publicação do projeto de Sérgio Bernardes para o Aeroporto Internacional de Brasília, na edição 19 da *Módulo* (agosto de 1960):

[...] Brasília tende a ser, sobre o ponto de vista de transporte aéreo, não são o mais dinâmico elo de integração nacional, como também um centro de operações de aeronaves a jato das linhas internacionais, com vistas às ligações da América do Sul com os demais continentes, notadamente o europeu e o norte-americano.

[...] Na parte central do p t o de estacionamento [das aeronaves], edificar-se-  um prédio de 17 andares, onde funcionará um hotel com 192 apartamentos e existirão, ainda, um castelo de água com capacidade para 2 milhões de litros, boate, cinema, restaurante, bares, instalação de máquinas, administração, proteção ao voo, torre de controle, vista panorâmica e planetário.

Nas áreas livres da superfície objetiva-se a criação de um centro hortigranjeiro, auxiliar do abastecimento da Cidade de Brasília. (Aeroporto... 1960, p. 13-14)

Em 1962, na *Acrópole* de número 280 (março de 1962), há notícia sobre o resultado do concurso que escolheu o projeto para o Edifício Peugeot, em Buenos Aires. De acordo com o texto, foram submetidos 227 projetos, de 31 países, dos quais 19 eram brasileiros. O júri, composto por Affonso Eduardo Reidy, Marcel Breuer, Eug nio Beaudoin, e pelos argentinos Martin Noel, Alberto Prebisch, Francisco Rossi e Francisco García Vasquez, premiou Roberto Aflalo, Plínio Croce, Gian Carlo Gasperini e Eduardo Suarez com a primeira colocação (Concurso... 1962a). Na edição seguinte da revista, publica-se extensa matéria sobre o concurso e o vencedor (Edifício... 1962). Se fosse construída, a sede da Peugeot na Argentina seria,   época, o edifício mais alto da América Latina. Para participar do concurso, Roberto Aflalo e Plínio

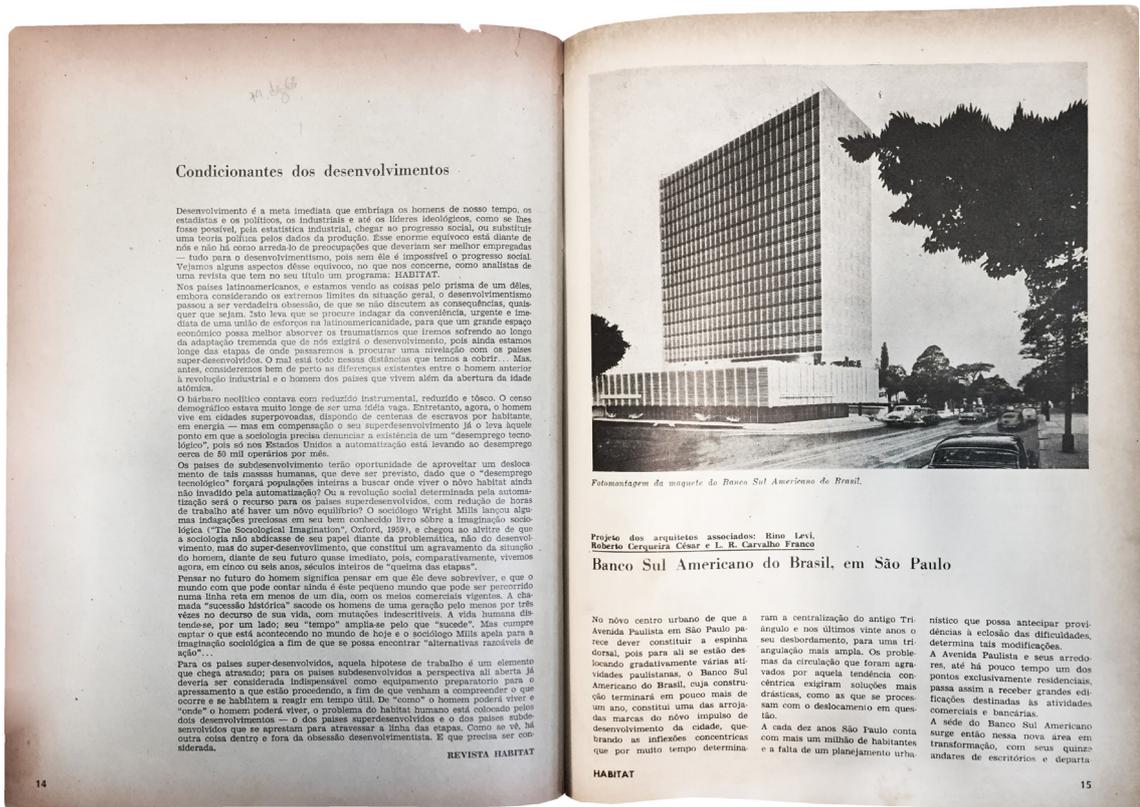


Figura 23: Banco Sul-Americano do Brasil, de Rino Levi, Roberto Cerqueira César e Luiz Roberto Carvalho Franco. Fonte: Banco... 1963, p. 14.

Croce, que trabalhavam juntos, associaram-se a Gian Carlo Gasperini, marcando a fundação do escritório Croce, Aflalo e Gasperini, atualmente Aflalo/Gasperini. De acordo com Fabiano José Arcadio Sobreira:

Os anos 1950 e 1960 foram marcados, na América Latina, pela instabilidade política e a sucessão de golpes militares, em grande parte apoiados ou financiados pelos Estados Unidos, que buscavam firmar seus interesses políticos e econômicos na região, em disputa com a União Soviética, que também buscava se afirmar no espaço geopolítico do pós-guerra. Na Argentina, em 1955, um golpe militar destituiu o presidente Juan Domingo Perón. Em 1958, após eleições controladas pelos militares, foi eleito o presidente Arturo Frondizi, que em 1962 foi destituído pelos militares, após eleições em que os peronistas haviam vencido em 10 das 14 províncias do país. Nesse contexto de instabilidade política, também marcado por um cenário econômico de ampliação dos interesses estrangeiros no país, a empresa Foreign Building & Investment Company promoveu em 1961 um concurso internacional para o que deveria ser o maior arranha-céu da América Latina, a ser construído em Buenos Aires: a sede da Peugeot, empresa francesa de fabricação de automóveis. Foram submetidos 226 trabalhos, de 55 países, destacando-se: Estados Unidos (204); Argentina (120); Brasil (89), Japão (56), Uruguai (36) e França (35). (Sobreira, 2018, p. 304)

Os projetos que podemos considerar sob a categoria “equipamento” costumam ser os que suscitam as discussões mais intensas sobre o desenho. Esses projetos, muitas vezes ligados a políticas públicas que não são nomeadas ou descritas pelos periódicos, frequentemente servem como pretexto para a elaboração de elogios e críticas a terceiros. Na *Habitat* de número 59 (março/abril de 1960), em matéria sobre o projeto para o Sesc e Senac de Santos, de Oswaldo Correia Gonçalves, lê-se o seguinte:

Situado na mais larga e, também, mais antiga avenida de Santos, a Conselheiro Nébias, o edifício Sesc-Senac interrompe, com o acaso dessa fachada longa e lisa, perpendicularmente traçada, sobre seu largo apoio recoberto de pedra, o variegado aspecto da rua, em que um gabarito reduzido a um máximo de três andares, estabelece, por um lado, uniformidade, mas, por outro, não favoreceu um desenvolvimento renovador, que parte sempre das maiores possibilidades da exploração imobiliária. (Edifício... 1960a, p. 10)

A passagem opera uma associação entre um movimento ainda de renovação arquitetônica à necessidade de se projetar em grande escala, em condições com menos restrições do que aquelas impostas por lotes tipicamente urbanos. Por outro lado, o elogio ao que podemos caracterizar como arquitetura moderna não exclui críticas – ora mais, ora menos sutis – à Brasília, como podemos observar em texto sobre o Paço Municipal do Guarujá, projeto de Oswaldo Correia Gonçalves e Heitor Ferreira de Souza, publicado na mesma edição da *Habitat*:

É claro que houve em Brasília um exemplo alentador, quando se a uma arquitetura que se insere dentro da última tentativa do século, no sentido de dar ao edifício público uma definitiva marca renovada – mas exigiríamos que o exemplo de Brasília só servisse como princípio, pois uma das máximas preocupações da arquitetura racional é o atendimento à noção de economia, ligada à eficiência e o poder público tem como principal obrigação demonstrar sempre que os dinheiros do erário tiveram aplicação judiciosa. (Paço... 1960, p. 17)

Na mesma edição da *Habitat*, em matéria sobre o pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Osaka de 1960, projeto de João Rodolfo Stroeter, são descritos os produtos “que poderiam interessar ao Japão”, levados à exposição (Pavilhão... 1960b, p. 19).

As possibilidades brasileiras constavam do café, dos produtos derivados da cana, do mate e do pinho; havia também um mostruário de produtos minerais; completando a demonstração brasileira, o Itamarati contribuiu com três filmes sonoros de 16mm. Como havia uma promoção especial do café e do mate, uma ênfase especial era dedicada às duas bebidas. (Pavilhão... 1960b, p. 19)

A passagem nos chama atenção por ser um forte indício de que, apesar de estar atravessando um intenso processo de industrialização, o Brasil ainda cultivava, no cenário internacional, a imagem de exportador de produtos agrícolas. O projeto do pavilhão é citado também em pequena nota na edição 258 da revista *Acrópole* (março de 1960) (Pavilhão... 1960a).



Figura 24: Anexo ao Ministério da Cultura, Niemeyer e Ribeiro.
Fonte: Edifício... 1960c, p. 30.



Figura 25: Edifício Peugeot, Aflalo, Croce, Gasperini e Suarez.
Fonte: Concurso... 1962a, p. 147.

Na *Habitat* de número 62 (1960), uma pequena nota descreve o projeto do MASP, de Lina Bo Bardi, então em construção (Conjunto... 1960b). No mesmo ano, o Ginásio de Guarulhos, de João Batista Vilanova Artigas, é pauta da edição de número 259 da *Acrópole* (abril de 1960) (Ginásio... 1960). No ano seguinte, Artigas e Carlos Cascaldi publicaram o projeto do Ginásio de Itanhaém, que, assim como a escola em Guarulhos, foi construído pelo IPESP com recursos reservados pelo PAGE (Alves, 2008; Buzzar *et al.*, 2012).

O texto que acompanha os desenhos da escola em Itanhaém afirma que o concreto armado se impunha como técnica construtiva adequada a uma época em que, por um lado, a demanda por novas construções aumentava e, por outro, a oferta de mão de obra especializada não crescia no mesmo ritmo. Isto é, a demanda cada vez maior por novas construções e os prazos cada vez mais curtos exigiam técnicas adaptáveis, por um lado, ao ritmo industrial de expansão das cidades e de desenvolvimento de novas tecnologias; e por outro, à escassez da mão de obra especializada, permitindo aos arquitetos desenhar “formas construtivas expressivas” (Ginásio... 1961, p. 141).

As edições de número 62 da *Habitat* (1960) e 17 da *Módulo* (abril de 1960) descrevem os espaços do Teatro Nacional de Brasília. Há dois teatros: o primeiro tem capacidade para 2.000 pessoas e um único camarote para uso do presidente da República; o segundo configura-se como um teatro de câmara com capacidade para 500 pessoas. Eles dividem a parede do fundo do palco e a intenção era que essa divisória pudesse ser removida de forma a conformar um único grande teatro com o palco no centro (Magaldi, 1960; Teatros... 1960).

Na edição seguinte da *Habitat*, de número 63 (1961), publica-se o projeto para o Teatro Municipal de Santos, de Oswaldo Corrêa Gonçalves, Júlio Roberto Katinsky, Abraão Sanovicz e Aldo Calvo, que, segundo a matéria, guarda relações tanto com o Teatro Nacional de Brasília quanto com o Teatro Castro Alves de Salvador. No texto, afirma-se ser a construção desse teatro público a solução para a falta de espaços adequados às artes cênicas na cidade, uma vez que todos os teatros privados estavam ultrapassados, mudaram de uso ou simplesmente não estavam francamente disponíveis precisamente pelo fato de serem privados (Teatro... 1961).

Na *Módulo* de número 25 (outubro de 1961), uma pequena nota informa que Oscar Niemeyer foi convidado a apresentar o projeto do Teatro Nacional de Brasília na VI Bienal de São Paulo (Niemeyer... 1961c). Essa edição também publica matérias sobre as premiações da Bienal (Prêmios... 1961) e sobre a participação de arquitetos e urbanistas no evento, prestigiados pelo presidente João Goulart, que visitou o Pavilhão de Arquitetura. De acordo com a revista, o presidente estava acompanhado de Oswaldo Corrêa Gonçalves e Mário Pedrosa; do então primeiro-ministro, Tancredo Neves; e do então governador de São



Figura 26: Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Osaka de 1960, de João Rodolfo Stroeter.
Fonte: Pavilhão... 1960b, p. 19-21.

Paulo, Carvalho Pinto (Arquitetura... 1961a). Na edição 64 da *Habitat* (1961), em seção especial sobre a VI Bienal de São Paulo, publica-se notícia sobre a participação de arquitetos brasileiros no evento, com destaque para Oscar Niemeyer e o Teatro Nacional de Brasília (VI Bienal... 1961a). De acordo com a edição 66 da mesma revista (1961), o projeto rendeu a Oscar Niemeyer a medalha de ouro na III Bienal de Teatro, que aconteceu paralelamente à VI Bienal, enquanto Oswaldo Corrêa Gonçalves recebeu menção honrosa pelo Teatro Municipal de Santos, do júri composto por Josef Svoboda, da Checoslováquia, Ícaro de Castro Melo e Eduardo Corona (Arquitetura... 1961b).

A revista *Habitat* também traz notícias do cenário internacional. Na edição 64 (1961), um pequeno texto conta que Mies van der Rohe elaborava propostas para edifícios de uso cultural na Berlim Ocidental, depois de anos vivendo nos Estados Unidos (Mies van der Rohe... 1961) – trata-se da Neue Nationalgalerie. No número 66 da mesma revista (1961) publica-se os projetos dos holandeses Johannes van den Broek e Jacob Berend Bakema para o Paço Municipal de Marl, cidade na Alemanha (Paço... 1961), e para um dos edifícios do Interbau, em Berlim, em colaboração com Jan Maarten Stokla (Edifício... 1961).

As novas sedes das instituições públicas, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos municípios e estados não raro eram assunto de debate nas páginas de *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo*. Em textos sobre equipamentos públicos e, mais ainda, em textos sobre as instituições ligadas à atividade de governar é evidente a importância dada ao desenho e aos contornos de algo que poderíamos chamar de arquitetura moderna, contornos esses que estavam em debate em um momento em que a prática projetual tinha como fundação a ideia de que o futuro do Brasil seria de independência e democracia.

Trata-se de construções que, ao lado dos edifícios em Brasília, iriam compor o estrato material das instituições da democracia brasileira que, de alguma maneira, foi reinaugurada em 1960. Os traços desses novos edifícios pareciam ser representantes não apenas de um determinado projeto – que era, ao mesmo tempo, de modernidade, no campo da arquitetura e urbanismo; e de democracia e independência, no campo da política –, mas de um esforço no sentido de fazer sobrepor os significados dos termos “arquitetura moderna” e “independência e democracia”. Nesse sentido, projetar se torna uma atividade de pesquisa e uma forma de argumentação. Na edição 63 da revista *Habitat*, em matéria sobre o Fórum em São José dos Campos, projeto de Paulo Sérgio de Souza e Silva, lemos as considerações de Geraldo Ferraz, que, em tom acusatório, afirma que os arquitetos cometeram excessos:

CRÍTICA – A originalidade não implica, de maneira alguma, como quer o arquiteto, que nele se imprima um traço de dignidade ligado a uma significação “tradicional” inerente a um centro judiciário. Ao contrário, a originalidade do desenho e a leveza que o caracteriza, externamente, afasta a ideia de uma sede da Justiça.

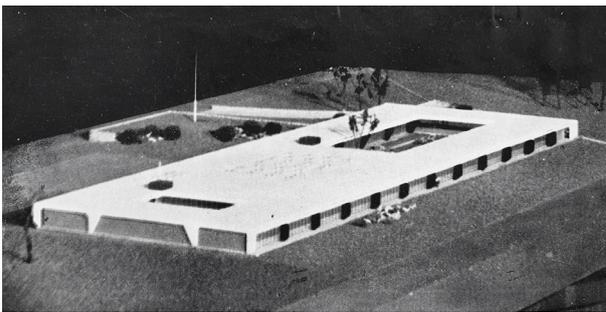


Figura 27: Ginásio de Guarulhos, de João Batista Vilanova Artigas.
Fonte: Ginásio... 1960, p. 171.

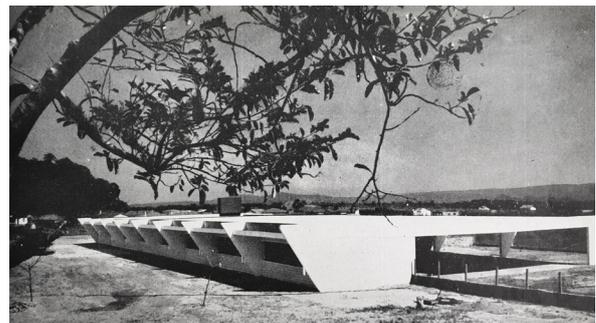


Figura 28: Ginásio de Itanhaém, Artigas e Cascaldi.
Fonte: Ginásio... 1961, p. 271.

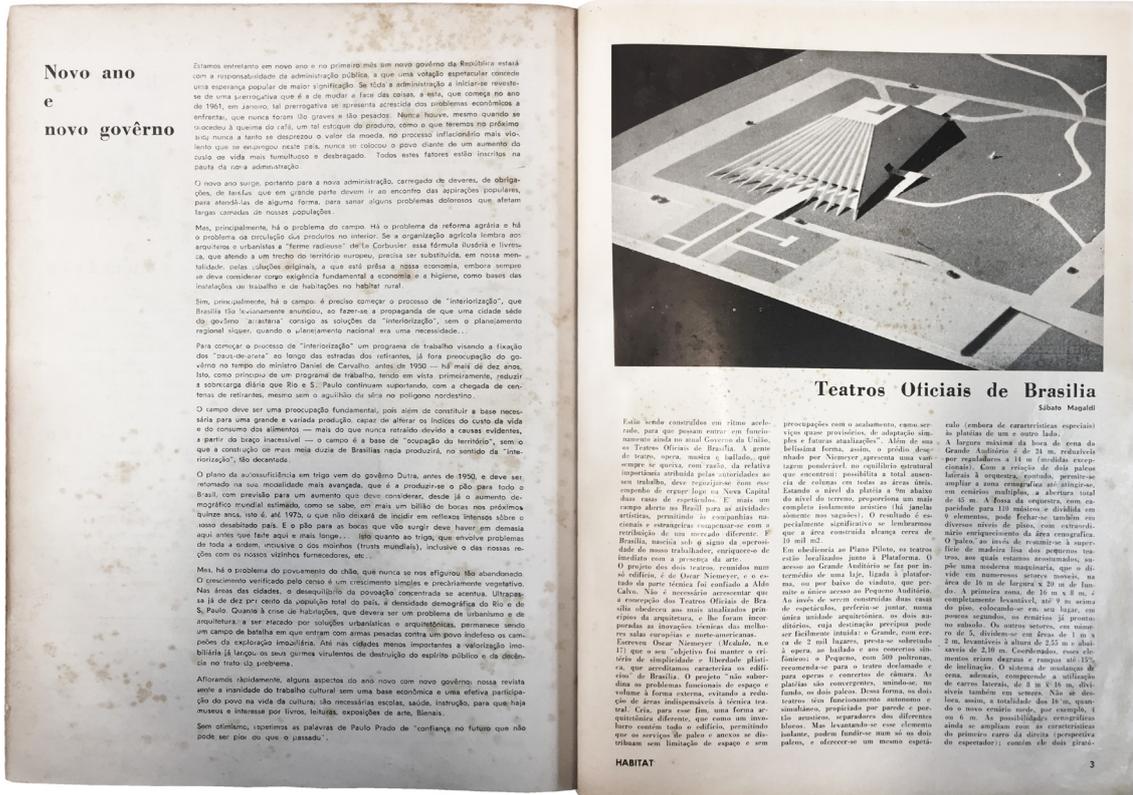


Figura 29: Teatros oficiais de Brasília, de Oscar Niemeyer.
 Fonte: Magaldi, 1960, p. 3.

Plasticamente elaborado, o projeto não se justifica em suas linhas dinâmicas por uma ligação entre o exercício da Justiça e a arquitetura que o deve conter.

[...]

Insistentemente em que o edifício projetado deixou-se dominar pelo sentimento plástico, o que, depois das extravagâncias que constam em Brasília, pode parecer justificado, quando até uma catedral foi subordinada a pensamento escultórico do desenhista-arquiteto. Se, em lugar do Fórum, pensássemos num Museu? (Ferraz, 1961, p. 35-36)

Os debates pareciam ser ainda mais intensos e complexos acerca de concursos de projeto que tinham como objetivo a escolha de projetos para as sedes do Executivo, Legislativo ou Judiciário em estados e municípios, dando corpo não apenas à defesa de ideais democráticos, mas à crítica ao desempenho de Oscar Niemeyer no âmbito dos projetos para edifícios na nova capital.

Nesse espírito, a *Acrópole* publica notícias sobre o concurso que escolheu o projeto da sede da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Na edição 267 (janeiro de 1961), uma pequena nota anuncia a abertura do concurso (Concurso... 1961); na edição 271 (junho de 1961), publica-se o resultado do certame em também em pequena nota (Assembleia... 1961), e na edição 273 (agosto de 1961), publica-se matéria que apresenta os projetos premiados (Anteprojeto... 1963). Foram submetidas 46 propostas e o projeto vencedor, assinado por Adolpho Rubio Moraes e Fábio Kok de Sá Moreira, foi anunciado no dia 14 de junho de 1961 em evento transmitido ao vivo pela TV Excelsior. A emissora fazia parte de um conglomerado controlado por Mário Wallace Simonsen, levado à falência pela ditadura militar, do qual faziam parte: a Comal, maior exportadora de café à época; o Banco Noroeste, que passou a ser controlado pelo grupo Santander; e a Panair.

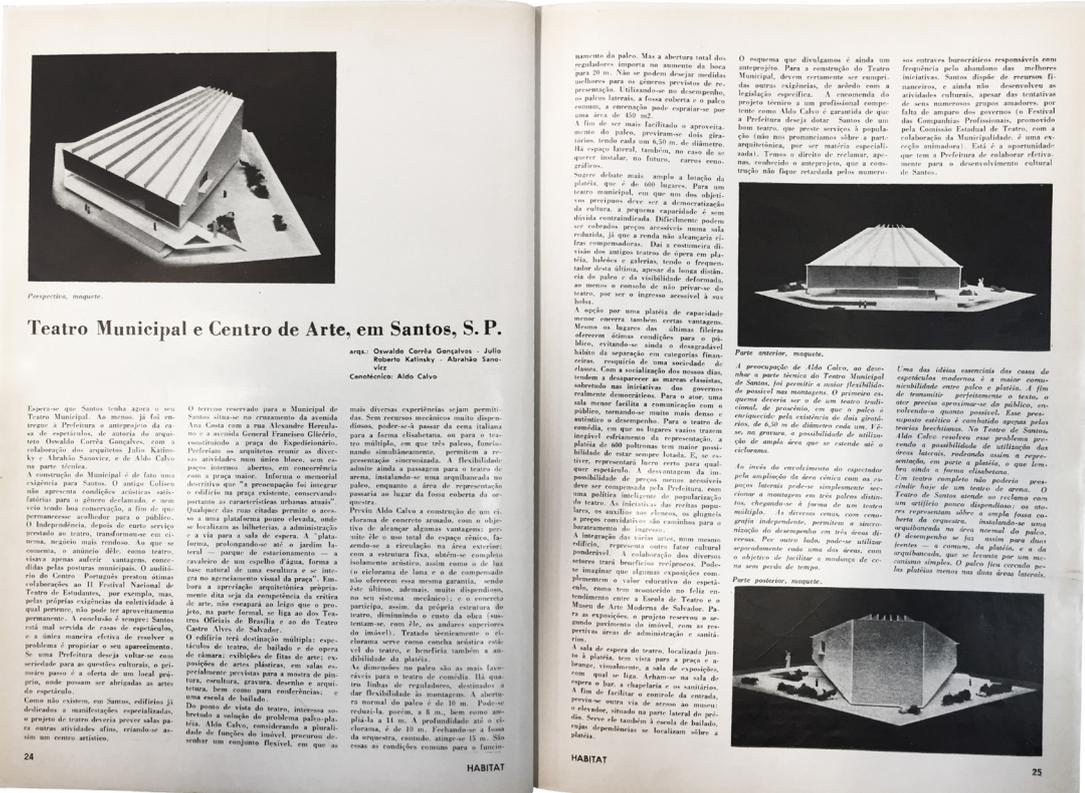


Figura 30: Teatro Municipal de Santos, de Oswaldo Corrêa Gonçalves, Júlio Roberto Katinsky, Abraão Sanovicz e Aaldo Calvo Fonte: Teatro... 1961, p. 24-25.

Em 1962 a *Acrópole* de número 283 (junho de 1962) apresenta o resultado do concurso de projetos para o Instituto Concórdia, no Rio Grande do Sul, que consagrou Miguel Alves Pereira e João Carlos Paiva com a primeira colocação (Concurso... 1962b). Essa mesma edição traz a notícia de que o certame através do qual foi escolhido o projeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais havia sido anulado. De acordo com o júri: “A complexidade do programa e a grandiosidade do tema não encontram correspondência adequada no terreno delimitado para a obra.” (Assembleia... 1962, np). Nas primeiras páginas desse volume foram publicados os 3 projetos submetidos por concurso por equipes de São Paulo, projetos esses que estavam entre os 6 destacados pelo júri por sua qualidade. Eduardo Corona (1962) assina o texto introdutório da matéria, intitulado “Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto”.

Para Eduardo Corona, concursos de arquitetura são adequados em casos nos quais é preciso desenvolver soluções novas do ponto de vista funcional e simbólico, ou em casos nos quais se trata de obras de grande interesse público. Há dois tipos de concurso: de um lado, os concursos públicos que,

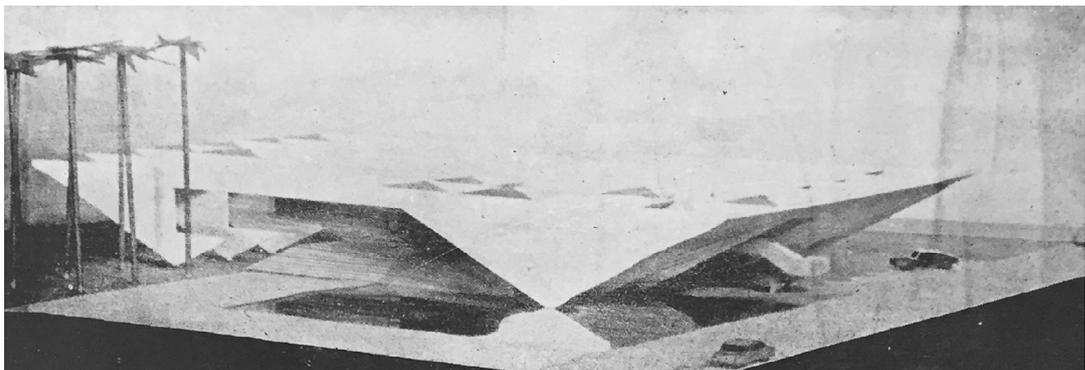


Figura 31: Fórum em São José dos Campos, de Paulo Sérgio de Souza e Silva. Fonte: Ferraz, 1961, p. 35.

com seus júris compostos sobretudo por arquitetos, vinham escolhendo bons projetos e colaborando com a valorização da profissão; de outro, os concursos abertos e fechados promovidos pelo mercado imobiliário, que submetem a prática projetual à lógica da exploração e da especulação. O arquiteto sugere que o concurso em questão, apesar de público, havia se desdobrado como um concurso promovido pelo mercado, e afirma que a anulação do concurso e o cancelamento dos prêmios demonstraram imensa falta de respeito para com a categoria.

O assunto foi retomado pela revista *Habitat* em sua edição de número 73 (setembro de 1963), que publica o projeto de Décio Tozzi, Maurício Monte e Mário Zocchio para o segundo concurso nacional de anteprojetos para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizado após a anulação do certame anterior. O texto que acompanha o projeto procura descrevê-lo como um exemplar genuinamente moderno.

Essa descrição abrange bem todo o partido adotado para o monobloco, solução louvada principalmente pelo arquiteto Rino Levi, que a considera uma plena aplicação dos princípios da arquitetura funcional, desde a base de sua implantação no terreno, adequadamente estudada, decorrendo o todo das necessidades a satisfazer, de “dentro para fora”, e resultando num desenvolvimento que não recorre a artificialismo de desenho e de esteticismos gratuitos.

[...]

Por essa descrição que refere todos os pormenores do projeto, vê-se que houve uma especial atenção para a hierarquia das instalações, não no sentido das categorias, mas no funcional, pois o entrosamento é que determinou a distribuição dos departamentos e serviços, tudo centralizado pela sala do plenário, que é o ponto central das atividades de uma Assembleia política, para onde convergem todas as funções correlatas. Um máximo de eficiência foi previsto em tal sentido, na interação estabelecida, que não força a circulação interna nem causa a dispersão de tempo e de espaço nas interligações. O problema funcional acha-se de tal maneira solucionado, em primeiro lugar, com a prioridade que a arquitetura contemporânea empresta aos seus produtos, sem extravagâncias, mas reduzindo tudo a uma justa proporção, à proporção construtiva que é mister considerar, contrariamente a certas tendências que procuram imprimir, com predominância, caráter plástico à arquitetura.

Cabe, então, voltarmos a atenção para o plano estrutural do projeto, que deve ser, também, posto em relevo: é a sobriedade, o que se incutiu à monumentalidade requerida por um edifício dessa natureza.

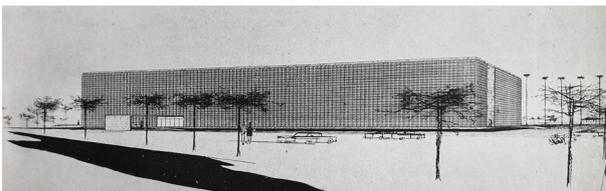


Figura 32: Assembleia Legislativa de SP, Morales, Sievers e Vianna.
Fonte: Anteprojeto... 1961, p. 305.

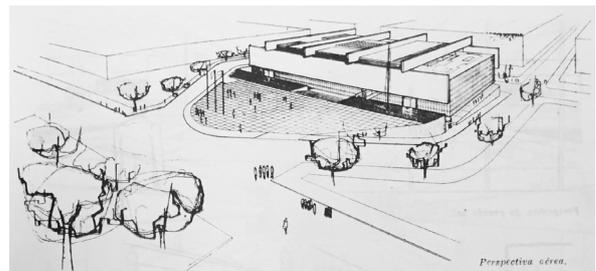


Figura 33: Assembleia Legislativa de MG, Tozzi, Monte e Zocchio.
Fonte: Ferraz, 1963b, p. 23.

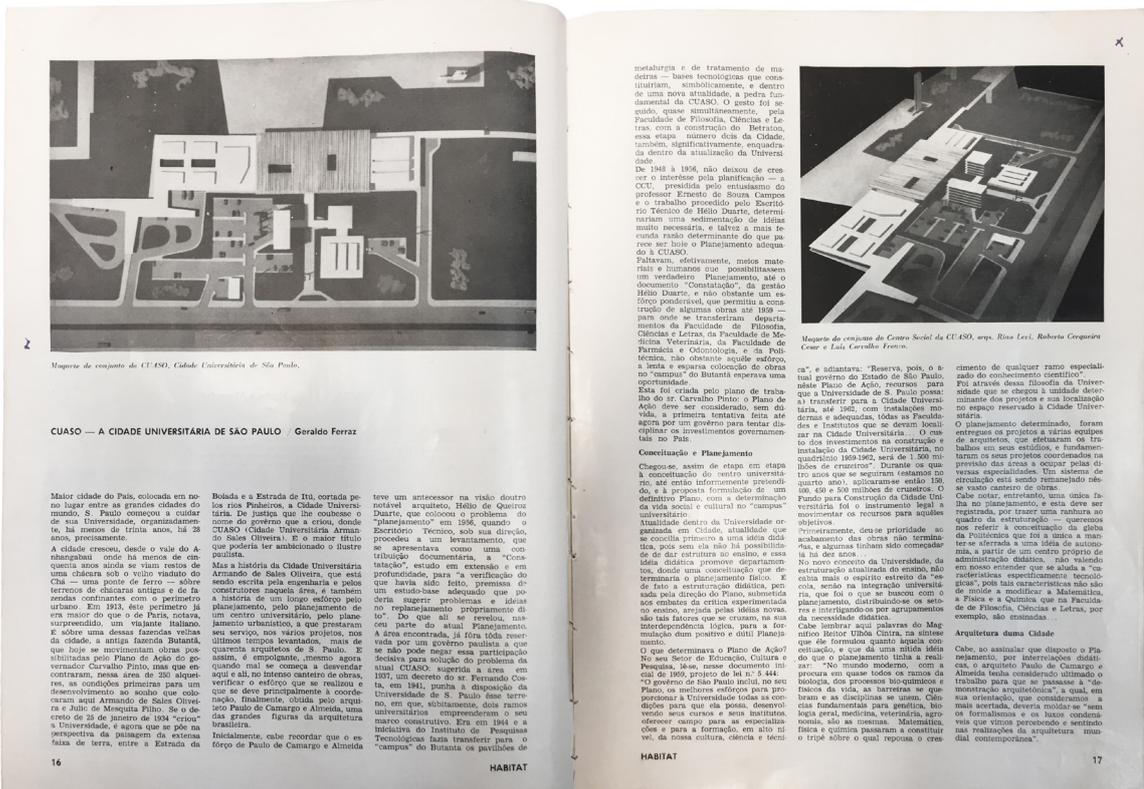


Figura 34: Cidade Universitária Armando de Sales Oliveira (CUASO).
Fonte: Ferraz, 1962d, p. 16.

[...]

O edifício ficaria assim caracterizado pela própria estrutura em concreto aparente, definido pelo material e proporções, e evidenciando todo um processo construtivo.

[...]

Recomendamos à atenção dos nossos leitores este projeto pelas suas características de direta incidência no programa, adstrito como a várias vezes referimos à ideia dorsal do funcionalismo de uma assembleia política, consignando todos os elementos que concorrem para que tal atividade possua o seu espaço organizado devidamente instaurado para o fim em vista, em todos os pormenores que acompanham uma expressão, a mais alta, talvez, do regime democrático. (Ferraz, 1963b, p. 25-26)

Em 1962, na *Habitat* de número 69 (setembro), Geraldo Ferraz publicou matéria que apresenta o projeto para a Cidade Universitária Armando de Sales Oliveira (CUASO), campus da USP, em construção nas terras da antiga fazenda Butantã. Conta o texto que a Universidade havia surgido como tal em 1934, tardiamente, por decreto do então interventor federal no estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira; a área em questão havia sido colocada à disposição da universidade por decreto, em 1941, mas seu contorno sofreu diversas alterações ao longo dos anos. Na segunda metade da década de 1950, diversos planos haviam sido elaborados e diversas construções estavam concluídas ou em andamento; o Escritório Técnico da Cidade Universitária, sob responsabilidade de Hélio Duarte – que coordenou o trabalho de planejamento do campus entre 1955 e 1959, período ao longo do qual foi estabelecida sociedade com José Roberto Goulart Tibau, Lucio Grinover e Marlene Picarelli –, elaborou o plano que orientava as construções, com previsão de início das obras em 1959 e término previsto para 1962. Ainda que esse prazo não tenha sido cumprido, o significativo avanço das obras deve-se ao PAGE, que deu ao Escritório

Técnico personalidade jurídica própria e criou o FCUASO. O PAGE e o FCUASO não são mencionados por Ferraz, bem como as alterações feitas no plano de Hélio Duarte por volta de 1961 (Cabral, 2004).

Geraldo Ferraz descreve a setorização proposta pelo plano do Escritório Técnico, destacando a ideia de integração entre as áreas do conhecimento. No âmbito do desenho, não havia espaço para “disciplinância programática, plástica, formalística, em benefício de uma arquitetura de valores monumentais, como predominou em Brasília” (Ferraz, 1962d, p. 18). Para o autor, a construção da Cidade Universitária é um marco “de um longo esforço pelo planejamento, pelo planejamento de um centro universitário, pelo planejamento urbanístico” (Ferraz, 1962d, p. 16).

Estavam previstas as construções: Centro Cívico da Cidade Universitária, projeto assinado por Rino Levi, Roberto Cerqueira César e Luís Roberto Carvalho Franco; Departamento de Engenharia Química da Escola Politécnica (Poli), de José Luís Mendes Ripper; Departamento de Eletricidade da Poli, de Zenon Lotufo e Ubirajara Ribeiro; Escola de Polícia, de João Cacciola; Conjunto das Químicas, de Alberto Daniel; Departamento de Filosofia e Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), de Paulo Mendes da Rocha; Departamento de Letras da FFLCH, de Carlos Barjas Millan; Conjunto Esportivo, de Ícaro Castro Mello e Alfredo Serafino Paesani; Centro Social do Setor Politécnico, de Oswaldo Correia Gonçalves, Abraão Sanovicz e Júlio Roberto Katinsky; e Setor Residencial, de Eduardo Kneese de Mello e José Ramalho Júnior. Geraldo Ferraz descreve de maneira mais detalhada o edifício rigorosamente verdadeiro da FAU USP, de Vilanova Artigas, entre os setores da Matemática e de Sociologia e Filosofia.

Em sua simplicidade estrutural depurada, no corpo alongado de um quadrilátero, ostenta sua sustentação de maneira evidente para qualquer leigo. A planta oferece a mesma legibilidade, nos três pavimentos sobrepostos, servidos pelas rampas numa trama de ritmos que parte da área livre térrea. (Ferraz, 1962d, p. 18)

Hélio Duarte é novamente citado na edição 314 (fevereiro de 1965) da revista *Acrópole*, dedicada à produção de Hélio Duarte, Lucio Grinover, Marlene Picarelli e Roberto Tibau, sobretudo no âmbito do Convênio Escolar (Escolas... 1965).

Em 1963, a *Módulo* de número 32 (março de 1963) publica uma série de projetos de arquitetura desenvolvidos pelo Ceplan, o Centro de Planejamento da Universidade de Brasília, pelo qual passaram Lucio Costa, Jaime Zettel, Ítalo Campofiorito, Oscar Niemeyer, João Figueiras Lima (Lelé), Sabino Barroso, Glauco Campelo, Virgílio Sosa Gomes, Evandro Pinto, Abel Accioly e Hilton Costa (Ceplan... 1963; Cavalcante, 2015). São destaque os projetos: Sede do Ceplan, Praça Maior da Universidade (publicada anteriormente na edição 28 da *Módulo*, junho de 1962), Instituto de Ciências, conjunto de apartamentos

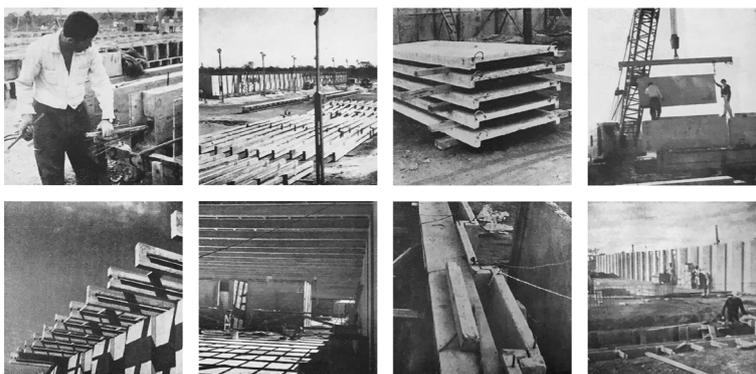


Figura 35: Centro de Planejamento da Universidade de Brasília (Ceplan).
Fonte: Ceplan... 1963, p. 27.

para professores, além de um edifício de apartamentos para a Embaixada da França. A autoria dos projetos é, na maioria dos casos, atribuída exclusivamente a Niemeyer. Além do destaque para o emprego de elementos pré-fabricados nos projetos citados, a reportagem sobre a II Mesa Redonda Pan-americana de Arquitetos, publicada na mesma edição da *Módulo*, apresenta reivindicações endereçadas aos governos latino-americanos: a criação do Mercado Comum Latino-Americano de Materiais de Construção e o atendimento pelo poder público dos déficits sociais existentes na América Latina (como alternativa à solução via mercado), dentre os quais se destaca o déficit habitacional (II Mesa... 1963).

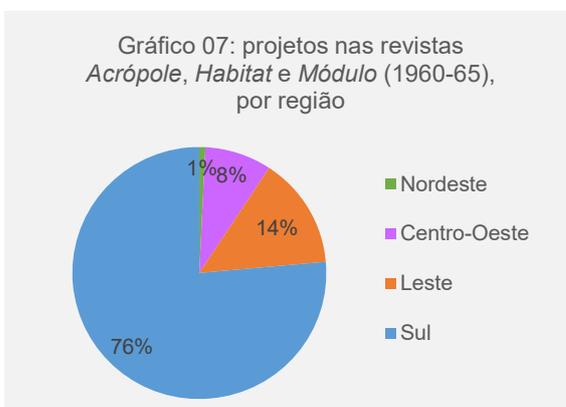
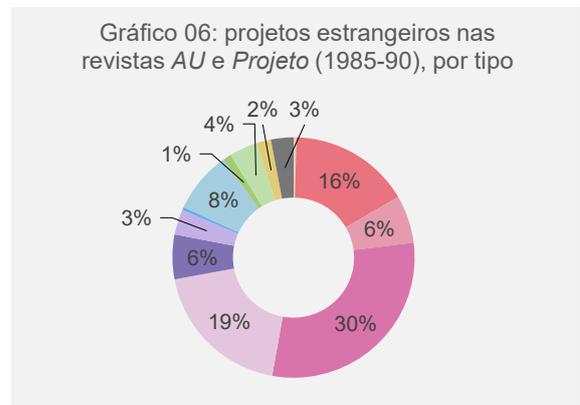
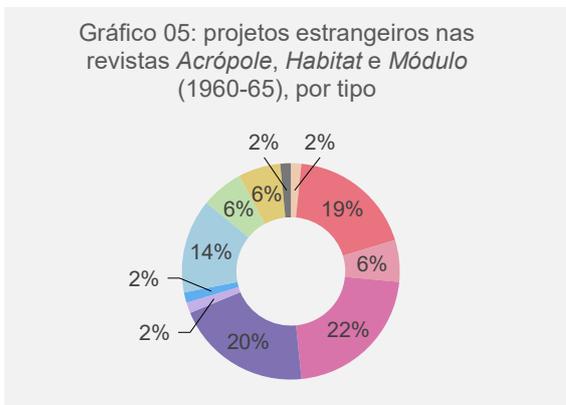
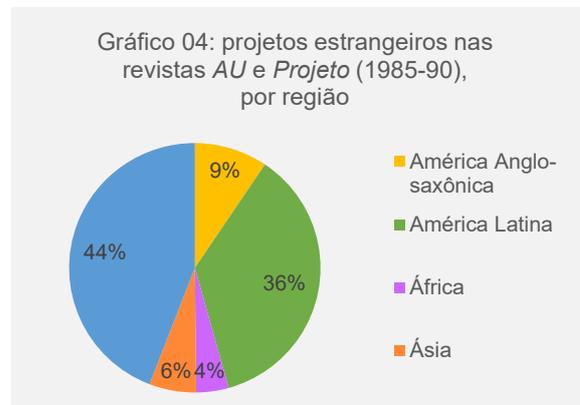
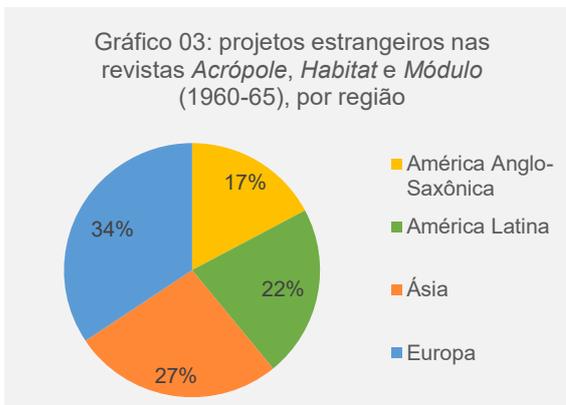
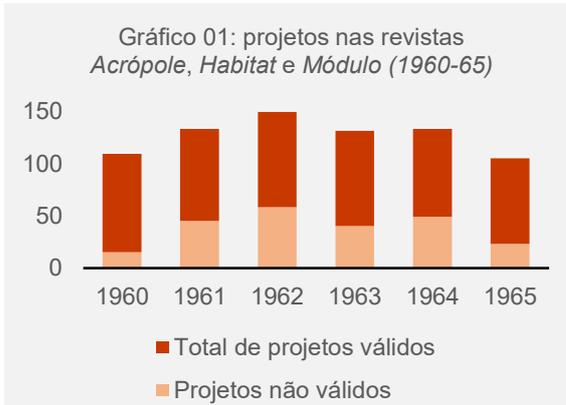
Ainda no âmbito dos projetos públicos, podemos citar a *Acrópole* de número 311 (outubro de 1964), que dedica boa parte da seção de arquitetura aos estudos de Jarbas Karman e aos projetos de “Clubes-Saúde” (Karman, 1964). Na mesma época, a *Habitat 77* (maio/junho de 1964) comenta a exposição berlinense dedicada à Cadeia de Vidro – grupo de arquitetos conhecidos por fundarem a chamada corrente expressionista da arquitetura moderna (Arquitetura... 1964) – e a inauguração de dois monumentos: o monumento em honra ao Apóstolos dos Gentios, no Pico do Jaraguá; e o Monumento aos Mártires, em honra aos judeus mortos pelo nazismo, projeto de Jorge Wilhelm (Monumentos... 1964; Monumento... 1964). No fim de 1964, a *Módulo* de número 38 (dezembro de 1964) comenta a primeira participação oficial do Brasil na Trienal de Veneza, em 1963, após a inauguração do pavilhão desenhado por Henrique Mindlin, com exposição projetada por Lucio Costa, sem nenhuma menção aos recentes eventos da política nacional (Pavilhão... 1964; Maurício, 1964).

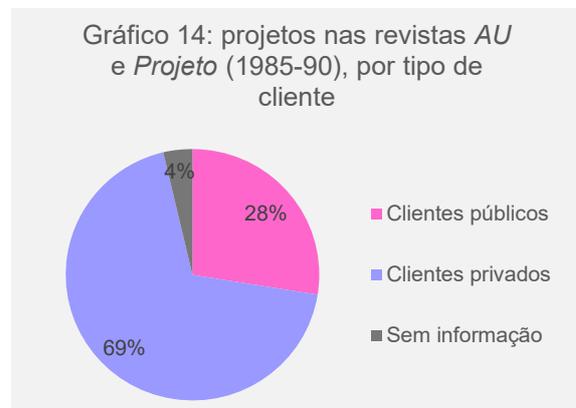
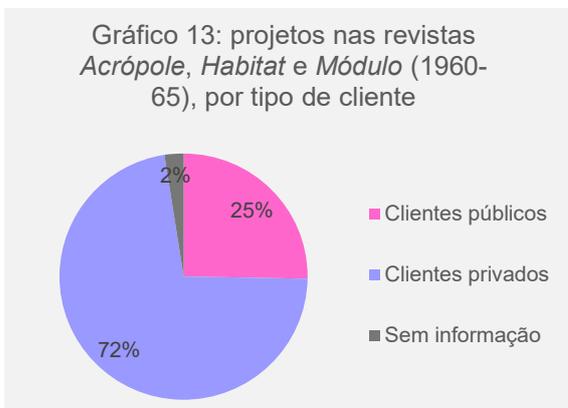
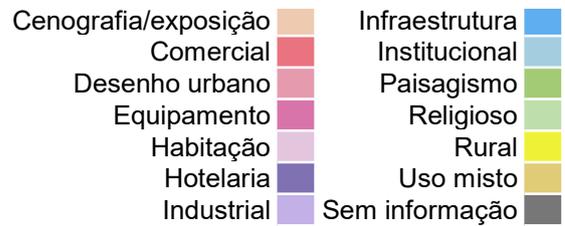
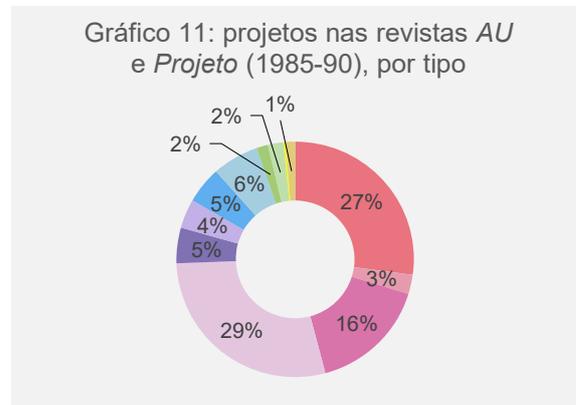
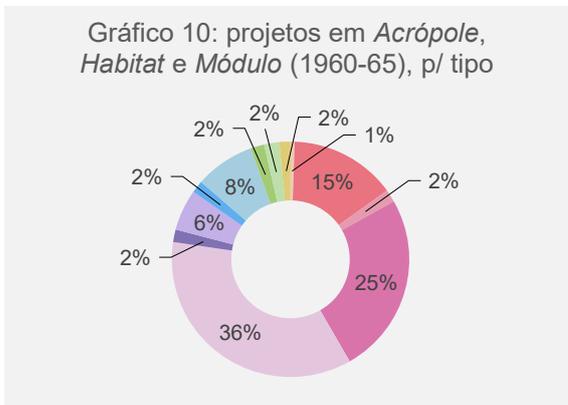
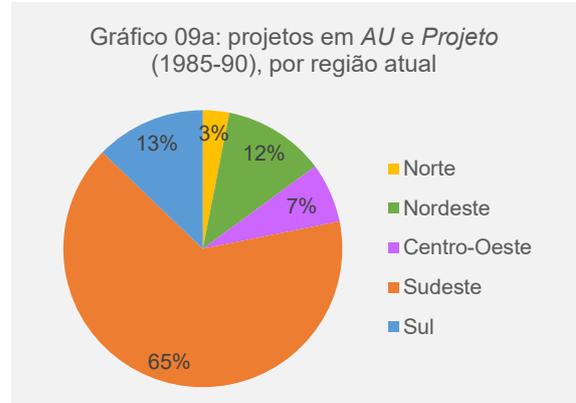
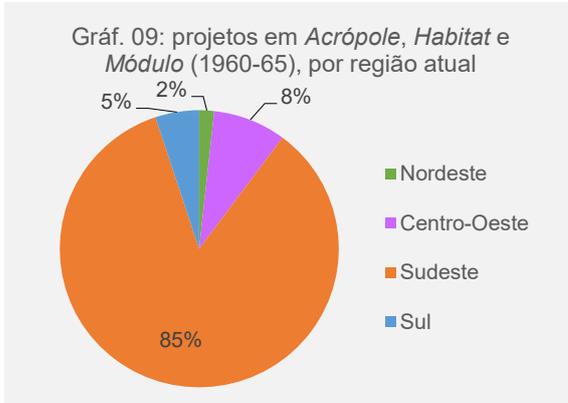
Projetos em números

De acordo com Maísa Fonseca de Almeida (2008), os projetos residenciais somam aproximadamente 29% de todo o conteúdo da *Acrópole*; as residências unifamiliares representam 72% de todos os projetos residenciais publicados pela revista. Esses dados corroboram a hipótese de que a publicação, além de ser veículo de comunicação do IAB e seus associados, através do qual uma série de debates importantes ganhavam publicidade, era também um importante meio de divulgação do portfólio de arquitetos, isto é, a revista *Acrópole* provavelmente servia à prospecção de clientes para os escritórios de São Paulo. Essa constatação reforça a importância do estudo que iremos apresentar nos próximos parágrafos.

Além dos textos publicados pelas revistas analisadas ao longo de nosso recorte, isto é, entre 1960 e 1965, como forma de buscar relações entre as publicações e o momento histórico no qual as revistas *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo* estavam inseridas, os projetos publicados foram catalogados, agrupados e analisados de forma sistemática – todos os projetos que passaram pelo processo de seleção, que será mais bem explicado a seguir, estão listados em tabela anexa. O resultado da análise se expressa com quadros e gráficos – apresentados de forma reduzida no corpo do texto e de forma ampliada no anexo – e, para fins de comparação, são apresentadas análises que sintetizam os dados obtidos ao longo da pesquisa apresentada pela Dissertação *Arquitetura brasileira da redemocratização ao Plano Real*, deste autor, cujo escopo era composto pelas edições das revistas *AU* e *Projeto* publicadas entre 1985 e 1990.

Quanto a comparação entre os dados obtidos para esta Tese e os dados obtidos para a Dissertação deste autor, duas ressalvas se fazem necessárias. Tratamos de dois períodos significativamente distintos da história do país, e de dois conjuntos de publicações também bastante diferentes em suas intenções e sua história, foi necessário levar em consideração tais diferenças. Talvez seja possível alguma aproximação entre a revista *Acrópole* e as revistas *AU* e *Projeto* pelo caráter comercial que essas publicações





compartilhavam em alguma medida, em oposição às revistas *Habitat e Módulo*, que não eram discretas quanto a suas filiações políticas; e também porque a *AU surge*, como a *Acrópole*, a partir de uma articulação de atores no IAB-SP. Além disso, os critérios de seleção, catalogação agrupamento e análise não são exatamente os mesmos; a análise apresentada pela Dissertação mencionada serviu como ponto de partida, mas os critérios sofreram adaptações para melhor adequação às revistas *Acrópole*, *Habitat e Módulo*, considerando suas respectivas maneiras de apresentar projetos.

Nosso primeiro esforço consistiu em excluir do grupo de projetos analisados aqueles que não configuram projeto de arquitetura e urbanismo publicado. Além dos textos, foram excluídos projetos de mobiliário, explicações esquemáticas não específicas e informes publicitários explícitos.

Foram incluídos projetos que apresentam ficha técnica contendo, minimamente, título, cidade e autoria do projeto, ou matérias nas quais essas informações aparecem no título, lead ou subtítulo, e que apresentam desenhos técnicos como plantas, cortes e elevações. Desse grupo, foram excluídos: projetos desenvolvidos como exercício de aprendizagem em escola, faculdade ou universidade; projetos que foram ou seriam construídos fora do território nacional; projetos sobre os quais não foi possível obter informação quanto ao estado ou território no qual foram ou seriam construídos; e projetos com data de projeto ou construção anteriores a 1955. Consideramos que projetos sem data expressa pela publicação – maioria dos casos – estão dentro do recorte considerado. Por fim, foi feito um esforço no sentido de não contar duas vezes o mesmo projeto, nos casos em que mais de uma revista publica o mesmo trabalho.

O Gráfico 01 nos mostra que foram aferidos 760 projetos nas três revistas, dos quais 530 foram considerados para análises posteriores. Do total de projetos, 8% são estrangeiros, isto é, foram ou seriam construídos fora do território nacional – a maior parte publicada na revista *Habitat*. Considerando apenas essa publicação, 29% dos projetos publicados ao longo do recorte são estrangeiros, indicando um maior interesse dessa publicação pelo cenário internacional, diferentemente das demais. No ano de 1964, o número de projetos publicados por essa revista foi significativamente superior em relação aos outros anos. Enquanto isso, o número de projetos publicados pela revista *Módulo* entra em queda a partir de 1961.

Ainda que o total de edições analisadas aqui seja maior que o número de edições analisadas ao longo da pesquisa de Mestrado deste autor, a quantidade de projetos aferidos, publicados ao longo da primeira metade da década de 1960, é significativamente inferior em relação ao número de projetos publicados ao longo da segunda metade da década de 1980, como nos mostra o Gráfico 02, o que possivelmente indica uma mudança no status do desenho no campo da arquitetura e urbanismo.

Conforme os gráficos 03 e 04, o número de projetos estrangeiros publicados no período 1960-65 é menos de um quarto do número de projetos publicados no período 1985-90. No momento anterior ao golpe militar, os projetos representam de maneira relativamente equilibrada América Anglo-saxônica, América Latina, Ásia e Europa, sem participação da África, com leve vantagem para Europa e leve desvantagem para América Anglo-saxônica. A participação da Ásia se deve em grande medida aos projetos internacionais de Oscar Niemeyer. O período da redemocratização, por outro lado, privilegiou de maneira bastante acentuada o continente europeu e, em segundo lugar, o continente latino-americano. Todavia, como nos mostram os gráficos 05 e 06, os temas privilegiados no conjunto de projetos estrangeiros em ambos os períodos foram Equipamento, Habitação e Comercial, sendo que ao longo do processo de redemocratização preponderaram os projetos institucionais (sobretudo edifícios governamentais).

Quanto à distribuição dos projetos publicados por estado e região do país, é preciso fazer observações. Os limites administrativos atuais são diferentes daqueles vigentes ao longo da primeira metade

da década de 1960. Antes do golpe militar, Tocantins ainda não havia sido separado do estado de Goiás, tampouco Mato Grosso do Sul do Mato Grosso. Acre, Amapá, Rondônia e Roraima não haviam sido elevados à categoria de estado; Roraima chamava-se Território do Rio Branco; o Território do Acre foi elevado à categoria de estado em 1962. Além disso, após a inauguração de Brasília, a cidade do Rio de Janeiro foi elevada à categoria de estado, criando-se o estado da Guanabara, por sua vez extinto em 1975 – a extinção do estado da Guanabara e a reincorporação da cidade do Rio de Janeiro ao estado fluminense, na condição de capital, aconteceu por uma decisão do regime militar, que tinha dificuldades para eleger governadores da base aliada na Guanabara.

A diferença mais significativa entre os limites administrativos brasileiros da década de 1960 e dos dias atuais, para nossa análise, é o agrupamento de estados em regiões: o estado de São Paulo fazia parte da região Sul, e Bahia e Sergipe faziam parte da região Leste, com os demais estados que hoje fazem parte da região Sudeste – até hoje, nas regiões Norte e Nordeste, o estado de São Paulo é mencionado como parte da região Sul, por suas características políticas, econômicas e sociais. Por esse motivo, o Gráfico 07 leva em consideração as regiões conforme estavam divididas em 1960. O que se observa é que as revistas *Acrópole* e *Habitat* privilegiaram a região Sul, sobretudo o estado de São Paulo. Houve participação um pouco menos discreta, na *Habitat*, de projetos para o estado da Guanabara. A revista *Módulo*, por outro lado, privilegia as regiões Centro-Oeste e Leste, ainda que haja alguma participação de projetos para a região Sul. Metade de todos os projetos publicados na *Módulo* entre 1960 e 1965 corresponde a projetos para Brasília, distribuídos de maneira irregular no tempo, ao longo do recorte. Não há, em nenhuma das três revistas, ao longo do período estudado, projetos para a região Norte. A distribuição em cada revista pode ser observada no conjunto de gráficos 08, presente no anexo.

Considerando a diferença entre os mapas do Brasil de 1960 e dos dias de hoje, o Gráfico 09 estabelece uma comparação entre a distribuição geopolítica dos projetos publicados levando em consideração os estados e regiões atuais. Para isso, os projetos publicados ao longo da primeira metade da década de 1960 foram reorganizados, levando em consideração os atuais limites administrativos. Constata-se que as três revistas analisadas privilegiaram, em conjunto, entre 1960 e 65, a região Sudeste e o estado de São Paulo. Isso porque, apesar de haver, na *Módulo*, um conjunto significativo de projetos fluminenses e brasilienses, a *Acrópole* publicou cinco vezes mais projetos que a *Módulo* ou que a *Habitat*. Entre 1985 e 90, as revistas publicaram menos projetos sudestinos, porém ainda com grande evidência para a região Sudeste. Enquanto as revistas da década de 1960 eram claras em suas intenções, ligadas abertamente a interesses específicos de grupos determinados, as da década de 1980 estavam envoltas em um discurso que pregava o interesse pela diversidade e pelas diferenças regionais; portanto, cabe afirmar que o interesse aparentemente maior em projetos para outras regiões do país, ao longo do período da redemocratização, não fez com que de fato ganhassem espaço práticas projetuais fora do eixo Rio-São Paulo.

O Gráfico 10 nos mostra que, quanto ao tipo de projeto, as revistas privilegiaram, em geral, o tema da habitação, especificamente as habitações unifamiliares, que correspondem a 25% de todos os projetos publicados à época. Em seguida estão os projetos de equipamentos urbanos comunitários e os projetos comerciais dos mais variados tipos. Ao longo da segunda metade da década de 1980, o tema da habitação era novamente protagonista, mas os temas da arquitetura de equipamentos e da arquitetura comercial trocaram de posição: aquele perdeu espaço, este ganhou, como nos mostra o Gráfico 11.

A análise do conjunto é largamente enviesada por aquilo que foi publicado na revista *Acrópole*. A revista *Habitat* segue a tendência. Na revista *Módulo*, porém, o protagonismo é dado aos projetos de

equipamentos urbanos comunitários, mas também há destaque para os temas da habitação e da arquitetura comercial. Todavia, ao contrário das outras revistas, nas quais o contraste entre residências unifamiliares e prédios de apartamentos é significativo, na *Módulo* há ligeiramente mais projetos de habitação coletiva do que de habitação unifamiliar. A distribuição por revista pode ser observada no conjunto de gráficos 12, presente no anexo.

Finalmente, como nos mostram os gráficos 13 e 14, em conjunto as revistas *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo*, entre 1960 e 65, privilegiam projetos privados em detrimento dos projetos desenvolvidos para entes públicos, em proporção semelhante àquela observada nas revistas *AU* e *Projeto* entre 1985 e 90. Aproximadamente, três em cada quatro projetos publicados são privados. Exclusivamente na *Acrópole* essa diferença é mais acentuada, tendo a publicação apresentado 19% de projetos públicos e 78% de projetos privados. A revista *Módulo*, por motivos evidentes, trabalha com outra proporção, tendo publicado 58% de projetos públicos e 42% de projetos privados. A distribuição por revista pode ser observada no conjunto de gráficos 15, presente no anexo.

Conclusão do Capítulo 1

Os projetos publicados nas revistas *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo* corroboram conjecturas elaboradas ao longo desta Tese quanto ao caráter das revistas e, mais do que isso, permitem afirmar que o papel dessas publicações era, em grande medida, articular os debates internos ao campo da arquitetura e urbanismo, de um lado, e os acontecimentos políticos, econômicos e sociais, de outro. A arquitetura e urbanismo como disciplina autônoma e a prática projetual são noções holísticas, que, ainda que tenham ferramentas próprias claras e objetivos bem definidos no que diz respeito ao que produzem arquitetos e urbanistas, deveriam ser coprotagonistas em um cenário de desenvolvimento e independência, inclusive ideológica.

Como consequência disso, observamos que, apesar do momento de construção do arcabouço de uma democracia desenvolvida, dentre os projetos publicados a categoria institucional não é privilegiada ao longo da primeira metade da década de 1960, o que não quer dizer que o tema não é privilegiado pelas revistas. A discussão sobre edifícios institucionais, especialmente as sedes das instituições de governo, acontecia de maneira difusa, atravessando outros temas e permeando diversos textos que, por sua vez, mencionavam de maneira ora mais, ora menos direta as construções que recebiam o governo na nova capital. Essa discussão, como veremos, permeava inclusive a crítica de arquitetura, isto é, ao comentar projetos não correlatos, como residências unifamiliares em São Paulo, por exemplo, os críticos citavam Brasília de alguma maneira, principalmente em 1960.

A análise de dados corrobora: a ideia de que, ao menos no campo do discurso, reinaugurava-se o Brasil, e que era preciso refletir a respeito e desenhar o suporte material sobre o qual se desenvolveria essa renovada nação; a ideia de que havia uma classe média urbana em expansão que demandava espaços de consumo; mas também a ideia de que havia em curso um processo de desenvolvimento econômico. Isto é, a inflação era sinal não apenas de que a política econômica estava desregulada, que não acompanhava o ritmo acelerado de crescimento econômico, populacional e material do país – o que, em parte, é atribuído aos conflitos políticos da época –, mas também de que havia postos de trabalho sendo abertos, havia mais dinheiro circulando. A maior parte dos projetos comerciais consiste em sedes ou agências de bancos e edifícios de escritórios.

Em meio a esses processos, estava em curso a formulação de posições posteriormente chamadas de pós-modernas e o debate acerca da prática projetual dos grandes nomes, sobretudo Le Corbusier e Oscar Niemeyer, que apresentavam novas possibilidades de desenho colocando em xeque algumas acepções do termo “funcionalismo” e da ideia de funcionalismo como um todo. As mortes de Frank Lloyd Wright, Le Corbusier e, no Brasil, de personagens como Rino Levi e Reidy marcam um momento de transição. Interessava, ao revisar o trabalho desses arquitetos, seus papéis como articuladores, inclusive no sentido de construir posições políticas e de desenhar a partir dessas posições, entre tradição e modernidade, entre passado e futuro, entre Europa e América Latina.

Num certo sentido, “funcionalismo” pode ser entendido como uma bandeira. Diversos projetos são publicados como bons exemplos de arquitetura por seguirem princípios funcionalistas, de acordo com os editores das revistas, atrelados ao bom emprego da técnica do concreto armado. Evidentemente havia disputas, e o apelo ao retorno crítico a um ou outro elemento princípio edificador do movimento moderno na arquitetura era um recurso empregado por diversos participantes desse debate acerca dos rumos da arquitetura brasileira, dos termos nos quais se daria sua revisão crítica no Brasil e do papel que o passado (qual passado?) teria no futuro. Esse debate, suspenso pelo golpe militar e pelas abruptas mudanças que a nova realidade política do país impôs ao campo da arquitetura e do urbanismo, foi retomado e ganhou fôlego na década de 1980, amalgamado ao processo de redemocratização – em grande medida, o que retornava na década de 1980 era a produção do começo do Séc. XX depois de passar pelos debates e interpretações no campo nas décadas de 1950 e 60.



[2] Política e arte se encontram no projeto de arquitetura

Ao longo da década de 1950, nos Estados Unidos e na Europa, em países que lideraram o bloco capitalista durante a Guerra Fria, a produção teórica e a prática projetual passou a ser cada vez mais marcada pela crítica ao chamado movimento moderno, caracterizada pela crítica ao apriorismo no tratamento das demandas do homem no mundo industrializado, a um suposto ideal pacificador e suprapolítico de uma arquitetura calcada no espaço como conceito abstrato, e a um urbanismo supostamente avesso a categorias culturais tidas como espontâneas ou imanentes da população. Tudo isso teve os seus reflexos no campo da arquitetura brasileira. A inauguração do embate está comumente associada à publicação de *Verso un'architettura organica* [*Por uma arquitetura orgânica*], de Bruno Zevi, em 1945, e *Saber ver a arquitetura*, do mesmo autor, em 1948 (traduzido para o português em 1978), mas também é marcado por textos como: *A imagem da cidade*, de Kevin Lynch, publicado pela primeira vez em 1960 (traduzido para o português em 1997); *Morte e vida de grandes cidades*, de Jane Jacobs (1961, trad. em 2000); *Complexidade e contradição em arquitetura*, de Robert Venturi (1966, trad. em 1995); e *Território da arquitetura*, de Vitorio Gregotti (1966, trad. em 1975). Igualmente importantes para o debate brasileiro são os textos e projetos publicados e discutidos em livros como *Registro de uma vivência*, de Lucio Costa (1995), e *Caminhos da arquitetura*, de Vilanova Artigas (2001).

A conjuntura política e econômica do período é abordada em diversos trabalhos, como *A política econômica do governo João Goulart: restrições estruturais e vetos políticos*, de Mario Augusto Morato Pinto de Almeida (2010); e *Da crise política ao Golpe de Estado: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart*, de David Ricardo Sousa Ribeiro (2013). Esses trabalhos, de uma forma ou de outra, investigam o golpe de 1964 como uma violenta tentativa, por setores conservadores das classes ricas, de colocar um fim a um conflito de classes, explicado, em diversas ocasiões, como um conflito distributivo, isto é, como um conflito entre pagamento de salários e o lucro, ou entre distribuição de renda e acumulação de capital.

No mesmo campo de estudo, Adilson Marques Gennari (1997), em *A nação e o capital estrangeiro: um estudo sobre a Lei de Remessa de Lucros no governo de João Goulart*, reconstitui a tentativa do presidente de aprovar ato normativo que limitasse as remessas de lucro das empresas multinacionais, e afirma que o Brasil passava por um momento de mudança no padrão de acumulação do capital, que era, em grande medida, resultado de mudanças na circulação de capital no cenário internacional. Questões específicas que dizem respeito ao cenário político e econômico também são tratadas em trabalhos como *Petrobrás: a consolidação do monopólio estatal e a empresa privada (1953-1964)*, de Antônio Carlos Macedo e Silva (1985); *Relação entre o Executivo e o Legislativo no período parlamentarista no Brasil (1961-1963)*, de Bruno de Castro Rubiatti (2008); e *Trabalhadores, política e sindicatos no tempo do populismo: uma narrativa das lutas operárias (1945-1964)*, de José Robson da Silva (2018).

Em 1946, com a promulgação de uma nova constituição, que instituiu o voto secreto e universal (excluídos os analfabetos) além da divisão do Estado em três poderes, chega ao fim do período conhecido como Era Vargas e se inicia o período conhecido como Quarta República, marcado por uma série de crises políticas, sucessões presidenciais, golpes, contragolpes, autogolpes, e pela polarização política que tinha como pano de fundo, em escala global, a Guerra Fria. Os conflitos internos eram, em muitos momentos,

fortemente influenciados pelas disputas internacionais, e também pela consolidação de discursos que atrelam políticas sociais e desenvolvimento econômico.

De acordo com Júlio Manuel Pires em “Desenvolvimentismo *versus* liberalismo econômico no período populista e o gasto público social”, depois da gestão de viés liberal de Gaspar Dutra – cujos esforços para aproximar Brasil e Estados Unidos incluíram declarar ilegal o Partido Comunista – e após um processo inflacionário marcado pelo aumento da dívida pública e pela emissão de papel-moeda como medida para cobrir essa dívida – e, por outro lado, amenizado pelo aumento da entrada de capital estrangeiro via elevação de preços das commodities exportadas –, Getúlio Vargas novamente assume a presidência, em 1951, eleito democraticamente no ano anterior, e implementa uma série de medidas de fortalecimento do Estado, dentre elas a fundação do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952, e da Petrobrás em 1953. A inflação continua relativamente alta, o que pode ser interpretado menos como sinal de que o país estava em crise do que como reflexo do crescimento econômico, que ao longo da Quarta República foi, em geral, relativamente elevado.

Havia no período populista uma hegemonia inquestionável das ideias desenvolvimentistas e nacionalistas no debate político. Tais ideias alcançaram ainda maior repercussão no denominado “período democrático-populista” (1946-1964). Isto permitiu deslocar o eixo fundamental do discurso político da ênfase na política de bem-estar social para um conjunto diferente de proposições nas quais o bem-estar coletivo, ainda entendido como o objetivo mais importante, apareceu como dependente da velocidade do processo de crescimento econômico que a nação pudesse levar adiante. Permitiu-se, desse modo, que, mesmo a nível retórico, as considerações relativas às políticas sociais fossem conduzidas a plano secundário, subordinadas ao “objetivo nacional” de desenvolvimento. (Pires, 2010, p. 531)

A criação do BNDE tinha como um dos objetivos a gestão de recursos advindos do Export-Import Bank of the United States (Eximbank) e do Banco Mundial, e a conversão dos valores em moeda estrangeira para Cruzeiros após a obtenção de crédito no âmbito da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos Para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU). A CMBEU foi um mecanismo de aproximação entre Brasil e Estados Unidos que funcionou entre 1951 e 1953, isto é, ao longo do governo Vargas, mas que havia sido construído ao longo do governo Dutra e inaugurado em 1950. Ou seja, ao longo de um governo que fortalecia o Estado, funcionava um mecanismo de abertura para o capital estrangeiro, de viés liberal.

A continuidade do projeto político-econômico de Vargas, de ruptura com a exportação de commodities e incentivo à substituição das importações via fomento ao desenvolvimento da indústria no país, além de sua retórica que dava protagonismo ao Estado e de sua identificação com o proletariado, gerou conflitos com setores representantes de interesses econômicos estadunidenses que, por sua vez, articularam a desestabilização do presidente, que comete suicídio em 1954 (Fonseca, 2011).

Houve tentativas fracassadas de impedir as eleições de 1955, mas Juscelino Kubitschek é eleito e assume a presidência em 1956. Fundado em seu amplamente conhecido Plano de Metas, implementou uma política desenvolvimentista que dependia em larga medida da expansão da indústria estrangeira em território nacional; uma das consequências foi o aprofundamento da desnacionalização da economia brasileira e da expatriação de riquezas. Houve endividamento, emissão de papel-moeda, inflação e, por fim, o governo recorre ao FMI. A meta síntese de Juscelino Kubitschek, Brasília, para Lucio Costa, tinha como principal fundamento a dualidade histórica *urbs* e *civitas*; no discurso do urbanista da nova capital,

“muito raramente a palavra ‘democracia’ ou qualquer outra relação com regimes e questões decisórias aparecem” (Frajndlich; Martins, 2017, p. 36). Todavia, isso não quer dizer que o plano da capital não era político, e que o discurso do autor era neutro. De acordo com Frajndlich e Martins (2017), a aproximação cultural entre brasileiros e estado-unidenses se torna clara ao longo da primeira metade do século XX, marcada pela exposição *Brazil Builds*, no Museum of Modern Art (MoMA) de Nova Iorque, em 1943, e pela participação de Oscar Niemeyer na equipe responsável pelo projeto da sede da Organização das Nações Unidas (ONU), situações nas quais Lucio Costa, Niemeyer e seu círculo eram referenciados como arquitetos de uma “nova monumentalidade” (Frajndlich; Martins, 2017, p. 39).

No Brasil dos anos 50, a realização da capital federal vinha com ímpeto igualmente vigoroso na formalização de vínculos com a democracia: Juscelino Kubitschek construiu toda a sua plataforma dentro desse binômio. Os CIAMs, o clima de renovação do continente americano do pós-Guerra, a conjuntura política: tudo indicava uma apoteose democrática no Cerrado brasileiro. (Frajndlich; Martins, 2017, p. 41)

A transferência da capital era um tema delicado diante do qual Juscelino Kubitschek evitou tanto quanto pôde um posicionamento firme e claro ao longo da década de 1950. JK era cuidadoso e usou seu posicionamento não apenas para marcar oposição aos seus adversários políticos e para conseguir apoio de importantes aliados, mas também para ativamente direcionar os acontecimentos (Frajndlich; Benoit, 2022). Juscelino Kubitschek, ao longo de sua campanha para a presidência e dos primeiros meses de seu governo, gradualmente caminhou na direção de uma postura favorável à transferência da capital para uma nova cidade, da contratação de arquitetos brasileiros em oposição à contratação de arquitetos estrangeiros para a elaboração do projeto da nova capital, e da realização do concurso que consagrou Lucio Costa como autor do Plano Piloto. Sabe-se que, ao longo da década de 1950, Oscar Niemeyer ocupou a vice-presidência do IAB-RJ – principal entidade de representação de classe à época e contundente defensora dos concursos públicos de arquitetura –, deixando o posto em 1956, imediatamente antes da publicação do Edital do Concurso de Projetos para o Plano Piloto de Brasília.

[...] Oscar Niemeyer, Afonso Reidy, Firmino Saldanha, Helio Modesto e Oliveira Neto elaboraram um memorial sobre o tema, em nome do IAB e por solicitação de Juscelino Kubitschek. Considerando que o planejamento deveria abarcar cidade e região, promovendo o equilíbrio entre o território, a população e as perspectivas econômicas, o documento listava os princípios a serem seguidos: assegurar a eficiência e rapidez do empreendimento; a necessária participação de profissionais especializados ao longo de todo o processo; a exigência de concurso público para escolha da equipe; a restrição de concorrência aos profissionais brasileiros; e a participação do IAB na elaboração do edital. Em seguida, tecia indicações para a composição do júri, para o escopo do concurso e para o modo de apresentação das propostas.

Apesar das declarações públicas de Kubitschek delegando ao IAB o encargo de organizar o processo de escolha do plano, o edital definitivo desconsiderava várias recomendações da entidade. Publicado em setembro de 1956 e elaborado por Israel Pinheiro, Ernesto Silva, Raul Penna Firme, Roberto Lacombe e Oscar Niemeyer (que acabara de deixar o posto de vice-presidente do IAB), o documento causou nos meios arquitetônicos ‘intensa e desagradável repercussão’, sendo o Instituto rápido em se pronunciar, exigindo adequações nas regras do certame. (Dedecca, 2018, p. 151)

João Goulart, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi ministro do Trabalho de Getúlio Vargas entre junho de 1953 e fevereiro 1954. Ao longo da primeira metade da década de 1950, Jango aproximou-se informalmente de líderes sindicais e grupos organizados de trabalhadores, inclusive grupos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), movimento fundamental para sua eleição ao cargo de vice-presidente de Juscelino Kubitschek, em 1955. No posto que assumiu em 1956, manteve postura não repressiva diante dos direitos de organização e manifestação política da classe trabalhadora; a regulamentação do direito de greve era feita apenas pelo Decreto no 9.070, de 15 de março de 1946, publicado no primeiro ano da gestão Eurico Gaspar Dutra, que dava ao governo a possibilidade de enquadrar praticamente toda greve como ilegal. Assim sendo, é possível dizer que o vice-presidente amortecia, para o presidente, as pressões exercidas pela classe trabalhadora. Em 1960, João Goulart novamente venceu as eleições e assumiu, em 1961, o cargo de vice-presidente de Jânio Quadros, mas num cenário menos favorável em parte graças à presença de infiltrados pró-Estados Unidos nos movimentos sindicais, conforme escreveu Felipe Loureiro.

O início dos anos 1960 talvez tenha sido um dos momentos da história brasileira em que se apresentou com maior clareza o embate entre grupos sociais por diferentes projetos de Estado. Isso apareceu não somente nos debates sobre reformas de base, mas em um conjunto de leis, agências e instituições criadas no período que apontam para significativas transformações na forma e no conteúdo do poder estatal, tais como, só para citar três exemplos importantes, a lei antitruste, a lei de remessa de lucros e a lei do 13º salário. (Loureiro, 2012, p. 35-36)

Celso Lafer (1997) em “O planejamento no Brasil. Observações sobre o Plano de Metas” afirma que a década de 1950 foi marcada também pelo aumento da participação da população na política; enquanto ao longo do período conhecido como República Velha o número de eleitores correspondia a 4% da população brasileira, em 1960 o número de pessoas que votavam nas eleições correspondia a 17,7% da população. Esse aumento, de acordo com o autor, está ligado ao aumento da população urbana significativamente maior do que o aumento da população rural e à redistribuição da população economicamente ativa, que migrou do setor primário para os setores secundário e terciário.

Outros setores de esquerda passaram a disputar espaço junto com o PCB. Os movimentos de massa generalizavam-se, havia mobilizações na cidade, cresciam as greves, as manifestações; havia mobilizações no campo, cresciam as tomadas de terra, as Ligas Camponesas fortaleciam-se. Surgia uma nova esquerda em função dessa mobilização crescente de sindicatos, estudantes, operários, camponeses, setores da igreja progressista, soldados, marinheiros etc. (Lovatto, 2011, p. 205)

Após a Segunda Guerra Mundial, o processo de diversificação da indústria brasileira se intensifica. Ganha espaço sobretudo a indústria de bens de consumo não duráveis, mas a produção de bens duráveis e mesmo intermediários, como máquinas para a própria indústria, também passa por crescimento num movimento de substituição da importação de bens de consumo, levando à crescente importação de matéria-prima. Ao longo da década de 1950, o valor das exportações cai significativamente, enquanto as importações se tornam mais rígidas e mais caras; a expansão da indústria automobilística fez com que o país se tornasse altamente dependente da importação de petróleo. Além disso, a aplicação do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek exigiu a tomada de empréstimos, fazendo com que o Brasil chegasse à década de 1960 com uma balança comercial deficitária, o que levou à emissão de moeda como estratégia

de equilíbrio. Enquanto isso, os custos da produção aumentavam e a indústria repassava esse custo para os consumidores. Esses são fatores que conduziram a um quadro inflacionário que se agravou ao longo da primeira metade da década de 1960 e levou as classes trabalhadoras a se mobilizar contra a corrosão do seu poder de compra.

A indústria ganhou maior espaço e complexidade sobretudo graças ao Plano de Metas, cujo sucesso é atribuído à chamada “administração paralela” montada por Juscelino Kubitschek. As reformas administrativas da década de 1930, que implementaram o ingresso por concurso ao funcionalismo público, ainda não haviam surtido efeito – menos de 15% dos funcionários públicos federais eram concursados, situação pouco adequada à implantação de um plano como aquele. Celso Lafer considera que o Plano foi bem sucedido e Felipe Loureiro afirma que, ao final de sua gestão, Kubitschek entregou um dos maiores e mais bem integrados parques industriais da América Latina, ainda que, ao longo da vigência do Plano de Metas, o Brasil tenha passado de uma condição de superávit para uma condição de déficit no que diz respeito à balança comercial, graças à queda da exportação de bens primários e ao aumento da importação de insumos para a indústria – desequilíbrio “corrigido” com a abertura do mercado interno ao capital estrangeiro e com a contração de dívidas no mercado externo.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1950 a população urbana no Brasil correspondia a cerca de 36% da população total, 45% em 1960 e 56% em 1970. Ou seja, na década de 1960 a população urbana ultrapassou a população rural do Brasil, contrariando aquilo que era esperado de um país do terceiro-mundo.

De acordo com Felipe Loureiro, o censo demográfico de 1960 é o primeiro que apresenta dados sobre a distribuição funcional da renda, apontando para uma grande concentração de riquezas pelas classes mais ricas e na região sudoeste. Ao longo da década de 1960, a produção rural foi insuficiente para abastecer as cidades, a expansão dos centros urbanos empurrou a produção agrícola para cada vez mais longe, fazendo com que os custos do transporte da produção – e, portanto, os preços dos produtos – aumentassem, sobretudo porque se tratava de uma rede de transportes rodoviária, amplamente impactada pela flutuação dos preços dos combustíveis. O autor aponta ainda para outro descompasso: a oferta de crédito era inferior à demanda dos setores produtivos; o crescimento da indústria se dava com recursos próprios, o que era possível graças à inflação, que gerava altas taxas de lucro, mas insustentável a longo prazo. Além disso, ainda de acordo com o autor, a estrutura administrativa no Brasil pós-guerra era complexa e marcada pela não clareza e redundância de atribuições, o que dificultava inclusive o acesso ao crédito.

O Estado brasileiro mantinha, mesmo após uma série de trocas de regime, uma estrutura semelhante à de uma colônia exportadora de produtos do setor primário. O sistema eleitoral tinha sua organização voltada mais para as elites e para os funcionários do próprio Estado, ainda que a nova classe trabalhadora urbana, já em processo de empobrecimento, fosse capaz de exercer pressão política, além de representar um grande contingente de consumidores. Angélica Lovatto em “Partidos, sindicatos e movimentos sociais nos anos 1950-64: balanço histórico-bibliográfico preliminar”, afirma que “a movimentação das camadas trabalhadoras do pré-1964 possibilitou um real crescimento da consciência de classe no período, e não apenas um conjunto de movimentações de massa guiadas por objetivos alheios à sua perspectiva de classe” (Lovatto, 2011, p. 198).

Enquanto isso, em 1952 o então governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, contratou a Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), sob comando de seu fundador, o padre Louis-Joseph Lebret, para a realização de um estudo sobre as possibi-

lidades de desenvolvimento para o estado. Naquele momento, o governo estadual investia pesadamente em infraestrutura, especialmente em manejo de águas e geração de energia elétrica.

O resultado do trabalho da SAGMACS foi o ponto de partida para a elaboração do Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE), desenvolvido e implantado pela gestão Carvalho Pinto em São Paulo, de 1959 a 1963. O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e o PAGE são consideradas as primeiras práticas brasileiras de elaboração e implantação de um plano de governo que considera o orçamento e as necessidades de cada setor de maneira integrada.

Instituído pelo Decreto nº 34.656, de 12 de fevereiro de 1959, a elaboração do PAGE se deu sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio, à frente do Grupo de Planejamento, parte de uma estrutura que pode ser considerada a “administração paralela” do governo do estado de São Paulo. As intenções do PAGE relacionam-se aos postulados de John Maynard Keynes, isto é, o Plano vai no sentido da construção de um Estado de bem-estar social favorável à reprodução do sistema capitalista; num país considerado subdesenvolvido, o resultado foi um plano com características que hoje, assim como as características do Plano de Metas, podem ser consideradas desenvolvimentistas.

O PAGE “tinha a ambição de criar uma tecnocracia democrática para racionalizar o serviço público e promover o desenvolvimento do Estado de São Paulo” (Junqueira, 2016, p. 169). Acordos entre o governo do estado de São Paulo e a unidade paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil, que entre 1959 e 61 tinha Ícaro de Castro Mello como presidente e o professor da FAU USP João Batista Vilanova Artigas como vice, fizeram com que fossem contratados para a elaboração de projetos para edifícios públicos, em número significativo, arquitetos autônomos ligados ao movimento moderno – não raro as revistas de arquitetura publicavam esses projetos e obras, mas praticamente não há menção direta ao PAGE. O Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP) foi uma das principais instituições que realizou construções financiadas pelo PAGE via Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE).

Dois dos cinco fundos criados pelo PAGE eram caracterizados como reservas de recursos para a construção de edifícios ligados à educação, o FECE e o Fundo para a Construção da Cidade Universitária Armando Salles Oliveira (FCUASO), dedicado à realização do campus da USP no Butantã. Também é atribuída ao PAGE a criação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Além disso, diversos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP) receberam verbas do PAGE para a realização de obras – fora do estado de São Paulo, os IAP também tiveram importante atuação construindo equipamentos urbanos comunitários e conjuntos habitacionais projetados por arquitetos autônomos ligados ao movimento moderno.

Ao PAGE é atribuída a significativa expansão dos serviços públicos e equipamentos urbanos comunitários que aconteceu ao longo da primeira metade da década de 1960 no estado de São Paulo, dando protagonismo para algo que pode ser chamado de “questão social”. Às vésperas da inauguração de Brasília, o plano foi elaborado a partir da “expectativa de grandes mudanças econômicas, políticas e sociais e da consolidação da liderança do estado de São Paulo no contexto brasileiro” (Junqueira, 2016, p. 168). Em 1962, Plínio de Arruda Sampaio foi eleito deputado federal. Em 1964, foi um dos primeiros brasileiros a terem seus direitos políticos cassados, quando da publicação do Ato Institucional nº 1. Na mesma época, Carvalho Pinto filia-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

É possível afirmar que o PAGE também colaborou com o processo de consolidação da arquitetura e urbanismo como disciplina autônoma. Jacqueline Adriana Diório de Souza afirma que esse processo acontece no Brasil entre 1945 e 1960. No período anterior, era comum que as empresas oferecessem

como produto a obra construída, sendo o projeto de arquitetura um item do serviço. Ao longo desses quinze anos, a categoria elevou o status da atividade projetual, certamente facilitada pelo crescente prestígio nacional e internacional de figuras como Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Em São Paulo, Rino Levi ficou conhecido como o primeiro a estabelecer uma firma que vendia apenas projetos, desenvolvidos por completo, em um escritório estruturado como empresa. Junto ao crescente mercado imobiliário e ao poder público, o profissional de arquitetura e urbanismo torna-se conhecedor de uma linguagem técnica capaz de melhorar prazos e custos.

Esse processo é marcado pela consolidação dos cursos superiores de arquitetura e urbanismo. Jacqueline de Souza nos informa: no Rio de Janeiro, em 1945, a Faculdade Nacional de Arquitetura substitui o curso da Escola Nacional de Belas Artes; em São Paulo, em 1947, a Faculdade de Arquitetura do Mackenzie substitui o curso oferecido pela Faculdade de Engenharia, em 1948 é fundada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e, em 1952, é extinto o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica; no Rio Grande do Sul, em 1952, é fundada a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, que substitui o curso oferecido pelo Instituto de Belas Artes; na Bahia e em Pernambuco, em 1959, são fundadas as Faculdades de Arquitetura nas respectivas Universidades Federais, em substituição aos cursos oferecidos pelas Escolas de Belas Artes; finalmente, em 1962, aprova-se no Conselho Federal de Educação o primeiro Currículo Mínimo para as faculdades de arquitetura.

Em 1961, Jânio Quadros, eleito pela União Democrática Nacional (UDN), toma posse da presidência. Em seu discurso de posse, o novo presidente descreve a situação econômica do país naquele momento como um conjunto de extremas dificuldades montado por seu antecessor, marcando uma mudança importante na política econômica: do estímulo ao crescimento para a estabilização financeira, controle da inflação e equilíbrio das contas externas. De fato, Juscelino Kubitschek havia deixado o país em uma situação economicamente delicada.

Superada a euforia da inauguração da nova Capital Federal, a implementação de seu Plano urbanístico sofreu uma abrupta interrupção no frenético ritmo de sua implantação e conseqüentemente alterou o andamento das obras arquitetônicas a serem realizadas. Diferentemente de Juscelino Kubitschek, o Presidente Jânio Quadros – mesmo cumprindo somente alguns meses de seu mandato – edificou apenas um pombal na Praça dos Três Poderes, estancando os cronogramas que demandavam recursos públicos e ações governamentais coesas para a consolidação da cidade. Apesar deste contexto de ruptura, da grita reacionária pelo abandono do projeto, JK havia deixado a cidade numa condição irrevogavelmente implantada, tornando inexorável sua efetiva presença no âmbito político, social e cultural. Enquanto isso, o ritmo das tensões políticas se acirrava em torno da renúncia de Quadros, da posse de João Goulart, do novo sistema de governo parlamentarista, ao passo que as obras de Oscar Niemeyer sofriam atrasos, vetos e ingerências. (Rossetti, 2007, p. 42)

Depois de uma série de tentativas de implementar medidas impopulares que tinham como principal objetivo o controle da inflação, medidas essas que, de acordo com Felipe Loureiro, não condiziam com as dinâmicas políticas, econômicas e sociais do momento, além de fazer acenos à esquerda que eram incômodos para os representantes do capital estrangeiro – reajuste cambial, incentivo às exportações, limitação da remessa de lucro para o exterior, descolamento dos Estados Unidos e aproximação com a China e a União Soviética –, a figura de Jânio Quadros estava desgastada.

Jânio Quadros entregou carta de renúncia ao Congresso Nacional em 25 de agosto de 1961, após sete meses de governo, num movimento por vezes interpretado como um autogolpe fracassado. João Goulart, vice-presidente eleito pela chapa de oposição Partido Trabalhista Brasileiro/Partido Social Democrático (PTB/PSD), é impedido de assumir o cargo por uma junta militar composta pelos ministros Odílio Denys (ministro do Exército), Gabriel Grun Moss (ministro da Aeronáutica) e Sílvio Heck (ministro da Marinha), os quais alegavam que Jango, por sua orientação política, era uma ameaça comunista à segurança nacional. As tensões políticas levavam o Brasil à possibilidade de instauração de uma guerra civil. Finalmente, no dia 2 de setembro de 1961, o Ato Adicional 4 à Constituição de 1946 instaura o parlamentarismo no país.

João Goulart assumiu a presidência, mas com poderes diminuídos em relação ao regime anterior. O que se via no cenário econômico à época da instituição do parlamentarismo e posterior posse de Jango era a desaceleração do crescimento, o aumento significativo da inflação e o desequilíbrio nas contas públicas – quadro este inicialmente enfrentado com medidas marcadas sobretudo por demandas dos empresários brasileiros e que, ainda de acordo com Felipe Loureiro, não aplacaram as crescentes pressões dos trabalhadores.

Conquanto o contexto econômico e político da posse de Goulart na Presidência da República seja mais grave, vale lembrar que este não difere muito da conjuntura em que Vargas assumiu: inflação crescente e tendência à desaceleração das taxas de crescimento do PIB, às quais se somam, ao longo do mandato, ao agravamento da situação das contas externas, com déficit no balanço de pagamentos e dificuldades para atração de capitais externos e para captação de poupança interna. (Fonseca; Monteiro, 2005, p. 216-217)

O cargo de primeiro-ministro foi ocupado por Tancredo Neves (setembro de 1961 a junho de 1962), Brochado da Rocha (junho a setembro de 1962) e Hermes Lima (setembro de 1962 a janeiro de 1963). Essa descontinuidade, resultado das dinâmicas eleitorais da época e da falta de clareza quanto às atribuições do presidente da República e do primeiro-ministro, colaborou com o fracasso dos planos de combate à inflação.

Em 1961, Tancredo Neves procurou implantar o Plano de Emergência, que atendia parcialmente demandas trabalhistas e, por isso, gerou tensão entre o governo e empresários que, tendo em vista a manutenção de suas taxas de lucro, elevaram os preços de seus produtos – repassando para o consumidor o “aumento de custo” da produção – e aumentaram a pressão sobre o governo por mais crédito. Já sob regime parlamentarista, o Congresso Nacional aprova de forma conflituosa a Lei nº 4.131, de setembro de 1962, projeto de Celso Brandt que limitava a remessa de lucros ao exterior a 10% do capital investido inicialmente, causando tensão entre o governo, o empresariado e o governo estadunidense, o que levou a uma queda significativa nos investimentos estrangeiros no país – essa Lei foi regulamentada apenas em 1964, já de volta ao regime presidencialista.

Em 1962, o primeiro-ministro trabalhou para implantar o Plano de Economia, que tinha como principal autor o então ministro da Fazenda, o banqueiro Walther Moreira Salles. O Plano foi elogiado pelos empresários nacionais, representados pela Confederação Nacional da Indústria (NCI) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e criticado pelos empresários estrangeiros, representados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O IPES foi uma entidade fundada em 1961 e financiada sobretudo pelo governo dos Estados Unidos e por empresas estrangeiras, cujo objetivo

era articular os diversos movimentos democráticos anticomunistas nacionais; a partir do final de 1962, passa a conspirar contra o governo e acaba por se tornar um dos principais golpistas de 1964.

Empresários brasileiros, empresários estrangeiros e brasileiros ligados ao capital estrangeiro, bem como grupos de trabalhadores pressionavam o governo de diferentes lados. Os planos procuravam atender às diretrizes de austeridade impostas pelos Estados Unidos como condição de acesso a crédito, com medidas de controle da inflação. O governo não obtinha sucesso, os planos eram apenas parcialmente implantados, e isso levou à perda de autoridade de Tancredo Neves.

Em discurso no Primeiro de Maio de 1962, em Volta Redonda, João Goulart fala pela primeira vez sobre a necessidade de uma constituinte para viabilizar as reformas de base pretendidas pelo presidente. Como resposta, o primeiro-ministro apresenta uma proposta de constituinte que não alterava o sistema parlamentarista. Poucos dias depois, Jango, em discurso na cidade de Santos, nega a proposta. O presidente afirmou que a proposta de constituinte não atendia os interesses do povo, procurando convencer as classes trabalhadoras de que era preciso lutar pela volta ao presidencialismo.

As últimas semanas de maio de 1962 foram marcadas pela agitação no Congresso em torno da aprovação da emenda Mem de Sá e pela crescente tensão entre Goulart e Tancredo Neves. Enquanto o primeiro-ministro articulava a passagem do texto no Senado, o presidente e seus assessores lançavam boatos diários sobre a iminente renúncia do gabinete. (Loureiro, 2012, p. 278)

Em julho de 1962, Tancredo Neves deixa o cargo de primeiro-ministro para que pudesse ser candidato ao Senado nas eleições daquele ano – como primeiro-ministro, ele procurou, sem sucesso, aprovar lei que permitisse aos políticos concorrer em eleições sem precisar renunciar cargos que ocupavam. A renúncia de Tancredo marca o abandono do Plano de Economia, o que leva à renúncia de Walther Moreira Salles em setembro daquele ano.

Da demissão de Tancredo Neves à posse de Brochado da Rocha passaram-se 14 dias. Foi um período de negociações entre o presidente e o Congresso, de instabilidade política e econômica que, ainda conforme escreveu Felipe Loureiro, pode ter sido parte do projeto de João Goulart para desestabilizar o sistema parlamentarista e, ao mesmo tempo, garantir que o próximo primeiro-ministro seria seu aliado. A oferta de papel-moeda aumentou significativamente nesse período e com ela, a inflação; a política cambial desagradava empresários, que alegavam dificuldades para adquirir matérias-primas.

As negociações acerca da sucessão do cargo de primeiro-ministro levaram os movimentos sindicais, no dia 5 de julho de 1962, a promover paralisações em diversas capitais do país, com o intuito de evitar que o cargo fosse ocupado por uma figura golpista. Houve intensos conflitos entre a polícia e os trabalhadores. A paralisação foi encerrada após uma reunião a portas fechadas entre os líderes do movimento grevista e o presidente, que demonstrava força junto às classes trabalhadoras. João Goulart boicotou o projeto de lei complementar que daria contornos mais definidos às atribuições do presidente da República e do primeiro-ministro; valeu-se de seu cargo como chefe das forças armadas para promover, estrategicamente, nomes legalistas e nacionalistas, desmobilizando movimentos golpistas dentro das corporações; e aproximou-se do movimento sindical, fortalecendo a luta dos trabalhadores a ponto de eles se tornarem um obstáculo à implementação de seu próprio Plano Trienal, em 1963. Jango articulava a queda do regime parlamentarista e a volta ao presidencialismo.

Para que isso fosse possível, duas condições eram importantes: angariar amplo suporte de setores da sociedade, imprimindo ao objetivo de retorno do presidencia-

lismo um status de legitimidade [algo que Jango alcançou pela aproximação com o movimento sindical]; e garantir, se não o apoio, ao menos a neutralidade de parcela significativa das Forças Armadas, a fim de impedir que a pressão popular sobre o Congresso pudesse ser usada como justificativa para um golpe de Estado.

[...]

Afinal, se não fossem as manifestações dos trabalhadores após a renúncia de Quadros e, principalmente, a adesão do III Exército ao movimento da legalidade liderado pelo governador gaúcho Leonel Brizola, Jango não teria sequer assumido a presidência da República. (Loureiro, 2012, p. 257-258)

Após a posse de Brochado da Rocha, em 12 de julho de 1962, o clima de tensão dissipou-se momentaneamente. Contudo, o primeiro-ministro ameaçava pedir demissão em agosto para dedicar-se à sua campanha eleitoral, assim como fez Tancredo Neves. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se esquivava de deliberar sobre a antecipação do plebiscito que levaria à consolidação do parlamentarismo ou à volta do presidencialismo, planejado para 1965. Brochado da Rocha pressionava o TSE enquanto apresentava para deliberação do Congresso Nacional 22 projetos de lei que incluíam a regularização do trabalho rural e da desapropriação de terras por interesse social, da ação do Estado sobre o mercado financeiro e do direito de greve, além de medidas antitruste e de uma proposta de antecipação do plebiscito. Em meio às negociações, que levaram ao aumento das tensões entre empresários, trabalhadores e o governo, no dia 13 de setembro de 1962, Brochado da Rocha, como esforço para desestabilizar setores do governo resistentes à antecipação do plebiscito, pede renúncia. Esse esforço foi bem-sucedido: no dia seguinte, o Congresso Nacional aprovou a antecipação do plebiscito; João Goulart nomeou um gabinete ministerial provisório, chefiado por Hermes Lima; e o plebiscito foi realizado em janeiro de 1963.

Ao longo dos últimos meses de 1962, Celso Furtado, na pasta extraordinária do Planejamento, coordenava a elaboração do Plano Trienal que João Goulart procuraria implementar. Todavia, diante da relutância dos EUA em liberar recursos no âmbito da Aliança para o Progresso, João Goulart ameaça romper com os Estados Unidos e buscar ajuda da União Soviética; como resposta, os EUA financiaram campanhas de candidatos a governador e ao Congresso, deixando Jango com pouco apoio político e dificultando a implementação das reformas de base, uma vez reestabelecidos os plenos poderes do presidente.

Ao recobrar plenos poderes em um cenário de polarização política e inflação, João Goulart procurou pôr em prática seu Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que incluía as chamadas reformas de base. Além de uma reforma agrária, falava-se em reforma urbana, reforma bancária, reforma política, ampliação da regulamentação do mercado de trabalho e instituição do sufrágio universal. Em prol de tais reformas, organizações de trabalhadores e partidos de esquerda atuavam tanto na cidade quanto no campo, além das organizações estudantis União Nacional de Estudantes (UNE) e União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), como nos conta Taiana Car Vidotto (2020).

Desde o início da execução do Plano Trienal em janeiro de 1963, o governo Goulart deu claros indícios de que via na constituição de um pacto social entre Estado, empresários e trabalhadores a chave para o sucesso do programa. A ideia era a de que cada parte deveria suportar uma parcela de sacrifício para vencer a inflação: o governo, por meio de corte do déficit público; os empresários, via reajustes estritamente necessários nos preços dos produtos; e os trabalhadores, mediante a moderação das demandas por aumento de salários e, principalmente, da contenção de greves e

manifestações sociais que pudessem prejudicar o ritmo das atividades econômicas. (Loureiro, 2012, p. 344)

A curto prazo, o objetivo era a estabilização da inflação, num contexto de crescimento em desaceleração. Era preciso cortar gastos, mas manter investimentos para conservar o ritmo de crescimento, e aumentar a receita. O aumento de impostos se deu sobre o consumo, não sobre a renda, onerando relativamente mais os mais pobres. Para o funcionalismo público, inclusive para militares, o aumento salarial seria limitado em 1963 a 40%, abaixo da inflação de 1962, que havia sido de 50%, fazendo com que os funcionários públicos fizessem pressões contra o Plano Trienal. Não havia política salarial para o setor privado, o salário-mínimo não seria reajustado de acordo com um índice fixo, o reajuste seria vinculado aos índices de custo de vida e renda per capita calculados pelo Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho (SEPT) – proposta que desagradou tanto o empresariado quanto a classe trabalhadora. No início de 1963, o reajuste do salário-mínimo, o pagamento do 13º salário e o fim do subsídio estatal à importação de diversos itens foram usados como justificativa pela burguesia para aumentar preços abruptamente, causando uma queda repentina no poder de compra da classe trabalhadora. Ao longo do ano, o governo avançou a passos lentos no sentido de regulamentar leis nacionalistas e benefícios trabalhistas, enquanto cedeu a pressões da burguesia – privilegiando os empresários paulistas – e tornou-se mais repressivo diante dos movimentos de trabalhadores. O movimento grevista se intensificou significativamente.

No âmbito do Plano Trienal, o então ministro da fazenda Santiago Dantas vai aos Estados Unidos renegociar as dívidas brasileiras e prospectar novos empréstimos. Os Estados Unidos – que até então mantinham uma postura menos de desestabilização do que uma postura ambígua diante do governo de João Goulart – ofereceram cerca de 400 milhões de dólares. Não houve mudança no perfil da dívida existente, isto é, continuavam sendo dívidas com prazos curtos e juros altos. A liberação imediata foi de cerca de 80 milhões, destinados sobretudo ao pagamento de empréstimos antigos. Foram impostas uma série de medidas de austeridade que condicionaram o acesso ao crédito, incluindo limitar o crédito que o governo brasileiro oferecia às empresas nacionais, desfavorecendo a indústria brasileira em detrimento de empresas estrangeiras, que tinham acesso a crédito em seus países de origem.

As condições impostas pelos Estados Unidos para a liberação do crédito forçavam João Goulart a optar por uma entre duas direções: romper com bases sindicais e com países de alinhamento comunista e impor medidas conservadoras, ou alinhar-se de maneira mais radical com políticas de esquerda. Em meados de 1963, Santiago Dantas é demitido do cargo e Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto assume como ministro da fazenda; as metas do Plano Trienal já haviam sido rompidas; Celso Furtado retorna para a SUDENE; o Plano Trienal é abandonado.

Surgiam tensões internas ao movimento operário, mas não foram aliviadas as pressões que a classe trabalhadora exercia sobre o governo e os empresários, que, por sua vez, pressionavam o governo pela adoção de posturas mais repressivas. João Goulart se negava a assumir postura tão repressiva quanto aquela exigida pelos empresários enquanto tentava sem sucesso afastar os comunistas, antigos aliados, das direções dos sindicatos, e recuperar seu poder de influência sobre os movimentos sindicais. Os trabalhadores organizados de forma autônoma em relação a Jango conquistavam aumentos reais de salário, fazendo aumentar a demanda por produtos. Além disso, os cortes de subsídios e o aumento da demanda por crédito fortaleceram as pressões inflacionárias. Em 1964, a inflação alcançou níveis até então inéditos.

Quando João Goulart, já no final de 1963, começou a impor reformas via decreto, membros do Congresso se sentiram desrespeitados e o movimento golpista ganhou força. O governo dos Estados

Unidos congelou recursos cujo destino era o Brasil, que já chegavam a quem do esperado no âmbito da Aliança para o Progresso, exceto aqueles destinados a estados com governadores da oposição – chamados pelos EUA de “governos democráticos” ou “ilhas de sanidade administrativa”. João Goulart procurou, sem sucesso, criar condições para intervir nesses estados. O governo dos EUA criava condições para que, caso o Brasil decretasse moratória, o governo Goulart fosse responsabilizado. Os EUA se preparavam inclusive para apoiar os “governos democráticos” do Brasil confederados contra o governo brasileiro (Loureiro, 2012, p. 436).

Em 13 de março de 1964, o presidente juntou centenas de milhares de pessoas em um comício na Central do Brasil e, como resposta imediata, o IPES, financiado pelos Estados Unidos, organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Junto do IPES, representavam pautas conservadoras organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, a Ordem dos Advogados (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a Confederação das Classes Produtoras (Conclap) e a FIESP.

As posições mais conservadoras estavam muito assustadas com o fascínio que o socialismo despertava em povos de economia subdesenvolvida, em função da rapidez com que as forças produtivas progrediam. A questão parecia ser, “perigosamente”, mais do que ideológica. Significava, concretamente, que uma eventual opção pelo bloco liderado pela URSS pudesse acelerar o desenvolvimento do país num ritmo mais desejável do que a pura e simples sujeição ao imperialismo norte-americano. (Lovatto, 2011, p. 198)

O IPES participava da articulação de um golpe militar, que foi adiantado num movimento considerado impulsivo por diversos autores, deflagrado pelo Capitão Olímpio Mourão Filho em 31 de março daquele ano. No dia 2 de abril foi decretada vaga a presidência, ainda que, segundo pesquisas, João Goulart estivesse no país, e no dia 9 do mesmo mês foi emitido o Ato Institucional nº 1, oficializando a ditadura militar no Brasil (Toledo, 2004; Delgado, 2005).

A Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, criou o Banco Nacional da Habitação (BNH). Dois anos depois, o Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, unificou os Institutos de Aposentadoria e Pensões, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Boa parte da arrecadação no FGTS ao longo da ditadura militar financiou operações do BNH, favorecendo menos a população de baixa renda do que a classe média urbana. Projetos de arquitetura passaram a ser subcontratados pelas empresas de engenharia responsáveis pelas obras públicas, que davam preferência a grandes empresas de projeto, ou desenvolvidos internamente dentro das próprias firmas de engenharia. Além disso, o Brasil recebia recursos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development – USAID), que estabelecia como condição a abertura do mercado de projetos, de acordo com Taiana Car Vidotto (2020). Diversos autores entendem que esse movimento levou ao enfraquecimento da figura do arquiteto profissional liberal e ao aumento do número de arquitetos assalariados.

No que diz respeito às relações entre política e economia, há pesquisadores que entendem que, no contexto do capitalismo, o chamado “conflito distributivo” encontra relações com a inflação como decorrência do crescimento econômico. Nesse sentido, é possível atribuir ao Estado o papel de controlar a balança entre crescimento econômico e aumento de preços no mercado, função essa que, por sua vez, está relacionada à capacidade da gestão de conciliar diferentes agendas políticas e econômicas. Isso a partir de um ponto de vista que valoriza uma postura conciliatória por parte do poder público.

Conforme escreve Marcos Tadeu Del Roio, o golpe de 1964 foi resultado de um acordo entre certos setores da burocracia estatal, de maneira mais evidente as Forças Armadas, e a burguesia industrial, com evidente apoio da classe média urbana e dos EUA; a democracia liberal foi o sucessor “natural” do regime militar, como se o regime militar fosse um período de “preparação” do país para a implementação do modelo estadunidense de democracia. Naquele momento, produzia-se uma associação entre os conceitos de liberdade e propriedade, era como se fossem inseparáveis e, por consequência, fosse impossível separar democracia e liberalismo.

Foi precisamente essa significação oligárquica da democracia que possibilitou a implantação da ditadura militar em abril de 1964. Se liberdade se identifica com propriedade (e com religião), de fato essa perspectiva de vida social encontrava-se ameaçada em 1964, sendo necessária uma intervenção político-militar para resguardá-la. Assim, o golpe militar de 1964 pode ser visto como um golpe liberal em defesa de uma certa concepção de democracia, a concepção liberal oligárquica. (Del Roio, 2004, p. 98)

O período republicano que sucedeu a Era Vargas poderia ser entendido não sob a alcunha de “populismo”, mas como um período no qual ao menos se ensaiava uma democracia liberal – marcado por direitos sociais negociados entre trabalhadores e patrões, pelo jogo institucional-partidário e por políticas que dão protagonismo ao mercado –, não fosse a prevalência de um regime corporativista e oligárquico que ordenava a própria democracia. Ao longo da primeira metade da década de 1960, de todo modo, Jango representava a ameaça do rompimento dessas negociações, em favor dos trabalhadores. Sob o ponto de vista liberal, a esquerda adotava postura antidemocrática.

As reformas de base ocuparam o centro do debate nacional no pré-1964. E seus principais defensores eram ligados ao trabalhismo, notadamente o PTB, além dos comunistas e do setor católico progressista que fundou a AP – Ação Popular, em 1962. Há estudiosos que defendem que as reformas de base teriam derivado de proposta originalmente formulada pelo PCB, a partir da “Declaração de Março de 1958”. Elas eram trabalhadas com vistas aos objetivos estratégicos de uma revolução brasileira por etapas: primeiro a revolução democrático-burguesa, depois a revolução socialista, e deveriam dar-se em várias frentes. Essa concepção – sobre quais reformas deveriam ser realizadas no país – foi assimilada por vários setores da sociedade brasileira, até chegar ao governo Jango, que lançou oficialmente um programa que propunha reformas de base, em 12 de julho de 1962, através do gabinete de Brochado da Rocha. [...] Não eram medidas de fácil implementação. Mexiam com questões vitais tanto para o latifúndio no Brasil, quanto para os setores que representavam os interesses do imperialismo norte-americano. Numa palavra, as reformas provocavam uma intensa disputa entre os nacionalistas e os “entreguistas”, estes últimos entendidos como setores interessados num desenvolvimento capitalista dependente, ou melhor, numa redefinição dos laços de dependência. A correlação de forças entre os setores representantes dessas duas tendências era pautada por uma intensa disputa. (Lovatto, 2011, p. 201-202)

A “Declaração de Março de 1958”, de acordo com Angelica Lovatto, é resultado de uma série de debates internos ao partido e, naturalmente, reflete seu posicionamento no cenário político nacional. Após

a denúncia, pelo XX Congresso do PCUS, em 1956, dos crimes de guerra praticados por Stalin, o partido passava por uma série de intensos debates que culminariam na derrota dos stalinistas; a “Declaração de Março de 1958” é reflexo desse embate. O texto aposta na aliança entre a burguesia e o proletariado, liderada pelo proletariado, contra o latifúndio e o imperialismo, a favor de uma revolução que não seria, ainda, socialista, mas nacionalista e democrática. É possível afirmar que esse foi o período de maior influência na política brasileira do PCB em sua história, o que poderia ser atribuído, segundo a autora, a uma abertura às negociações e a uma renúncia à autonomia tal que, em diversos momentos, João Goulart parecia liderar o partido. Essa aproximação está na base da hipótese de que Jango era, ele próprio, comunista; igualmente está na base da hipótese de que o PCB havia se submetido ao “trabalhismo” de João Goulart.

Assim, os idos de março e abril de 1964 assistiram a vitória completa da “via prussiana” da revolução burguesa por meio da instauração de uma ditadura militar, que acentuou o corporativismo estatal no domínio burguês sobre a classe operária, mas preservou instituições liberais caras à tradição oligárquica e burguesa. Muito longe de uma falta de apreço pela democracia, as esquerdas, e os comunistas em particular, tinham ciência da necessidade da democracia para a realização das demandas do movimento operário e popular, mas também sabiam que o regime liberal-corporativo estabelecido no decorrer da “via prussiana” da revolução burguesa não era democrático. (Del Roio, 2004, p. 101)

Estando alinhados ou não com esse ponto de vista, é preciso reconhecer que ao longo da primeira metade da década de 1960 havia um conflito pujante no campo da política brasileira e o golpe de 1964 inaugurou à força uma nova fase da história do Brasil.

Em face da percepção crítica que ganhava no choque com as condições de atraso do país, a arquitetura brasileira alinhou-se com outras manifestações artístico-culturais engajadas na denúncia e na luta contra as condições de dependência e de retardamento. O caráter progressista, aberto a mudanças, impregnou, conseqüentemente, a cultura arquitetônica brasileira e suas posições políticas [...]. O avanço que assim se configurava foi bruscamente cortado, em 1964, com a instauração de regime de exceção, amparado nas forças conservadoras internas e apoiado pelas potências capitalistas mundiais. (Instituto de Arquitetos do Brasil, 1987, p. 57)

É importante lembrar que a ditadura militar brasileira não estava isolada na América Latina, houve golpes similares em países como Guatemala (1954), Paraguai (1954), Bolívia (1964), Argentina (1966 e 1976), Peru (1968), Uruguai (1973) e Chile (1973).

Novos rumos para a arquitetura moderna brasileira

A edição 57 da revista *Habitat* (dezembro de 1959), repercutindo o Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte, que aconteceu entre 17 e 25 de setembro de 1959 em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, composto por debates, exposições e atividades que “marcam um indiscutível interesse em vista do problema que Brasília colocou” (Congresso... 1959, p. 2), publica breve relato de Oscar Niemeyer. Ao descrever o Congresso Nacional, Niemeyer faz citação direta a Le Corbusier, atribuindo-lhe a ideia de que “a arquitetura é um jogo sábio, correto e magnífico de volumes reunidos sob a luz” (Le Corbusier, 2014, p. 13).

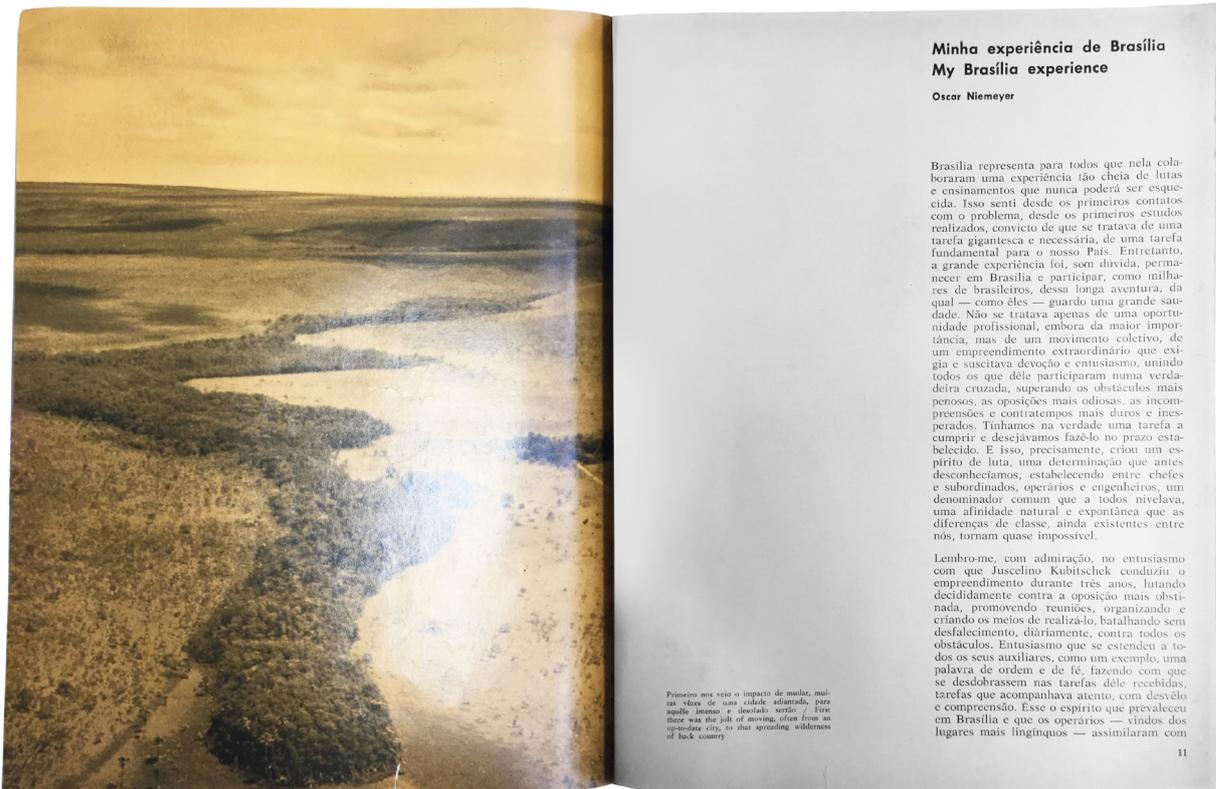


Figura 37: Minha experiência em Brasília.
Fonte: Niemeyer, 1960a, p. 10-11.

Minha experiência de Brasília My Brasília experience

Oscar Niemeyer

Brasília representa para todos que nela colaboraram uma experiência tão cheia de lutas e ensinamentos que nunca poderá ser esquecida. Isso senti desde os primeiros contatos com o problema, desde os primeiros estudos realizados, convicto de que se tratava de uma tarefa gigantesca e necessária, de uma tarefa fundamental para o nosso País. Entretanto, a grande experiência foi, sem dúvida, permanecer em Brasília e participar, como milhares de brasileiros, dessa longa aventura, da qual — como eles — guardo uma grande saudade. Não se tratava apenas de uma oportunidade profissional, embora de maior importância, mas de um movimento coletivo, de um empreendimento extraordinário que exigia e suscitava devoção e entusiasmo, unindo todos os que dele participaram numa verdadeira cruzada, superando os obstáculos mais penosos, as oposições mais odiosas, as incompreensões e contratempos mais duros e inesperados. Tínhamos na verdade uma tarefa a cumprir e desejávamos fazê-lo no prazo estabelecido. E isso, precisamente, criou um espírito de luta, uma determinação que antes desconhecíamos, estabelecendo entre chefes e subordinados, operários e engenheiros, um denominador comum que a todos nivelava, uma afinidade natural e espontânea que as diferenças de classe, ainda existentes entre nós, tornam quase impossível.

Levbro-me, com admiração, no entusiasmo com que Juscelino Kubitschek conduziu o empreendimento durante três anos, lutando decididamente contra a oposição mais obstinada, promovendo reuniões, organizando e criando os meios de realizá-lo, batalhando sem desfalecimento, diariamente, contra todos os obstáculos. Entusiasmo que se estendeu a todos os seus auxiliares, como um exemplo, uma palavra de ordem e de fé, fazendo com que se desdobrassem nas tarefas dele recebidas, tarefas que acompanhava atento, com desvelo e compreensão. Esse o espírito que prevaleceu em Brasília e que os operários — vindos dos lugares mais linguícos — assimilaram com

Primeiro nos veio o impacto de mudar, muitas vezes de uma cidade planejada, para aquela imensa e desolada terra. Here there was the job of moving, often from an organized city, to that spreading wilderness of back country.

11

Com relação aos trabalhos de Brasília, que espero que sejam minhas obras definitivas, encontrei três problemas diferentes a resolver: o do prédio isolado, livre a toda imaginação, conquanto exigindo características próprias; o do edifício monumental, onde o pormenor plástico cede lugar à grande composição; e, finalmente, a solução de conjunto que reclama, antes de tudo, unidade e harmonia. (Niemeyer, 1959, p. 27)

Na edição de número 59 da revista *Habitat* (março/abril de 1960), o texto “Brasília: dois elementos definem uma arquitetura” assinado por José Luiz Paes, publicado originalmente no jornal *O Estado de São Paulo*, trata da descrição de alguns dos principais elementos formais/construtivos dos primeiros edifícios da nova capital, o Palácio da Alvorada, o Palácio do Planalto, a sede do Supremo Tribunal Federal e a sede do Congresso Nacional. Tais elementos formais são interpretados como variações de um mesmo tema, qual seja: o traçado do Eixo Monumental e do Eixo Residencial, resultado da combinação “da cruz de Lucio Costa e do elemento plástico de Niemeyer” (Paes, 1960, p. 51).

O texto sugere que Niemeyer foi o responsável pelo arqueamento do Eixo Residencial, hipótese contrária aos relatos dos próprios Oscar Niemeyer e Lucio Costa, e ao relatório do Plano Piloto entregue por Lucio Costa à comissão julgadora do concurso de Brasília. Ainda assim, é uma contribuição importante no sentido de nos ajudar a compreender a dimensão do debate em torno do conjunto de projetos que potencialmente inauguravam um novo momento para a arquitetura moderna brasileira, debate esse que contaria com importantes contribuições, não apenas no âmbito da prática projetual, do próprio Oscar Niemeyer. Nessa mesma edição, publica-se notícias sobre a nova capital: foi tombada pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) a residência presidencial temporária, o Catetinho (Patrimônio... 1960); o então presidente estadunidense James Michael Curley visitou Brasília e lançou a pedra fundamental da Embaixada dos EUA (Edifício... 1960).

Em 1960, Oscar Niemeyer publica dois textos na revista *Módulo* sobre Brasília, sua prática projetual e seus críticos. Na edição 18 (junho de 1960), publica “Minha experiência em Brasília”, texto que antecipa o livro de mesmo nome lançado no ano seguinte; e na edição de número 21 (dezembro de 1960), publica “Forma e função na arquitetura”. No primeiro texto, o arquiteto constrói uma narrativa na qual aparecem em plano de igualdade todos aqueles que trabalharam ao longo da construção da nova capital, resultado, primeiramente, do árduo e entusiasmado trabalho ao qual Juscelino Kubitschek havia se dedicado ao longo de três anos.

Seu relato – desde o convite de JK para participar do projeto até o tempo em que de fato morou no sítio, com a cidade em construção, estradas de terra, água fria e refeições que, de acordo com Niemeyer, deixavam a desejar – ratifica interpretações comuns: os palácios rompem com princípios funcionalistas, sua preocupação é com a forma, expressão e novidade, com uma arquitetura “que evita qualquer compromisso, qualquer escola que a reduza a uma simples repetição” (Niemeyer, 1960a, p. 16). Os “prédios urbanos”, por outro lado, são objeto de regras gerais que têm por objetivo manter a unidade do conjunto e evitar “tendências formalistas que vêm desvirtuando a arquitetura brasileira” (Niemeyer, 1960a, p. 12).

No segundo texto, o arquiteto defende a “liberdade quase ilimitada” na escala do edifício e a harmonia plástica dos conjuntos urbanos; novamente é estabelecida uma distinção entre os procedimentos de projeto que levaram ao desenho dos palácios de Brasília e aqueles que regem os “setores urbanos” da nova capital (Niemeyer, 1960b, p. 3). Quanto aos palácios, Niemeyer escreve: no Congresso, os volumes, cheios e vazios, compõem um conjunto monumental; nos palácios do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e da Alvorada, apenas as colunas externas foram objeto de especulação e rompem com exigências funcionalistas, são a novidade, são o que confere aspecto leve aos edifícios. Oscar Niemeyer sugere que a organização do programa dos palácios teve como eixo a função e, nesse sentido, parece tentar de maneira contida, em termos seus, uma conciliação.

E agrada-me sentir que essas formas garantiram aos Palácios, por modestas que sejam, características próprias e inéditas e – o que é importante para mim – uma ligação com a velha arquitetura do Brasil colonial. Não com a utilização simplista de elementos daquela época, mas exprimindo a mesma intenção plástica, o mesmo amor pela curva e pelas formas ricas e apuradas que tão bem a caracterizam. (Niemeyer, 1960b, p. 7)

O primeiro texto tem Brasília como tema central. Conta o arquiteto que Juscelino Kubitschek deu total liberdade e apoio a Lucio Costa e a ele, mesmo quando suas escolhas pesavam sobre orçamentos e prazos, concluindo que o presidente triunfou sobre os inimigos do governo e as campanhas contra Brasília.



Figura 38: Primeira visita de Niemeyer a Brasília.
Fonte: Niemeyer, 1960a, p. 13.

Mesmo assim, tivemos muitos problemas a vencer, problemas que a urgência, a dificuldade de transporte, acentuavam, impedindo-nos, muitas vezes, de utilizar nos projetos o material desejado, para que as obras seguissem dentro dos cronogramas. E tivemos, para isso, de transigir, elaborando em quinze dias projetos que normalmente exigiriam dois ou três meses de trabalho, simplificando e alterando especificações, evitando materiais de importação que, embora adequados, criariam dificuldades econômicas e alfandegárias, e uma competição com a indústria brasileira que nos cabia proteger. Daí aceitamos soluções conciliatórias, conscientes da realidade nacional que Brasília teria de exprimir e do objetivo principal a atender, isto é, definir a cidade em termos irreversíveis antes de 21 de abril de 1960. (Niemeyer, 1960a, p. 15)

Ainda em seu relato, Niemeyer afirma que algumas de suas atitudes intransigentes e até mesmo violentas eram resultado de seu cansaço e idealismo, e que o trabalho de arquitetura não comprometia o andamento da obra – embora nesse mesmo texto ele próprio sugira o contrário. Após ter reconhecido, de certa forma, o caráter autoritário da postura que assumiu, ele escreve sobre o mal-estar que sentia diante das condições dos trabalhadores:

Constrangia-nos apenas verificar que para os operários seria impraticável manter as condições de vida que o Plano Piloto fixara, situando-os como seria justo, dentro das áreas de habitação coletiva, e permitindo que ali seus filhos crescessem fraternalmente com as demais crianças de Brasília, sem complexos, aptos às reivindicações que o tempo lhes irá proporcionar. Víamos, com pesar, que as condições sociais vigentes colidiam nesse ponto com o espírito do Plano Piloto, criando problemas impossíveis de resolver na prancheta, mesmo apelando – como alguns mais ingênuos sugerem – para uma arquitetura social que a nada conduz sem uma base socialista. E compreendíamos que a única solução que nos restava era continuar apoiando os movimentos progressistas que visam um mundo melhor e mais feliz. (Niemeyer, 1960a, p. 16)

Para Niemeyer, as críticas – algumas dele próprio – sobre seu trabalho não abalam a integridade de Brasília como projeto. “Os visitantes estrangeiros em sua maioria se entusiasmarão com Brasília, embora entre eles alguns poucos assumissem atitudes de superioridade e suficiência, que seus trabalhos – não raro medíocres – não deveriam permitir.” Nos parece razoável incluir Bruni Zevi na lista de críticos que Oscar Niemeyer tinha em mente ao escrever essa passagem. O texto continua: “Nada disso me preocupava. Preocupava-nos apenas terminar as construções dentro dos prazos estabelecidos, e fazê-las

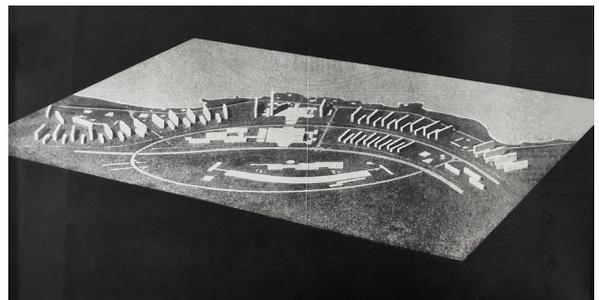
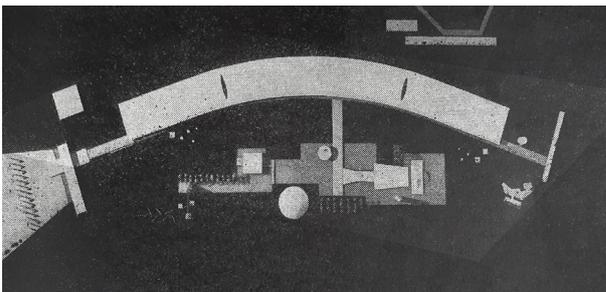


Figura 39: Feira Internacional do Líbano.
Fonte: Feira... 1962, p. 1-6.



Figura 40: Forma e função em Arquitetura.
Fonte: Niemeyer, 1960b, p. 2-3.

com liberdade, para que pudessem constituir uma contribuição nova à arquitetura atual, que caminha, lamentavelmente, para a repetição e a vulgaridade.” (Niemeyer, 1960a, p. 16).

No segundo texto há extensos comentários sobre a nova capital, mas a principal intenção parece ser defender sua prática projetual e sua linguagem no âmbito do desenho. De maneira mais explícita, esse texto é uma resposta aos críticos.

Considero que uma obra de arquitetura, para assumir a categoria de obra de arte propriamente dita, precisa, como condição básica, apresentar um conteúdo mínimo de criação, ou seja, uma contribuição pessoal do arquiteto. Sem isso, ela se limita a uma repetição de formas e soluções já conhecidas, de escolas que aos poucos vão se tornando clássicas e superadas. (Niemeyer, 1960b, p. 3)

Oscar Niemeyer afirma categoricamente: é contra a liberdade que se levantam os tímidos, aqueles que se sujeitam de forma passiva a soluções vulgares e repetidas. Os que advogam a favor do funcionalismo são os que assumem postura hipócrita, levantam argumentos de ordem construtiva mesmo quando há edifícios especiais em debate e a questão econômica é secundária. Para o arquiteto carioca, a obra de arte é fruto da contribuição pessoal, individual do artista para o campo, o que a caracteriza é a novidade. Niemeyer sugere que faltava, ao campo da arquitetura e urbanismo, o fazer artístico; e descreve tensões entre o gesto e a estrutura que levam a desenhos complexos e à “utilização da técnica moderna em toda sua plenitude”, tensões em meio às quais surgem “contradições da forma com a técnica e a função, certo de que permanecem, unicamente, as soluções belas, inesperadas e harmoniosas” (Niemeyer, 1960b, p. 5). O desenho, para ele, é a expressão do programa e, ao mesmo tempo, a negação do apelo simplista às formas puras, apelo esse que leva à indistinção entre edifícios com programas completamente diferentes entre si.

Forma e função na Arquitetura

Form and Function in Architecture

Oscar Niemeyer

Compreendo a crítica de arte, muitas vezes justa e honesta, mas sou de opinião que o arquiteto deve conduzir seu trabalho de acordo com suas próprias tendências e possibilidades, aceitando sem revolta ou submissão, sobretudo não raro justa e construtiva, mas sempre sujeita a uma compensação que só o tempo pode estabelecer.

Inúmeros são os exemplos que justificam esse ponto de vista, e as obras que antes incompreendidas passam, posteriormente, ao respeito e admiração de todos.

O artigo que apresento, aborço o assunto e especula sobre os problemas da forma na arquitetura. É um depoimento de arquiteto, mas nenhuma pretensão teórica ou acadêmica, baseado apenas no seu trabalho e na sua experiência profissional.

Considero que uma obra de arquitetura, para assumir a categoria de obra de arte propriamente dita, precisa, como condição básica, apresentar um conteúdo mínimo de criação, ou seja, uma contribuição pessoal do arquiteto. Sem isso, ela se limita a uma repetição de formas e soluções já conhecidas, de escolas que aos poucos vão se tornando clássicas e superadas.

Sou a favor de uma liberdade plástica quase ilimitada. Liberdade que não se subordina às razões de determinadas técnicas ou do funcionalismo, mas que encontra, em primeiro lugar, um convulso à imaginação, às coisas novas e belas, capazes de surpreender e emocionar pelo que representam de novo, criadas; liberdade que possibilita — quando desejável — as atmosferas de êxtase, de sonho e poesia. É claro que essa liberdade não pode

ser usada livremente. Nos locais urbanos, por exemplo, sou, ao contrário, pela sua limitação, ou melhor, pela preservação, com o intuito de soluções que a eles não se integram ilustremente, embora belas, embora de alto nível arquitetônico. E com esse objetivo, em Brasília, nos setores urbanos a que me referi, fixamos volumes, espaços livres, alturas, materiais de acabamento exterior, etc., tendo em vista impedir que a cidade cresça, mas de determinada e controlada. Mas nas casas individuais, nos prédios afastados, cercados de áreas livres, garantimos uma total liberdade de concepção, dentro, é lógico, das regras de proporcionalidade que a arquitetura sempre exigiu.

Frequentemente contra esse critério de liberdade plástica se levantam certos setores da arquitetura contemporânea. São os tímidos, os que se sentem melhor e mais seguros dentro de regras e limitações, limitações que não lhes permitem uma fantasia, um compromisso, uma contradição com os princípios funcionalistas que adotam e que os levam, passivamente, às soluções às vezes vulgares de tão repetidas. E para argumentar, defendem, intransigentemente o funcionalismo, as razões construtivas, as conveniências de padronização, etc., argumentos que não se afirmam quando se trata de obras especiais para as quais o problema econômico é secundário. Apêlas ainda para razões sociais que julgam exigir obras simples e econômicas, como se esse argumento já não tivesse superado, pelo menos para aqueles que se interessam

I can understand the criticism of art, fair and honest often enough, but it is my opinion that the architect should pursue his work in accordance with his own tendencies and possibilities, accepting such criticism with neither revolt nor submission, realizing it is frequently sound and constructive, but ever subject to the compensation that time alone can bring.

Countless are the examples that justify this point of view, and works that were once not understood, later with universal respect and admiration.

This article that I am submitting tackles the subject and speculates upon the problems of form in architecture. It is the testimony of an architect, with no theoretical or erudite pretensions, based merely on his work and his professional experience.

I am in favour of an almost unlimited plastic freedom, a freedom that is not slavishly subordinate to the reasons of any given technique or of functionalism, but which makes an appeal to the imagination, to things that are new and beautiful, capable of arousing surprise and emotion by their very newness and originality; a freedom that provides scope—when desirable—for moods of ecstasy, reverie and poetry. Of course, this freedom cannot be used freely in urban localities, for instance, I am, on the contrary, all for restricting it or rather, overall plan by avoiding solutions that do not wholly fit into it, however inspired they may be and however high their architectural level. And with this end in view, in Brasília, in the urban sections to which I am alluding,

regulations are set up on cover volumes, free spaces, heights, facing materials, etc., in order to prevent the city from proliferating, like other modern cities, in a regime of disharmony and confusion. But in private houses, in remote buildings, surrounded by free spaces, total freedom of conception is allowed, naturally within the rules of proportion that have always been required of architecture.

However, this criterion of plastic freedom is bitterly opposed in certain sectors of contemporary architecture. This opposition comes from the timid, from those who feel that they are better off and more comfortable encompassed by rules and restrictions, restrictions that permit of no fantasy, no compromise, no contradiction of the functionalist principles they adopt, which lead them unprotestingly to solutions so often repeated as to become vulgar or tame. And in the field of discussion, they are unshakable in their defense of functionalism, constructive reasons, the convenience of standardization, etc.; unless they are persuaded when it is a question of special jobs where the problem of order is secondary. Thereupon they adduce social reasons which they deem to require simple, economic projects, as if the argument were not long overclouded, at any rate for whoever is really interested in the social problem and knows that its solution evades the attributions of architects and architects and domestic, outside of professional activities, a coherent attitude in support of progressive architectural and that they react defensively against plastic speculation in the elements of structures, which they

Em dezembro de 1962, Oscar Niemeyer publica, na *Módulo* de número 31, “Contradição na arquitetura”. No texto, que é inteiramente dedicado à questão da linguagem, afirma: “aceitava todos os compromissos, todas as fantasias que pudessem levar à beleza plástica” (Niemeyer, 1962, p. 17).

Em “Contradição na arquitetura”, Niemeyer conta que, em viagem com destino ao Líbano –ocorrida no mesmo ano em que o texto foi publicado, 1962, a convite do governo libanês –, ele procurou, durante sua passagem pela Europa, soluções dadas ao problema da relação entre forma e função; “arquitetura se baseia em razões permanentes, em leis eternas de equilíbrio, proporção e harmonia, que lhe permitem, quando conduzida com talento e espírito criador, constituir-se em obra de arte”; e verifica na arquitetura do passado, de platibandas, ornamentos e aberturas simétricas, fachadas que revelam o partido plástico ao qual é subordinado o programa, em oposição a projetos funcionalistas de desenho frio, limitado e sem imaginação. Fazer bom uso da técnica do concreto armado é tirar proveito de devaneios (Niemeyer, 1962, p. 17). O projeto para a Feira Internacional e Permanente do Líbano em Trípoli, de Niemeyer e Carlos de Camargo, havia sido publicado na edição anterior da *Módulo* (número 30, outubro de 1962) (Feira... 1962).

Perto da inauguração da capela de Ronchamp, Le Corbusier teria dito a Oscar Niemeyer, durante um jantar em Paris, que se incomodava com acusações que lhe eram dirigidas, de aderir ao barroco, sobre as quais afirmava: “Nosso trabalho é como um rio. Tem um objetivo certo, mas varia e dá voltas durante todo o curso.” Niemeyer produz uma identificação das acusações que lhe eram dirigidas com as acusações das quais se queixava o arquiteto franco-suíço. Também conta o texto que quando se encontraram 15 anos antes, em Nova Iorque, Le Corbusier, examinando fotos de obras de Niemeyer, teria dito: “Você faz o barroco com o concreto armado, mas faz muito bem.” (Niemeyer, 1962, p. 18).

Cabe lembrar que em mais de uma ocasião Oscar Niemeyer fala sobre seus encontros com Le Corbusier, de tal forma que há variações entre diferentes relatos sobre um mesmo encontro. Ao fazer o cotejo das informações levantadas para esta Tese com outros trabalhos sobre os temas que atravessam este trabalho – como, nesse caso, *Oscar Niemeyer e Le Corbusier: encontros*, de Rodrigo Queiroz (2007) –, percebemos que o elogio à arquitetura barroca de Niemeyer, feito por Le Corbusier, pode ter acontecido em Nova Iorque, em 1947, ou em Paris, em 1955. Rodrigo Queiroz descreve o afastamento de Niemeyer e Le Corbusier – ou a desvinculação, por parte de Niemeyer, de cânones supostamente estabelecidos por Le Corbusier – tomando como ponto de partida três encontros do arquiteto carioca com o arquiteto franco-suíço: no Rio de Janeiro, em 1936; em Nova Iorque, em 1947; e em Paris, em 1955.

No texto de 1962, Oscar Niemeyer atribui a seus críticos termos como “insensibilidade” e “falta de convicção”. Afirma que após o período de consolidação da arquitetura moderna, de desenvolvimento inicial da técnica do concreto armado, organizado pelos cinco pontos da arquitetura de Le Corbusier – “princípios que adotávamos religiosamente” –, a unidade do movimento se transformou em repetição. Posições radicais e intransigentes, inclusive diante de elementos plásticos trazidos do passado, não mais serviam aos arquitetos “mais dotados”.

Isso explica a recuperação de Gaudí, com sua delirante arquitetura, recuperação tão sintomática da época atual; isso explica o movimento renovador que senti na Europa, o interesse pela forma diferente, bela e criadora. E explica, também, porque certos arquitetos vão evoluindo, como que guiados pela intuição, dimensionando suas estruturas – pilares, vigas, etc. – de acordo com sua fantasia, dando-lhes uma leveza ou uma robustez que contraria deliberadamente, para mais ou para menos, as solicitações estritas do concreto armado, embora – e isso custa a compreender – procurando não

raro justificá-las dentro do velho critério funcionalista, explicação para mim ociosa, pois as aceito e por vezes também as faço, com a mesma gratuidade, desinteressado dos comentários que na crítica especializada possam provocar. (Niemeyer, 1962, p. 18)

Para Oscar Niemeyer, era evidente o surgimento de correntes de crítica e embate diante daquilo identificado como arquitetura funcionalista, na Europa, mesmo antes da primeira edição de *Complexidade e contradição em arquitetura*, de Robert Venturi, em 1966, que apresenta crítica generalizada à arquitetura moderna como sinônimo de arquitetura funcionalista, mas elogia a prática de Le Corbusier. Para o americano, a unidade do conjunto da obra do arquiteto franco-suíço é dada pelas marcas de ambiguidade e contradição – é uma interpretação diametralmente oposta àquela proposta por Aldo Rossi quando da inauguração do convento de La Tourette. Niemeyer, por sua vez, parecia encontrar mais sentido no “movimento renovador” europeu do que no “velho critério funcionalista”. Mesmo assim, as revistas *Módulo*, *Habitat* e *Acrópole* pareciam compartilhar uma certeza: a arquitetura do futuro, no Brasil, seria moderna. Citamos como evidência nota publicada na edição 71 da revista *Habitat* (março de 1963):

“Uma espécie de arquitetura **playboy** está em voga”, escreve S. Giedion: uma arquitetura como os playboys de sua vida, pulando de uma sensação para outra e depressa se aborrecendo de tudo...

Ela somente namora o passado, mordiscando detalhes fortuitos, arcos pontiagudos, pórticos renascentistas, cúpulas... A aproximação do passado somente se torna criativa quando o arquiteto é capaz de entrar no seu pensamento interior e no seu conteúdo... Degenera em uma perda de tempo perigosa quando se torna mera caçadora de formas: arquitetura “playboy”. (Arquitetura... 1963a, p. 63)

A edição de número 22 da revista *Módulo* (abril de 1961) publica “Por um renascimento de Euclides”, de Stamo Papadaki. Num esforço no sentido de atrelar intenções plásticas e políticas, o autor descreve um problema: a cidade contemporânea, lugar do caos e da desordem, da instabilidade política, “multidão de desenhos decorativos superpostos, mas exóticos, aprisiona nossos corpos num horizonte inevitável” (Papadaki, 1961a, p. 2). Papadaki propõe uma abordagem sobre o desenho da cidade que leve em consideração suas qualidades estéticas e a expressão de um estado de solidez política: Le Corbusier era pioneiro do emprego de ciências qualitativas, não apenas quantitativas, no âmbito da prática projetual; Brasília era expressão tanto da segurança em relação ao futuro quanto da certeza da perenidade do projeto de democracia com o qual a nova capital dialogava.

Stamo Papadaki estabelece um contraste entre avanços científicos e tecnológicos que conduzem esforços para mensurar o mundo, cada vez mais abstratos ao longo da história, e a constatação de que a existência humana contém dimensões simplesmente imensuráveis. Medir as coisas, de acordo com o texto, não é o mesmo que entender as coisas. Papadaki menciona contribuições de Le Corbusier localizando-as na evolução do progresso técnico e científico, dessa forma preparando uma base para o entendimento em conjunto de textos que viriam a ser publicados, como “Forma e função na arquitetura”, de Oscar Niemeyer, e “O novo humanismo científico e tecnológico”, de Lucio Costa.

Na edição seguinte da revista (23, junho de 1961), há notícias sobre o lançamento, em Nova Iorque, do livro sobre o trabalho de Oscar Niemeyer escrito por Stamo Papadaki, compondo a série *Masters of World Architecture* [Mestres da arquitetura mundial], publicado em 1960 pela editora George Braziller (Livro... 1960; Livro... 1961); e sobre a noite de autógrafos que aconteceu no Rio de Janeiro e marcou o lançamento de *Minha experiência em Brasília*, também de Oscar Niemeyer, em 16 de junho

de 1961, diz-se que foi “concorridíssima[,] tendo grande parte do público presente sido obrigado a ficar na calçada da rua pois a Galeria ficou totalmente lotada” (Niemeyer... 1961b, p. 36-37). Dez anos antes, Stamo Papadaki lançava *The Work of Oscar Niemeyer* [*A obra de Oscar Niemeyer*].

Também na edição 22 da *Módulo*, em “Os primórdios do modernismo no Brasil”, Flávio de Aquino procura delinear as bases sobre as quais o movimento moderno foi erguido no país, no campo das artes, apontando inconsistências e contradições. A exposição de Anita Malfatti em 1917 e, em paralelo, a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial teriam jogado definitivamente os olhares dos artistas brasileiros para dentro de seu próprio país sem, no entanto, romper completamente com as tradições e vanguardas europeias. “Serve de exemplo o fato de que um dos componentes da Semana de 22, o arquiteto Antonio Moya, projetava edifícios em estilo neomanuelino.” (Aquino, 1961, p. 32). Theon Spanudis (1964c) fez esforço semelhante em 1964, ao escrever “Arte moderna no Brasil”, publicado na *Habitat* de número 76 (março/abril)

Ainda de acordo com o texto de Flávio de Aquino, os protagonistas do movimento eram os escritores; as artes plásticas tinham “lugar secundário” nos anos iniciais do modernismo (Aquino, 1961, p. 34). Para ele, o modernismo era sobretudo um movimento antiacadêmico e antiburguês. Era um movimento político antes de ser artístico ou arquitetônico, mas não necessariamente filiado a uma corrente política específica. Há especial realce, dado por Flávio de Aquino, ao protagonismo de São Paulo no processo de construção do modernismo no Brasil, como principal centro cultural e econômico do país – protagonismo que o autor sugere ter sido programado, de acordo com a intenção de figuras da época, dentre as quais o texto destaca Oswald de Andrade. Seria São Paulo ou o Rio de Janeiro o berço da modernidade no Brasil? À época, porém, outra questão era mais urgente: seria Brasília o ápice da modernidade no Brasil?

Na edição 26 da revista *Módulo* (dezembro de 1961), por ocasião da homenagem a Joaquim Cardozo, Bernard Perez afirma: “Antes de 1922 já havia em Pernambuco um movimento precursor do Modernismo, representado principalmente pelo jornalista Aníbal Fernandes e pelos irmãos Rego Monteiro – José, Joaquim, Vicente e Fédora, quase todos pintores, educados em Paris, onde haviam assimilado as ideias de vanguarda.” (Perez, 1961, p. 39). Flávio de Aquino (1961) apresenta a seguinte hipótese: no início interessava aos participantes do movimento moderno abordagens regionalistas, mas tais abordagens foram parcialmente deixadas de lado quando os contrastes entre o progresso de São Paulo e o atraso do interior do país se tornaram constrangedores.

Na edição seguinte da revista *Módulo* (23, junho de 1961), Lucio Costa publica “O novo humanismo científico e tecnológico”, texto escrito a pedido do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) por ocasião da comemoração de seu primeiro centenário, em 1961. O texto foi escrito a partir de duas questões endereçadas ao arquiteto e urbanista, e ampliado após visita do arquiteto a Portugal.

Pergunta-se como os **especialistas** de toda sorte, que são os membros qualificados da nova sociedade, se poderão entender. E pergunta-se, em seguida, como o impacto do desenvolvimento científico e tecnológico na evolução das sociedades e a sua influência nas relações internacionais, devem repercutir na educação. (Costa, 1961, p. 2)

No centro do mundo capitalista, Lucio Costa faz relevante menção à Guerra Fria: “não é por efeito de princípios de ordem moral ou religiosa que a guerra se torna agora impraticável, mas tão só devido ao impasse – esse bendito impasse – a que o apuro científico e tecnológico dos meios de destruição nos conduziu” (Costa, 1961, p. 2). O avanço técnico e científico permitia o desenvolvimento de armas com

tal potência que faziam com que conflito bélico em escala mundial fosse sinônimo de cataclisma – hecatombe nuclear. Cessar fogo é preservar a si mesmo. Como a guerra armada havia acabado por interesses autocentrados, não seria por generosidade ou espírito de solidariedade que a miséria seria erradicada, seria porque o avanço da técnica assim o permitiria. O advento do humanismo não é fruto da boa vontade dos cientistas, que perdiam seu lugar no topo de uma hierarquia intelectual, é o próximo passo lógico do avanço da técnica.

O texto afirma que a ciência e a técnica sempre caminham a favor das pessoas, a favor de livrá-las da fome, da indigência, mas também da vulgaridade. Preconceitos e falsas questões são naturalmente abandonados após o advento de novas descobertas. Uma ciência ou técnica que não traz benefícios, desvirtuada pela propaganda e pela especulação, é uma ciência ou técnica que não atingiu o ápice de seu desenvolvimento:

[...] a começar pelo clássico dilema coletivismo-individualismo, que deixou de ser uma questão de ideologia política para tornar-se simples problema de fundo científico e tecnológico, pois da mesma forma que a produção em **massa** produz a generalização do conforto **individual**, a última consequência do coletivismo poderá conduzir à **disponibilidade individual** e à efetiva libertação de **todos** em vez da liberdade dos economicamente independentes em detrimento dos demais. (Costa, 1961, p. 2)

O progresso técnico e científico permitiu o advento do cinema, que eliminou o conflito entre a “arte pela arte” e a “arte social” levando lazer às massas e dando à “arte pela arte” uma função social. A expressão individual, a busca pela novidade e a invenção ganham uma função social quando cumprem um papel para a coletividade.

Passaria, assim, como mero exercício **individual** a ter função **social** imprevista, fato este ainda incompreendido naqueles países onde o socialismo se procura implantar, porque se incorre ali no vício acadêmico de atribuir às novas manifestações artísticas sentido anômalo e decadente, vinculando-se-as então, logicamente, ao suposto declínio da sociedade burguesa capitalista, o que, conquanto verdadeiro em parte, não lhe invalida o processo fundamental de renovação. (Costa, 1961, p. 3)

Havia diferenças, uma distância entre o autor, brasileiro, e seus interlocutores, estadunidenses. Como levar ao progresso países nos quais o alto grau de desenvolvimento científico e tecnológico – que é o sentido da existência do próprio MIT – ainda não chegou? “Com respeito ao que existe, ao que se sabe e ao que se pratica. A história e as tradições de um povo estão na base da solidariedade, bastante cara ao desenvolvimento técnico e científico da ‘Nova Era’, por sua vez usualmente impostos sobre aqueles que com certas noções de progresso não estão ideologicamente comprometidos.” (Costa, 1961, p. 4).

Lucio Costa defende uma democracia dentro dos limites e com as contradições do capitalismo. Além disso, expande argumentos de Oscar Niemeyer em defesa da expressão individual, novidade e invenção, procurando uma solução conciliatória para um conflito que parecia ser entre os defensores da função e os defensores da forma – algo esboçado por Oscar Niemeyer em “Forma e função na arquitetura”. No campo da arquitetura, ainda de acordo com o autor do Plano Piloto, o desenvolvimento da técnica construtiva que permitiu a independência do sistema de fechamento em relação ao sistema estrutural possibilitou a conciliação entre função e plástica: um mesmo edifício pode ser funcional e, ao mesmo tempo, participar da busca pela forma plástica ideal. Em *Por uma arquitetura*, Le Corbusier demonstra que

desenvolvimento tecnológico não leva à mecanização da arquitetura, mas, ao contrário, abre espaço para aspectos espirituais da construção, para a “consciência de si, da própria existência” (Costa, 1961, p. 3).

Nos chama a atenção o fato de que Lucio Costa, ao escrever esse texto, julgou necessário explicar que “a casa é uma máquina de morar” (Le Corbusier, 2014, p. 205) significa que a casa deveria performar suas funções com a engenhosidade e a precisão com as quais a máquina performa as funções dela; não que a casa deveria, em sua forma, mimetizar uma máquina. Ele faz esforços nítidos no sentido de recuperar, da maneira mais didática possível, alguns dos postulados de Le Corbusier.

O texto, originalmente endereçado a estudantes e professores de uma das mais importantes instituições de ensino e pesquisa dos Estados Unidos, torna-se um ensaio sobre relações entre forma e função; porém, não podemos deixar de levar em consideração o momento em que ele foi escrito – de iminência de golpe, no Brasil, com determinante apoio dos Estados Unidos. Lucio Costa é um intelectual em trânsito; ter nascido na França e estudado na Inglaterra e na Suíça, ter sido convidado a participar de um importante evento, em uma importante instituição, em um importante país, não o faz, naquele momento, menos latino-americano. Talvez o texto contenha também um apelo, uma tentativa de sensibilizar seus interlocutores estadunidenses, de conter os ânimos imperialistas.

Le Corbusier estava no centro do debate sobre os caminhos da arquitetura; a inauguração do convento de La Tourette foi um acontecimento significativo. A edição de número 68 da *Habitat* (junho de 1962) publica “O Convento de La Tourette, de Le Corbusier”, texto de Aldo Rossi publicado originalmente na revista *Casabella*. O projeto inaugurado em 1960 leva Aldo Rossi a revisitar o conjunto da obra do arquiteto franco-suíço e elaborar uma análise que aborda a questão do estilo. A partir de reflexões e postulados de Ernesto Nathan Rogers, Giulio Carlo Argan e Giancarlo de Carlo, Aldo Rossi coloca em confronto o elogio à obra de Le Corbusier, de um lado, e a ideia de que sua prática projetual é marcada pela ambiguidade e pela contradição como sintomas de uma crise. O fim do funcionalismo, no interior da arquitetura moderna, teria sido deflagrado pela “guinada para a abstração” de Le Corbusier expressa pelo projeto para a capela de Ronchamp, inaugurada em 1955.

[Le Corbusier] captou todos os aspectos da realidade, mas não se conclui que se apresente para dar aos problemas solução complexa do ponto de vista técnico. E – é interessante sublinhar – a solução é sempre dada como de ruptura com os velhos esquemas, os costumes, as insuficiências de um sistema ou de um programa; é dada, em suma, num sentido progressista. (Rossi, 1962, p. 16)

O convento de La Tourette, de acordo com Aldo Rossi, poria um fim ao debate iniciado após a inauguração de Ronchamp; o tratamento que Le Corbusier dava ao programa funciona como uma



Figura 41: Problemas plásticos da arquitetura moderna.
Fonte: Spanudis, 1964b, p. 15-16

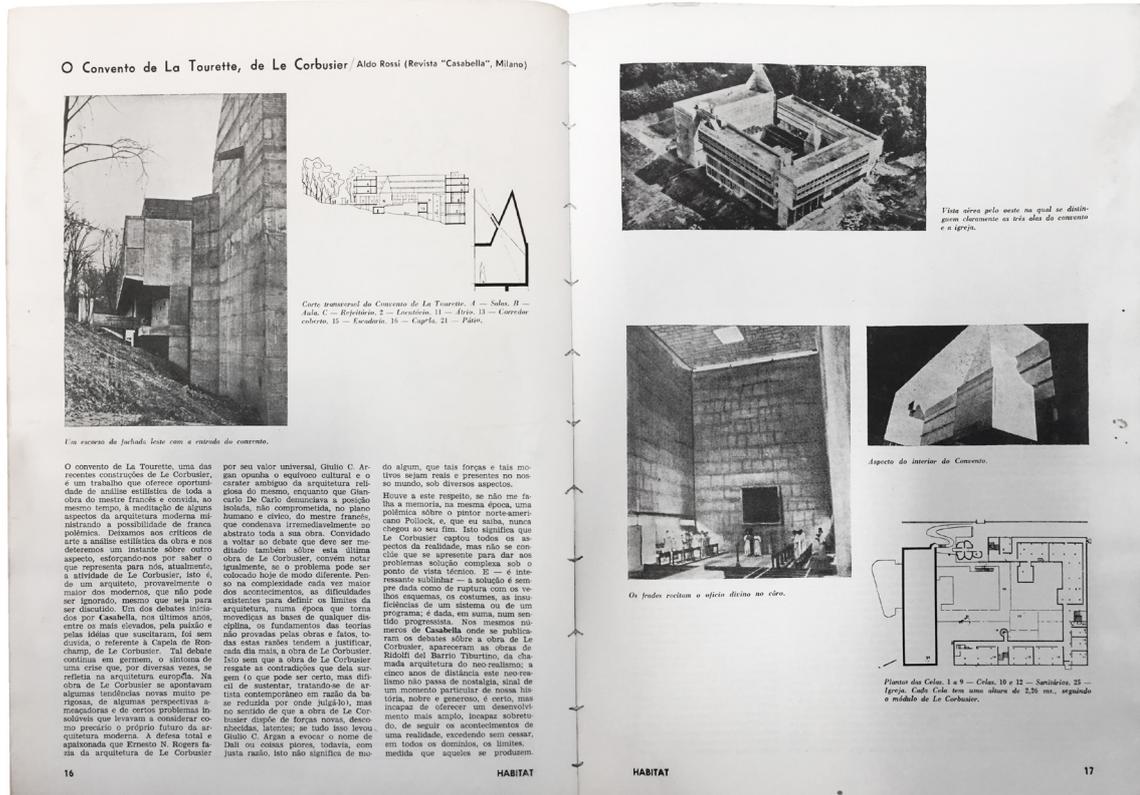


Figura 42: O convento de La Tourette.
Fonte: Rossi, 1962, p. 16-17.

costura entre temas que, de diferentes maneiras, aparecem na obra do arquiteto. Se antes Ronchamp era vista como resultado de uma outra prática projetual, do trabalho de um outro Le Corbusier, La Tourette oferecia agora uma chave de leitura sobre a obra do arquiteto, permitindo leitura dos diferentes projetos como partes de um conjunto estruturalmente coerente. O convento eliminava dúvidas quanto à potência da capela – que, anos depois de inaugurada, continuava a suscitar reflexões e debates, diferentemente de outros projetos, de outros arquitetos. Aldo Rossi acredita que “a casa é uma máquina de morar” (Le Corbusier, 2014, p. 205)¹ é “a definição mais revolucionária da arquitetura moderna” (Rossi, 1962, p. 18).

Em que pese o relato de Le Corbusier sobre a concepção da Capela Notre-Dame-du-Haut, que teve início em Nova Iorque em 1947, Rodrigo Queiroz (2007) sugere que as fotografias que Oscar Niemeyer mostrou a Le Corbusier quando estiveram juntos em torno do projeto da sede da ONU, de obras de autoria do arquiteto carioca como o conjunto da Pampulha, teriam sensibilizado Le Corbusier para que ele próprio abandonasse seus rígidos princípios funcionalistas. Essa hipótese carece de estudos comprobatórios.

Na *Habitat* de número 75 (fevereiro de 1964), o texto “O espírito da arte moderna”, assinado por Theon Spanudis, procura delinear características fisionômicas da arte moderna, contrastando-a com a arte do passado, com o objetivo de garantir sua permanência no futuro. “O espírito da arte moderna é um espírito de liberdade expressiva e temperamental. Enquanto a sua liberdade é garantida, a arte moderna continuará enriquecendo o homem e satisfazendo suas necessidades estéticas.” (Spanudis, 1964a, p. 86). Na edição seguinte da mesma revista (76, março/abril de 1964), o autor publica “Arte moderna no Brasil” e “Problemas plásticos da arquitetura moderna”, texto no qual, a partir dos apontamentos realizados em “O espírito da arte moderna”, procura projetos de arquitetura moderna que, por serem marcados pela

¹ No texto publicado pela revista *Habitat*: “a casa é uma máquina de viver” (Rossi, 1962, p. 18). Os textos que citam *Por uma arquitetura* foram escritos anteriormente à publicação do livro de Le Corbusier em português brasileiro.

preocupação com o belo, podem ser considerados obras de arte. O que caracteriza a obra de arte é, para Spanudis, a beleza, e para Niemeyer, a novidade. Segundo o próprio autor, esse era um trabalho mais fácil na América Latina do que na Europa: “Muito mais no Novo Mundo do que na velha Europa é que se experimentou e se realizou a obra da arquitetura moderna.” (Spanudis, 1964b, p. 15).

O autor identifica “tendências”. A racionalista ou funcionalista era a tendência com maior número de adeptos; a naturalista agrupava arquitetos que buscavam a união do homem com seu ambiente geográfico e incorporavam elementos e materiais da natureza ao projeto de arquitetura; a expressionista era, para o autor, a mais importante por ser a que de fato pretende fazer arte. “É a tendência de Le Corbusier após ter superado o seu racionalismo inicial, de Frank Lloyd Wright e dos discípulos destes mestres em todo o mundo [...]” (Spanudis, 1964b, p. 15). O texto elabora, ainda que discretamente, o elogio ao desprendimento realizado por Le Corbusier em relação a princípios e postulados funcionalistas. O problema, para Theon Spanudis, é: arquitetos expressionistas, via de regra, apenas copiavam procedimentos adotados por pintores e escultores; isso os impedia de exercer de fato sua potência criativa, além de impedir a arquitetura de se fazer como disciplina autônoma.

Tomemos, como exemplo, a Marquise do Ibirapuera de Oscar Niemeyer. Vista de cima é um belo e sinuoso desenho que lembra Miró ou Léger. Podemos considerá-lo arquitetura, ou apenas como imitação da pintura moderna?

[...]

O Palácio da Alvorada, por exemplo, caótico e sem organização no seu interior, parece que foi concebido e realizado somente para justificar a bela colonata, que por sua vez é uma belíssima e poética escultura no espaço e no ar livre. (Spanudis, 1964b, p. 16-17)

É evidente que “O espírito da arte moderna” apresenta-se como resposta a Oscar Niemeyer após a publicação de “Minha experiência em Brasília”, “Forma e função na arquitetura” e “Contradição na arquitetura”, textos nos quais o arquiteto apresenta argumentos em torno de questões como trabalho artístico, expressão individual, novidade e invenção no âmbito da prática projetual. Theon Spanudis recupera e inverte o significado de algumas das referências e apelos anteriormente trabalhados por Oscar Niemeyer.

Oscar Niemeyer ensaia argumentos no sentido de que, no caso dos palácios de Brasília, a fachada é a expressão da busca pela novidade enquanto o programa é organizado pela função. Theon Spanudis elabora crítica ao demasiado apego a princípios funcionalistas, “excessivo racionalismo”. Assim como Niemeyer, Spanudis articula menções ao Barroco e a Le Corbusier, afirmando que, após o período Barroco, o homem “perdeu sua capacidade criativa arquitetônica” e “o arquiteto moderno perdeu por completo o indivíduo de vista” (Spanudis, 1964b, p. 16-17).

A habitação simples do homem primitivo, a sua cabana, não é somente funcional por satisfazer as necessidades biológicas e sociais do homem primitivo, mas é também bela em proporções análogas com as alturas e os movimentos dos seres que a habitam, e tem além disto um caráter sacral e cósmico no sentido de que os deuses ofereceram ao homem esta habitação para abrigá-lo durante sua estadia terrestre. De inúmeras arquiteturas modernas conhecemos só uma que satisfaz as necessidades de um espaço significativo. É Ronchamp de Le Corbusier. (Spanudis, 1964b, p. 16)

Diversos autores, sobretudo o próprio Oscar Niemeyer, procuram aproximar e criar identificação do arquiteto carioca com Le Corbusier. Theon Spanudis faz o oposto: estabelece uma relação de opo-

sição entre Niemeyer e Le Corbusier, tratados como um mau e um bom exemplo, respectivamente, de arquitetos que dão protagonismo à forma, e sugere que o que faltava aos arquitetos modernos (exceto Le Corbusier) é sensibilidade diante da cultura e do homem – talvez menos por questões que dizem respeito à categoria do que por questões que dizem respeito ao espírito de época. Em “Artes populares vivas”, publicado na mesma edição da *Habitat*, o autor argumenta no sentido de que as elites culturais davam muito valor a simulacros da cultura popular, enquanto a expressão popular verdadeira, nas pinturas das portas, caçambas e para-choques de caminhões, nas carroças, nas paredes de bares e vendas e nas placas de funilarias e sapatarias, seguia despercebida e desvalorizada.

Duvidamos, por exemplo, que as cerâmicas populares se encontram nas moradias do povo. Duvidamos que os exus de ferro de Salvador se encontram nas casas do povo. Mas, sem dúvida, os encontramos nas casas de artistas, de intelectuais e nas mãos de turistas. O brinquedo popular, por exemplo, desapareceu quase que por completo e foi substituído pelo feíssimo produto industrial. (Spanudis, 1964d, p. 103-104)

No texto “O surrealismo no Brasil”, o autor também afirma: “De todas as correntes da arte moderna, aquela que põe mais em evidência os conflitos profundos na nossa época, é o surrealismo.” (Spanudis, 1964e, p. 67). Seus argumentos, no campo do discurso, aproximam-no do movimento de crítica que ganhava força na Europa e nos Estados Unidos, sistematizado por Robert Venturi, assim como Oscar Niemeyer parecia se aproximar desse movimento de crítica ao funcionalismo. O que estava em debate, portanto, era menos o entendimento sobre o que deveria ser mudado, no campo da arquitetura e urbanismo; tampouco sobre a necessidade de voltar às origens, repensar o Barroco, a Semana de 22 e a prática projetual de Le Corbusier: o que estava em debate era o entendimento sobre como deveria ser desenhado o projeto para o futuro da prática projetual.

Na penúltima edição da revista, de número 83 (maio/junho de 1965), Luigi Fiocca publica carta em resposta ao “lirismo otimista” de Theon Spanudis. De acordo com o texto, Spanudis crê que a função do arquiteto é desenhar espaços nos quais o homem deseja permanecer. Para Fiocca, o trabalho do arquiteto é desenhar espaços que conduzam o homem ao “estado de espírito propício às suas funções”, isto é, o desejo de permanência no espaço está diretamente ligado ao alinhamento da função a ser desempenhada com o estado de espírito do homem que irá desempenhar tal função. Produzir alinhamento é tarefa do projeto de arquitetura. Isso fazia muito bem Le Corbusier (Fiocca, 1965, p. 82).

Em 1965, após o golpe militar, na revista *Acrópole* de número 319 (julho de 1965), Vilanova Artigas publica “Uma falsa questão”, texto em que comenta polêmicas recentes e a ideia de que a arquitetura moderna estava em crise. Para Artigas, o movimento de Le Corbusier chamado de “guinada à abstração” e o movimento de Oscar Niemeyer de abandono deliberado de princípios funcionalistas representavam menos a falência do movimento moderno como um todo que um movimento de superação e renovação. A ideia de que a arquitetura estava em crise só faria sentido caso se “desconhece[sse] a experiência adquirida durante a fase funcionalista sem concomitantemente compreender a natureza do salto qualitativo dado na compreensão da arquitetura como arte em decorrência da assimilação crítica dos resultados dessa experiência” (Artigas, 1965, p. 21). O arquiteto paulista aposta na crescente importância do caráter político da arquitetura; a prática projetual, em uma perspectiva política, poderia ser examinada com novos instrumentos.

Tendo tomado para si o encargo de modificar o espaço interno das casas para poder construí-las econômicas e em série, como queriam, os arquitetos do construti-

vismo entraram em contato com o trabalho servil nas famílias, com a escravização da mulher no ambiente doméstico; a racionalização das cozinhas “em nome da democracia” segundo Gideon, a importância do desenvolvimento da indústria de alimentação para estes mesmos fins etc...

[...]

As teses do funcionalismo, ainda que entre nós aplicadas a princípio em termos de modernização da cultura, foram aos poucos se encontrando e confundindo com a temática do desenvolvimento em geral, da descolonização. (Artigas, 1965, p. 22)

O que nasce como funcionalismo na Europa teria chegado com novos contornos, menos estreitos, a países subdesenvolvidos como o Brasil, abarcando mais um conjunto de princípios que guiavam a prática projetual no sentido do desenvolvimento da construção e da obtenção de formas modernas, independentemente da técnica construtiva, do que uma receita a ser seguida. Talvez seja possível afirmar que Artigas revisita e reelabora a ideia, contida no texto que acompanhava os desenhos do Ginásio de Itanhaém, de que a técnica do concreto armado permitia, no Brasil, alcançar formas expressivas em um contexto de escassez de mão-de-obra qualificada (Ginásio... 1961).

Na mesma edição em que Vilanova Artigas publica “Uma falsa questão”, Flávio Império publica “Notas sobre arquitetura”, introdução a uma série de projetos assinados pelo grupo que mais tarde ficaria conhecido como Arquitetura Nova, formado por Rodrigo Lefèvre, Sérgio Ferro e pelo próprio Flávio Império². Ambos os textos contêm a ideia de que, se há uma crise em curso no campo, afetando negativamente a arquitetura moderna, como resultado do processo de desenvolvimento econômico e industrialização capitalista, a origem de tal crise é a apropriação da arquitetura moderna pela burguesia.

A arquitetura dos últimos trinta anos desenvolveu-se paralelamente a uma aproximação crescente do aburguesamento da economia pré-capitalista brasileira, apresentando aspectos altamente contraditórios se vistos à luz do seu real significado, enquanto atividade social e criadora. (Império, 1965, p. 23)

Para o sucesso do movimento de renovação da arquitetura, era preciso romper com procedimentos e formas burguesas; era preciso restaurar princípios da arquitetura moderna anteriores à cooptação do funcionalismo pela burguesia e pelo capitalismo e devolver à prática projetual seu viés político. Arquitetos e urbanistas deveriam ser protagonistas do processo de desenvolvimento econômico, produzindo “conhecimento como forma de participação, e não como explicação definitiva”.

Por que Brasília

Em dezembro de 1959, a revista *Módulo* publica sua edição de número 16, que registra o Congresso Internacional Extraordinário da Associação Internacional de Críticos de Arte, evento que teve como principal objetivo marcar, no cenário internacional, o advento da nova capital do Brasil. Nessa edição, Amâncio Williams (1959) publica o texto “A propósito de Brasília”. O autor afirma que a história da ocupação humana na América Latina até aquele momento havia se dado em dois períodos, caracterizados

² Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império concluíram graduação na FAU USP em 1962. Em 1967, Sérgio Ferro publica o ensaio “Arquitetura nova”, na revista *Teoria e prática*, marcando o conflito e o afastamento dos três jovens em relação a Vilanova Artigas. A reação ao golpe de 1964 teria sido um dos temas que levaram ao “racha” (Arantes, 2011). Ao longo do final da década de 1970 e começo da década de 1980, antes da morte de Artigas, em 1985, haverá uma reconciliação.

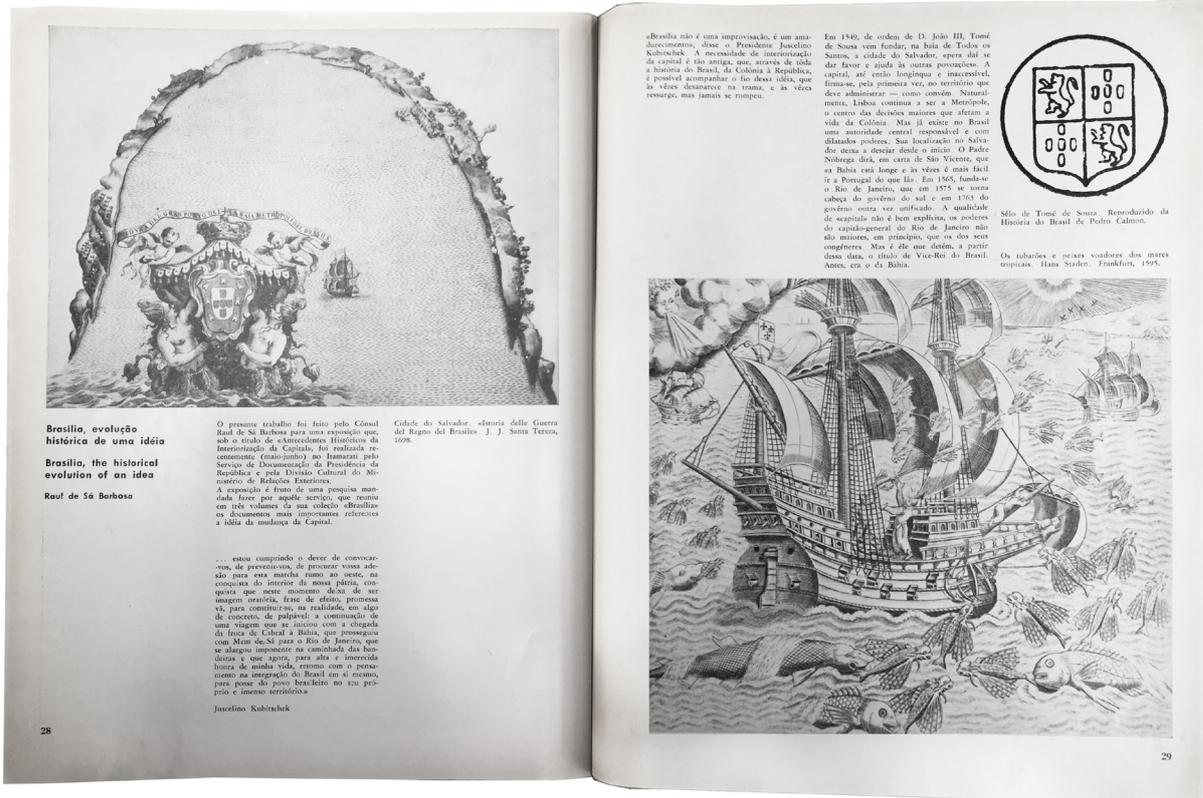


Figura 43: Evolução histórica de uma ideia.
 Fonte: Barbosa, 1960, p. 28-29.

pelos meios de transporte predominantes. O período pré-colombiano, marcado pelo transporte de tração animal, e o período pós ocupação europeia, de desbravamento dos rios, às margens dos quais foram fundadas algumas das principais cidades do continente, ficaram para trás. Brasília marcava o início de um novo ciclo, de conquista dos ares pela aviação, de novas maneiras de construir e ocupar espaços. No editorial da edição comemorativa dos 10 anos da revista *Habitat* (número 57, novembro/dezembro de 1959), intitulado “*Habitat*, ano décimo”, lê-se:

... então cumprindo o dever de convocar-
 vos, de preveni-vos, de procurar vossa adu-
 lido para esta marcha rumo ao oeste, na
 conquista do interior da nossa pátria, con-
 quista que neste momento devia de ser
 impetuosa, firme de efeito, promissa
 vi, para constituir-se, na realidade, em algo
 de concreto, de palpável: a consecução de
 uma viagem que se iniciou com a chegada
 da frota de Cabral à Bahia, que prosseguia
 com Martim de Sá para o Rio de Janeiro, que
 se alargou impetuosa na caminhada das ban-
 deiras e que agora, para alta e imerecida
 honra de nossa vida, renova com o penso-
 nismo na integração do Brasil em si mesmo,
 para pô-lo do povo brasileiro no seu pró-
 prio e imenso território.

Jaczelino Kubitschek

O editorial segue, afirmando que os últimos dez anos haviam sido mais intensos do que os cin-
 quenta anteriores, tamanha a movimentação e a projeção que as artes e a arquitetura brasileiras alcan-
 çaram no Brasil e no mundo, incluindo, entre os grandes feitos do campo, “uma Cidade que consegue
 a atenção da crítica mundial, e não obstante quantas restrições lhe façam é um acontecimento único no
 século XX” (*Habitat...* 1959, p. 1).

No final da década de 1950 e começo da década de 1960, a história da transferência da capital
 era contada a partir das mais diversas abordagens. Para Raul de Sá Barbosa (1960), Antônio Houaiss e
 Francisco de Assis Barbosa, de acordo com o texto “Brasília, evolução histórica de uma ideia”, o propósito
 de levar a capital para o interior pode ser rastreado até cerca de 1750, momento em que Sebastião José

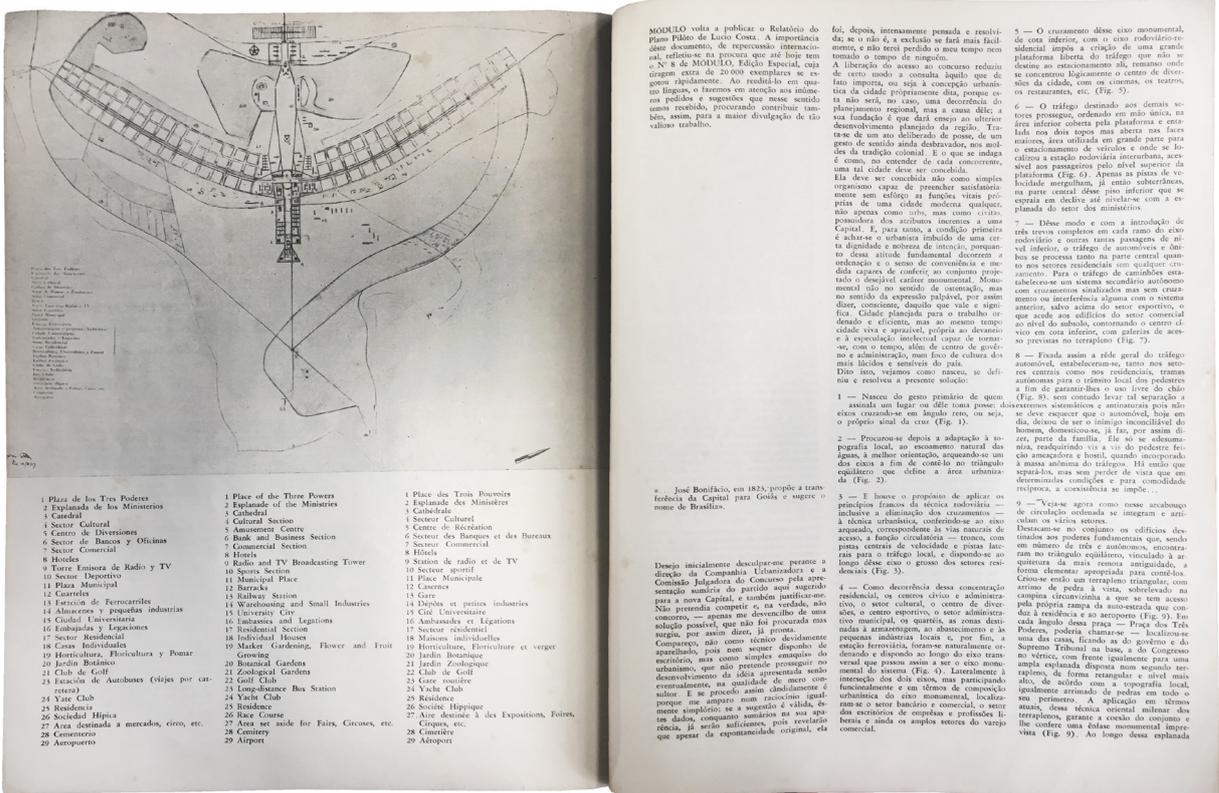


Figura 44: Relatório do Plano Piloto de Brasília.
 Fonte: Costa, 1960, np.

de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, teria sugerido transferir a capital de Salvador para o Rio de Janeiro, ainda que apenas temporariamente. Poucas décadas depois, os inconfindentes mineiros teriam a interiorização da capital como parte de seu programa. De acordo com os autores, o próprio Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, sugeriu a transferência da capital do Brasil para a cidade de São João del-Rei. Ao longo do período de permanência da corte portuguesa no Brasil, entre 1808 e 1821, a ideia teria sido discutida em inúmeras ocasiões, ganhando força como pauta republicana. O nome “Brasília” teria surgido em 1822, escrito em documentos sem assinatura, mas foi adotado pelo governo, no lugar de Vera Cruz, apenas momentos antes da inauguração da nova capital. No mesmo ano, o “Manifesto do povo do Rio de Janeiro ao Senado da Câmara” – lido por José Clemente Pereira a Dom Pedro I em 9 de janeiro, o Dia do Fico –, num apelo pela interiorização da ocupação do país, sugere que os mapas estrangeiros continham mais informações e detalhes sobre o território brasileiro do que os mapas portugueses.

Nas décadas seguintes, Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, seria o porta-voz da ideia até que, em 1852, Holanda Cavalcanti apresenta ao Senado um projeto de lei (PL) que propõe a mudança da capital para o interior, com uma indicação de localização. Em 1889, após a Proclamação da República, a Constituinte incluiu na nova constituição a previsão de mudança da capital. Para Eduardo Kneese de Mello (1960), alguns dos principais marcos temporais na história de Brasília são os atos normativos. Para escrever o texto “Porque Brasília”³, publicado na edição de número 256/257 da revista *Acrópole* (fevereiro de 1960), dedicada à nova capital, o arquiteto apurou as cinco Constituições do Brasil, da Proclamação da República à inauguração de Brasília – a Constituição Provisória de 1890, e as cartas de 1891, 1934, 1937 e 1946.

3 No título do texto, lê-se “porque”, mas é possível ter acontecido um equívoco ao longo do processo de elaboração e publicação, dado que “por que” talvez fosse mais adequado à intenção do autor.

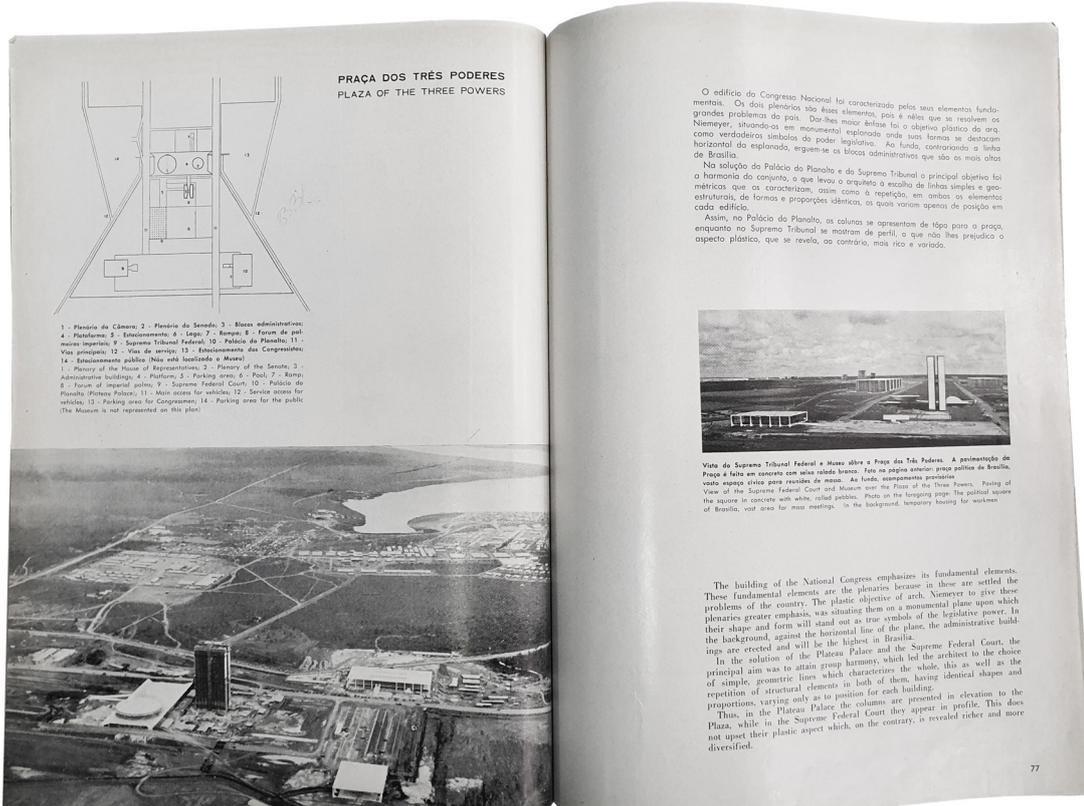


Figura 45: Praça dos Três Poderes.
Fonte: Praça... 1960, p. 72-73.

Em 1891, o Congresso autoriza a criação da Comissão Exploradora do Planalto Central e a realização da chamada Missão Cruls, que delimitou, em Goiás, uma área como “Futuro Distrito Federal”. O presidente Epitácio Pessoa assina o Decreto nº 4.494, de 18 de janeiro de 1922, determinando o lançamento da pedra fundamental da nova capital no dia Sete de Setembro daquele ano. A ideia teria sido discutida com alguma intensidade ao longo da Primeira República, até a ascensão de Vargas. A Constituinte de 1933 faz breve e inespecífica alusão ao assunto, e o debate perde força, sendo retomado novamente a partir da Constituinte de 1946. Naquele ano, o presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil. No segundo governo de Getúlio Vargas, a Lei nº 1.803, de 5 de janeiro de 1953, estabelece as coordenadas da nova capital. É criada uma comissão pelo Decreto nº 32.976, de 8 de junho de 1953, alterada pelo Decreto nº 33.769, de 5 de setembro de 1953, e pelo Decreto nº 36.598 de 11 de dezembro de 1954, já no governo Café Filho, que tinha por objetivo definir o local da nova capital. O Decreto nº 38.251, de 25 de novembro de 1955, assinado por Nereu Ramos, vice-presidente do Senado no exercício do cargo de presidente da República, consolida a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, cujo objetivo era definir com mais precisão a localização da nova capital, dentro do perímetro estabelecido pela Lei nº 1.803 de 1953.

As discussões estavam intimamente ligadas ao desenho de arquitetura, como demonstram Frajndlich e Benoit (2021) em “Guerra e paz. Os debates sobre a construção do centro cívico em Brasília”. Finalmente, o PL conhecido como Mensagem de Anápolis, enviado por Juscelino Kubitschek ao Congresso em abril de 1956, pouco tempo depois de assumir a presidência, é aprovado e transformado na Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, autorizando a fundação da Novacap. Em entrevista a Jayme Maurício para o Correio da Manhã, publicada na edição do dia 25 de setembro de 1959, Juscelino Kubitschek (1959) afirma que Brasília não era a realização de uma utopia: não poderia, apenas pelo planejamento urbano,

superar a condição de atraso econômico e social que caracterizava o Brasil, mas poderia acelerar o processo de integração econômica e social do país. Para autores como Eduardo Kneese de Mello, Mário Barata e o próprio Lucio Costa, a construção da nova capital era um ato civilizatório. Eduardo Kneese de Mello expressa tal noção no texto “Porque Brasília”; no qual afirma que o Brasil, “cem vezes maior do que o país que nos descobriu e nos colonizou”, desconhecia seu próprio território (Mello, 1960, p. 10).

Assisti os primeiros dias da construção do Brasília Palace Hotel, que hoje oferece ao visitante conforto igual ao dos melhores hotéis do Rio ou de São Paulo, homens dormindo em barracas de lona, levantadas em pleno serrado, enfrentando 3 meses de chuvas ininterruptas e isolados de todo o mundo, porque não havia estradas, não havia rádio, não chegavam lá aviões.

Vimos homens desesperados de saudade de suas famílias enlouquecerem, no desespero do isolamento em que viveram nos primeiros dias de luta. Os nossos congressistas sabiam que esse sacrifício seria exigido. E já houve até mesmo aqueles que pagaram com a vida a construção da nova Capital.

[...]

O Presidente da República sabia bem, ao sancionar a Lei 2.874, que estava impondo ao povo brasileiro sacrifícios desse tipo. Mas sabia, também, que a obra que o povo brasileiro está construindo justifica esses sacrifícios.

Brasília é o brado que despertará o gigante. Em breve zombaremos das amarras que nos tolhem os movimentos. Divisas, subdesenvolvimentos, pauperismo. O sacrifício que estamos fazendo todos nós, uns mais, outros menos, não nos foi exigido para que o Presidente da República despache no Palácio do Planalto, porque o Catete está antiquado.

[...]

O Brasil é um país de contraste.

Temos homens ilustres que se ombreiam com os mais ilustres de qualquer outro país [...]. Ao mesmo tempo, entretanto, vivem ao nosso lado xavantes e bororós nas mesmas condições de incultura em que viveram os homens da caverna, nos primeiros dias do mundo.

Contou-me o sertanista Oswaldo Villas Boas⁴ que a cultura do nosso selvícola está completa quando ele atinge 12 anos de idade. Ao tempo em que nossos filhos vão para o ginásio, o pequeno índio já atingiu a plenitude de seus conhecimentos. Nada mais tem que aprender. Seus conhecimentos não vão além de caçar, pescar, dançar, guerrear.

[...]

O sacrifício que estamos fazendo construindo Brasília é para que os nossos irmãos do sertão tenham cultura e saúde. Para que o Território do Rio Branco, do tamanho do Estado de São Paulo, tenha aparelhos de raio X e radioterapia, que até hoje não conhece, e tenha mais escolas primárias, pois só tem 9, e tenha ginásios, que nunca teve. (Mello, 1960, p. 14-15)

4 Provavelmente trata-se de Orlando Villas-Bôas, sertanista que, ao lado dos irmãos Cláudio e Leonardo Villas-Bôas, foi responsável pela criação do Parque Nacional do Xingu, entre muitos outros méritos.

Eduardo Kneese de Mello afirma que aquele momento era marcado, no campo da arquitetura, pelo planejamento e pela negação do empirismo. Nada era feito sem um motivo, Brasília não seria diferente. “Brasília nasceu quando os primeiros bandeirantes penetraram na floresta.” (Mello, 1960, p. 15). A interiorização da capital se tornou um ideal republicano profusamente expresso por atos normativos ao longo da história da república, compreendido e compartilhado pela população. A cidade foi planejada e construída em local comprovadamente adequado, escolhido pela Missão Cruls. A construção seguiu o plano de Lucio Costa, escolhido de forma legítima, em concurso promovido pela Novacap; os membros do Congresso Nacional, procuradores do povo, autorizaram a mudança da capital porque Brasília representava a solução para os problemas sociais, políticos e econômicos do país. Brasília era, de acordo com Eduardo Kneese de Mello, “nosso segundo brado de independência” (Mello, 1960, p. 13).

Estamos, assim, atendendo tardiamente, (um século e meio de atraso) às sábias recomendações do Chanceler Veloso de Oliveira, conselheiro de D. João VI, que, em 1810, declarava: “Que a Corte não se fie em algum ponto marítimo... principalmente se ele for grande e em boas proporções para o comércio, mas, em lugar são, ameno, aprazível, isento do tropel das gentes indistintamente acumuladas”.

Já alguns anos antes, em 1789, os inconfindentes mineiros, na tentativa de dar independência ao Brasil, previram a transferência da sede do governo para o interior. E mais tarde um pouco, em 1821, era o grande José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, quem recomendava aos deputados paulistas nas cortes de Lisboa: “Que se levante uma cidade central, no Interior do Brasil, para assento da Corte ou Regência” ... “Dessa Corte central, dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar, para que se comuniquem e circulem, com toda prontidão, as ordens do Governo e se favoreça, por elas, o comércio interno do vasto Império do Brasil”.

[...]

Em 1883, um outro sábio conselheiro nos indica o caminho do interior. D. Bosco, o padre santificado é que nos diz, descrevendo um de seus sonhos-visão: “Entre os paralelos de 15 a 20 graus, havia um leito muito largo e muito extenso, que partira de um ponto onde se formava um lago”. (Mello, 1960, p. 6-7)

Além da recapitulação de informações obtidas a partir de um trabalho historiográfico, o texto contém um apelo sentimental. Eduardo Kneese de Mello elabora algo como uma crítica severa ao Brasil e seus governos republicanos pela demora em transferir a capital para o interior e atender, assim, a um

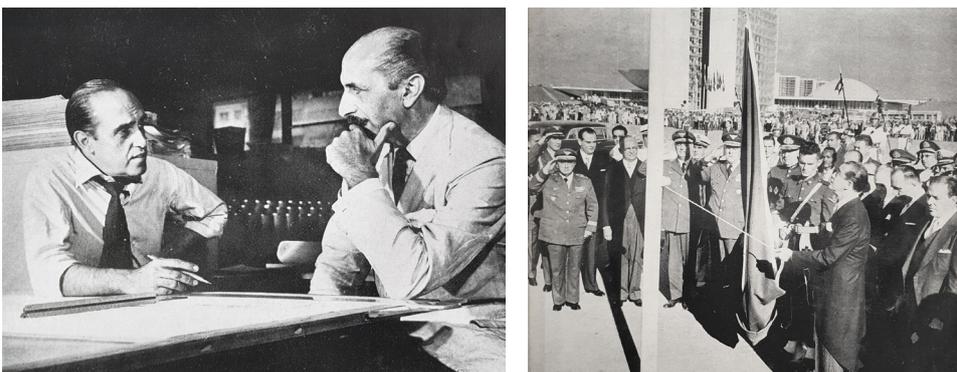


Figura 46: Oscar Niemeyer, Lucio Costa e o Planalto Central.
Fonte: Wilhelm, 1960a, p. 33-43.

preceito constitucional. O texto “Brasília 1960: uma interpretação”, de Jorge Wilhelm, publicado na mesma *Acrópole* de número 256/257 (fevereiro de 1960), é menos emotivo. Afirma que o plano de Lucio Costa, entre os submetidos ao certame, é único por resposta adequada à necessidade de natureza política, de uma mudança rápida: a cidade, *urbs* e *civitas*, aérea e rodoviária, depois de pronta é um todo fechado. O automóvel foi domesticado⁵. O texto chama a atenção para o fato de que, aos participantes do concurso, os únicos dados concretos a partir dos quais poderiam trabalhar eram a topografia e o lago artificial do qual, exceto pelas propostas de Boruch Milman, Rino Levi e do próprio Jorge Wilhelm, os projetos se afastaram. Wilhelm interpreta a escolha pelo afastamento como a primazia do gesto sobre a natureza, isto é, como a negação de elementos naturais como determinantes do projeto. Além disso, o texto afirma que a inauguração em 1960 não era um dado do concurso, mas todos os projetos, em alguma medida, aparentemente tinham isso como horizonte.

O arquiteto afirma haver falhas graves na nova capital, observáveis sobretudo nos setores residenciais. A origem de tais falhas seria o apego do desenho a ideais funcionalistas. O funcionalismo é, para Jorge Wilhelm, uma abordagem nascida por volta da década de 1920, ligada ao advento da indústria, que tinha por objetivo a construção de espaços salubres e econômicos, mas que não levava em consideração o homem como parte de uma sociedade. Cuidava-se das questões fisiológicas, raramente das reações psicológicas; não havia preocupações sociológicas.

As superquadras já construídas obedecem a uma planificação fornecida pela Novacap; são iguais ou semelhantes e resumem-se em longos edifícios de 6 pavimentos contendo apartamentos com 1, 2 ou 3 dormitórios. As plantas e as áreas refletem claramente vícios de cidades em que o especulador domina. É inaceitável que em Brasília o quarto de empregada doméstica seja planejado como a “despensa” de ventilação exígua com que se camufla tal dependência em São Paulo e Rio! (Wilhelm, 1960a, p. 38)

O texto elabora uma série de outras críticas à nova capital, desde ao aspecto monótono das superquadras dado pela utilização de elementos padronizados imposta pelos prazos e pela mão de obra desqualificada – “baianos, goianos e mineiros impelidos pela miséria, improvisaram-se pedreiros” (Wilhelm,

5 “Fixada assim a rede geral do tráfego automóvel, estabeleceram-se, tanto nos setores centrais como nos residenciais, tramas autônomas para o trânsito local de pedestres a fim de garantir-lhes o uso livre do chão, sem, contudo, levar tal separação a extremos sistemáticos e antinaturais pois não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família. Ele só de ‘desumaniza’ readquirindo vis a vis do pedestre feição ameaçadora e hostil, quando incorporado à massa anônima do tráfego’. Há então que separá-los, mas sem perder de vista que em determinadas condições e para comodidade recíproca, a coexistência se impõe...” (Costa, 1960, np).



Figura 47: Plataforma rodoviária.
Fonte: Plataforma... 1960, p. 91.

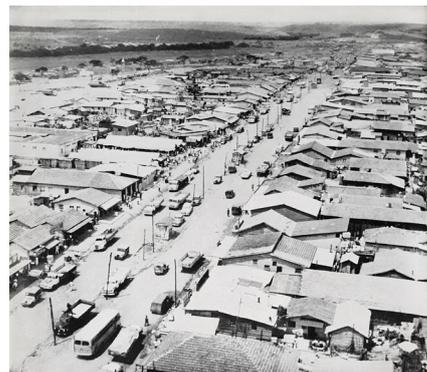
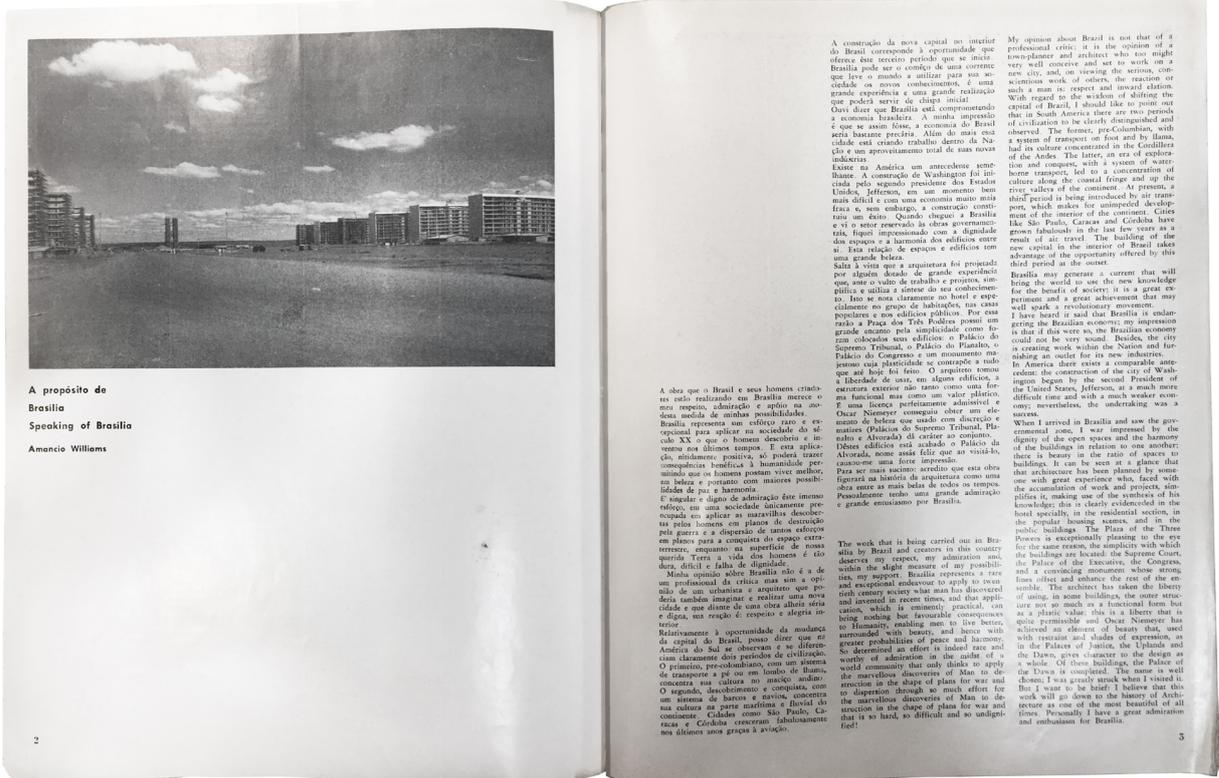


Figura 48: Cidade Livre.
Fonte: Projetos... 1960, p. 114.



A propósito de Brasília
Speaking of Brasília
Amancio Williams

Figura 49: A propósito de Brasília.
Fonte: Williams, 1959, p. 2-3.

1960a, p. 39) – até à omissão dos planejadores de Brasília diante da precariedade na qual vivia boa parte da população do Distrito Federal. Porém, afirma que nenhum problema, de linguagem, de linguagem ou de função afeta a “dignidade plástica raramente encontrada na arquitetura contemporânea” (Wilhelm, 1960a, p. 45).

Apesar das críticas, o autor não poupa elogios a Lucio Costa, que teria criado um cenário propício para o desabrochar de uma vida urbana rica e pulsante, e Oscar Niemeyer, que faz menos um esforço no sentido de consolidar um estilo ou fazer uma escola do que no sentido de dar respostas adequadas às exigências simbólicas impostas pelo Plano Piloto, a partir de um processo de autocrítica. Wilhelm cita vagamente artigo escrito por Niemeyer no qual o primeiro arquiteto da nova capital comenta esse processo; acreditamos se tratar do texto “Depoimento”, publicado na edição 5 da revista *Módulo* (fevereiro de 1958). Para Wilhelm (1960b), em “Brasília 1970: um roteiro”, a própria transferência da capital foi um acerto que, de maneira radical, dava início a interiorização da ocupação do Brasil, a um interessante processo de desenvolvimento regional, e marcava um novo momento para a arquitetura e urbanismo como disciplina protagonista dos processos de planejamento integral. Nesse texto, o autor descreve uma visita imaginária a Brasília em 1970.

No mês da inauguração de Brasília, a revista *Acrópole* de número 259 (abril de 1960) dá início à publicação de uma série de textos dos argentinos Augusto Boccara e Maria Claudia Repetto de Boccara (1960a, 1960b; 1960c; 1960d; 1960e), resultado de uma investigação sobre o planejamento de cidades capitais. Em “Evolução do conceito de planejamento das cidades capitais”, os autores estabelecem uma distinção entre projeto e planejamento, e afirmam que o objetivo de seu trabalho é elaborar uma síntese histórica abarcando condicionantes culturais, econômicas, físicas, geopolíticas, sociais e urbanas das cidades sedes de governo, da Antiguidade à Modernidade, de Mênfis a Brasília, como materialização da

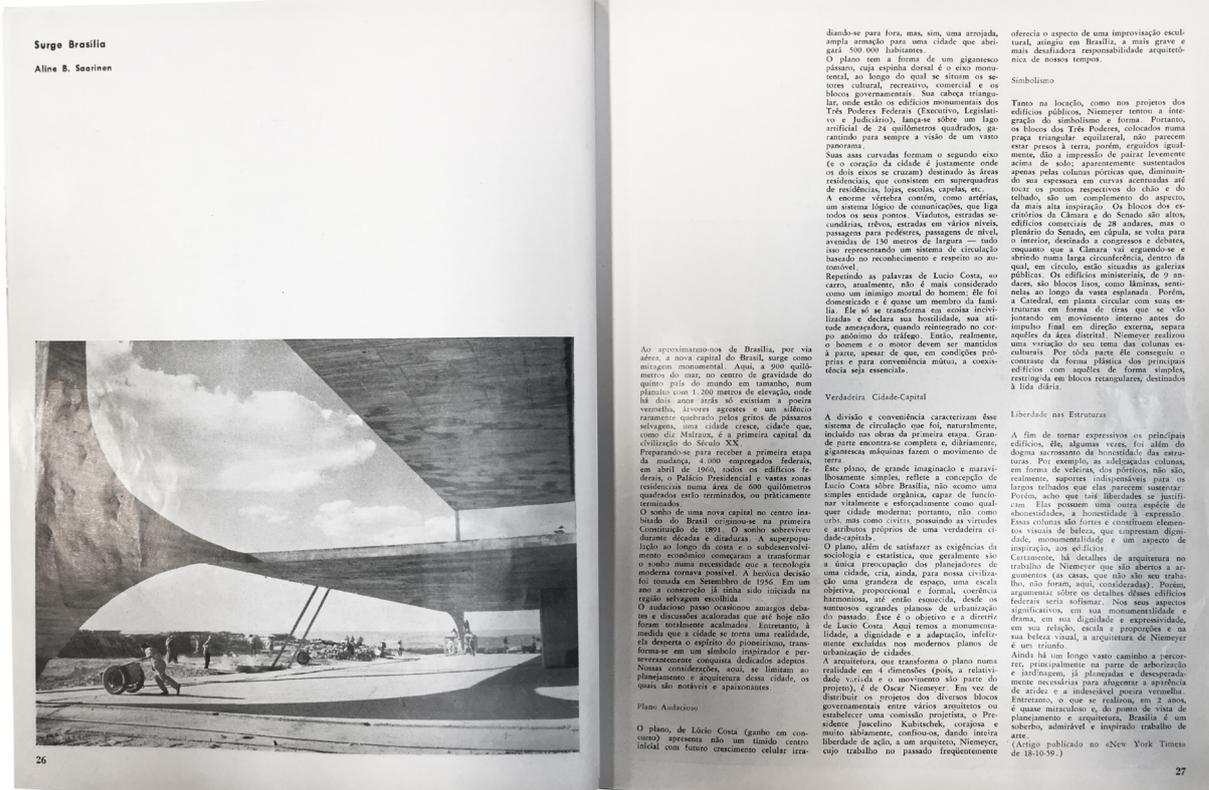


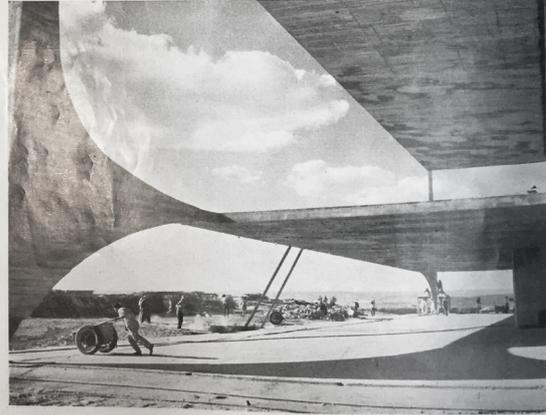
Figura 50: Surge Brasília.
Fonte: Saarinen, 1960, p. 26-37.

função que, segundo eles, o governo como instituição carrega: centralizar e unificar a cultura, a economia e a política de um povo. A partir de postulações de Camille Vallaux e Jean Brunhes, os autores dividem as cidades capitais entre “naturais” e “artificiais”, sendo estas mais claras em sua ordenação e diferenciação, mas mais frágeis politicamente em relação às capitais “naturais”, e comumente implantadas no centro geográfico ou no centro simbólico de um conflito interno ao país. Brasília seria, então, uma capital “artificial”, resultado de uma política de Estado. A construção de cidades como o intuito de instalar a sede de um governo é, de acordo com o texto, uma ação típica de Estados jovens e federativos.

Também a sequência de períodos de extroversão e introversão de um país modifica o critério de escolha. Se a localização de uma capital se efetua em um período de extroversão de dependência ou de expansão exterior – colonialismo ou imperialismo – a capital procurará uma situação excêntrica aproximando-se da fronteira ou da zona que admita mais facilmente os contatos desejados. Assim, a capital do Egito foi transferida de Tebas para Alexandria aproximando-se do Mediterrâneo durante as conquistas de Alexandre; São Petersburgo foi fundada por Pedro-o-Grande para abrir a Rússia czarista à cultura e à influência da Europa Ocidental. Nos períodos de introversão – de nacionalismo – sua posição será geralmente central e tratará de aproximar-se das zonas menos evoluídas para acelerar seu desenvolvimento. Tomemos como exemplo a transferência da capital de Petrogrado (ex-São Petersburgo) para Moscou; de Constantinopla para Ankara por Mustafá Kemal; do Rio de Janeiro para Brasília. (Boccaro; Repetto de Boccaro, 1960a, p. 175)

Não nos parece desprezível que as principais referências, para Augusto Boccaro e Maria Claudia Repetto de Boccaro, são autores franceses do começo do século XX. Apesar de anunciar textos que co-

Surge Brasília
Aline B. Saarinen



An aproximando-se de Brasília, por via aérea, a nova capital do Brasil, surge como miragem monumental. Aqui, a 500 quilômetros do mar, no centro de gravidade do quinto país do mundo em tamanho, um planalto com 1.200 metros de elevação, onde há dois anos não há existência de poeira vermelha, árvores agrestes e um silêncio raramente quebrado pelas gritas de pássaros selvagens, uma cidade cresce, cidade que, como diz Malraux, é a primeira capital da civilização do século XX.

Preparando-se para receber a primeira etapa da mudança, 4.000 empregados federais, em abril de 1960, todos os edifícios federais, o Palácio Presidencial e vastas zonas residenciais numa área de 600 quilômetros quadrados estão terminados, os politicamente terminados.

O sonho de uma nova capital no centro insabitado do Brasil originou-se há dezesseis décadas e durou quase um século. O sonho sobreviveu durante décadas e durou quase um século. O plano econômico começara a transformar o sonho numa realidade que a tecnologia moderna tornava possível. A decisão foi tomada em setembro de 1956. Em um ano a construção já tinha sido iniciada em regime selvagem escudado.

O audacioso passo ocasionou amargos debates e discussões acaloradas que até hoje não foram totalmente acalmadas. Entretanto, à medida que a cidade se torna uma realidade, eis depois o espírito do pioneirismo, transformase em um símbolo inspirador e perveramente conquistado dedicado ao país. Novas considerações, aqui, se limitam ao planejamento e arquitetura dessa cidade, os quais são móveis e aproximados.

Plano Anticêntrico

O plano, de Lúcio Costa (ganho em concurso) brevemente não um fundo cenográfico com futuro crescimento celular irradiando-se para fora, mas, sim, uma arrojada, ampla armação para uma cidade que abrigará 500.000 habitantes.

O plano tem a forma de um gigantesco plano, cuja espina dorsal é o eixo monumental, ao longo do qual se situam os setores cultural, recreativo, consular e os blocos governamentais. Sua cabeça triangular, onde estão os edifícios monumentais dos Três Poderes Federais (Executivo, Legislativo e Judiciário), lança-se sobre um lago artificial de 24 milômetros quadrados, garantindo para sempre a visão de um vasto manuseio.

Suas asas curvadas formam o segundo eixo (é o coração da cidade e juntamente onde os dois eixos se cruzam) destinado às áreas residenciais, que consistem em superquadras de residências, lojas, escolas, capelas, etc.

A enorme verticalidade, como também, um sistema lógico de comunicações, que liga todos os seus pontos. Viadutos, estradas secundárias, túneis, estradas em vários níveis, passagens para pedestres, passagens de nível, avenidas de 150 metros de largura – tudo isso representando um sistema de circulação baseado no recolhimento e respeito ao automóvel.

De acordo com as palavras de Lúcio Costa, o carro, anualmente, não é mais considerado como um inimigo mortal do homem; ele foi domesticado e é quase um membro da família. Ele se transformou em escola, em escola e declara sua hostilidade, sua atitude amedrontada, quando reintegrado no corpo humano do tráfego. Então, realmente, o homem e o motor devem ser mantidos à parte, apesar de que, em condições próprias e para conveniência mútua, a coexistência seja essencial.

Verdadeira Cidade-Capital

A divisão e conveniência caracterizam esse sistema de circulação que foi, naturalmente, incluído nas obras da primeira etapa. Grande parte encontra-se completa e, claramente, em condições de funcionamento.

Este plano, de grande imaginação e maravilhosamente simples, reflete a concepção de Lúcio Costa sobre Brasília, não como uma simples entidade orgânica, capaz de funcionar vitalmente e estacionadamente como qualquer cidade moderna; porém, não como um plano, mas como um projeto, possuindo as virtudes e atributos próprios de uma verdadeira cidade-capital.

O plano, além de satisfazer as exigências da sociologia e estatística, que geralmente são a única preocupação dos planejadores de uma cidade, era, ainda, para uma civilização moderna, grande plano de urbanização do passado. Este é o objetivo e a direção de Lúcio Costa. Aqui temos a monumentalidade, a dignidade e a adaptação, infelizmente excluídas nos modernos planos de urbanização de cidades.

A única preocupação dos planejadores de uma cidade, era, ainda, para uma civilização moderna, grande plano de urbanização do passado. Este é o objetivo e a direção de Lúcio Costa. Aqui temos a monumentalidade, a dignidade e a adaptação, infelizmente excluídas nos modernos planos de urbanização de cidades.

A única preocupação dos planejadores de uma cidade, era, ainda, para uma civilização moderna, grande plano de urbanização do passado. Este é o objetivo e a direção de Lúcio Costa. Aqui temos a monumentalidade, a dignidade e a adaptação, infelizmente excluídas nos modernos planos de urbanização de cidades.

ofereça o aspecto de uma improvisação escultural, atingiu em Brasília, a mais grave e mais desastrosa responsabilidade arquitetônica de nossos tempos.

Simbolismo

Tanto na localização, como nos projetos dos edifícios públicos, Niemeyer tentou a integração do simbolismo e forma. Portanto, os blocos dos Três Poderes, concebidos numa praça triangular equilátera, não parecem estar presos à terra; poentes, equidistantes, dão a impressão de pairar levemente acima de solo; aparentemente sustentados apenas pelas colunas pórticas que, diminuindo sua espessura em curvas acenadas até tozar os pontos respectivos do chão e do telhado, dão um complemento da impressão da mais alta inspiração. Os blocos das extensões da Câmara e do Senado são altos, edifícios concebidos de 28 andares, mas o plenário do Senado, em cúpula, se volta para o interior, destinado a congressos e debates, enquanto que a Câmara vai erguendo-se e abriando numa larga circunferência, dentro da qual, em círculo, estão situadas as galerias públicas. Os edifícios ministeriais, de 6 andares, são blocos lisos, como lâminas, sentindo ao longo da vasta esplanada. Porém, a Câmara, em planta circular com suas estruturas em forma de tiras que se vão juntando em movimento interno antes do impulso final em direção externa, separa aquelas da área distal. Niemeyer realizou uma variação do seu tema das colunas esculturais. Por não poder conseguir o contraste da forma plástica dos principais edifícios com aquelas de forma simples, restringiu em blocos triangulares, destinados à vida diária.

Liberdade nas Entressalas

A fim de tornar expressivos os princípios edificiais, ele, algumas vezes, foi além do movimento de linhas e formas. Por exemplo, as adossadas colunas, em forma de vértices, dos pórticos, não são, realmente, suportes indispensáveis para os largos telhados que eles parecem sustentar. Porém, não que não tenham sua função. Elas possuem uma outra espécie de honestidade, a honestidade à expressão. Essas colunas são fortes e constituem elementos visuais de beleza, que conferem dignidade, monumentalidade e um aspecto de inspiração aos edifícios.

Certamente, há detalhes de arquitetura no trabalho de Niemeyer que são abertos a argumentos (as casas, que não são seu trabalho, não foram, aqui, consideradas). Porém, argumentos sobre estas coisas edificiais federais seria softwar. Nos seus aspectos significativos, em sua monumentalidade e drama, em sua dignidade e expressividade, em sua relação, geral e específica, com a sua beleza visual, a arquitetura de Niemeyer é um triunfo.

Ainda há um longo vasto caminho a percorrer, principalmente na parte de arborização e landscaping, já planejados e desastrosamente necessários para alargar a aparência de aridez e o indesejado poente vermelha. Entretanto, o que se realizou, em 2 anos, é quase miraculoso e, de ponto de vista de planejamento e arquitetura, Brasília é um soberbo, admirável e inspirado trabalho de arte. (Artigo publicado no «New York Times» de 18-10-56.)

27

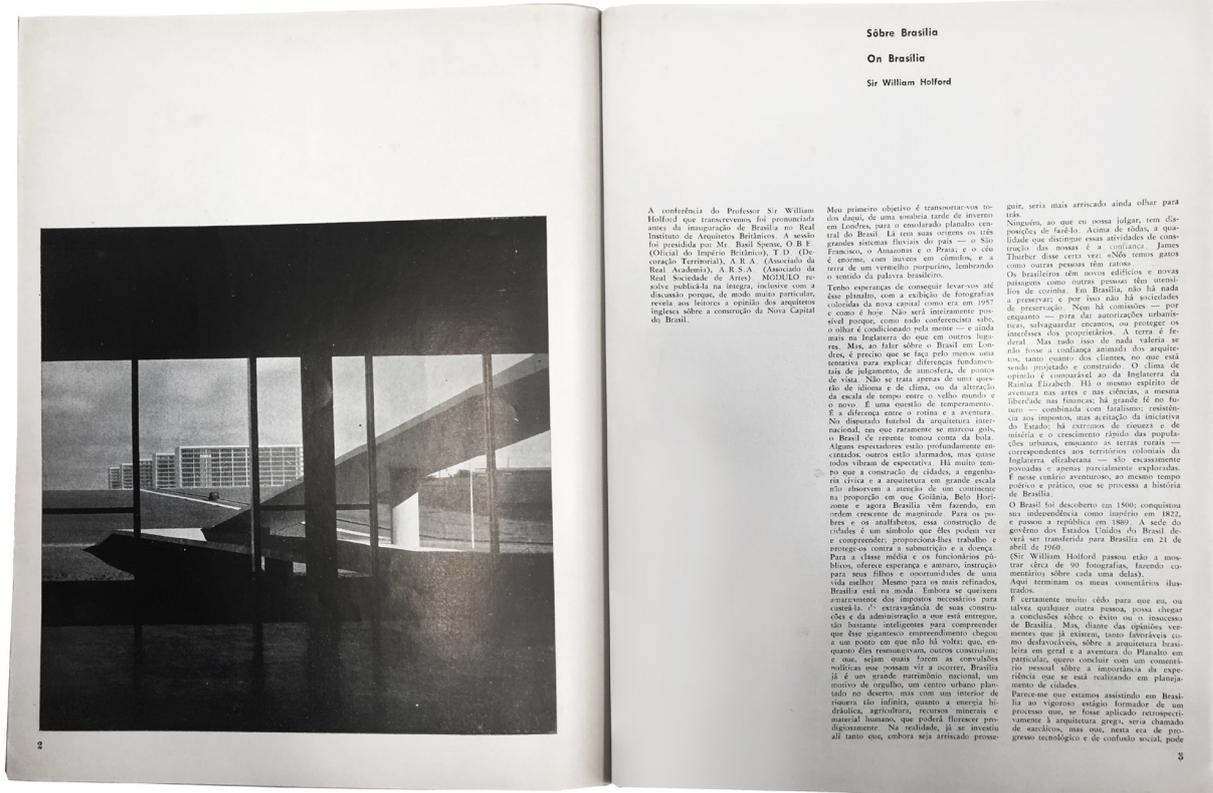


Figura 51: Sobre Brasília.
Fonte: Holford, 1960b, p. 2-3.

brem um grande período, aquilo que de fato foi publicado nas revistas ao longo do recorte apenas trata de capitais do Egito na Antiguidade. Augusto Boccara e Maria Claudia Repetto de Boccara parecem estar interessados na ideia de que, na região que eles chamam de Oriente, uma mudança de sede do governo sucedia uma alternância no poder, uma troca de governantes.

Sobretudo em 1960 serão diversos os textos que procuram de alguma forma dar contornos para a transferência da capital, quase como num esforço de entender e se apropriar de um acontecimento disruptivo em larga escala. Ao longo da primeira metade da década de 1960, Brasília, apesar de já ter sido inaugurada, era uma cidade ainda em construção, uma obra incompleta. Isso se torna evidente ao contarmos, por exemplo, que diversos textos fazem menção à arborização da cidade, sobretudo escritos por estrangeiros. Aline B. Saarinen, que esteve em Brasília e participou do Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte em 1959, diz: “Ainda há um longo vasto caminho a percorrer, principalmente na parte de arborização e jardinagem” (Saarinen, 1960, p. 27). William Holford escreve: “Outra questão que se apresenta imediatamente é a da arborização” (Holford, 1960a, p. 3). Talvez o cerrado não fosse a típica “paisagem brasileira” com a qual os estrangeiros estavam acostumados – tropical, carioca.

Saarinen publica na edição 17 da revista *Módulo* (abril de 1960) o texto “Surge Brasília”, publicado originalmente no jornal *New York Times* de 18 de outubro de 1959, em que elogia a tomada de decisão heroica e corajosa de Juscelino Kubitschek, presidente do quinto maior país do mundo em tamanho, que levou à construção da nova capital. O texto dá especial relevo para a liberdade dada a Oscar Niemeyer, e para intenção de Lucio Costa no sentido de domesticar o automóvel, com uma citação ao Relatório do Plano Piloto. A autora circula entre diversas hipóteses interpretativas, tais como: não é uma mera cidade, é um símbolo que inaugura uma nova era; é um ato civilizatório; representa a ruptura com o “dogma sacrossanto da honestidade das estruturas”, e o reforço da “honestidade à expressão” (Saarinen, 1960, p. 27).

Sobre Brasília

On Brasília

Sir William Holford

A conferência do Professor Sir William Holford que transcrevemos foi pronunciada nos dias da inauguração de Brasília no Real Instituto de Arquitectos Britânicos. A sessão foi presidida por Mr. Basil Spence, O.B.E. (Oficial do Império Britânico), T.D. (Decorado Território), A.R.S.A. (Associação da Real Sociedade de Artes). MOTTRED publicou publicamente a conferência, inclusive com a discussão sobre, de modo muito interessante, revela aos leitores a opinião dos arquitectos ingleses sobre a construção da Nova Capital do Brasil.

Meu primeiro objectivo é transcrever os pontos principais de uma sessão tanto de discussões em Londres, para o esboço do plano geral da cidade de Brasília, como a exibição de fotografias coloridas da nova capital como era em 1957 como é hoje. Não será totalmente possível porque, como toda conferência sobre o Brasil, não se trata sobre o Brasil em Londres, é preciso que se faça pelo menos uma tentativa para explicar diferenças fundamentais de julgamento, de atmosfera, de pontos de vista. Não se trata apenas de uma questão de idioma e de clima, ou da alteração da escala de tempo entre o velho mundo e o novo. É uma questão de temperamento. É a diferença entre a ruína e a aventura. No discurso final da arquitectura internacional, em que raramente se mudou o golfe, o Brasil é sempre tomado como da bola. Alguns espectadores estão profundamente entusiasmados, outros castos alternados, mas quase todos vibram de expectativa. Há muito tempo que a construção de cidades, a engenharia civil e a arquitectura em grande escala não observam a urgência de um continente na proporção em que Guiana, Belo Horizonte e agora Brasília vêm fazendo, em ordem crescente de magnitude. Para os poderes e os anfitriões, essa construção de cidades é um símbolo que eles podem ver e compreender: proporcionam-lhes trabalho e negócios com a submissão e a obediência. Para a classe média e os funcionários públicos, oferece esperança e amparo, instrução para seus filhos e oportunidades de uma vida melhor. Mesmo para os mais estranhos, Brasília está na moda. Embora se queiram suavemente dos impostos necessários para construí-la, é extravagância de suas construções e da administração a que está entregue, são bastante inteligentes para compreender que esse gigantesco empreendimento chegou a um ponto em que não há volta; que, enquanto eles rememoram, outros construíram e que, sejam quais forem as convulsões políticas que possam vir a ocorrer, Brasília já é um grande patrimônio nacional, um motivo de orgulho, um centro urbano planejado no deserto, mas com um interior de riqueza tão infinita, quanto a energia hidráulica, agrícola, recursos minerais e material humano, que poderá florescer prodigiosamente. Na realidade, já se investiu tal tanto caso, embora seja arriscado prosse-

guir, seria mais arriscado ainda olhar para trás. Ninguma, ao que eu possa julgar, tem a qualidade que distingue essas atividades de construção das novas e a confiança. James Thibart disse certa vez: «Não temos gastos como outras pessoas têm razão».

Os brasileiros têm novos edifícios e novas paisagens como outras pessoas têm unidades de comércio. Em Brasília, não há nada de preservar e por isso não há sociedades de preservação. Nem há comissões — por enquanto — para dar autorizações individuais aos proprietários. A terra é federal. Mas todo tipo de nada vai ser feito, tanto quanto dos clientes, no que está sendo projetado e construído. O clima de opinião é comparável ao da Inglaterra da Rainha Elizabeth. Há o mesmo espírito de aventura nas artes e nas ciências, a mesma liberalidade nas finanças; há grande fé no futuro — combinada com fatalismo; resistência aos impostos, mas aceitação da iniciativa do Estado; há excessos de recursos e de ministério e o crescimento rápido das populações urbanas, enquanto os termos gerais — correspondentes aos territórios coloniais da Inglaterra Elizabethana — são escrupulosamente seguidos e apenas parcialmente explorados. Fosse cenário americano, ao mesmo tempo público e privado, que se processa a história de Brasília.

O Brasil foi descoberto em 1498, conquistou sua independência como império em 1822, e passou a república em 1889. A sede do governo das Estados Unidos da Brasil de 1960 foi transferida para Brasília em 21 de abril de 1960.

(Sir William Holford passou esta a mostrar cerca de 30 fotografias, fazendo comentários sobre cada uma delas).

Aqui terminam os meus comentários ilustrados.

É extremamente muito cedo para que eu, ou talvez qualquer outra pessoa, possa chegar a conclusões sobre o Brasil ou o nascimento de Brasília. Mas, diante das opiniões veementes que já existem, talvez seja mais útil, mais desafiadora, sobre a arquitectura brasileira em geral e a aventura do Plano em particular, que eu conclua com um comentário pessoal sobre a importância da experiência que se está realizando em planejamento de cidades.

Parece-me que estamos assistindo em Brasília ao vigoroso estágio formador de um processo que, se fosse aplicado retrospectivamente à arquitectura grega, seria chamado de santuário, mas que agora está no progresso tecnológico e de confiança social, pode

A divisão e convivência caracterizam esse sistema de circulação que foi, naturalmente, incluído nas obras da primeira etapa.

[...]

O plano, além de satisfazer as exigências da sociologia e estatística, que geralmente são a única preocupação dos planejadores de uma cidade, cria, ainda, para nossa civilização uma grandeza de espaço, uma escala objetiva, proporcional e formal, coerência harmoniosa até então esquecida, desde os suntuosos “grandes planos” de urbanização do passado. (Saarinen, 1960, p. 27)

Lançada imediatamente após a inauguração de Brasília, a edição 18 da revista *Módulo* (junho de 1960) publica trabalho assinado pelo então cônsul Raul de Sá Barbosa (1960), intitulado “Brasília, evolução histórica de uma ideia”, citado em outro momento desta Tese. O texto é uma síntese da pesquisa elaborada pelo Serviço de Documentação da Presidência – do qual faziam parte, além de Sá Barbosa, Antônio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa – e pela Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores sob ordens de Juscelino Kubitschek. A pesquisa deu origem a três volumes impressos e uma exposição que ficou aberta entre maio e junho de 1960 na sede do Itamaraty, ainda no Rio de Janeiro – a sede do Itamaraty em Brasília recebeu seu primeiro evento oficial em 14 de março de 1967; sua inauguração oficial aconteceu em 21 de abril de 1970, no aniversário de dez anos da nova capital. Trata-se de pesquisa historiográfica cujo objeto principal é a transferência da capital do Brasil para o interior enquanto ideia. Sem romper com o olhar romantizado sobre o processo de colonização, mas tampouco sem elogios efusivos, o texto conta um pedaço da história da burocracia brasileira.

Essa edição também publica o “Relatório do Plano Piloto de Brasília” entregue por Lucio Costa à comissão julgadora do concurso que o consagrou. “Compareço, não como técnico devidamente aparelhado, mas como um simples ‘maquis’ do urbanismo⁶, que não pretende prosseguir no desenvolvimento da ideia apresentada senão eventualmente, na qualidade de mero consultor.” (Costa, 1960, np).

A edição 19 da *Módulo* (agosto de 1960) publica “Sobre Brasília”, de William Holford. Trata-se da transcrição de uma conferência pronunciada no Real Instituto de Arquitetos Britânicos, em Londres, antes da inauguração da nova capital. De início, William Holford procura estabelecer o cenário no qual surgiria Brasília: o planalto central do Brasil, de terra vermelha e céu azul e ensolarado, onde nascem os três principais rios que atravessam o país: Rio Prata, Rio São Francisco e Rio Amazonas. “O Brasil foi descoberto em 1500, conquistou sua independência como império em 1822, e passou a república em 1889. A sede do governo dos Estados Unidos do Brasil deverá ser transferida para Brasília em 21 de abril de 1960.” (Holford, 1960b, p. 3). Construindo metáforas que ora aproximam, ora separam radicalmente ingleses e brasileiros, Holford afirma que Brasília é grande triunfo da força do Estado democrático, que, por serem públicas todas as terras da nova capital, elas estão protegidas contra a especulação e os interesses do mercado. A nova capital também é símbolo, se não admirado, respeitado por todos os brasileiros, dos mais pobres, que veem no crescimento das cidades brasileiras a garantia de uma vida digna, aos mais ricos, que, embora descontentes com a carga tributária, reconhecem a importância da cidade nova.

Encontrei em Brasília um grande elemento emocional que dominava todos os outros e que dava a toda a gente um temperamento alegre – o elemento da esperança.

⁶ Maquis é o nome dado a um tipo bioma característico da costa montanhosa do Mar Mediterrâneo, composto por arbustos densos, cactos e árvores espaçadas umas das outras, e é o termo usado para fazer referência aos grupos de resistência armada antifascista que se escondiam nessas regiões, sobretudo na França, Itália e Espanha em meados do século XX.

Não há dúvida de que em volta de Brasília muita gente vive num estado primitivo e em extrema pobreza. Para esses, Brasília é o paraíso. Não há dificuldade alguma em relação a essa camada. As pessoas que provocam dificuldades são os comerciantes e outros que vêm de outras cidades, mas parece que tem espantosa facilidade em mudar-se. Os funcionários públicos mais humildes estão maravilhados porque, pela primeira vez na vida, terão meios de pagar os alugueis de suas casas. No Rio, é quase impossível obter qualquer espécie de moradia, exceto a grandes distâncias do centro, e isso mesmo com sérias dificuldades para idas e vindas. [...] Como eu disse no princípio, a dificuldade não será induzir as pessoas a irem para Brasília, e sim arcar com o número das que vão chegando em ritmo tão acelerado. (Holford, 1960b, p. 6)

Para William Holford, a cidade nova, “acrópole contemporânea”, faz parte do esforço brasileiro de compreensão do próprio território e de construção da própria história. É também um registro de seu tempo, não apenas para os brasileiros, mas para o campo da arquitetura e da arte como um todo, que demoraria a ser compreendida e localizada historicamente – ainda que, desde aquele momento, seus visitantes fossem subitamente arrebatados por sua beleza.

Ninguém se deve deixar enganar pela aparência grosseira que têm no momento alguns dos edifícios. Espantei-me ao ver a habilidade, a finura quase italiana com que o revestimento de mármore e pedra foi aplicado às estruturas de concreto. Os edifícios públicos são na maioria recobertos de mosaico ou mármore em pequenos pedaços, de uns vinte centímetros quadrados e creio eu que o calçamento também vai ser de excelente qualidade. Nas zonas de moradia, os brasileiros têm possibilidade de estucar e pintar de maneira que causa inveja a qualquer de nossos arquitetos. Não têm mudanças de temperatura que mereçam atenção; não têm geadas; não se preocupam com juntas de expansão; e parece que nunca acontece haver rachaduras. Mesmo que sejam usados acabamentos baratos, suponho que tenham a mesma duração que qualquer outra coisa no Brasil; porque lá ninguém se incomoda muito com a conservação. Quando uma obra fica pronta, ninguém mais pensa nela. Mesmo que venha abaixo, a culpa não é do arquiteto. Saibam que é um ato de Deus. (Holford, 1960b, p. 5)

William Holford também cita, respondendo às perguntas que lhe foram dirigidas após a conferência, a organização do tráfego de veículos e pedestres. Por outro lado, em mais de um momento, cita a ausência de fiscalização, tanto das contas quanto do desenho. De fato, são escassas as informações sobre os gastos com a construção da nova capital. No final da década de 1990, Celso Lafer (1997) afirma que Brasília teria mobilizado cerca de 2,3% do PIB ao longo da gestão de Juscelino Kubitschek. A revista *Acrópole*, em sua edição de número 271 (junho de 1961), publica uma pequena nota na qual consta que, até o final de fevereiro de 1961, a Novacap havia gastado Cr\$ 30.292.288.837,40 com a construção de Brasília, cerca de R\$ 6.273.471.244,82 em 2020, atualizado de acordo com o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI) (Gastos... 1961). O texto de Holford também fala sobre aquilo que veio a ser chamado de a “administração paralela” de Juscelino Kubitschek.

Há uma cadeia direta de responsabilidades, do Presidente ao dr. Israel Pينهiro – que dirige a Companhia Nova Capital – e deste a Lucio Costa e Niemeyer e o engenheiro Cardozo. Essa responsabilidade é absolutamente direta. São eles os responsáveis pelo planejamento e pela execução do projeto.

Não tenho informações sobre os outros, mas o próprio Niemeyer não recebe percentagens. Mora no local, tem um grande escritório e quando precisa de um helicóptero para visitar alguma coisa, logo o consegue. Não está fazendo fortuna particular pelo fato de ser o primeiro arquiteto da nova cidade. Por aí se vê quanto é difícil calcular as despesas de maneira que se enquadre em nossa própria experiência. (Holford, 1960b, p. 5-6)

Em 1961, na revista *Módulo* de número 24 (agosto de 1961), Stamo Papadaki publica “Brasília: um retorno”. O título sugere retornar à nova capital, tornando possível afirmar que, naquele ano, Brasília era um dado, não mais objeto de especulação, debates e discussões. De fato, a partir de 1961, o volume de textos sobre Brasília diminui significativamente. O texto em questão afirma: “Os artistas, juntamente com os construtores, engrandecerão a lenda que Brasília, como todas as grandes cidades dos homens, já possui. É uma lenda de tons messiânicos: a redenção das imensas terras do Brasil.” (Papadaki, 1961b, p. 3). Stamo Papadaki, citando Camus e Hegel, afirma que as cidades contemporâneas são como labirintos entediados, marcadas pelos “mesmos problemas sociais, econômicos e de higiene física e mental”, onde

[...] certas formas de vida, árvores e plantas demonstram uma incapacidade cada vez maior de adaptação. O hierofante, o poeta e o filósofo, todos os que tinham a capacidade de registrar o tangível, o visível, e as forças reveladas que agem sobre o homem, eram os construtores das cidades. Sem eles, sem a sabedoria poética, o labirinto surge e tudo traga. À alquimia do planejamento da cidade opõe-se hoje o comensurável e o quantitativo. (Papadaki, 1961b, p. 2)

Para o autor, há um jeito euclidiano de planejar as cidades, amparado por números, dados, gráficos e mapas, que dão conta dos fenômenos incomensuráveis que compõem a vida nas cidades. Para Stamo Papadaki, na cidade ideal, o conjunto dos espaços, incluindo os espaços dos edifícios, é maior do que a soma das partes. O conjunto adquire algo que poderíamos chamar de “significado urbano”, que é compreendido e compartilhado pelos habitantes. Também de acordo com o texto, Brasília é uma cidade que “não se contentou apenas em crescer, que não é o resultado de certas operações mecânicas que frequentemente ocorrem a fim de satisfazer conceitos abstratos”; é uma cidade com “raízes no passado remoto da humanidade”. Brasília é um todo harmonioso, um corpo físico para um corpo político; a Praça dos Três Poderes é o espaço mais apropriado “às vastas democracias continentais do Novo Mundo”; com características que devem ser atribuídas “às qualidades genéricas do plano de Lucio Costa e à imaginação do intérprete deste plano, Oscar Niemeyer” (Papadaki, 1961b, p. 3).

No mesmo ano, de certa maneira como contraponto adiantado ao texto de Stamo Papadaki, o editorial da edição 63 da revista *Habitat* (março de 1961) tem o título “Revisão de Brasília”.

Não nos referimos a nenhum inquérito sobre os gastos e os desperdícios, os desvios e as especulações feitas. O que interessa a esta publicação é que não continue a ser produto de uma “ditadura arquitetônica” a construção da cidade, ainda mais que não se revelou nada de eficiente, de notável, na colocação da questão sob tais termos, pelo governo anterior. (Revisão... 1961, p. 2)

Com isso, o texto parece querer dizer que a cidade e seu regulamento não deveriam obrigar os arquitetos a desenhar projetos todos nos mesmos moldes, inclusive e justamente porque a cidade seria o laboratório no qual se desenvolveria a arquitetura dali para frente. Tampouco deveriam todos os edifícios de Brasília ser desenhados “pelo senhor Oscar Soares Niemeyer Filho”, que, de maneira despótica, fazia

uma arquitetura “apenas ‘fotogênica’” (Revisão... 1961, p. 2). O texto demonstra preocupação diante da questão habitacional na nova capital; Brasília seria uma cidade desumana como um mausoléu, na qual um tanto de pessoas luta para morar e da qual um outro tanto luta para fugir. A revista *Habitat* pede uma revisão de abordagem, para que a cidade pudesse se tornar um ambiente cordial e acolhedor.

É preciso uma revisão de Brasília, e como o sr. Oscar Niemeyer dissera, antes das eleições, que “fosse eleito quem fosse, no dia 31 de janeiro ele deixaria Brasília com o presidente que saía”, é estranhável que ainda ali permaneça. Sem ter notado como as coisas mudaram à sua volta, e como todos esperavam que ele cumprisse a sua promessa. (Revisão... 1961, p. 2)

O texto também elabora severa crítica ao governo de Kubitscheck, que deixou “o seu ‘cabeção’ esculpido lá, como lembrança autoglorificadora, de que não há memória no Brasil” (Revisão... 1961, p. 2). Faz-se um esforço para que o leitor entenda que a proposta não era demolir e reconstruir os edifícios existentes, nem instalar telhados “onde as coberturas em laje estejam deixando entrar goteiras destruidoras”, mas permitir que a continuação da construção da cidade acontecesse de maneira diversa, sob a responsabilidade não apenas de um único arquiteto, “para que o funcionalismo não seja colocado nesses edifícios caprichosamente ordenados, a golpe de martelo [...], de maneira a não se chocar com a realidade morta da mais moderna cidade do mundo” (Revisão... 1961, p. 2). Enquanto uma série de autores, incluindo o próprio Oscar Niemeyer, afirmam categoricamente que os palácios de Brasília estão distantes de rígidos ideais funcionalistas, a revista *Habitat* defende outra posição diante de tais princípios, e afirma, em tom acusatório, que Niemeyer estava demasiado apegado a determinadas regras modernistas.

Finalmente, a última edição da *Módulo* antes do hiato imposto pela ditadura, de número 39 (março/abril de 1965), comemora os dez anos da revista com disposição para “levar avante o empreendimento e procurando, a cada número, dentro do possível, corrigir os erros e tornar a revista cada vez mais fiel à realidade cultural brasileira” (*Módulo*... 1965, np). A fundação da publicação estava diretamente ligada à construção e fundação de Brasília; a revista, intrinsecamente ligada ao momento político e econômico pelo qual o país passava, levaria a experiência de Brasília para o mundo.

O seu nome mesmo, inspirado no pensamento de Le Corbusier, fora escolhido para afirmar a medida humana da arquitetura.

Módulo nasceu numa nova etapa do desenvolvimento econômico brasileiro, que já se refletia no campo cultural e especificamente na arquitetura. Um ano depois, iniciava-se a construção de Brasília, a nova capital do País, que a revista acompanhara, passo a passo, desde o primeiro acampamento erguido na solidão do Planalto Central. (*Módulo*... 1965, np)

Essa edição da revista é dedicada aos projetos desenvolvidos por Niemeyer em Israel. A edição 310 da *Acrópole* (setembro de 1964) publica pequena nota a partir da qual é possível inferir que Niemeyer havia passado o ano de 1964 nesse país (Niemeyer... 1964). Na edição 315 da mesma revista (março de 1965), outra pequena nota informa: “Continua intensa a atividade internacional do arquiteto Oscar Niemeyer”: além de projetos e exposições na Europa e na África, ele seguia recebendo encomendas do Brasil, como a Casa de Chá da Praça dos Três Poderes (Niemeyer... 1965, p. 23).

Entre 7 e 15 de setembro de 1959 aconteceu o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) de Otterlo, na Holanda, que encerrou o ciclo dos CIAMs. Entre 17 e 25 de setembro de 1959, em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, foi realizado o Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte. O evento foi organizado pelo braço brasileiro da Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA) e teve como tema “Cidade nova – síntese das artes”. O tema “síntese das artes” havia sido amplamente debatido nos últimos CIAMs e se tornou uma alcunha dada à nova capital do Brasil. Além disso, entre 21 de setembro e 31 de dezembro de 1959, aconteceu a V Bienal Internacional de São Paulo.

Passaram pelo evento 83 congressistas e 31 observadores, dos quais 17 eram estrangeiros, que ventilaram internacionalmente a inauguração de Brasília nos meses subsequentes ao evento, além de autoridades políticas e de representação diplomática de 22 países⁷, assessores, auxiliares, e Oscar Niemeyer (Rossetti, 2009). O Congresso da AICA parece ter cumprido com seu objetivo: divulgar o advento da nova capital do Brasil. Participaram do Congresso da AICA, entre outras figuras: James Johnson Sweeney (Estados Unidos), Mário Pedrosa (Brasil), Michelangelo Muraro (Itália) e William Holford (Inglaterra), na primeira sessão, “A cidade nova”; Juliusz Starzyński (Polônia), Aline Bernstein Saarinen (Estados Unidos), Bruno Zevi (Itália), Alvar Aalto (Finlândia) e Richard Neutra (Estados Unidos), na segunda sessão, “Urbanística”; Le Lyonnais (França), Jean Prouvé (França), Giulio Pizzetti (Itália) e Joaquim Cardozo (Brasil), na terceira sessão, “Técnica e representatividade”; Raymond Lopez (México), Werner Haftman (Alemanha), Sigfried Giedion (Suíça), Giulio Carlo Argan (Itália) e Robert Delevoy (Bélgica), na quarta sessão, “Da arquitetura”; Hans Jaffe (Holanda), André Bloc (França), Meyer Schapiro (Estados Unidos) e Georg Schmidt (Suíça), além de Raymond Lopez, na quinta sessão, “Das artes plásticas”; Sérgio Milliet (Brasil), Otl Aicher (Alemanha), Piero Dorazio (Itália) e Mário Barata (Brasil), na sexta sessão, “Das artes industriais”; Suut Kemal Yetkin (Turquia), Willem Sandberg (Holanda), Alberto Sartoris (Itália) e Herbert Read (Inglaterra), na sétima sessão, “A educação artística”; e André Chastel (França), Jorge Romero Brest (Argentina), Jean Leymarie (França), além de Giulio C. Argan, Meyer Schapiro, Georg Schmidt e Mário Pedrosa, na oitava e última sessão, “Situação das artes na Idade Moderna”.

Apesar da dificuldade encontrada por pesquisadores de acesso a fontes primárias de pesquisa como os Anais do evento, e das divergências e lacunas registradas após o cruzamento de diferentes fontes e referências, há trabalhos que nos ajudam a melhor dimensionar a importância do Congresso da AICA. Em “Congresso Internacional de Críticos de Arte 1959”, Maria Beatriz Camargo Cappello (2009) elenca textos de revistas nacionais e internacionais sobre o evento. Em “A crítica de arte na imprensa carioca e o debate sobre Brasília no congresso da AICA (1959)”, Marcelo Ribeiro Vasconcelos (2019) apresenta a repercussão do Congresso da AICA pelas colunas de arte da imprensa do Rio de Janeiro, das quais participava a maior parte da comissão organizadora do evento, liderada por Mário Barata e Mário Pedrosa, então vice-presidente da AICA, a quem é atribuída a frase “o Brasil está condenado ao moderno”. Atribui-se também a Mário Pedrosa a responsabilidade pela realização do Congresso Extraordinário Internacional de Críticos de Arte (Abdala, 2019).

Eduardo Rossetti, em artigo intitulado “Brasília, 1959: a cidade em obras e o Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte”, informa que o Congresso da AICA foi um evento vinculado à V Bienal de São Paulo, que aconteceu em 21 de setembro e 31 de dezembro do mesmo ano.

⁷ Brasil, Alemanha Argentina, Bélgica, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Israel, Itália, Iugoslávia, Japão, México, Polônia, Portugal, Reino Unido, Suíça, Tchecoslováquia, Turquia e Uruguai – além da Suécia, que participou como observadora (Rossetti, 2009).

Esta Bienal trazia destaques e salas especiais para Vincent van Gogh, Victor Horta, Mies van der Rohe, Gaudí, arte japonesa e chinesa, além da obra de Burle Marx. Paralelamente, sob a marquise do Parque havia a exposição Bahia no Ibirapuera, organizada e montada por Lina Bo Bardi. Trata-se de uma exposição que destaca objetos das manifestações da arte popular coletados por Lina, consagrando suas estratégias de museografia e museologia. A exposição evidencia o interesse de Lina Bo Bardi pelo debate em curso e seu vínculo ao campo, reafirmando seu interesse por um desenho industrial brasileiro, baseado no saber fazer popular do Nordeste. Além de ter contado com a presença de JK em sua abertura comendo acarajé e com a visita dos congressistas, a exposição respaldaria ainda o audacioso projeto de Lina Bo Bardi para a instauração de uma Escola de Desenho Industrial e Artesanato em Salvador, atenta à modernização almejada por JK. (Rossetti, 2009, online)

É possível supor que em Brasília foram realizadas quatro das oito sessões do evento: “A cidade nova”, “Urbanística”, “Técnica e expressividade” e “Da arquitetura”. Na nova capital, o evento aconteceu no auditório do Supremo Tribunal Federal, que estava ainda em construção; em São Paulo, no edifício dos Diários Associados, à Rua Sete de Abril, pelo qual passaram instituições como o MAM, o MASP e a Cinemateca; e no Rio de Janeiro, no MAM, igualmente ainda em obras, também de acordo com Eduardo Rossetti. O Congresso da AICA foi amplamente financiado pelo Itamaraty, que arcou com todas as despesas de transporte, hospedagem e alimentação dos congressistas. Além disso, o evento inaugurou o programa de visitas e personalidades estrangeiras a Brasília, que não raro eram acompanhadas por Juscelino Kubitschek ou Oscar Niemeyer. Esse movimento ajudou a consolidar as rotas aéreas e terrestres para a nova capital. No momento da realização do Congresso da AICA, Brasília era, ao mesmo tempo, uma cidade em funcionamento e um canteiro de obras.

Próximo ao Palácio da Alvorada, o Brasília Palace Hotel, com suas centenas de apartamentos, salas com móveis modernistas, piscina, restaurante e bar, complementava a infraestrutura de recepção e a dinâmica social dos visitantes ilustres da cidade durante as obras – sendo o local de hospedagem dos participantes do Congresso. [...] Em 1959, o canteiro de Brasília possuía 64.000 habitantes, dos quais 19.100 estavam diretamente ocupados na construção civil. (Rossetti, 2009, online)

Na edição 16 da revista *Módulo* (dezembro de 1959), Mário Pedrosa publica “Lições do Congresso Internacional de Críticos”. O texto serve como relato pessoal do escritor sobre o ocorrido e torna evidente seu sentimento de entusiasmo em relação à inauguração da nova capital. De acordo com o autor, boa parte dos participantes chegou a Brasília com críticas prontas, mas se sentiu forçada a rearranjar ou alterar suas declarações após o confronto do texto com a realidade construída. “Nem mesmo o senhor Bruno Zevi, que parte sempre, e coerentemente, de posições doutrinárias respeitáveis”, deixou intacto o que havia preparado (Pedrosa, 1959, p. 7).

[...] a segunda sessão, dedicada ao urbanismo, foi a que colocou todos os problemas, desenvolvidos e debatidos posteriormente ao longo das sucessivas sessões. Na ausência de Lucio Costa, sir. William Holford foi nela relator principal. Fê-lo com aquela precisão e sobriedade que já o qualificaram quando, no júri de seleção dos projetos de planos apresentados para a capital, deu os motivos para a preferência do projeto de Lucio Costa. (Pedrosa, 1959, p. 7)

No texto de Mário Pedrosa, William Holford aparece como um aliado. “Brasília não podia ser uma cidade qualquer, relata sr. Holford, ou um grande empório comercial metropolitano, mas uma capital administrativa central.” (Pedrosa, 1959, p. 8). Bruno Zevi aparece como o mais proeminente crítico de Brasília (Fernandez, 2021). Tanto a imprensa especializada quanto os jornais de grande circulação repercutiam as críticas de Zevi feitas no âmbito do evento de maneira discreta (Ribeiro Vasconcelos, 2019). Na segunda sessão do evento, “Urbanística”, na qual se discutiu o futuro, o sucesso ou fracasso da nova capital, o *enfant terrible* do congresso teria chamado a atenção para a profunda crise pela qual passava a arquitetura moderna naquele momento.

O relato acerca das afirmações de Bruno Zevi qualifica tal crise como um momento de tensão expresso predominantemente no campo da linguagem; era um fenômeno mundial, mais evidente na Itália, nos Estados Unidos, e menos no Brasil. O destino de Brasília, representante de um projeto político, seria determinado pelo futuro da teoria e da prática de arquitetura a partir daquele momento (Pedrosa, 1959, p. 8). Mário Pedrosa parece não discordar dessa análise; para o escritor, o sucesso ou fracasso de Brasília seria como o sucesso ou fracasso da cultura erudita moderna, representada pelos participantes do Congresso Extraordinário da AICA. Brasília seria capaz de finalmente comprovar ou refutar importantes suas hipóteses. Ainda a partir do texto de Mário Pedrosa é possível inferir que havia consenso entre Holford, Zevi e os demais participantes da sessão em torno da ideia de que Brasília marcava a superação do funcionalismo. Na edição de número 17 da *Módulo* (abril de 1960), em “Problemas e perspectivas de Brasília”, William Holford trabalha a partir da ideia de momento histórico, localizando Brasília em um determinado momento e em um determinado lugar, e a partir daí traçando perspectivas.

Como disse Le Corbusier no prefácio de seu livro sobre a Capela de Ronchamp⁸, a arquitetura já é por si mesma uma síntese das artes. E quando um arquiteto já produziu uma unidade de plano e função, como Brasília, seria loucura abrir uma caixa de Pandora de símbolos discordantes, para romper essa unidade. É evidentemente preciso esperar que obras de arte individuais surjam com a cidade povoada, e fora dela. Não podem ser distribuídas por antecipação como anúncios. A cidade é para homens, e entre eles haverá artistas. (Holford, 1960a, p. 3)

O autor descreve brevemente a visita dos participantes do Congresso da AICA à cidade nova e seus edifícios, a maioria dos quais ainda em construção: o Supremo Tribunal Federal, o Palácio da Alvorada, o Brasília Palace Hotel e blocos de apartamentos – trata-se da Superquadra 108 Sul, projeto de Oscar Niemeyer para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), ou da Superquadra 105 Sul, projeto de Hélio Uchôa para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), ambas inauguradas em 1960. William Holford também faz menção a uma capela – possivelmente a Igreja Nossa Senhora de Fátima⁹. A visita dos congressistas foi precedida de palestra ministrada por Oscar Niemeyer sobre os projetos de urbanismo e arquitetura que, de acordo com Eduardo Rossetti (2009), não consta nos Anais do evento; Oscar Niemeyer se manteve próximo aos congressistas no decorrer do evento.

⁸ *Ronchamp* foi publicado originalmente em francês, na Suíça, em 1957. No mesmo ano foi traduzido para o inglês e publicado na Inglaterra.

⁹ Conta-se que, “durante a construção das primeiras obras de Brasília, a doença da filha Márcia preocupava Juscelino e Sarah Kubitschek. Nesta época, o presidente de Portugal e sua esposa estavam visitando a capital. A primeira-dama portuguesa dona Berta Craveiro Lopes, ao saber das preocupações de dona Sarah com a saúde da filha, recomendou que recorresse a Nossa Senhora de Fátima. Foi feita uma promessa de que a primeira igreja construída em Brasília seria consagrada a Nossa Senhora de Fátima.” (Scoottá, 2010, p. 73) A capela foi inaugurada em 1957.

No texto, William Holford menciona Bruno Zevi e sua crítica direcionada à nova capital brasileira, acusando o arquiteto italiano de assumir postura antiética: “Assim é que Bruno Zevi reagiu violentamente contra as qualidades positivas atribuídas à nova Capital e julgou-a mal concebida, tanto na forma quanto no conteúdo.” (Holford, 1960a, p. 2). O objetivo é demonstrar que o discurso de Zevi foi construído a partir de comparações entre a realidade brasileira e a realidade europeia e, portanto, pouco faz sentido no âmbito do debate em torno de Brasília. “Com o tempo, os planos de Lucio Costa e Oscar Niemeyer podem ser ultrapassados, mas forneceram um arcabouço forte e sugestivo, que deve durar o tempo que durar a cidade.” (Holford, 1960a, p. 3). Para Holford, Brasília é um importante registro de época, resultado de uma mobilização institucional que seria possível na Europa e nos Estados Unidos apenas em tempos de guerra. A nova capital é única.

O autor sugere que o sucesso de Brasília já se fazia visível. Seu crescimento populacional ameaçava o próprio plano. Era preciso ampliar o escopo de trabalho, planejar a área metropolitana, controlar o desenvolvimento do Plano Piloto e das cidades-satélites, que já se encontravam em franco crescimento e deveriam ter grau de independência elevado em relação à capital.

Mas serão cidades cheias de vigor e vitalidade, e para certos propósitos e em certas ocasiões, os seus habitantes virão ao centro administrativo. [...] Parte da população do centro administrativo pode preferir trabalhar fora da cidade. Da mesma forma, uma pequena proporção das pessoas que vive nos satélites quererá ter funções administrativas na capital. (Holford, 1960a, p. 3)

É notável, todavia, que o planejamento sugerido por William Holford não inclui instrumentos como, por exemplo, o controle dos preços da terra. Ao contrário, o autor conta com a compreensão da população e com a razoabilidade do mercado imobiliário para que o crescimento tanto do Plano Piloto quanto das cidades-satélites aconteça de maneira controlada: “o plano regional [...] deverá ser explicado ao público em geral, bem como aos críticos, visitantes, administradores e até mesmo aos que especulam com terras” (Holford, 1960, p. 3).

Lucio Costa não participou do Congresso da AICA; ele enviou uma carta, lida por William Holford na sessão “Urbanística”. De acordo com Ana Paula M. Canez e Marcos L. Almeida (2009) em “Lucio Costa, o Congresso Extraordinário de Críticos de Arte e a atualidade de seu pensamento e ação”, o texto dessa carta foi apresentado com o título “A crise da arte contemporânea” no I Congresso Internacional de Artistas realizado em Veneza, em setembro de 1952, e publicado na revista portuguesa *Arquitectura*, em 1953. Não foi possível, para esta Tese, averiguar o motivo que impediu a participação do urbanista da nova capital. No documento intitulado “Arte e educação”, publicado pela *Módulo* e pela *Acrópole* de número 254 (dezembro de 1959), o autor do Plano Piloto, na esteira de Walter Benjamin, descreve um mal-estar presente no campo das artes desde a Segunda Revolução Industrial. As possibilidades de reprodutibilidade dos objetos colocam em xeque o trabalho artístico artesanal, fazendo do cinema a grande arte do mundo industrializado, a única “expressão legítima do novo ciclo social” (Costa, 1959, p. 26).

Lucio Costa afirma: “Daí decorre que as soluções transitórias a que poderão conduzir os vossos debates serão meros paliativos em face das soluções definitivas que o problema comporta.” (Costa, 1959, p. 26). Ou seja, o arquiteto carioca assume postura cética diante dos debates propostos para o Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte. Todavia, faz movimento no sentido de aproximar o campo das artes e o campo da arquitetura e urbanismo levando-o a uma espécie de declaração de compromisso, dando subsídios para a sustentação da alcunha dada a Brasília naquele evento. No texto, o autor

descreve o problema da distância entre a arte e o trabalhador proletário. Como solução, sugere o caminho da educação, introduzir a arte nas escolas, tornar obrigatório o ensino de arte para crianças e adolescentes, “retirando ao artesão pouco a pouco a distância que separa o artista do operário” (Costa, 1959, p. 26).

Não se trata, de modo algum, das artes decorativas próprias da técnica do artesanato [...], mas das artes industriais, mesmas, visto que todos os objetos utilitários que se produzem – dos maiores aos menores – têm forma, têm matéria, têm cores, e o princípio funcional faz com que sejam suscetíveis de grande depuração plástica, o que em essência os aproxima da arquitetura. E assim chegamos a assunto do maior interesse para os artistas, pois que o que se convencionou chamar de síntese das artes deveria começar modestamente por aí. (Costa, 1959, p. 26-27)

Todavia, Lucio Costa procura pôr a discussão em termos práticos: por um lado, os estudantes chegam às faculdades de arquitetura sem sensibilidade artística; por outro, os artistas esperam da arquitetura que ela se comporte como um pano de fundo para suas obras ou que tenha um caráter cenográfico como a arquitetura barroca. Os arquitetos deveriam ser também artistas, ainda que o campo das artes e o campo da arquitetura e urbanismo devessem permanecer distintos. A arte deve cumprir função constitutiva para a arquitetura, mas ambas devem ser dotadas de valores plásticos autônomos.

O autor do Plano Piloto afirma também que a ampliação do campo da arte, decorrente da expansão do ensino da disciplina, teria como consequência uma breve deterioração do gosto, “porque assim como o novo-rico a princípio compraz na ostentação de sua nova condição, o ‘novo-riquismo’ coletivo também terá de passar pela mesma provação”. É o sacrifício da arte, “o preço que temos que pagar para que a justiça social se estabeleça” (Costa, 1959, p. 27). Trabalha-se a partir de uma ideia de progresso no sentido do estabelecimento de uma justiça social, progresso esse tão prolífico que o Brasil chegaria ao estado de novo-riquismo coletivo. O país alcançava um novo status; e se nesse novo patamar a arte tem um espaço privilegiado, Brasília, como síntese das artes, é também a síntese de um projeto de país.

Paralelamente, a revista *Habitat*, em suas edições de número 57 (dezembro de 1959) e 58 (janeiro/fevereiro de 1960), publica algumas das teses enviadas pelos participantes das sessões do Congresso da AICA. Jean Prouvé, em “Relações entre arquiteto e engenheiro” (sessão “Técnica e expressividade”), ecoando olhar biologizante sobre a profissão, trata de enuviar as linhas entre arquitetura e engenharia como disciplinas enquanto, por outro lado, traça uma linha bastante definida entre aqueles que têm as ideias e aqueles que são técnicos especialistas – “indispensáveis, [eles] formam uma equipe e trabalham a ‘ideia’ que devem respeitar” (Prouvé, 1959, p. 15). O arquiteto francês defende uma organização empresarial para a atividade de projeto, um “organismo” do qual façam parte o arquiteto (no singular), o corpo de engenheiros e os desenhistas.

Situemos o mal, compreendendo que o edifício é o único objeto construído por uma profissão cuja situação é liberal, uma espécie de advogado.

É esta a causa do atraso da arquitetura e por conseguinte do edifício, relativamente aos tão rápidos progressos da produção industrial em todos os ramos. (Prouvé, 1959, p. 15)

Em “Dos aspectos formais não visuais do plano da cidade e seu contexto urbanístico”, Richard Neutra faz apelos ora mais, ora menos diretos à natureza e ao corpo humano, e afirma ser importante o cuidado para com as crianças por parte dos arquitetos e urbanistas – ele está interessado no crescimento e no desenvolvimento; está interessado em construir uma leitura biologizante das cidades. “Talvez não seja

por acaso que o presidente Juscelino Kubitschek estudou medicina e pode, assim, perceber a patologia crescente das situações urbanas.” (Neutra, 1959, p. 16). A cura para tal patologia, segundo Neutra, é a planificação, resultado do esforço combinado de todas as artes e todas as técnicas disponíveis.

Que o Rio e São Paulo sejam engolidos por seus próprios desenvolvimentos frenéticos, não é culpa de ninguém.

[...]

O Novo Humanismo de Brasília demonstra uma fé na forma que pode fazer reviver os seres humanos. Este humanismo crê na luta contra o calor sufocante pelo triunfo de um deslocamento na natureza antes de possuir sistemas de ar-condicionado mais perfeitos. Todas as nossas artes e técnicas reunidas, fundidas em projeto urbanístico destinado a permitir ao povo viver plenamente numa atmosfera fresca, de calma e de clima vigoroso como este, poderia influenciar a administração inteira de uma grande nação em rápido crescimento – e, por sua vez, o concerto futuro das nações: uma cidade “realmente nova” significa muito para um mundo desgraçado a quem se fala dessa lenda fascinante. (Neutra, 1959, p. 16-17)

Na mesma edição publica-se: “Aplicação de pesquisa opcional dos fenômenos urbanísticos e arquitetônicos”, de Le Lyonnais (1959) (sessão “Técnica e expressividade”); “Materiais novos para a pintura”, de Jorge Crespo de la Serna (1959), que não consta na programação do evento conforme publicada pela *Habitat* de número 57 (dezembro de 1959); e “Totalidade artística e posição das artes industriais e artesanato na cidade nova”, de Mário Barata (1959), que não consta na programação, segundo a qual o autor teria apresentado “Diferença de conceito e função entre artes industriais e artesanato na cidade moderna”.

A edição seguinte da revista *Habitat*, de número 58 (janeiro/fevereiro de 1960), segue publicando textos apresentados no Congresso da AICA, dessa vez privilegiando posições menos entusiasmadas e com maior diversidade de abordagens. O tom é dado pelo editorial, no qual se elabora pesada crítica à nova capital, ainda que, de acordo com o texto, “todos os louvores à arquitetura de Brasília t[enha]m pelo menos um mínimo de razão de ser.” (Nova... 1960, p. 2).

O editorial, que, para embasar sua crítica, cita o exemplo estadunidense de planejamento urbano, indiretamente acusa Brasília de ser resultado de um processo não apenas antidemocrático, mas que simplesmente não levou em conta o planejamento urbano como ato político. Nesse momento, de maneira bastante direta, a revista *Habitat* condena a decisão de transferir a capital para uma região afastada de outros grandes centros urbanos historicamente consolidados. Tal mudança radical, de acordo com o editorial, certamente causaria um “choque psicológico” generalizado (Nova... 1960, p. 2).

Já que tudo foi feito no sentido desconexo a que estamos assistindo pelas mais variadas denúncias, pela evidência de tantos fatores de perturbação, devemos evitar que esse outro episódio da crise de crescimento se converta em maior calamidade. (Nova... 1960, p. 2)

O texto de introdução às teses do congresso expõe um dos temas privilegiados por essa edição: a função do desenho industrial. O tema tem notável importância ao longo de nosso recorte; esperava-se que o Brasil se tornasse um país industrializado, era preciso discutir os aspectos técnicos e estéticos da indústria. Além disso, era preciso discutir a formação das novas gerações não apenas para que a indústria brasileira contasse com uma oferta de profissionais com conhecimento técnico e artístico condizente com

a demanda, mas também para que prevalecesse o bom gosto. Ao afirmar que a arquitetura e o design do século XX teriam como fundação a crítica ao passado e a proximidade com a ciência, desenvolvendo-se no sentido de obter menos a reprodutibilidade dos objetos por repetição do que “uma sucessão ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa” de ideias e projetos, o texto faz uma aposta na articulação entre arquitetura, arte e indústria como síntese e elemento de qualificação da vida nas cidades (Congresso... 1960, p. 3).

É erro grave supor-se que a arte moderna, e, portanto, também a arquitetura moderna, reponha *ex-novo* todos os problemas, quer no plano formal quer no técnico. A arte moderna não é mais que uma fase [...], a experiência prova que a obra de um artista é tanto mais original (basta pensar-se em Picasso) quanto mais vasto é o seu trato, no espaço e no tempo, da série fenomênica da arte do passado. Mas é preciso acrescentar, embora seja óbvio, que a obra de arte só existe [...] por uma “invenção” [...]. (Congresso... 1960, p. 3)

A passagem contém uma crítica explícita a Oscar Niemeyer, para quem o fazer artístico, fosse no campo das artes, fosse no campo da arquitetura e urbanismo, é caracterizado pela novidade e pela invenção. De acordo com o texto, a diferença entre a arte moderna e suas antecessoras históricas não é o conjunto de formas e suas categorias, é o conjunto de métodos; nesse âmbito, a particularidade da arquitetura e do design é sua relação com a indústria; é graças à indústria que

[...] a arquitetura moderna chegou às suas realizações mais significativas, de tal modo que é absurdo pensar-se em um possível *revival* dos processos artesanais e dos valores estéticos a eles relacionados [...] (Congresso... 1960, p. 3)

Na mesma edição, André Bloc, em “Integração das artes na cidade” (sessão “Das artes plásticas), elabora crítica a uma ideia de “despojamento”, empregada “a fim de evitar qualquer compromisso com uma decoração de má qualidade” – esta supostamente defendida pela arquitetura moderna, sobretudo por Le Corbusier (Bloc, 1960, p. 3). O autor considera indisciplinada a maneira como Le Corbusier usava a cor em seus projetos e, de maneira indireta, sugere certo egocentrismo por parte do arquiteto francês, que, de acordo com o texto, nunca convidou nenhum artista para que com ele colaborasse, sendo ele mesmo o responsável por eventuais painéis e murais nos edifícios por ele assinados. Não é clara a intenção contida no texto, se de um elogio à postura de Oscar Niemeyer e Lucio Costa, supostamente oposta à postura de Le Corbusier, ou de crítica à dupla de arquitetos cariocas por sua filiação a algo que podemos chamar de “vertente corbusieriana” da arquitetura moderna.

Outros textos são publicados nessa edição. “É a arquitetura a arte maior da cidade?”, de Raymond Lopez (1960), elabora considerações sobre a relação entre arte e arquitetura (sessão “Das artes plásticas”). “A pintura e a escultura no coletivo urbanístico e arquitetônico”, de Meyer Shapiro (1960), aponta para questões relacionadas à integração entre a arquitetura e as artes, questiona a ausência das artes plásticas em obras de arquitetura moderna, e elabora a hipótese de que tal ausência dá pela aversão dos arquitetos modernos às artes monumentais do passado, especialmente privilegiadas por regimes autoritários (sessão “Das artes plásticas”). “As artes industriais na cidade nova”, de Gillo Dorfles (1960), menciona a produção de peças gráficas e seu papel para a orientação dos habitantes na cidade (sessão “Das artes industriais”). “A cidade nova e seu grafado de sinalização”, de Otl Aicher (1960), discorre sobre a sinalização da cidade inserida na história da comunicação visual (sessão “Das artes industriais”). “A educação artística e as novas perspectivas científicas e pedagógicas”, de Tomás Maldonado (1960), aposta no design como a disciplina que organizará o campo das artes e da educação artística na segunda metade do

século XX (sessão “A educação artística”). “A colocação dos movimentos na distribuição da cidade”, de Alberto Sartoris (que não consta na programação do evento, de acordo com a qual Sartoris apresentaria “O valor educativo da arquitetura e das artes visuais”), afirma:

O urbanismo está tão ligado às artes e à arquitetura, quanto à técnica, à economia e à sociologia, e por conseguinte é preciso, para permitir a coexistência normal destas, encará-lo em todos esses ângulos. Devemos, pois, temer os urbanistas que não são arquitetos e os arquitetos que não são urbanistas. [...] Cabe, pois, admitir o princípio de que a beleza deve ser matemática e funcional, mas que o que é belo é mais difícil de perceber, porque a fealdade é mais gritante. (Sartoris, 1960, p. 6-7)

Encerrando o conjunto de reportagens sobre o Congresso da AICA, a *Habitat* reproduz breves declarações de seus membros a respeito de Brasília, por ocasião do Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte. A edição de número 16 da revista *Módulo* (dezembro de 1959) havia publicado o mesmo conjunto de declarações, omitindo as falas de Françoise Choay e Bruno Zevi (Arquitetos... 1959).

A historiadora francesa afirma:

Foi uma experiência maravilhosa e a prova mais concreta da possibilidade de poesia surgindo da planificação e da construção urbanística. Foi também uma oportunidade excepcional para refletir sobre os problemas que se tornam aqui evidentes, (se não resolvidos) que surgem no mundo atual, quando em todo lugar, e de maneira menos notável, e na sombra das cidades antigas, cidades novas estão sendo criadas. Assim, Brasília interessa a cada um de nós. (Opiniões... 1960, p. 7)

O arquiteto italiano diz:

Não podemos pré-fabricar uma cidade e depois adaptar o povo a ela. O Plano Piloto deve orientar e liderar o desenvolvimento de uma cidade, enquanto o centro “monumental” de Brasília sufoca a vitalidade da cidade. É uma cidade de Kafka. (Opiniões... 1960, p. 7)

Dilemas da arte nas revistas de arquitetura

É correto afirmar que o Internacional Extraordinário de Críticos de Arte foi uma bem-sucedida propaganda da nova capital, mas não apenas. Entre 21 de setembro e 31 de dezembro do mesmo ano, acontecia a VI Bienal de São Paulo, e o Congresso Extraordinário da AICA projetou artistas brasileiros que não participaram da Bienal. Em “Cinco artistas brasileiros”, publicado na edição 57 (dezembro de 1959) da revista *Habitat*, Ferreira Gullar (José Ribamar Ferreira) e José Roberto Teixeira Leite escrevem sobre a exposição que organizaram para o evento, a pedido da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA). Estavam expostos trabalhos de Alfredo Volpi, Milton Dacosta, José Antônio da Silva, Djandira e Franz Weissmann, artistas cuja expressão, “por não se filiar a nenhuma corrente internacional atual, pode-se qualificar de ‘brasileira’” (Gullar; Leite, 1959, p. 18).

O objetivo [...] foi possibilitar aos críticos estrangeiros que ora nos visitam o conhecimento das obras de cinco importantes artistas brasileiros que não se acham representados na V Bienal de São Paulo, nem em nenhuma das outras mostras coletivas que se realizam, atualmente, no Rio e em São Paulo, por ocasião do Congresso Internacional Extraordinário da AICA. (Gullar; Leite, 1959, p. 18)

As edições seguintes da Bienal de São Paulo e a crise institucional pela qual passava a Bienal mantiveram a instituição nas páginas das revistas. A edição de número 23 da revista *Módulo* (junho de 1961), além de breve nota sobre a realização da VI Bienal de São Paulo, que aconteceu de setembro a dezembro daquele ano e celebrava os dez anos do evento (VI Bienal... 1961c), publica informações sobre a criação do Conselho Nacional de Cultura pelo então presidente Jânio Quadros, cuja função era elaborar e disciplinar políticas públicas para a democratização da cultura. Participavam do Conselho: Francisco Matarazzo Sobrinho, chefiando a Comissão Nacional de Artes Plásticas; Flávio Tambellini, na Comissão Nacional de Cinema; Sérgio Buarque de Holanda, na Comissão Nacional de Filosofia e Ciências Sociais; José Cândido de Andrade Muricy, na Comissão Nacional de Dança; e Clóvis Garcia, na Comissão Nacional de Teatro (Conselho... 1961).

As edições 64 e 65 da *Habitat* contêm seções dedicadas à VI Bienal (VI Bienal... 1961a; VI Bienal... 1961b). A *Acrópole* 276 (novembro de 1961) também trata do assunto, com o texto “Arquitetura na VI Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo”, de Oswaldo Corrêa, que reivindica o papel de protagonista para a arquitetura no campo das artes, “como arte maior, mas também como elemento de integração importante das artes plásticas, formando um todo harmônico com a pintura e escultura e evidenciando com suas conceituações espaciais o desenvolvimento destas últimas artes” (Corrêa, 1961, p. 409).

O editorial da *Habitat* de número 66 (1961), em meio à transferência da capital do país para Brasília, destaca uma série de acontecimentos, eventos e exposições que aconteceram ao longo de 1961 em São Paulo, e afirma: “Sem despreço ao Rio de Janeiro, onde a atividade artística é das mais intensas, podemos dizer que São Paulo, no decorrer de 1961, foi a Capital artística do Brasil.” (1961... 1961, p. 2). Em pequena nota, essa edição propõe uma discussão acerca de um comentário de Ferreira Gullar, publicado no jornal *Correio da Manhã*, no qual o autor afirma que a crítica de arte está em crise, atribuída a novos recursos que as galerias vinham utilizando para consagrar artistas, como a divulgação em mídias não especializadas e a alienação entre críticos e artistas, que não se sentem compreendidos (Crise... 1962).

Tema semelhante é abordado pela *Habitat* de número 71 (março de 1963), com a nota “O mercado da arte”. A partir da hipótese de que o artista é relevante enquanto está conectado com o mundo que o cerca, o texto afirma: “O que se consta, de saída, é que o artista plástico se marginaliza na medida em que a pintura, a escultura e a gravura desligam-se de qualquer compromisso direto com as demais atividades sociais para se tornarem finalidades em si mesmas...” (O mercado... 1963, p. 71). Há no texto uma crítica ao mercado da arte, que tem como figura central o *marchand*: para os compradores, as obras de arte são investimento que não necessariamente refletem suas preferências estéticas. Nessa edição é publicada a nota “Líderes políticos contra a arte moderna”, que diz:



Figura 52: João Goulart na VI Bienal de São Paulo com Oswaldo Corrêa Gonçalves, Mário Pedrosa, Tancredo Neves e Carvalho Pinto.
Fonte: Arquitetura... 1961a, p. 30.

Seguindo o exemplo do líder soviético Nikita Kruchev, o presidente Tito criticou, perante o Congresso da Juventude Popular da Iugoslávia, as tendências “modernistas e abstrata” da arte. Disse o estadista iugoslavo ser partidário da “busca criadora de novas formas na pintura”, mas que se opõe ao gasto dos fundos públicos em pretensas obras modernas que não têm relação nenhuma com a verdadeira criação artística. Acrescentou que devem ser tomadas medidas para que os esforços artísticos coincidam com os pontos de vista socialistas. (Líderes... 1963, p. 65)

O editorial da *Habitat 71* intitula-se “A cultura em crise” e, em tom oposto ao editorial da edição 66, fala sobre o desinteresse generalizado “pelas coisas do espírito” em São Paulo, “principal unidade da Federação brasileira” e “terra dos bandeirantes”, bem como em quase todas as grandes cidades do país. De acordo com o texto, a crise orçamentária pela qual passavam as instituições de arte, dentre as quais se destaca o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM SP), agravada pela inflação, ameaçava a produção de arte em São Paulo e em todo o Brasil. Ainda de acordo com o editorial, a criação da Fundação Bienal, em 1962, que ficou encarregada das funções relativas à Bienal de Arte de São Paulo, antes sob responsabilidade do MAM, descapitalizou o museu fundado por Francisco Matarazzo Sobrinho em 1949. Após ser ofertado a entidades e grupos particulares sem que houvesse quem aceitasse arcar com os custos de operação do museu, o MAM passou a integrar a Universidade de São Paulo e seu futuro era incerto (A cultura... 1963). O advento da Fundação Bienal e a retirada do MAM da organização das bienais de arte também é pauta da edição 32 da revista *Módulo* (março de 1963) (MAM... 1963).

A *Módulo* de número 35/36 (outubro/dezembro de 1963) discute extensivamente a VII Bienal de Arte de São Paulo. Em “A pintura posta em questão”, Ferreira Gullar discute os rumos da pintura brasileira e nos oferece pistas que talvez permitam afirmar que o processo de revisão pelo qual passava a arquitetura e a arte moderna na Europa e nos Estados Unidos contribuiu significativamente com a suposta crise pela qual passavam a arte e a arquitetura moderna no Brasil.

Essa situação se torna mais grave, agora, quando as correntes internacionais da arte terminam por confluir todas numa espécie de irracionalismo exacerbado, dentro do qual se estabeleceu o vale-tudo das técnicas, dos materiais e da improvisação. [...] Em face disso, considero necessário que a crítica altere os artistas para a carência de significado cultural de sua atividade, interferindo no processo artístico que, como o dissemos acima, não é assim tão infenso a interferências estranhas... No caso do Brasil, essa posição crítica é particularmente imperativa, tanto mais que vivemos um momento de profunda ebulição social, quando ponderáveis contingentes do povo ascendem à participação da vida política do país. A velha estrutura social ameaça romper-se sob pressão das novas forças produtivas. [...] Se a consciência política, decorrente daqueles fenômenos de estrutura, denuncia privilégios de classe, revela também o caráter classista de certas manifestações culturais, e diminui-lhes a significação. É o que acontece com a pintura de vanguarda no Brasil. (Gullar, 1963, p. 1)

Ferreira Gullar afirma que naquele momento a arte e a crítica tinham menos a função de guiar os processos políticos e as movimentações sociais em curso no Brasil do que de encontrar neles um novo significado para a prática artística. O autor comenta o momento político, algo relativamente raro nas revistas ao longo do recorte, reconhecendo o surgimento de novos grupos capazes de reorganizar a sociedade como um todo, e aposta na transformação guiada pelos novos trabalhadores urbanos.

Acreditamos que vivemos, hoje, no Brasil, período equivalente ao da revolução modernista de 1922, só que determinado por causas mais profundas. Foram também razões de natureza econômica e política, vale dizer cultural, que determinaram, naquela época, a redescoberta da realidade brasileira pelos artistas. Mas, desta vez, devido às características mesmo do tempo, essa redescoberta se faz menos em termos literários do que humanos, menos em termos estilísticos do que políticos. O país redescobre sua realidade social dramática. Não se trata, nesse sentido, de uma operação estética, mas ética, e a urgência da justiça social já se tornou o conteúdo da arte em vários campos da atividade expressiva no Brasil de hoje: no teatro, no cinema, na poesia. (Gullar, 1963, p. 2)

Transformações e modas também são tema do texto “VII Bienal de São Paulo e ‘outra figuração’”, de Mário Barata (1963a). O autor também escreve “América Latina, incluindo o Brasil, na VII Bienal” (Barata, 1963b). Em 1964, José Geraldo Vieira (1964a) escreve “O dilema figuração-abstração”, sobre o mesmo tema. A revista *Módulo* também discute trabalhos ligados ao Cinema Novo. Na edição de número 35/36 (outubro/dezembro de 1963), David Neves (1963) comenta a adaptação do livro de Jorge Amado, *Seara vermelha*, dirigida por Alberto D’Aversa, e Cláudio Mello e Souza comenta o então recém-lançado filme *Vidas secas*, adaptação do livro de Graciliano Ramos dirigida por Nelson Pereira dos Santos.

O Nordeste de *Vidas secas* não é mais o Nordeste de exportação, o Nordeste ornamental do comércio cinematográfico, o Nordeste criminosamente reduzido ao folclore, abastardado como fenômeno nacional cultural e social. Não é mais também o Nordeste-sensacionalismo, tema de discurso, motivo de sublitteratura. É o Nordeste que lá está: o Nordeste do Nordeste. (Souza, 1963, p. 43)

Nas edições seguintes, publicadas após o golpe militar, a revista comenta *Ganga Zumba*, de Carlos Diegues (Neves, 1964a), e *Deus e o diabo na terra do sol e Barravento*, de Glauber Rocha (Neves, 1964b).

Na *Habitat* de número 65 (1961) – em que Siegfried Nagel (1961), com texto publicado originalmente na revista alemã *DBZ-Baufachbücher*, presta homenagem à cidade de Paris –, o texto “O muralismo integrado na arquitetura”, de Rafael Squirru, então Diretor do Museu de Arte Moderna de Buenos Aires, retoma o debate acerca dos pontos de encontro do campo da arquitetura com o campo das artes.

O conceito de uma arquitetura “pura”, liberada de toda preocupação que não seja a lisa e plana estruturação de espaços; uma arquitetura de ângulo reto, alheia a tudo que lembrasse a mais leve reminiscência do barroquismo, tal conceito está cedendo, paulatina, mas insistentemente, ao que poderíamos chamar de um humanismo um tanto epicureu.

A pureza do modrianismo tem, em sua frente, no campo pictórico, a irracionalidade informalista, e essa reviravolta de sensibilidade repercutiu nos espíritos alertas da arquitetura contemporânea tais como Gropius, Saarinen e Le Corbusier. Sempre existiram, sem dúvida, aqueles que preferem morrer de pé, ao lado do canhão; devemos ressaltar, entretanto, com Rops, que o conceito do verdadeiro martírio está sempre ligado aos que morrem para impor uma nova ordem, e não ao contrário. (Squirru, 1961, p. 10)

No sentido de defender o caminhar na direção de uma arquitetura menos rígida, o texto prossegue com elogios aos esforços heroicos de Mondrian e Brancusi, que permitiram às gerações seguintes respi-

rar um ar mais saudável. Haveria surgido uma abordagem humanista, retomando elementos figurativos, inclusive como representação de algo além da própria coisa representada, ou mais com o objetivo de causar sensações do que de remeter a algo concreto; uma resposta ao isolamento do homem em si mesmo que teria feito com que os indivíduos perdessem a sensibilidade, perdessem o contato com a comunidade e com a arte. A menção ao Barroco não parece gratuita; se os esforços de figuras como Lucio Costa e Oscar Niemeyer no sentido de dar ao Barroco brasileiro status de memória viva eram programáticos, o texto de Rafael Squirru trabalha a favor desse projeto (Arquitetura... 1963c).

A relação entre arte e espaço construído ganha ainda outra dimensão na *Habitat 70* (dezembro 1962), com “A transição da cor do quadro para o espaço e o sentido de construtividade”, texto em que Hélio Oiticica (1962) explica o processo que o levou “do quadro para o espaço” a partir da relação entre espectador e obra – ou, como ele afirma, a partir da relação “sujeito-objeto” –, concluindo que a obra que conquista o espaço, exigindo do espectador deslocamentos inclusive no tempo, rompe os limites da fruição estética estabelecidos pela pintura e faz com que o cotidiano adquira viés de expressão. O uso do termo “sujeito” talvez passasse despercebido, não fosse o texto “Observações sobre a personalidade de Michelangelo Buonarroti”, fala de Richard Sterba e Edith Sterba (1962) no IV Congresso Psicanalítico Latino-Americano. Richard e Edith Sterba elaboram análises sobre o trabalho de Michelangelo sob a ótica da psicanálise para dar contornos a elementos que compõem a estrutura do trabalho do artista da Renascença, procurando de alguma forma reelaborar “O Moisés de Michelangelo” do próprio Sigmund Freud. Nessa edição, em nota, a revista critica ferozmente o “acréscimo” ao terminal de passageiros do aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, projeto e construção do Ministério da Aeronáutica, que administrava o aeroporto, sem consulta aos arquitetos responsáveis pelo projeto original, do escritório MMM Roberto. Igualmente, critica a destruição de um painel de Burle Marx no aeroporto do galeão.

O mesmo Ministério [...] autorizou que algum débil mental destruísse o belo painel de Roberto Burle Marx, única nota alegre e civilizada naquele terrível restaurante do terraço, fazendo construir por cima uma barbaridade em cerâmica, que naturalmente trouxe lucro financeiro para o autor e seus patronos. [...] No mesmo momento em que se procura dar ao Rio de Janeiro características de cidade-turismo, em que se procura envolver sua beleza natural com o melhor da criação arquitetônica brasileira, vemos as autoridades federais, através da Aeronáutica, essa mesma Aeronáutica que se diz tão amiga do governador Carlos Lacerda, iniciar a destruição de alguns dos mais belos exemplos de arte e arquitetura da Guanabara. (Atentado... 1962, p. 33)

Ainda sobre os registros dos debates no campo das artes, tendo em vista os debates acerca do futuro da arquitetura moderna, nos parece significativo o diálogo entre José Geraldo Vieira (1964a), que publica na edição 75 da *Habitat* (fevereiro de 1964) o texto “O dilema figuração-abstração”, e Waldemar Cordeiro (1964), que publica na edição 77 “Novas tendências e nova figuração”. Os autores discutem arte como processo e como fenômeno; a crítica à arte abstrata, em especial ao concretismo; e a retomada de elementos figurativos. Também na edição 77, José Geraldo Vieira publica “O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil” (1964b) e “Da trigonometria à nova figuração em Wladyslaw” (1964c).

Conclusão do Capítulo 2

Parece-nos adequado afirmar que as informações reunidas neste capítulo vão na direção de corroborar a premissa inicial da pesquisa, de que as revistas *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo* estão inseridas no debate político da primeira metade da década de 1960. A inauguração de Brasília pareceu suscitar uma série de debates acerca dos rumos da prática projetual a partir de uma série de perspectivas. Os acontecimentos que se seguiram tornaram o debate significativamente mais complexo. O Rio de Janeiro, cidade já familiarizada com a arquitetura moderna de Oscar Niemeyer e Lucio Costa, estava em processo de desmonte de suas funções como capital do Brasil, surgia o Estado da Guanabara já com uma série de demandas advindas da má distribuição de renda. São Paulo encontrava-se em plena ascensão ao posto de centro financeiro do país, de expansão do mercado imobiliário e de desenvolvimento de uma outra arquitetura moderna, com a presença de estrangeiros mais pronunciada se comparada com o Rio de Janeiro, mas também em pleno processo de aprofundamento das diferenças entre as classes ricas e pobres.

A inserção dessas revistas no debate político, porém, não se dá exatamente porque os textos nelas publicados discutem de maneira explícita os acontecimentos evidentemente políticos, do interior e do entorno das instituições públicas, mas porque discutem: o papel de arquitetos e urbanistas em meio ao processo de desenvolvimento econômico e consolidação política do Brasil; e as diferentes maneiras pelas quais o desenho moderno pode ou deve representar o passado, resolver o presente e o país para o futuro.

Tanto a revista *Habitat* quanto a revista *Módulo* parecem trabalhar simultaneamente a partir de diferentes concepções em torno da ideia de que a posse de Juscelino Kubitschek inaugurou uma etapa nova do progresso em direção a níveis superiores de desenvolvimento. Após a renúncia de Jânio Quadros, a condição de subdesenvolvimento do Brasil parecia ser inescapável; as desigualdades deveriam ser atenuadas; a organização do Estado brasileiro, que havia permanecido após a superação de um ciclo econômico anterior, de prevalência da exportação de produtos agropecuários, deveria ser reformada para se adaptar à rápida ascensão e diversificação da indústria e às tensões causadas pelos conflitos entre a burguesia e o crescente proletariado. Se havia em curso um processo de degradação da qualidade de vida das classes pobres, especialmente nas cidades, não era resultado de uma crise econômica. O país crescia economicamente, mas o preço que se pagava era o avanço acelerado da inflação. A posição do Brasil no cenário internacional foi determinante para a reorganização do Estado, que, ao invés de se tornar uma democracia na qual seria possível lutar por justiça social, foi golpeado a uma ditadura que favoreceu as elites e ampliou e amansou a classe média urbana que surgia.

O aumento de preços certamente impactou o mercado das coisas do espírito, da arte e da arquitetura e urbanismo. Parecia haver um grande debate em curso sobre expressão, procurando dar conta da dificuldade de processar e representar os acontecimentos na velocidade e intensidade em que aconteciam. Novamente, esse conjunto de mudanças não necessariamente compõe uma crise, mas certamente impulsionava artistas e arquitetos e urbanistas no sentido de reorganizar e profissionalizar suas práticas, reposicionando-se em meio às dinâmicas do país. No campo da arquitetura e urbanismo, os profissionais entraram na década de 1960 dando-se conta de que seria preciso fazer mais com menos; utilizava-se menos o termo “ruptura” do que os termos “superação” e “reforma”; era preciso, literalmente, construir um novo país, mas sem abandonar sua história.

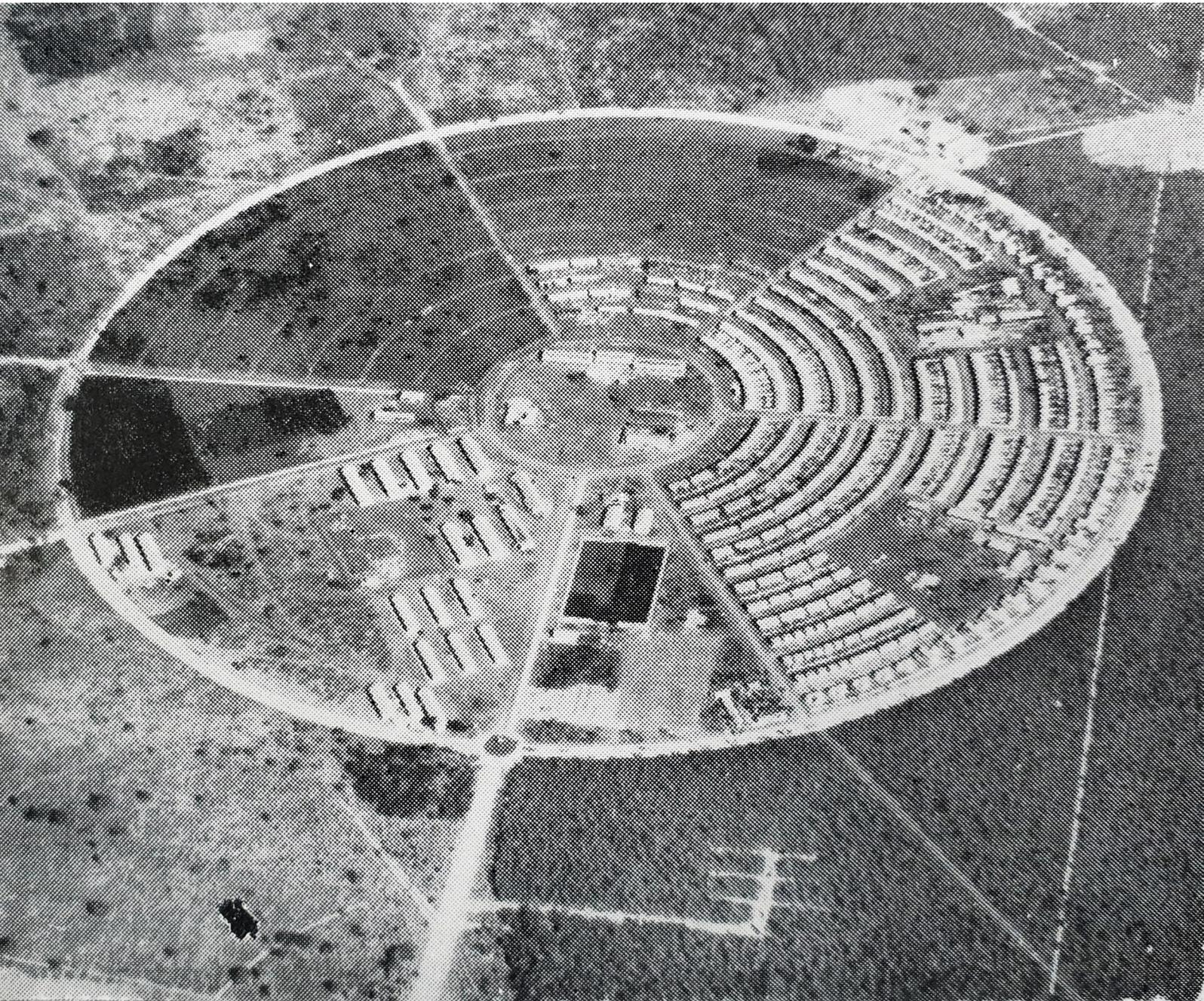
Parece provável que o processo de consolidação da arquitetura e urbanismo como profissão autônoma tenha sido de grande importância para que, a partir da década de 1960, ganhassem novos contornos as discussões sobre as relações entre a prática projetual e campos correlatos, bem como sobre o papel do arquiteto e urbanista em meio aos processos de desenvolvimento nacional – acerca desses debates

falaremos no próximo capítulo. Sob essa ótica, faz muito sentido a permanência e longevidade de uma revista como a *Acrópole*, que tinha como grande missão a divulgação de viés comercial.

A má notícia advém da constatação de que este capítulo carece de elementos de novidade. As narrativas hoje convencionais acerca dos eventos relatados são as mesmas que aquelas contadas à época dos acontecimentos e parte da explicação para este fenômeno possivelmente reside no fato de que os autores de hoje são, não raro, os discípulos e herdeiros dos protagonistas de ontem.

Há quem se sinta profundamente moderno por afirmar que o nosso século é “caótico” e que o mundo do nosso tempo é “*non sense*”.

Essa atitude subjetivista resguarda o sossego da neutralidade incentivando o conforto heroico-masoquista dos dramas pessoais. (Império, 1965, p. 23)



[3] Desenvolvimento nacional

“Brasília e o desenvolvimento nacional”¹, de Roland Corbisier, então diretor do Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB), é transcrição de uma conferência proferida em março de 1960 no Ministério da Cultura, no Rio de Janeiro, que encerrou um ciclo de mesmo nome composto de oito conferências promovidas pelo ISEB. Nessa conferência, Corbisier afirma que Brasília não é “o capricho de um Governo nem tampouco o gesto, a decisão arbitrária de um presidente, mas corresponde, ao contrário, a antiga aspiração do povo brasileiro, claramente formulada, em 1823, por José Bonifácio, o Patriarca da Independência” (Corbisier, 1960, p. 3). De acordo com o autor, um ato de vontade de um presidente, historicamente construído, encontrou as condições propícias para se realizar: condições econômicas, recursos próprios – sabemos que os recursos não eram tão próprios assim –, condições ideológicas, culturais e históricas.

Por mais poderosa que seja a personalidade do homem de Estado, do Chefe de Governo, a amplitude de sua ação sobre a realidade está, a priori, delimitada pela estrutura objetiva e pelas tendências dominantes dessa mesma realidade, que aos políticos se apresenta não como se fosse matéria plástica é dócil, moldável segundo seu arbítrio, mas repertório de resistências e dificuldades, que desafiam a sua intuição, o seu senso de oportunidade, a sua capacidade criadora. (Corbisier, 1960, p. 3-4)

Naquele momento, de acordo com o texto, o Brasil passava por um momento de tomada de consciência de sua condição de subdesenvolvimento. Em comparação a países desenvolvidos, centrais, tomávamos consciência de nossa condição periférica, caracterizada por determinada estrutura social, estágio de desenvolvimento tecnológico, grau de acumulação e situação de dependência, algo fundamental para romper com dinâmicas coloniais e iniciar um processo de expansão não apenas quantitativa, mas qualitativa da produção econômica. Processo esse que, na verdade, de acordo com o texto, teria sido iniciado por Getúlio Vargas com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), da Fábrica Nacional de Motores (1942) e da Petrobrás (1953)².

O autor define colonialismo como uma relação econômica na qual a colônia é dedicada à produção de matéria-prima para a metrópole e à importação de bens de consumo, com consequências na estrutura social. Cultura é entendida como “tudo aquilo que resulta da transformação da natureza pela atividade, pelo [...] trabalho social, do homem situado em grupos e classes sociais” (Corbisier, 1960, p. 4). O conceito pode ser desdobrado a partir das relações de produção que regem o trabalho, ou a partir do grau de desenvolvimento tecnológico desse trabalho.

1 Na década de 1980, Reynaldo Roels Jr. reconhece a importância desse texto e afirma: “É um texto revelador não apenas da ideologia da nova capital, mas das manobras teóricas que a justificam, a ela e a toda a política desenvolvimentista. [...] Texto marxista, ele tece uma tese sobre a história do Brasil em que o eixo central é, curiosamente, a consciência nacional (e não a luta de classes!).” (Roels Júnior, 1986, p. 99).

2 A Fábrica Nacional de Motores (FNM ou Fenemê) iniciou suas atividades produzindo motores para aviões militares e comerciais; nas décadas seguintes, passou a produzir caminhões, ônibus e automóveis. Em 1968, sob o regime militar, a estatal foi vendida para a italiana Alfa Romeo e, em 1977, adquirida pela Fiat, que encerrou as atividades da empresa em 1979. Na década de 1980, o desmonte da máquina pública em meio à crise econômica pela qual passava o país levou a uma série de manifestações, greves e conflitos entre trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o governo; em 1988, três trabalhadores foram mortos pelo Exército Brasileiro; em 1992, foi incluída no plano de privatização de Fernando Collor de Mello e privatizada no ano seguinte; hoje é uma empresa privada de capital aberto.

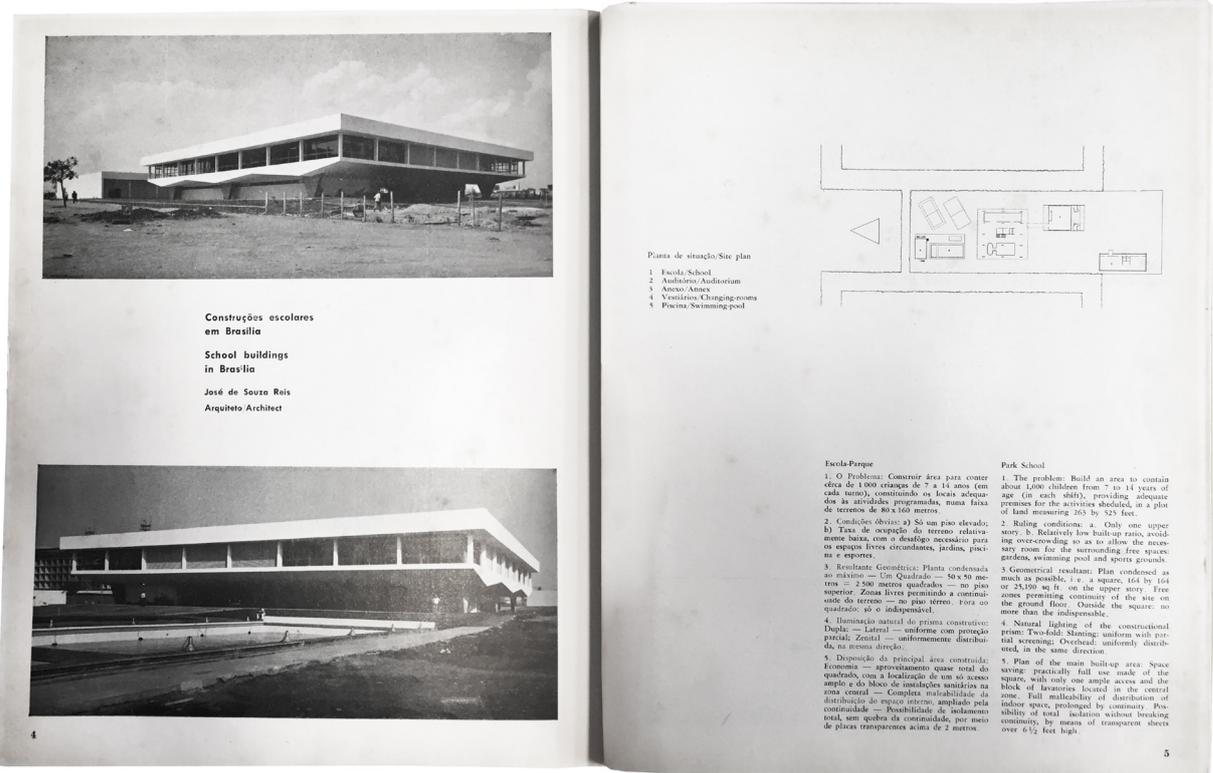


Figura 55: Construções escolares de Brasília.
Fonte: Construções... 1960, p. 2-3.

os centros de produção era um ato simbólico; era como “virar as costas” para as metrópoles e voltar-se para dentro de nós mesmos, valorizar o Brasil e a América Latina mais do que a Europa. Ao mesmo tempo, era uma grande propaganda para o mundo: surgia uma nova nação, independente e desenvolvida. Desenvolvimento era, naquele momento, de acordo com o texto, interesse não apenas da burguesia, mas também das classes médias esclarecidas e dos trabalhadores da cidade e do campo; dependia de um compromisso do Estado, instituição com o poder de mobilização necessário para fazer muito em pouco tempo.

Há mais de um quarto de século que o Rio de Janeiro se debate com insolúveis problemas de infraestrutura, lutando com o colapso, a crise permanente dos serviços públicos, do abastecimento de água e de gêneros, de telefone, de meios de transporte e de habitação. [...] Na capital do país, para a maior parte da população, a vida é áspera e penosa. E dentro da cidade, subindo pelos morros, como se fossem aldeias primitivas, as favelas, cuja população foi estimada em 600.000 pessoas, constituem um problema, um desafio que nenhuma administração ousou ainda enfrentar. (Corbisier, 1960, p. 8)

Roland Corbisier defende também a ideia de que o Rio de Janeiro estaria livre para explorar todo seu potencial como polo cultural e turístico, e que a construção de uma nova capital, em oposição à simples transferência para outra cidade existente, como Belo Horizonte, por exemplo, era importante porque sua população, de maior poder aquisitivo, impulsionaria o desenvolvimento industrial da região, descongestionando o eixo Rio-São Paulo. Levar a administração pública para Brasília abriria oportunidade para “deixar para trás os parasitas” e montar, na nova capital, um quadro burocrático “sob medida”. Brasília era uma cidade construída para o Estado e para uma classe social privilegiada e esclarecida; portanto, era o espaço do convívio humano verdadeiramente democrático e do desenvolvimento de uma cultura nova e verdadeiramente brasileira.

Cultura que, embora revolucionária, pelo ineditismo de suas formas, conserva certos vínculos, certas relações discretas com a tradição. Assim, o Palácio da Alvorada, que não se assemelha a nenhum palácio do mundo, apresenta, com sua “casa grande, varanda corrida e capela anexa”, uma inesperada e comovente analogia com a casa grande de Columbandé, não muito longe de Niterói. (Corbisier, 1960, p. 9)

A interiorização da capital também impulsionaria a redistribuição dos investimentos, das terras e das riquezas. Fala-se em reforma agrária. O advento de Brasília parece ter dado novo fôlego para que houvesse discussões sobre desenvolvimento nacional. Os autores das revistas davam como certo que o futuro do Brasil seria urbano e industrializado, mas descreviam a necessidade de que esse processo, atrelado a uma espécie de “conquista do próprio território”, fosse planejado, planejado. Além disso, como nos mostram as revistas *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo*, era preciso investir na formação das gerações futuras para que fossem adequadamente preenchidos os novos postos de trabalho na indústria, e para que a cultura das novas gerações estivesse alinhada a uma modernidade brasileira.

A edição 59 da revista *Habitat* (março/abril de 1960) reporta apresentações de alunos das escolas públicas de Brasília e descreve brevemente o método de ensino Escola-Classe Escola-Parque (Novos... 1960). Cerca de seis meses depois, na edição 20 da revista *Módulo* (outubro de 1960), Anísio Teixeira (1960) descreve, em linhas gerais, o programa educacional para a nova capital, seus principais objetivos e os edifícios e atividades frequentados pelas diferentes faixas etárias: a educação primária aconteceria nos jardins de infância, nas escolas-classe e nas escolas-parque; o aluno em educação secundária, preparando-se diretamente para o trabalho ou para a continuação de seus estudos na universidade, frequenta a escola de educação secundária, o clube, o centro cultural, a biblioteca, o museu e o restaurante; o ensino superior acontece na Universidade de Brasília (UnB), seus institutos, faculdades, biblioteca e centro esportivo. A mesma edição da revista *Módulo* publica uma série de edifícios escolares em Brasília, projetos de José de Souza Reis, com destaque para a Escola Parque da Superquadra Sul 308 (Construções... 1960).

Já em 1963, *Módulo*, em sua edição de número 32 (março de 1963), publica texto de Darcy Ribeiro intitulado “Papel e função da UnB na luta pelo desenvolvimento”. Antes de uma descrição que passa por todos os institutos e faculdades, centros de pesquisa, museus e até pela estrutura administrativa da Universidade; antes de citar a ideia de fortalecer institutos de ciências aplicadas que ofereceriam disciplinas básicas para turmas formadas por alunos de diferentes cursos, dando ao aluno dois anos para que escolha sua carreira; antes de descrever a estrutura e o percurso do aluno na universidade, do ingresso na graduação à conclusão do doutorado, Darcy Ribeiro estabelece uma relação de proximidade entre o desenvolvimento e o “progresso da técnica e da ciência”, que leva ao desenvolvimento.

O progresso social se faz, portanto, mediante um processo de interação constante entre o saber e a técnica, de um lado, e as atividades produtivas, de outro, e em que cada campo, ao ganhar forças, as empresta ao outro, o que resulta no incremento simultâneo do parque produtivo e das instituições de ensino e pesquisa. Para as nações que se industrializaram mais tardiamente, como o Brasil, não houve alternativas senão adotar os modelos criados pelas primeiras no campo da produção, do processamento das matérias-primas, nos hábitos de consumo e nas concepções do mundo a eles associadas, ou seja, os frutos e o saber de uma técnica que jamais dominaram.

Assim, quando se libertam da dependência econômica imediata, pela produção local de artigos antes importados, essas nações caem numa nova dependência, esta de

ordem cultural, mas igualmente compulsória. De importadores de produtos, passamos a importadores de normas, de fórmulas, de assistência técnica, cujo custo atinge tão altas parcelas que, se pudesse ser economizado, permitiria contribuir largamente para a criação de um corpo nacional de tecnólogos. (Ribeiro, 1963, p. 2)

Para o então reitor da Universidade de Brasília, o desenvolvimento é o objetivo de uma luta, ou seja, é uma bandeira política. Darcy Ribeiro reconhece que, no Brasil, no que dizia respeito ao processo de industrialização, reproduzimos uma série de modelos advindos da Europa e dos Estados Unidos sem propriamente nos apropriarmos desses modelos. O texto sugere que aquilo que estávamos economizando substituindo as importações pela produção em solo nacional, estávamos gastando com royalties. Além disso, os processos produtivos que importamos foram pensados tendo em vista matérias-primas e condicionantes locais diferentes daquelas encontradas no Brasil, o que faz com que, aqui, tais processos produtivos sejam menos eficientes – e os produtos, por sua vez, tenham menor qualidade e menor competitividade no mercado internacional. A UnB nascia com o objetivo de romper com esses ciclos. O ensino, para Darcy Ribeiro, deveria não apenas dar uma resposta ao processo de desenvolvimento econômico pelo qual passava o Brasil, pois a educação é base do desenvolvimento econômico.

O Brasil atravessava um processo de complexificação da economia de forma acelerada e espontânea, em um movimento de “pular etapas” que traria consequências para o ensino brasileiro em todos os níveis. Da independência até a década de 1930, afirma o texto, as escolas brasileiras garantiam para as camadas mais ricas as condições mínimas de reprodução social, enquanto as técnicas produtivas faziam parte da tradição oral, transmitidas e reproduzidas pelas camadas mais pobres. A revolução de 1930 teria, de acordo com Darcy Ribeiro, democratizado o ensino fazendo com que ao menos as escolas primárias passassem a ser ocupadas também pelos pobres cujas famílias iam do campo para a cidade – a ampliação do acesso ao ensino estaria diretamente ligada ao processo de urbanização –, todavia sem as adequações materiais, técnicas e ideológicas necessárias, levando-as a um processo de deterioração.

“Vale dizer que a escola primária, mesmo pública, não se ajustou ainda à nova clientela, está montada para receber crianças da classe média e só é capaz de servir e de interessar-se pelo chamado ‘menino de futuro’, aquele que tem condições sociais de prosseguir os estudos.” Ainda de acordo com o texto, o ensino médio atendia apenas 12% dos jovens, dos quais só 20% completavam o curso. “Os demais desistem após alguns anos de estudos, encaminhando-se para o trabalho inteiramente despreparados para as tarefas de produção e para os serviços, em virtude do caráter predominantemente livresco do ensino ministrado, que simula preparar centenas de milhares de jovens para uma universidade que jamais os poderá acolher.” Só podiam contribuir para desenvolvimento do país os filhos das classes ricas, capazes de completar o percurso do ensino. “Nessas condições, não é com base em setenta milhões de brasileiros, nem mesmo na metade formada pelas populações urbanas, que estamos selecionando os mais capazes, e sim na estreita faixa dos que têm recursos suficientes para custear a educação dos filhos.” (Ribeiro, 1963, p. 3). O ensino superior brasileiro, Darcy Ribeiro descreve como jovem e conservador. As universidades, que passaram por um processo de expansão que não significou ampliação expressiva nem do número de vagas nem dos cursos oferecidos, eram, em realidade, um conjunto de escolas estanques, por vezes seculares, que tinham “até mesmo a palavra reforma” e “se encastelam na defesa da rotina e no temor à inovação, empobrecendo a vida universitária com sua estreiteza de vistas”. (Ribeiro, 1963, p. 3).

Especificamente o ensino de arquitetura e urbanismo também foi pauta das revistas. Na *Habitat* de número 60 (maio/junho de 1960), com “Desenho, arte e arquitetura”, Benjamin de A. Carvalho descreve

disciplinas dedicadas ao fazer artístico no âmbito da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) como um apelo em prol de mudanças no processo de seleção e no currículo do curso. Paralelamente, elabora reflexões sobre o fazer artístico e suas relações com o campo da arquitetura, dando proeminente relevo e protagonismo para a figura do arquiteto:

Outrora o ensino se orientava no sentido de adestrar “alunos-máquinas fotográficas” que recebiam uma missão “tática-artística” de fotografar a Natureza, custasse o que custasse, numa interpretação estrábica do conceito artístico-pedagógico.

[...]

O aluno deveria copiar e copiar mecanicamente como um autômato as esculturas dos artistas célebres, como se o gênio artístico de um PHIDIAS ficasse armazenado em um busto anêmico, para às terças, quintas e sábados, de oito às dez da manhã, ser irradiado sobre os alunos na sala de aula durante o exercício.

[...]

Depois de uma peregrinação por sete estágios de diferentes graus, chega o estudante vitorioso ao exame vestibular de Desenho à mão livre na Faculdade Nacional de Arquitetura. É nesta hora que é dada aos examinadores a constatação lamentável de os alunos em exame se encontrarem naturalmente divididos em dois grupos: os que frequentaram cursos auxiliares de vestibular e os que trouxeram apenas o ensino recebido nos cursos ginásial e colegial.

[...]

Infelizmente, em virtude do sistema de média global cinco, aliado às eliminatórias com grau três nas cadeiras de Desenho à mão livre e Desenho projetivo, fica a seleção um tanto perturbada, e destarte os artistas são, e não raramente, preteridos pelos “homens comuns” que melhor estariam estudando engenharia ou eletrotécnica. (Carvalho, 1960, p. 46-47)

O fazer artístico é um fim em si; é o que resulta da contemplação, anterior à preocupação com a forma. O texto estabelece divisão entre o desenho como linguagem técnica – de destino prático, funcional – e o desenho de caráter artístico para, procurando auxílio em ideias hoje superadas sobre a origem da escrita, delimitar essas duas categorias.

[...] a aprendizagem intensiva do desenho impregnará o indivíduo da noção de espaço, de posição e de medida originária da prática do Desenho Geométrico, somada às conceituações de feio e bonito, de cor e de ritmo, frutos do Desenho Decorativo, e à observação, a **interpretação mais profunda do elemento formal**, no mais amplo sentido vocabular que se possa conceber, o que é realizado pela experiência advinda do Desenho do Natural. (Carvalho, 1960, p. 45)

A partir da ideia de que toda pessoa que executa o fazer artístico é um artista, estando em qualquer lugar do espectro que vai do “homem comum” a Rafael ou Michelangelo, Benjamin de A. Carvalho descreve o objetivo da Faculdade de Arquitetura da UFRJ a partir de sua perspectiva: lapidar artistas para que se tornem arquitetos. Na mesma edição, Geraldo Ferraz assina a nota de falecimento de Adriano Olivetti, industrial, urbanista, socialista que “transformou Ivrea, perto de Turim, em uma comunidade, conforme aos seus princípios de urbanista e de sociólogo. No âmbito do trabalho, reduziu os horários de seu pessoal a 45 horas semanais” (Ferraz, 1960, p. 69). No ano seguinte, a *Habitat 65* (1961) destaca e

ratifica o programa de ensino que Lourival Gomes Machado, na condição de diretor, buscava implementar na FAU USP (Um programa... 1961).

Ainda sobre o tema, a *Módulo* de número 34 (agosto de 1963) publica as conclusões dos I, II e III Encontro de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura, que aconteceram em 1960 em Belo Horizonte, 1961 em Salvador e 1962 em São Paulo; e em 1964, a *Acrópole* de número 303 publica texto de Eduardo Corona (1964a) sobre uma experiência de “ateliê vertical” na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie.

A unidade cultural nacional e a necessidade de preservar um nível conveniente de capacitação profissional exigem, entretanto, que se encarem as particularidades regionais concernentes ao ensino, no âmbito de um quadro de diretrizes gerais.

[...]

O fator de maior responsabilidade pelas falhas das universidades brasileiras é uma legislação de ensino superior rigidamente centralizadora, que tolhe experiências novas mais amplas, cerceando iniciativas mais capazes de dar vida à instituição, além de induzir ao formalismo de atividades isoladas e pessoais. (Encontros... 1963, p. 1-2)

A noção de “gosto” aparece em diversas ocasiões, usualmente associada à ideia de que Brasília representava a inauguração de um novo momento para a cultura e para a educação do povo brasileiro, cumprindo papel fundamental em textos como “Totalidade artística e posição das artes industriais e artesanato na cidade nova”, tese de Mario Barata apresentada no Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte e publicada na edição 57 (dezembro de 1959) da revista *Habitat*. O autor elabora elogio à ideia de cidade pensada como um todo, em todos os detalhes – “oportunidade para que se melhore o padrão coletivo de gosto e da civilização material, no país, a partir da futura capital” (Barata, 1959, p. 19) –, mas critica a proteção que havia em torno de Brasília contra influências externas e excesso de população. “Alienígenas”, no melhor dos casos, encontravam alojamento nas cidades satélite.

No caso de Brasília, em sua fase de construção, já se criaram barreiras aos imigrantes em busca de trabalho, só permitindo, ao menos em certo período, entrada por terra, na região, a pessoa portadora de carta de chamada individual ou locação de trabalho. [...] o fenômeno indica que uma cidade nova enfrenta a triste perspectiva de tornar-se menos um exemplo, do que um quisto aristocrático, produzido por uma sociedade hierárquica ou dividida em ricos e pobres e ameaçada de submersão rápida ante as condições reais do país. (Barata, 1959, p. 19)

O texto argumenta a favor da inserção de Brasília em um plano nacional e, por fim, grifa dois supostos paradoxos: primeiro, entre a ideia de viver em um ambiente esteticamente perfeito – e, portanto estático – e as constantes transformações intrínsecas à vida humana; segundo, entre a ideia de arte como objeto das relações do homem com a natureza e com o passado e o movimento de “povoar” Brasília com objetos de arte e artesanato que, por serem de lugares outros, não dizem respeito nem à natureza nem ao passado daquela região ou das pessoas que ali passaram a habitar.

Na edição seguinte da revista *Habitat* (58, janeiro/fevereiro de 1960), o texto “As artes industriais na cidade nova”, tese que Gillo Dorfles levou à sexta sessão do Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte, retoma o assunto “gosto”:

[...] os objetos industriais são quase os únicos que est[ão] ao alcance das camadas mais vastas da população. É por isso que cabe a estes últimos, mais do que

aos quadros e às estátuas, a tarefa de influenciar o gosto do cidadão e de formar o “estilo” novo. (Dorfles, 1960, p. 5)

Gillo Dorfles coloca os objetos industriais em uma perspectiva artística. Reconhecidas as relações de proximidade entre a obra de arte “produzida em série” e a obra de arte “única”, ele afirma no momento ser aquela mais importante que esta. Além disso, procura estabelecer definições e distinções entre “planificação” e “padronização”.

O desenho industrial é tema recorrente e está relacionado às percepções diante dos processos de desenvolvimento e industrialização do Brasil, tanto sobre a maneira como se dava quanto sobre a participação dos profissionais advindos do campo das artes e do campo da arquitetura e urbanismo – possivelmente a partir da aproximação com a indústria e os industriais. Na *Módulo* de número 26 (dezembro de 1961), há nota sobre visita ao Brasil realizada por Max Dupree, então diretor da indústria de móveis Herman Miller, que, de acordo com o texto, ficou impressionado com o trabalho de artistas e arquitetos brasileiros como Ana Maria Niemeyer. Milly Teperman, então diretor da brasileira Móveis Teperman, viajava aos Estados Unidos levando exemplares das peças que agradaram o americano. Em um movimento que corrobora a hipótese de Darcy Ribeiro, a ideia era estabelecer um intercâmbio que permitisse o desenvolvimento da indústria de móveis no Brasil, com a importação de métodos, tecnologias e máquinas (Vão... 1961).

No editorial da *Habitat* 69 (setembro de 1962), Geraldo Ferraz discorre sobre exposição intitulada “A boa forma industrial na Alemanha”, que passou pelo MAM RJ e pelo MASP, vinda de Stuttgart, tratando da “questão pertinente ao estilo de nosso tempo nas coisas de uso comum” (Ferraz, 1962b, p. 1). O texto cita Adolf Loos e William Morris, construindo associações entre a ausência de ornamentos em projetos de arquitetura, noções de honestidade, concepções do termo “funcionalismo” – a forma de um objeto deverá ser, antes de tudo, adequada à sua finalidade – e, de outro lado, posições à esquerda no espectro político. Ainda de acordo com o texto, como contrapartida à exposição “A boa forma industrial na Alemanha”, o Museu das Artes Decorativas de Paris organizou, com 500 peças de 150 artistas, a sua “Exposição do objeto” – que, de acordo com o editorial, propunha a renovação da arquitetura e do desenho industrial a partir de uma retomada de elementos históricos de um período determinado, o Barroco.

A exposição parisiense não convenceu os editores da revista *Habitat*. O texto segue defendendo abertamente a ideia de que a forma deve cumprir a função antes de qualquer outro requisito, e denuncia o mau gosto da exposição do museu de Paris, cuja principal referência era o Rococó, isto é, a fase entendida como de crise do Barroco. O texto assume que o desenho industrial e a arquitetura de formas geométricas puras fazem parte de uma cultura dominante, que todavia têm como objetivo limpar “o lar dos enfeites supérfluos, atuando higienicamente, no papel de auxiliares de nossos hábitos e costumes, dentro de uma arquitetura que participa, além da problemática artística, de uma biologia e conseqüentemente de uma psicologia”: “são formas estudadas para não criarem mais do que funções repousando em objetos no habitat humano” (Ferraz, 1962b, p. 1). O texto não apenas defende princípios funcionalistas, mas esboça a ideia de que o ato de preservar registros históricos pode, ou não, ser um ato conservador. No momento em que o próprio Niemeyer afirmava ter se afastado de ideais funcionalistas dando protagonismo à forma, produzir essa associação entre funcionalismo e determinadas posições políticas ao mesmo tempo que se elabora uma crítica a um certo modo de fazer referências históricas, sobretudo privilegiando o Barroco – tomado como o marco zero da arquitetura brasileira justamente pelo grupo liderado por Lucio Costa e Oscar Niemeyer –, talvez fosse uma maneira de criticar o urbanista e o arquiteto de Brasília e, mais que isso, de dizer que Niemeyer se afastava de posições políticas socialistas revolucionárias.

Em meio a esses debates, as revistas também participavam de um movimento no sentido de dar contornos para a prática de desenho industrial. Em 1964, a *Habitat* de número 77 (maio/junho de 1964) deixa clara a noção de que, naquele momento, o Brasil passava por um processo acelerado de industrialização, como se estivesse “correndo atrás do prejuízo” e tentando “alcançar os países desenvolvidos”. Sobre o papel do desenhista industrial, Décio Pignatari, no ano em que foi dado o golpe militar, escreve:

Qual deve ser sua posição, onde deve situar-se ele, hoje, quando o País, aos solavancos, busca recuperar seu atraso acelerando o processo de industrialização e expandindo um mercado interno até agora praticamente coagulado nos grandes e privilegiados centros urbanos, dada a estrutura arcaica e improdutivo de sua imensa potencialidade agrária? Nos Estados Unidos e nos países adiantados da Europa, essa consciência começou a formar-se no último quartel do século passado, ao mesmo tempo em que se ia percebendo que a produção de tipo artesanal estava irremediavelmente condenada.

[...]

As condições brasileiras, do ponto de vista da livre empresa, parecem favoráveis à tendência norte-americana, mas as necessidades de linguagem própria e de libertação da subserviência ao produto estrangeiro exigem uma consciência de planejamento, desde a formação do profissional até a definição de suas relações com os complexos de produção e de consumo, que só pode beneficiar-se com a tradição do desenho industrial europeu. (Pignatari, 1964, p. 40-41)

Em meio a pressões estadunidenses – que estavam diretamente relacionadas ao golpe recém-deferido contra a democracia brasileira –, incorporar a tradição europeia de maneira crítica e antropofágica ajudaria a construir a indústria brasileira (Desenho... 1964). De acordo com o texto, a indústria substituiu o artesanato, fundou novas noções de beleza e qualidade, e separou forma e função – separação essa característica do mundo burguês. O papel do desenhista industrial, à frente do desenvolvimento de qualquer produto, seria justamente articular esses dois aspectos. Ainda de acordo com o autor, foi a máxima atribuída a Louis Sullivan, “a forma segue a função”, que estabeleceu a primeira diretriz para os profissionais, que ora caminharam para “um mero funcionalismo”, ora procuravam superar o artesanato incorporando-o à indústria a fim de preservar sua qualidade e beleza. Era preciso “matizar” as relações entre forma e função. O desenhista industrial não é um artista, profissional dedicado à forma sem função, tampouco um técnico, especialista que não se responsabiliza pela inserção do produto numa rede de significados sociais e culturais.

A publicidade, ainda que muitas vezes de maneira empírica, bem compreendeu isto, e o desenho industrial cada vez mais vem sendo permeado por essa realidade impositiva. Não é por acaso que as indústrias diretamente ligadas ou muito interessadas nos problemas da automação – como a IBM ou a Olivetti – tenham sido das primeiras a se darem conta do fenômeno e a buscarem a criação de uma imagem coerente e unificada – de uma linguagem – para si mesmas e para os seus produtos. Linguagem não deve ser confundida com estilo. (Pignatari, 1964, p. 41)

Finalmente, em dezembro de 1964, a edição de número 38 da *Módulo* conta que, em 1962, o Governo da Guanabara havia fundado a Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), atualmente parte da UERJ. Naquele ano, a ESDI exibia os trabalhos dos primeiros alunos. Sobre essa exposição, a revista

Módulo publica texto de Flávio de Aquino (1964) e a revista *Acrópole* publica texto de Eduardo Corona (1964b).

O processo acelerado de crescimento das cidades

Ao longo da primeira metade da década de 1960, o Brasil passava por um processo de mudança política e econômica que teve, como resultado direto, o vertiginoso crescimento das cidades. Essa é uma informação recorrente em textos publicados nas revistas consultadas. De acordo com a *Acrópole* de número 273 (agosto de 1961), que apresenta cifras originalmente publicadas na *Revista das Classes Produtoras*, entre 1950 e 1960 Goiânia cresceu 188%; Macapá, 128%; Curitiba, 100%; Belo Horizonte, 93%; Fortaleza, 91%; Porto Velho, 87%; São Paulo, 72% e Vitória, 67% (Crescimento... 1961). As revistas comumente não informam quais os dados estatísticos e parâmetros de análise que levaram a números como esses, mas na *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo* há notas e notícias com informações que permitem vislumbrar o intenso processo em curso de expansão da população e do perímetro urbano – sobretudo em São Paulo no Rio de Janeiro.

Em São Paulo, no início da década de 1960, de acordo com a *Acrópole* 272 (julho de 1961), Prestes Maia anuncia que pretende dar início às obras das avenidas 23 de Maio, Radial Leste, Cruzeiro do Sul e Radial Norte (4 avenidas... 1961); algumas edições depois, a revista fala sobre a promulgação de lei que impôs à prefeitura a construção do Viaduto Bresser (Viaduto... 1961). O desenvolvimento do litoral sul paulista como estância turística atraiu grandes projetos que reuniam hotéis e unidades habitacionais no mesmo empreendimento. Naquele mesmo ano, há notícia sobre autorização emitida pelo governador do Estado de São Paulo, Carvalho Pinto, para que o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) obtivesse até 200 milhões de Cruzeiros junto ao Banco do Estado de São Paulo, na forma de crédito, para a execução do Plano Adicional Rodoviário, incluído no PAGE (200 milhões... 1961; 27 milhões... 1961).

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, planejava-se o início da construção do Túnel Lagoa-Rio Comprido, conhecido hoje como Túnel Rebouças (Túnel... 1961) – inaugurado com uma galeria em 1967, no governo de Negrão de Lima –; um decreto do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, facilitava o licenciamento de obras (Decreto... 1961); e Burle Marx desenvolvia o projeto para “jardins de 4 quilômetros de aterro, desde o Calabouço até o Botafogo” (Burle Marx... 1961, np).

Essas notícias são indícios de que foram feitos esforços para, de alguma maneira, acomodar o crescimento populacional – de acordo com as revistas, eram esforços insuficientes ou mesmo equivocados. É de nosso entendimento que, todavia, a “cara” de São Paulo e do Rio de Janeiro mudava drasticamente. Com frequência as revistas publicavam textos a partir dos quais é possível inferir que as duas cidades passavam por um processo de verticalização concentrada, marcada pela intensa atividade do mercado imobiliário sob regulamentação escassa, no centro, enquanto os limites da mancha urbana se expandiam com o crescimento horizontal das periferias.

A *Acrópole* de número 274 (setembro de 1961), informa que a construção civil representava 2,3% da renda nacional (Construção... 1961; Construções... 1961; Plantas... 1961). De acordo com a revista, em 1959, o Município de São Paulo havia licenciado 2.132.932 m² de área construída, o menor número desde 1944; e, em 1960, 4.200.059 m², o maior número da história até então (Quase... 1961) – em 2019, a Prefeitura do Município de São Paulo aprovou cerca de 6 milhões de metros quadrados de construção (Prefeitura do Município de São Paulo, 2020). Em dezembro de 1961, a revista publica uma pequena

nota informando que, entre janeiro e setembro daquele ano, a prefeitura havia licenciado cerca de 2,9 milhões de metros quadrados de construção, número ligeiramente inferior ao mesmo período do ano anterior (Projetos... 1961). Ainda de acordo com a revista, de janeiro a maio de 1961 foram aprovados pela prefeitura de São Paulo 1,6 milhões de metros quadrados de construção, 40% a mais que o mesmo período do ano anterior (Área... 1961).

Por outro lado, ainda de acordo com a revista, 10 mil habitações irregulares eram construídas anualmente no Município de São Paulo (10 mil... 1961), e cerca de 2.450.000 pessoas não tinham suas casas ligadas à rede de esgoto na cidade (Falta... 1961). Além disso, a *Acrópole* 273, além de nos informar sobre o crescimento de grandes cidades brasileiras, afirmou repetidas vezes que faltavam engenheiros no mercado de trabalho (Alunos... 1961; Necessidade... 1961; Plano... 1961; Mais... 1961).

A *Acrópole* de número 282 (maio de 1962) volta a publicar números da construção civil: 1.016 novas construções haviam sido licenciadas em abril na cidade de São Paulo, totalizando 298.749,50 metros quadrados de construção; desses, 894 projetos ou 83.236 metros quadrados destinavam-se ao uso residencial (1.016 obras... 1962). O tema volta à pauta da revista apenas em 1965. A edição 315 (março de 1965) afirma: “O volume de construções em São Paulo no ano de 1964 baixou em relação ao ano anterior e conseqüentemente em relação a 1962, ano no qual o licenciamento atingiu seu maior índice.” (Estatística... 1965, p. 24). De acordo com essa edição, o volume de obras licenciadas, em metros quadrados, foi de 4,224 mi, em 1962, para 4,080 mi em 64. Posteriormente, na edição 317 (maio 1965), a revista afirma que, nos quatro primeiros meses de 1965, foram licenciados 1.217.149 m² de construção em São Paulo, contra 1.376.695 m² no mesmo período do ano anterior (Decréscimo... 1965).

Outro tema abordado pelas *Acrópole* 273 é o aumento de custos da construção que, segundo constatações de um escritório de arquitetura não identificado, subiram até 50% entre julho de 1960 e julho de 1961 (Aumento... 1961a; Custo... 1961; Residência... 1961; Aumento... 1961b). No ano seguinte, a *Acrópole* 278 (janeiro de 1962) publica nota na qual consta que, em 1961, o aumento médio dos materiais de construção foi de 42%, sendo que alguns itens tiveram aumento de quase 100% (Aumento... 1962).

A edição de número 71 da revista *Habitat* (março de 1963) publica pequena nota sobre a demolição de um casarão de Victor Dubugras, na rua Marquês de Itu, “para dar lugar a um gigante de concreto armado” (Art Nouveau, 1963), demonstrando que a verticalização gerava uma série de incômodos inclusive porque acontecia de maneira indiferente ao patrimônio construído. Pouco tempo depois, a edição 72 da *Habitat* (junho de 1963), em nota, afirma que São Paulo crescia de maneira desordenada; que a expansão e a melhoria da infraestrutura urbana e dos serviços públicos não acompanhavam o crescimento e o espraiamento da população, tampouco o ritmo acelerado do surgimento de novas construções; e que, portanto, era preciso elaborar um Plano Diretor para a cidade (Plano... 1963). O primeiro Plano Diretor de São Paulo foi aprovado apenas em 1972, quase dez anos depois da publicação dessas edições, mas um importante ato normativo paulistano já estava em vigor. Citada pela edição 258 da *Acrópole* (março de 1960), a Lei nº 5.261 de 4 de julho de 1957 estabeleceu, pela primeira vez, coeficientes de aproveitamento para a cidade (Regulamentação... 1960b; Propostas... 1960).

Também na edição 72 da *Habitat* é anunciado o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, realizado pelo Departamento de São Paulo do IAB entre 26 e 31 de julho daquele ano. O evento discutiu a questão da habitação na cidade, a reforma urbana, o estabelecimento de políticas públicas e a implantação de programas para o planejamento urbano e habitação. Esse evento, que teve como tema “O homem, sua casa, sua cidade”, passou nas décadas seguintes a ser considerado marco inaugural do Movimento

pela Reforma Urbana, responsável por consolidar a ideia de déficit habitacional como subproduto do subdesenvolvimento, a ideia de que a especulação imobiliária é danosa para a cidade, e a ideia de que habitação é direito básico. Também é atribuído ao Seminário o movimento de pôr em debate o conflito entre o acesso à terra e o direito de propriedade (Santo Amore, 2013; Bonduki, 2018).

Como se vê, o temário é amplo e ambicioso. Pretende o IAB despertar o interesse e conseguir a participação, além dos elementos técnicos, “dos setores governamentais representativos, culturais e entidades ligados ao problema habitacional, bem como o povo, nela o maior interessado, representado por sindicatos, associações de amigos do bairro etc.” (Seminário... 1963, p. 65)

De acordo com o texto, os organizadores do evento citam a criação da Comissão Nacional de Planejamento e Habitação Popular, posteriormente transformada em Conselho Federal de Habitação, mas também evocam a inoperância desse fórum, que o IAB atribui ao ofuscamento pela Aliança para o Progresso e ao sistema parlamentarista – essa é uma das primeiras, senão a primeira citação a esse sistema de organização política nas revistas. Em tom acusatório, o texto afirma que o IAB-SP se posiciona de maneira especiosa. Sem citações diretas, trata-se provavelmente do texto “Seminário de Habitação e Reforma Urbana”, publicado na revista *Arquitetura*, em junho de 1963 (Lima, 2021). “O fato é que, via de regra, os órgãos governamentais, especialmente federais, são de precária eficiência.” De acordo com o texto, é injusto atribuir à Aliança para o Progresso ou ao sistema parlamentarista a inoperância de qualquer órgão ou instituição pública, uma vez que ineficiência é característica intrínseca da máquina pública, independentemente do regime ou da política pública vigente. O texto ainda expressa desconfiança diante de “expressões vagas tipo ‘reforma urbana’” (Seminário... 1963, p. 65).

Por outro lado, o problema é realmente de maior complexidade. A própria mensagem presidencial, de 15 de março último, ao Congresso Nacional³, (em parte transcrita no documento citado) reconhece a magnitude do problema e ressalta que “mesmo nos Estados Unidos da América, o país de mais elevada renda do mundo, dezenas de milhões habitam em condições precárias e a União Soviética ainda não conseguiu debelar o seu déficit habitacional, não obstante dois planos septenais de construção intensiva”. (Seminário... 1963, p. 65)

Em 1964, após o golpe militar, a *Acrópole* de número 311 (outubro de 1964) cita outros três eventos. “Nada menos de 3 seminários foram realizados durante um mês.” (Planejamento... 1964, p. 21). Trata-se dos eventos Planejamento Físico, que aconteceu no estado da Guanabara e foi organizado pelo departamento da Guanabara do IAB; O Homem e a Paisagem Paulistana, em São Paulo, organizado pelo IAB-SP; e Planejamentos de Conjuntos de Habitação Popular, em Curitiba, patrocinado pela Companhia de Urbanização e Saneamento da Cidade de Curitiba.

O papel do arquiteto e urbanista

Advogando pela reorganização da prática de arquitetura e urbanismo nas instituições públicas, as revistas *Acrópole* e *Habitat*, de maneira significativamente mais intensa e explícita do que a revista *Módulo*, discutem a atuação dos profissionais da categoria diante dos problemas da cidade. A *Acrópole*

3 A Mensagem ao Congresso Nacional compõe o acervo da biblioteca da Presidência da República (Goulart, 1963).

como espelho das discussões que aconteciam no âmbito do IAB-SP, procurando manter a o discurso no campo da técnica, e a *Habitat* quase como panfleto político.

A edição da *Habitat* de número 70 (dezembro de 1962) cita carta enviada pelo IAB-SP ao governo do Estado pedindo a criação da carreira de arquiteto no funcionalismo público estadual (Criação... 1960). Em 1958, João Vilanova Artigas, e Eduardo Kneese de Mello, representando o IAB-SP, entregaram ao presidente Juscelino Kubitschek uma minuta de PL com o intuito de fortalecer a regulamentação da profissão – o primeiro ato normativo de regulamentação da profissão é o Decreto nº 23.596, de 11 de dezembro de 19330 –, denominando serviços exclusivos e compartilhados de arquitetura e engenharia civil ou agrônoma, e desenhando mecanismos para barrar o exercício ilegal da profissão e atribuir responsabilidade técnica e autoria (Regulamentação... 1960a; CAU... 2020). O texto foi retirado do Congresso Nacional logo em seguida, pelo próprio IAB-SP, a pedido do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA). Após a instituição do primeiro Currículo Mínimo para as faculdades de arquitetura e urbanismo em 1962 – que foi substituído em 1969, por força do regime militar –, um segundo PL foi elaborado pelo próprio Congresso Nacional, aprovado e transformado na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Na edição 73 da revista *Habitat* (setembro de 1963), a nota “Justiça defende arquitetura” cita “a primeira manifestação do Judiciário” sobre “o debatido problema dos direitos autorais em arquitetura”. De acordo com o texto, mesmo não havendo jurisprudência que sustentasse qualquer decisão do juiz, Rodolfo Ortemblad Filho ganhou o processo que moveu contra duas empresas; a primeira lhe encomendou dois estudos preliminares para um edifício de apartamentos e rejeitou ambos; tempos depois, a segunda, uma construtora, foi designada para construir um prédio aproveitando-se das ideias que o arquiteto havia desenvolvido (Justiça... 1963).

Diversos eventos no âmbito dos debates acerca dos contornos da profissão são noticiados na revista *Acrópole* ao longo de 1960. Em sua edição de número 262 (agosto de 1960), por exemplo, há notícias sobre a escolha do IAB pela participação de Henrique Mindlin na Comissão de Planejamento da União Internacional de Arquitetos (UIA), suplente de Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Melo, então diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos da USP, e membro da Comissão do Plano Diretor da Cidade de São Paulo. Também há notícias sobre a participação de Eduardo Corona em reunião da UIA sobre o exercício da profissão. Instituições como o IAB e a UIA participavam direta e indiretamente dos debates oficiais, contando com personagens renomados por sua prática projetual (Representação... 1960; VI Congresso... 1960; Reunião... 1960).

Como demonstra Paula Dedecca (2018), o IAB funcionava como um importante elemento de articulação entre a prática profissional e o poder público. A *Acrópole* era importante meio de divulgação das atividades do IAB e da produção teórica e projetual dos atores que compunham de alguma forma os debates com os quais estava envolvida a instituição. Além disso, é possível inferir, a partir da leitura das revistas, que arquitetos e urbanistas debatiam e estabeleciam contornos claros e definidos para a prática profissional não apenas em fóruns restritos a profissionais da área e em debates oficiais, mas em conjunto com profissionais de áreas correlatas. Como exemplo disso temos a notícia de que, em 1960, o Congresso do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura foi encerrado antecipadamente devido à retirada dos arquitetos e agrônomos como protesto contra a recomendação, feita pelo Congresso, de igualdade entre os três grupos (Congresso... 1960).

Em sua edição de número 263 (setembro de 1960), a *Acrópole* traz notícias sobre a delegação brasileira enviada ao X Congresso Pan-americano de Arquitetos; sobre a delegação brasileira que vi-

sitou a China a convite da Sociedade Arquitetônica da China Popular, presidida por Vilanova Artigas, então presidente do IAB; e sobre o processo em curso de criação do curso de urbanismo na FAU USP, separado do curso de arquitetura (X Congresso... 1960; Arquitetos... 1960; Funcionará... 1960). Essas notícias ajudam a dimensionar a importância dos congressos, encontros e eventos para os assuntos relativos à prática projetual, mas também são registros de debates mais amplos sobre o lugar de arquitetos e urbanistas em um projeto de país.

Na *Acrópole* de número 297 (julho de 1963), Luiz Saia discute as pautas do Congresso Mundial de Arquitetos de Cuba (trata-se do VII Congresso da União Internacional de Arquitetos, que aconteceu em 1963, em Havana), às vésperas de sua realização. Para o arquiteto, era natural que o Brasil fosse protagonista no evento: primeiro porque vinha demonstrando “uma inabalável decisão de romper as barreiras do atraso”, mas também porque a arquitetura brasileira havia atingido notável grau de representatividade em meio aos esforços para o desenvolvimento (Saia, 1963b, p. 250). Luiz Saia afirma ser impossível dissociar o trabalho do arquiteto e urbanista do movimento em direção ao desenvolvimento.

Nesse sentido, na *Habitat 71* (março de 1963), Maurício Roberto, então presidente do IAB-Guanabara, assina a nota “Arquitetura, problema social”, reivindicando lugar de maior importância para os arquitetos em meio aos processos de desenvolvimento. Contamos com diversas pesquisas que demonstram o peso da atuação de arquitetos e urbanistas junto à/no interior da máquina pública ao longo do século XX, sobretudo após a reforma administrativa promovida por Getúlio Vargas em 1938, durante o período conhecido como Estado Novo, que tinha por objetivo fortalecer seu caráter técnico-científico e marcar a separação entre as atividades técnicas e as atividades políticas no interior do Estado, instituindo o ingresso por mérito, promovendo renovação geracional e a inserção das elites intelectuais urbanas no funcionalismo público (Feldman, 2008; Trevisan, 2020). No início da década de 1960, ainda não se verificava os efeitos dessa reforma, reivindicava-se mais espaço para que arquitetos e urbanistas participassem do planejamento e da construção das cidades. Para Maurício Roberto (1963), arquitetos e urbanistas tinham muito mais a contribuir, principalmente orientando e desenhando soluções para os problemas dos grandes centros urbanos como o déficit habitacional. Na mesma toada, Miranda Martinelli Magnoli – em texto sobre paisagismo em grande escala publicado na *Habitat 81* (janeiro/fevereiro de 1965), após o golpe – deixa claro o esforço da categoria no sentido de participar ativamente do processo de desenvolvimento:

Ainda não conseguimos instituir no Brasil o hábito do planejamento, apesar de ser impossível negar, por qualquer pessoa de bom senso, a indispensabilidade do mesmo. Dizemos, no caso, planejamento, em sua acepção mais ampla, no sentido de orientar a economia brasileira para sua expansão, sem soluções de continuidade em virtude da heterogeneidade e descontinuidade de nosso meio econômico, ou de competições várias, em vista da deficiência de capitais e da incipiência de recursos tecnológicos. (Magnoli, 1965, p. 33)

Ainda sobre o texto de Luiz Saia, é notável a crítica à organização do IAB-SP, ou a aparente falta de organização que fazia com que, às vésperas do congresso de Cuba, a instituição responsável pela tese brasileira não fosse capaz de apresentar o que de fato levaria ao evento.

Na verdade, o que realmente pode interessar neste congresso, além daquelas sempre faladas vantagens de conagração e amizade, não são as discussões em torno daqueles problemas profissionais que o arquiteto resolve na prancheta, com as

habilidades que Deus lhe deu, com o auxílio dos conhecimentos profissionais já devidamente compendiados e de conformidade com as decisões já tomadas em termos de partido. Mas é exatamente aquela posição em que o arquiteto se coloca frente ao problema para encontrar um partido correto. (Saia, 1963b, p. 250)

A passagem pode ser interpretada de duas maneiras. Pode-se deduzir que Luiz Saia defende que, naquele momento, a questão era o posicionamento político dos arquitetos, anterior ao traço e fundamental para o projeto. Igualmente é possível inferir que havia, naquele momento, discussões que veementemente questionavam certos pressupostos, discussões essas talvez ligadas ao relativamente recente surgimento de novas correntes no campo da arquitetura, que propunham uma revisão crítica da prática projetual e a adoção de paradigmas diferentes daqueles adotados pelas vanguardas modernistas.

Para os arquitetos estadunidenses e europeus, ou seja, para aqueles que atuam nos chamados países desenvolvidos, boa parte do trabalho está feita. Luiz Saia fala de algo que pode ser entendido como “trabalho social”, do trabalho que é realizado pela sociedade como um todo e se manifesta como espaço urbano, cultura, produção industrial etc., trabalho esse que, nos Estados Unidos e na Europa, alcançava patamares significativamente mais avançados em relação aos países subdesenvolvidos como o Brasil. Esse avanço, que o texto reconhece como fruto do colonialismo, do capitalismo, da escravidão e das ciências – que, por sua vez, “despojadas de sua funcionalidade social e religiosa, foram então postas a serviço de certos grupos privilegiados” –, era justamente o que restringe a atuação de arquitetos e urbanistas nos Estados Unidos e na Europa (Saia, 1963b, p. 250).

O planejamento, que poderia controlar as insaciáveis pretensões dos grupos dominantes, foi banido do campo da arquitetura e ficou hibernando, refugiado e desprofissionalizado, na diletância e na utopia. [...] A tecnologia e o planejamento não são invenções dos países em desenvolvimento, mas se apresentam para eles como instrumentos capazes de permitir-lhes a superação do atraso e da dependência em que se encontram, e proporcionar-lhes soluções de resultados surpreendentes. [...] Instrumentos como esse podem ser utilizados pelos povos que atrasaram e empobreceram durante o período da técnica e do capitalismo. (Saia, 1963b, p. 250)

Para o autor, a técnica é um instrumento capitalista de dominação. Empreendimentos como a transferência da capital para Brasília e a fundação da Petrobrás ressignificavam a técnica e incorporavam a tecnologia, transformando-a em instrumentos de resistência e insurgência. Anterior ao texto de Luiz Saia, a *Acrópole* 280 (março de 1962) publica “Arquiteto e indústria”, de Jorge Wilhelm, que introduz uma série de projetos de fábricas. Nas edições anteriores, a industrialização aparece como o caminho para a solução da crise habitacional; Jorge Wilhelm procura cobrir outros campos ligados ao setor.

Esse ritmo nervoso poderia ter deixado os arquitetos à margem, pois num primeiro tempo, realmente, a facilidade de lucros permitia o luxo de todo desperdício: má organização, reformas prematuras, empirismo primário. Mas houve fatores paralelos que modificaram o panorama. O prestígio de que gozavam os arquitetos nessa época; a construção de estradas oferecendo para os novos estabelecimentos industriais terrenos visíveis para o público; a demanda e concorrência crescentes, e a atração pelo formal, pelo aspecto e prestígio que dele decore, comum na personalidade brasileira – foram todos fatores que influíram no comparecimento do arquiteto no campo da construção industrial brasileira. (Wilhelm, 1962, p. 112)

Jorge Wilhelm afirma que nem sempre a prática projetual se dedicou aos espaços voltados para a produção de bens materiais, sugerindo existirem particularidades, do ponto de vista da história, da associação entre arquitetura e indústria moderna, caracterizada pelos seguintes elementos:

[...] o lucro, a concorrência típica do sistema, a concentração de operários, a mecanização, a linha de produção e a usinagem do ferro. Não caberia aqui desenvolvermos estes aspectos; retenhamos apenas este fato indiscutível: com a revolução industrial surgiu a necessidade de um novo tipo de edificação: a **fábrica**. (Wilhelm, 1962, p. 111)

Para o arquiteto, a fábrica é uma demanda social. O surgimento das escolas de engenharia, especialmente da Escola Politécnica de Paris, no final do séc. XVIII, seria uma resposta a uma demanda burguesa por profissionais habilitados para atender às demandas dessa elite em formação. O caráter racionalista, alinhado aos interesses burgueses, era evidentemente contrastante posto ao lado do caráter formalista das escolas de arquitetura, e:

[...] os engenheiros se tornaram responsáveis pelas melhores obras de arquitetura do século passado. É curioso notar, à guisa de explicação parcial deste fenômeno, que as edificações oitocentistas eram classificadas em obras nobres e obras vulgares; estas também se definiam como “utilitárias” e iam para as pranchetas dos novos profissionais. É importante salientar o caráter “utilitário” que sublinhava as encomendas dos projetos, o nascimento do conceito da função como premissa arquitetônica; e a aparente consagração da ruptura entre beleza e função. (Wilhelm, 1962, p. 111)

Ainda de acordo com o texto, o trabalho do engenheiro caminhou no sentido de se concentrar apenas sobre os aspectos técnicos e oferecer soluções “rotineiras”. Apesar de algumas exceções, dentre as quais Jorge Wilhelm destaca Walter Gropius, os arquitetos se mantiveram afastados dos projetos de fábricas ao longo da primeira metade do século XX – por isso os edifícios das fábricas raramente eram interessantes. Dois movimentos caminhavam em sentido oposto: primeiro, a concentração de renda e poder representada pelas grandes empresas, que inclusive passavam a monopolizar certos setores, para os quais a arquitetura, as belas fábricas, faziam parte de uma estratégia de marketing; segundo, o avanço dos movimentos sindicais que pressionavam seus empregadores, exigindo melhores condições de trabalho. Esses dois movimentos traziam os arquitetos para a questão do espaço fabril. Talvez sem intenção por parte do autor, é reforçada a ideia de que a arquitetura era uma demanda social e – em um contexto de industrialização, organização do proletariado e crescimento econômico do país – política.

O processo de “humanização” da fábrica foi especialmente urgente nos países “subdesenvolvidos”, de acordo com Jorge Wilhelm, dada a velocidade com que se deu o processo de industrialização. No Brasil, após a II Guerra Mundial, esse processo teve ainda suas particularidades ligadas às possibilidades, que se abriam para o país, de ocupar um lugar de potência na dinâmica econômica internacional. Wilhelm expõe sua leitura sobre o momento pelo qual o país passava: a concentração de renda nas mãos dos industriais *versus* a pressão dos trabalhadores por melhores condições de trabalho.

Há poucas menções das revistas aos movimentos trabalhistas, quase como se eles não afetassem o campo da arquitetura. Há diversos textos acerca da questão da habitação, sobre o marcante movimento migratório do campo para a cidade e a falta de planejamento – inclusive com menções pouco diretas aos sérios problemas de abastecimento, e bastante diretas às fortes pressões inflacionárias do período –, mas a organização política dos trabalhadores passava despercebida. Uma das principais menções a esses

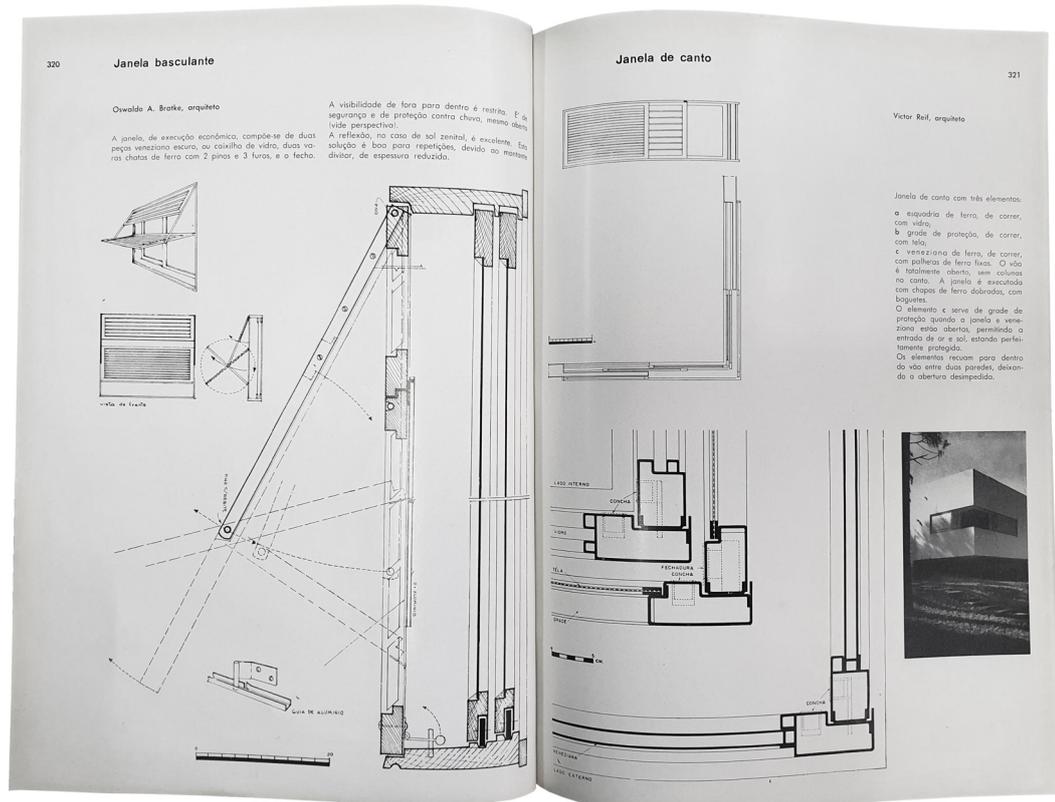


Figura 56: Prancheta viva.
Fonte: Revista *Acrópole*, número 286 (setembro de 1962).

movimentos aparece na *Habitat 73* (setembro de 1963), que cita a greve no Porto de Santos e os atrasos por ela causados na montagem da VII Bienal de Arte de São Paulo (VII Bienal... 1963).

Jorge Wilhelm procura menos entrar em conflito com os donos das indústrias do que prospectar oportunidades de trabalho que eles podem oferecer aos arquitetos. Ao longo do nosso recorte, a publicação de projetos é atravessada por indagações quanto ao papel de arquitetos e urbanistas no futuro imaginado do Brasil. Nesse sentido, parecia interessante para as revistas – mais para a *Acrópole*, menos para a *Módulo* – discutir de alguma maneira técnicas construtivas; a *Habitat* de número 63 (março de 1961) publica matéria – originalmente veiculada na revista alemã *Bauwelt* no ano anterior – sobre estudos desenvolvidos por Walter Kuhn, Hans-Joachim Steiner e Paul Koerstein, em Hanover, no âmbito do desenvolvimento de um sistema construtivo que poderia ser aplicado do edifício ao mobiliário, cujo módulo básico é um cubo (Construir... 1961).

A edição seguinte da mesma revista publica pequeno texto sobre novos materiais e técnicas construtivas, que descreve novas possibilidades decorativas em igrejas, citando exemplos nos Estados Unidos, cuja principal característica é a independência entre o sistema estrutural e o sistema de fechamento (Materiais... 1961). E, no ano seguinte, a *Acrópole* (284, julho de 1962) publica “Almofadas de apoio de Neoprene, empregadas na construção de novas rodovias no Rio de Janeiro”, matéria que cita a construção da Avenida Perimetral (Almofadas... 1962).

É razoavelmente evidente o movimento da categoria no sentido de se lançar em busca de lugares de participação nas mais diversas cadeias produtivas. Para isso, parece ter sido necessário conduzir os debates para que se discutisse os termos técnicos da profissão com a mesma intensidade com a qual se discutiam os termos artísticos; era preciso convencer a nós mesmos e a nossos potenciais clientes de que nossa contribuição poderia ir além do embelezamento de espaços. Nesse sentido, a revista *Acrópole*

se destaca. A edição de número 265 (novembro de 1960), por exemplo, é dedicada a projetos ligados às indústrias; a de número 267 (janeiro de 1961) é inteiramente dedicada à construção com alumínio – apesar de não ser explicitamente patrocinada, há poucos projetos e muitos artigos que apresentam técnicas e métodos construtivos, assinados por empresas do ramo.

A revista publica entre as edições 222 (abril de 1957) e 280 (março de 1962), ininterruptamente, os fascículos do *Dicionário da Arquitetura Brasileira*, organizado por Eduardo Corona e Carlos Lemos e publicado como livro em 1973. A iniciativa tinha como objetivo declarado eliminar sobreposições de significados associados a termos que o português brasileiro compartilhava com outros idiomas, especialmente o português de Portugal; o editorial da edição 222 trata de tal questão e cita publicações francesas e portuguesas que teriam tido significativa importância para a construção do vocabulário técnico artístico e arquitetônico até aquele momento (Editorial, 1957). No prefácio, os organizadores do *Dicionário da Arquitetura Brasileira* dedicam a pesquisa a Rodrigo de Mello Franco de Andrade, “guardião de nosso passado artístico”, Lucio Costa, “criador de uma consciência arquitetônica”, e Oscar Niemeyer, “realizador de uma intenção plástica” (Corona; Lemos, 1957, p. 198).

A ideia da elaboração de um dicionário que reunisse de modo mais completo possível os termos relativos à nossa arquitetura nos surgiu há muito. Contrapondo-se à amplitude do campo de atividade do arquiteto, à profundidade que atinge a arquitetura em todos os setores da cultura de um povo e ao extraordinário e rápido desenvolvimento daquela arte entre nós, encontramos uma acentuada pobreza de vocabulário técnico e artístico, entre o povo, arquitetos e críticos de arte. Entre os estudantes, então, o desconhecimento de nomes justos dos pormenores arquitetônicos é grande, senão total. (Corona; Lemos, 1957, p. 197)

Além disso, na mesma revista, a sessão “Prancheta viva”, publicada com significativa regularidade ao longo do recorte, apresenta, em cada edição, um detalhe construtivo, usualmente de algum dos projetos publicados no mesmo número da revista. A edição 286 (setembro de 1962) é inteiramente dedicada ao detalhamento em arquitetura; no lugar de projetos em sua integridade, publicou-se apenas detalhes construtivos de Jarbas Karman, Rino Levi, Roberto Cerqueira César e Luiz R. Carvalho Franco, Oswaldo Bratke, Victor Reif, Rodolpho Ortenblad Filho, Franz Heep, e David Libeskind.

Ainda de acordo com “Arquiteto e indústria”, de Jorge Wilhelm, havia uma série de questões no envolvimento entre arquitetos e industriais que levavam os donos de indústrias a darem contornos restritos, de embelezamento de elementos específicos como, por exemplo, a portaria ou a caixa d’água do conjunto, em vez de investir em arquitetura de forma mais ampla, relegando sobretudo o espaço de produção propriamente dito a soluções medíocres. Isso se devia, primeiro, ao fato de ser o típico industrial brasileiro, seguindo Wilhelm, um “*self-made-man*”, que não acredita que outra pessoa além dele saiba quais são os problemas de sua fábrica. Wilhelm afirma que “o industrial conceitua a fábrica como sinônimo de máquina; esta simplificação é primária pois na fábrica há máquinas, mas os processos vitais que nela se desenvolvem são múltiplos e mais humanos que mecânicos” (Wilhelm, 1962, p. 112).

Além disso, haveria uma incompreensão por parte desse “*self-made-man*” no que dizia respeito ao papel do arquiteto, que, segundo Wilhelm, é projetar espaços adequados à escala humana, adequados para as pessoas que ocupam aquele espaço e nele exercem uma atividade que, no caso da indústria, é uma atividade coletiva e específica. O texto pode ser lido como uma conversa com industriais e outros clientes, num esforço no sentido de convencê-los do papel que os arquitetos estão habilitados a assumir

diante dos problemas impostos pela modernização do país; e um chamado para que arquitetos se dediquem ao tema dos projetos de fábricas, e de fato ocupem lugar de importância numa sociedade cada vez mais industrial e urbana. Sob esta leitura, chama a atenção o fato de que a maioria dos projetos apresentados na mesma edição são assinados por empresas de engenharia e construção ou por engenheiros, sem menção a arquitetos envolvidos.

Habitação e construção

O editorial da edição 59 da revista *Habitat* (março/abril de 1960) recebeu o título “Aspectos humanos da favela carioca”, emprestado de um estudo de mesmo nome, encomendado pelo jornal *O Estado de São Paulo* e elaborado pela SAGMACS. O texto elogia a mirada sobre “esse imenso problema que deteriora a metrópole” que acaba de deixar de ser capital do país para se tornar capital do estado da Guanabara, o Rio de Janeiro; cita os esforços no sentido de entender do que se trata um favelado; e cita também as conclusões do relatório elaborado pela SAGMACS, que são: a favela não era considerada um problema da cidade porque sequer era considerada parte da cidade; é preciso planificar ações a curto, médio e longo prazo; “a favela, como concentração do tugúrio, tem sido e continuará sendo, por muito tempo ainda, uma fonte virulenta da degradação humana” (Aspectos... 1960, p. 2).

De maneira geral, as revistas não citam políticas públicas específicas, fazem menções de passagem a temas como planos de desenvolvimento e acordos internacionais, o que não quer dizer que as políticas públicas não pautavam as publicações. Na *Habitat* 60 (maio/junho de 1960), por exemplo, publica-se projeto de Abelardo de Souza para escola em Presidente Venceslau (Escola... 1960). Chama a atenção a ausência de textos na matéria, limitados apenas às legendas das imagens. É sabido, porém, que

Na década de 60, o governo do Estado de São Paulo, administrado por Carvalho Pinto, implementou uma política de construção visando desenvolver o interior, numa complementação do plano de metas de Juscelino. O grupo escolar de Presidente Venceslau foi uma das 5 escolas projetadas por Abelardo de Souza para o Governo do Estado neste período. Destaca-se por formar conjunto com Capela e praça que receberá tratamento paisagístico de Miranda Magnoli, então associada de Abelardo Souza. (Constantino, 2004, p. 169)

Em sua edição de número 61 (1960), o editorial da *Habitat* retoma o tema da habitação. Intitulado “Habitação e planejamento”, o texto protesta contra a desarticulação das políticas de habitação de forma geral e contra sua não inserção em uma perspectiva maior, de planejamento. De acordo com o editorial, o advento de Brasília teria causado um grande movimento de migração em direção a São Paulo, para onde se dirigiam “interesses maiores da indústria, do mundo bancário e de atividades comerciais” (Habitação... 1960, p. 2); a cidade deveria, portanto, estar no foco dos estudos no âmbito do planejamento urbano elaborados dali em diante, no lugar do antigo Distrito Federal, o Rio de Janeiro.

Hoje a ocupação da área vai de Santos a Jundiá, ao longo dessa antiga estrada de ferro que o gênio de Mauá traçou, para a ligação de Santos com o interior paulista, e que os ingleses transformaram na antiga SPR, cuja decadência, como estrada de ferro, é consequência direta da encampação que a produziu. (Habitação... 1960, p. 2)

A indústria siderúrgica crescia na subida da Serra do Mar; o aeroporto de São Paulo, já cercado por pessoas morando em situação precária, tornou-se o mais movimentado do país; ao Rio de Janeiro,

que passava por um processo de desmonte de sua função política, restava transformar-se em um centro de turismo e cultura. A questão da habitação em São Paulo assusta os editores da revista. Eles olham para as décadas passadas e verificam que, na verdade, o acelerado ritmo de crescimento do déficit habitacional não é novo, e que, de maneira geral, os governos não davam tratamento adequado ao tema.

Observando o fenômeno do crescimento verificado de 1940 a 1950, não será difícil calcular-se que S. Paulo atrairá novamente uma migração interna, em detrimento do Rio de Janeiro, que tende a tornar-se uma cidade de turismo e cultura – todas as condições para o centro universitário estão evidentes no informe panorama da Cidade Universitária da Ilha do Governador.

[...]

O desenvolvimento natural acarretará para S. Paulo em tais condições uma nova onda humana, que tornará mais complexo o problema da habitação existente desde há vinte anos, quando em 1941 o IDORT se ocupou com a questão. Estávamos no ano primeiro da elevação demográfica absurda da década de quarenta, quando uma precipitação de um milhão de habitantes tornou São Paulo a cidade mais populosa do Brasil.

O ritmo da construção civil que vinha sendo grande, também, por sua vez, precipitou-se. Pesquisas parceladas verificam que a ocupação de aposentos chegava a limites incríveis: num quarto da Bela Vista foram encontradas, em 1947, quatorze pessoas, na maior promiscuidade, entre crianças e adultos.

Não há pesquisas sobre habitação, nem pesquisas sobre “favelas”. Em certo dia de 1948, o secretário de Obras da Prefeitura paulista mandou atear fogo a uma “favela” nascendo junto à praça da República, na rua Vieira de Carvalho; a tentativa de instalar o tugúrio aí foi destruída, dessa maneira sumária. Mas não será possível continuar pondo fogo nas favelas que estão continuamente surgindo e desenvolvendo a existência do tugúrio.

O problema é da alçada do Planejamento da Cidade, é da alçada dos poderes públicos municipais; está condicionado a uma previsão correta do desdobramento urbano paulistano, que precisa ser dominado.

É um problema do Urbanismo, sim, mas também da Arquitetura. Está na mira das equipes que se formam na FAU, e que podem relegá-lo, simplesmente, à iniciativa particular interessada, hoje, em criar palácios nos apartamentos de luxo da cidade. (Habitação... 1960, p. 2)

A revista *Habitat*, em sua edição de número 62, publica o editorial “Novo ano e novo governo” após as eleições presidenciais de 1960, e tece reflexões sobre as dificuldades que enfrentarão Jânio Quadros e João Goulart, eleitos em uma “votação espetacular [que] concede uma esperança popular de maior significação” ao governo.

Nunca houve, mesmo quando se procedeu à queima do café, um tal estoque do produto, como o que teremos no próximo ano, nunca a tanto desprezou o valor da moeda, no processo inflacionário mais violento que se empregou neste país, nunca se colocou o povo diante de um aumento do custo de vida mais tumultuoso e desbragado. (Novo... 1960, p. 2)

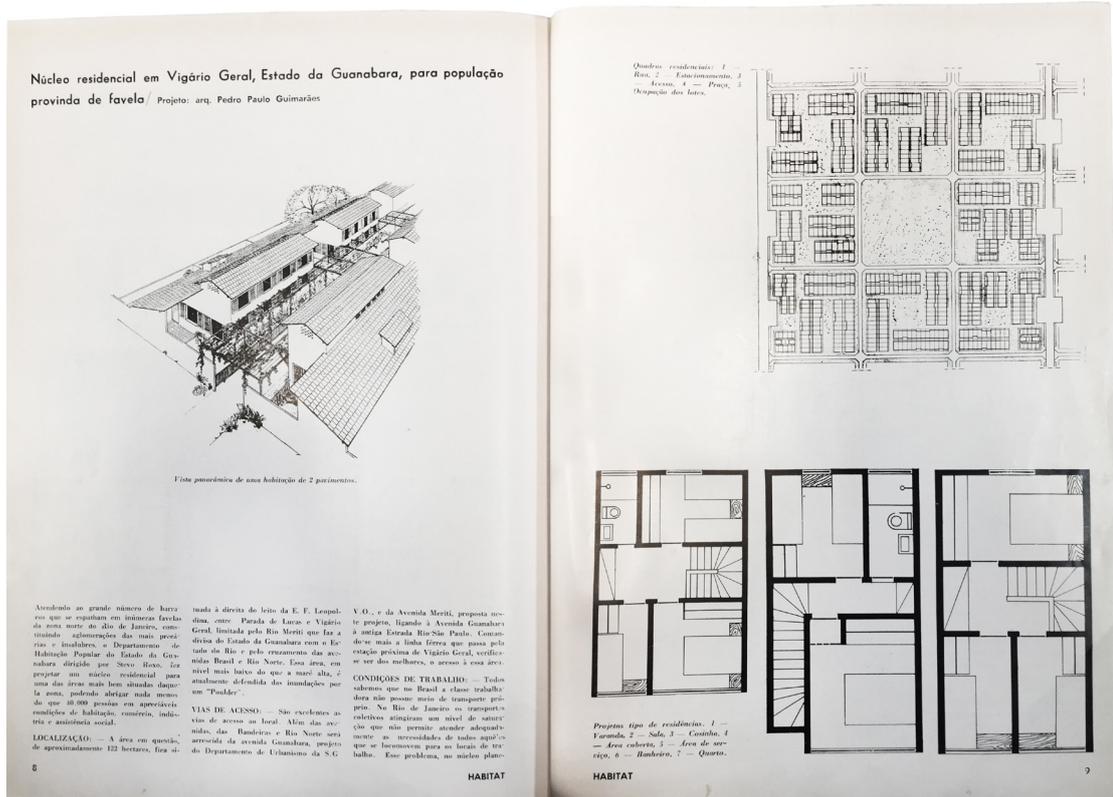


Figura 57: Núcleo residencial em Vigário Geral.
Fonte: Núcleo... 1961, p. 8.

Em meio ao comentário sobre o cenário político nacional, a revista aponta um caminho para a prática de arquitetura: “Se a organização agrícola lembra aos arquitetos e urbanistas a *‘ferme radiouse’* de Le Corbusier, essa fórmula ilusória e livresca, que atende a um trecho do território europeu, precisa ser substituída...” (Novo... 1960, p. 2).

Em sua edição de número 64 (1961), o editorial, intitulado “Habitação vs. tugúrio”, descreve o “desconforto das populações de nível médio e proletário, que por esse vasto território têm a ilusão do abrigo”, enquanto tantos outros nem isso têm. Segundo o texto, as favelas surgiram, em São Paulo, na década de 1940⁴; a cidade recebia um grande contingente populacional e passava pelos momentos iniciais de um processo inflacionário que duraria ao menos até a década de 1960. Em 1942, o governo federal congelou aluguéis, mascarando a real situação; e ao longo das décadas de 1940 e 50, o governo oferecia carteiras de crédito via IAPs, inflando ainda mais a valorização imobiliária cujos protagonistas eram os arranha-céus, construídos sem legislação adequada que os regulasse. Alçando o Conjunto Residencial Pedregulho ao status de excelente projeto piloto que, todavia, não foi reproduzido pelo país, enquanto descreve favelas empregando termos gráficos, a revista caminha no sentido da construção de uma prática de planejamento urbano como a conhecemos hoje – que trabalha com a identificação de problemas, define conjuntos de ações a serem executadas pelo poder público e regula a atuação do mercado imobiliário –, porém associada ao desenho na escala do edifício.

Essa necrose do terreno baldio que ocupavam há trinta anos atrás apenas os morros do Rio e os terrenos pantanosos do Recife, desceram pelas áreas planas da

4 Não há consenso entre pesquisadores quanto ao momento em que as favelas surgiram na cidade e no país. Há autores que afirmam ser a década de 1940; outros, que o processo teve início no final do séc. XIX, como consequência da abolição da escravidão.

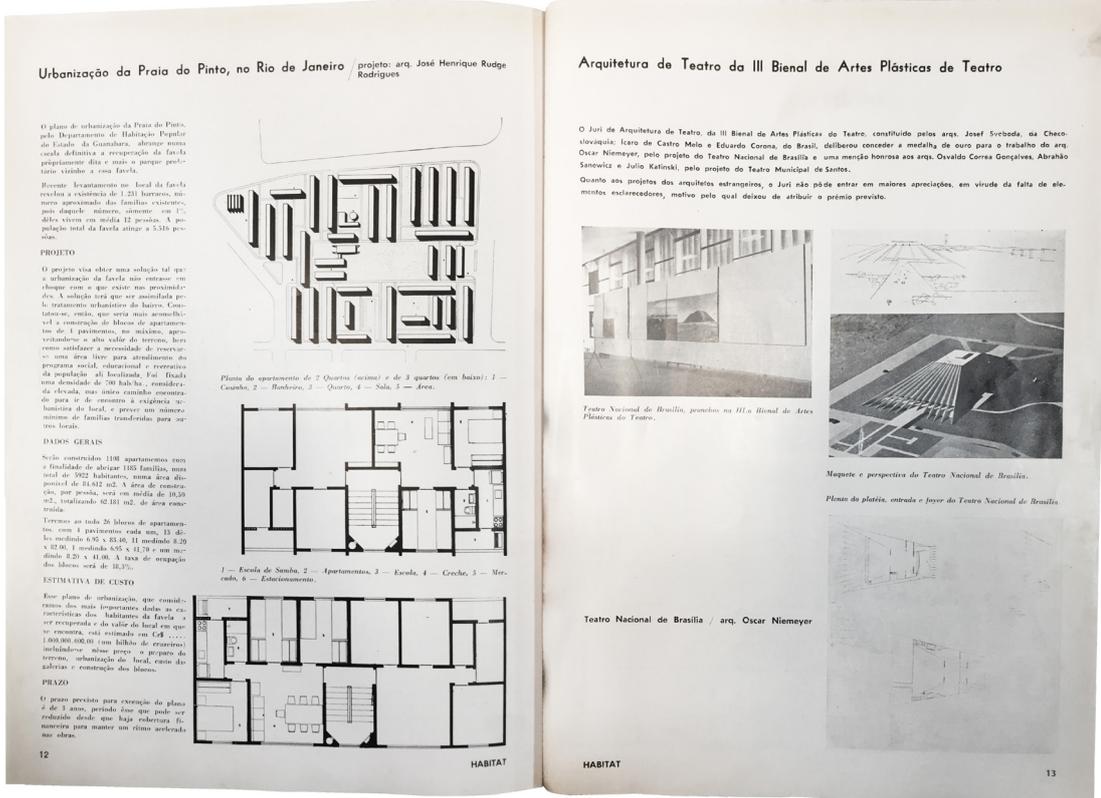


Figura 58: Núcleo residencial em Praia do Pinto.
 Fonte: Núcleo... 1961, p. 12.

cidade, chegaram em S. Paulo a se erguer num exemplo tremendo entre a Praça da República e o Largo do Arouche, no centro mesmo da grande metrópole, num abuso que, entretanto, não justificava a brutalidade do expediente de sua destruição (a favela da rua Vieira de Carvalho foi destruída pelo fogo ordenado por um secretário de Obras...). (Habitação... 1961, p. 2)

O texto cita e critica algumas das tentativas então recentes de resolver parcialmente o déficit habitacional, e novamente elabora uma severa crítica a Brasília, “que teve tudo para solucionar o problema, [mas] iludiu-o, no equívoco da arquitetura de monumentos, fazendo das soluções residenciais tristes amostras da nossa indiferença pelo problema”. A chamada Cidade Livre, por exemplo, era um assentamento cujos projeto e idealização estavam sob responsabilidade do engenheiro Bernardo Sayão e se destinava aos trabalhadores da construção de Brasília. Para atrair comerciantes, com o intuito de abastecer a região, consistia em uma área livre de uma série de impostos, correspondendo principalmente à região administrativa Núcleo Bandeirante nos dias atuais. Segundo o texto, tratava-se de uma favela como tantas outras que existiam ali, no “longínquo oeste arbitrariamente urbanizado” (Habitação... 1961, p. 2). Naquele momento, criava-se o Instituto de Habitação, que se propunha a novamente examinar e, por fim, solucionar o déficit habitacional; o texto, porém, não vê com otimismo essa criação. Ou seja, não há otimismo diante das ações do poder público no sentido de oferecer soluções para os problemas da cidade.

Em paralelo, a fundação do Estado da Guanabara não é assunto de textos publicados nas revistas ao longo do recorte, mas um acontecimento que repercute nas publicações. A revista *Módulo* de número 25 (outubro de 1961), por exemplo, divulga em pequena nota o lançamento da revista de arquitetura *Guanabara*, editada pelo IAB-Guanabara, cujo conselho editorial era composto por Maurício Roberto, Affonso Eduardo Reidy, Edgard Graeff, Ernani Vasconcelos, Henrique Mindlin, Ícaro de Castro Melo,

Marcelo Roberto, Marcos Konder Neto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Santos e Sylvio de Vasconcellos (Nova... 1961). Ainda em 1961, a *Habitat 66* (1961) publica projetos para núcleos residenciais em Vigário Geral e na Praia do Pinto, Estado da Guanabara (Núcleo... 1961; Urbanização... 1961). Sem descrever a política pública na qual esses projetos estavam inseridos, o texto afirma que são iniciativa do Departamento de Habitação Popular do estado da Guanabara, então dirigido por Stevo Roxo, para abrigar dezenas de milhares de pessoas. Previa-se a instalação de centros comunitários, áreas para comércio, indústrias, escolas, áreas de lazer e serviços de assistência social, com vistas a fixar os moradores e aliviar pressões sobre o sistema de transportes que, de acordo com os textos, estava saturado.

No caso de Vigário Geral, projeto de maior destaque nessa edição, as habitações seriam distribuídas entre apartamentos construídos a partir de elementos pré-fabricados, e casas construídas pelos próprios moradores sob assistência técnica. O centro comunitário e de comércio é único, visando a não dispersão do “espírito comunal” (Núcleo... 1961, p. 11). O primeiro governador da Guanabara foi José Sette Câmara Filho; nomeado pelo presidente da República, exerceu o cargo até 5 de dezembro de 1960. Em seguida, assumiu Carlos Lacerda, eleito democraticamente no ano anterior e permanecendo no cargo até 1965. Como governador, Carlos Lacerda fez esforços no sentido de remover favelas das áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro, levando a criação de bairros na periferia, como Vila Kennedy, Vila Aliança e Cidade de Deus. Em seu governo foi executado o aterro do Flamengo.

Em 1962, a *Acrópole* 278 (janeiro de 1962) publica nota sobre a entrega, pelo IAB-SP ao Ministério do Trabalho, de documento encomendado pelo então ministro Franco Montoro, contendo a avaliação realizada pelo Departamento de São Paulo do IAB acerca da questão da habitação. O IAB-SP recomenda a criação de um órgão de planejamento e gestão das atividades de outros órgãos, tanto existentes quanto que viriam a ser criados. Esse órgão regulador estaria vinculado ao Ministério do Trabalho e atuaria no âmbito da provisão de habitação – um PL que se aproxima dessa ideia será apresentado ao Congresso em 1963. O IAB-SP identifica a necessidade da construção de 600 mil unidades habitacionais por ano pelos próximos 30 anos, para suprir a demanda por moradia. Naquele momento, de acordo com o texto, o ritmo de construção de unidades habitacionais era bastante inferior à recomendada pelo documento (Problema... 1962). Outra nota afirma que o Governo da Guanabara pretendia construir 2.000 casas para abrigar moradores das favelas, projetadas por Sérgio Bernardes (2.000 casas... 1962).

Na edição seguinte, a *Acrópole* (número 279, fevereiro de 1962) publica “Um imperativo inadiável: a industrialização da construção”, de Teodoro Rosso. O texto afirma que, naquele momento, se construíram 100 mil unidades habitacionais por ano, no Brasil, enquanto o déficit era de 3 milhões. No estado da Guanabara, o número de pessoas em favelas havia quadruplicado entre 1952 e 1960, saltando de 300 mil pessoas para 1,2 milhão. “Apesar disso o problema não foi no passado equacionado com um caráter de ‘meta’ nacional, sendo que soluções parciais sob um aspecto regional ou local estão nas atribuições de instituições de previdência ou essencialmente filantrópicas.” (Rosso, 1962a, p. 91).

O texto elogia o entusiasmo do ministro do Trabalho Franco Montoro e afirma que o grande déficit habitacional não é um problema apenas no Brasil; é um problema também observado em países “tecnicamente mais progredidos”, mesmo quando dão para o planejamento um lugar de importância no âmbito das políticas públicas. O texto conta que, em 1917, após a Revolução Russa, Lênin propunha um PL intitulado “Requisição dos apartamentos dos ricos para avaliar as necessidades dos pobres”, sinalizando uma política habitacional de bastante peso; mesmo assim, na Rússia, em 1960, havia um grande déficit habitacional, de modo que o sétimo Plano Quinquenal da União Soviética previa, para os próximos cinco

anos, a construção de um número de unidades habitacionais maior do que o que havia sido construído ao longo dos 40 anteriores (Rosso, 1962a, p. 91).

Teodoro Rosso também cita o debate sobre aluguéis na União Soviética, sinalizando a ideia de controle de preços. De acordo com o autor, os aluguéis no Brasil eram incompatíveis com as rendas das famílias, que se viam sem condições de arcar com os custos de vida essenciais. A solução estaria na produção em larga escala de unidades habitacionais por uma indústria especializada, com economia de tempo e materiais, aumento da oferta e, “pela lei natural da economia”, diminuição do preço, restringindo a especulação imobiliária a setores mais ricos do mercado (Rosso, 1962a, p. 92). A industrialização da produção imobiliária – a referência, para o autor, parece ser a indústria automobilística, em patamar elevado no que diz respeito à automação – também seria uma forma de proteger o processo de projeto e construção de interferências externas e negativas. Também nessa edição, uma pequena nota anuncia um plano do Ministério do Trabalho, que previa a construção de 1,1 milhão de unidades habitacionais, sendo 100 mil naquele ano e 250 mil por ano nos seguintes (250 mil... 1962).

No mês subsequente, a *Acrópole 280* (março de 1962) publica a segunda e última parte do texto “Um imperativo inadiável: a industrialização da construção”, de Teodoro Rosso (1962b). O texto retoma o tema da industrialização da construção e coloca o problema da padronização a partir do ponto de vista técnico, expondo os requisitos do processo de padronização como prototipagem, dimensionamento, escolha de tipos e escolha de materiais; o autor parece interessado na economia do produtor e do consumidor, na racionalização da construção, e procura definir de maneira clara os papéis do produtor, do arquiteto e do consumidor. Além disso, listam-se como vantagens do processo de industrialização a simplificação do projeto; a diminuição da mão de obra no canteiro e, conseqüentemente, o melhor aproveitamento do tempo e dos materiais; facilidade de controle do tempo e dos custos, e diminuição do tempo de giro do capital.

Realmente são poucos os países que tenham a seu ativo realizações concretas a respeito da padronização e industrialização da construção. Em geral, mesmo em outros campos da indústria a luta foi e continua sendo árdua. A unificação e padronização teve até agora maior propagação e desenvolvimento nos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Japão e nos países além da cortina de ferro; nos países latinos já os resultados têm sido parciais. Isso apesar de terem assimilado aquela civilização romana que já 2.000 anos atrás conseguiu padronizar seus tijolos. Para isso contribuem realmente elementos psicológicos coletivos quais a intuição e o senso prático dos americanos, a tendência natural alemã à ordem e à disciplina ou a submissão à ordem e disciplina impostas por um poder autocrático como o russo. Em sentido negativo tem uma influência preponderante, nos povos latinos, um senso excessivamente crítico, pelo qual estamos sempre atribuindo importância, em qualquer coisa, mais aos defeitos do que às suas qualidades, e convencimento de que podemos sempre encontrar uma solução melhor da que já conseguimos e que estamos aptos a fazer melhor do que os outros. Essa vivacidade e genialidade peculiares ao espírito latino são, sem dúvidas, qualidades absolutamente antiorganizativas. (Rosso, 1962b, p. 132)

Após afirmar que os povos latino-americanos são naturalmente desorganizados, o texto sugere que teriam interpretado de maneira equivocada a ideia de padronização, associando-a a monotonia e uniformidade. Em seguida, faz um esforço no sentido de convencer os leitores de que, assim como no caso do vestuário, padronizar a construção não significa renunciar à expressão individual.

Mas mesmo admitindo-se que a individualização possa criar vínculos à liberdade de expressão e à estética, devemos admitir também que as razões estéticas podem ter um valor legítimo quanto trata-se de construção de luxo que deve responder a critérios artísticos; nas construções econômicas, objeto deste estudo, o critério determinante deve ser o do custo, ressalvadas as exigências de praticidade, comodidade e higiene. (Rosso, 1962b, p. 132)

Publicada no mesmo mês, a *Habitat* de número 67 (março de 1962) tem seu editorial intitulado “Habitação, subproduto da independência econômica”. O texto apresenta algumas estimativas a respeito do crescimento do déficit habitacional brasileiro entre 1950 e 1970, calculadas a partir de outras pesquisas estatísticas e projeções; supostamente não havia pesquisa que, naquele momento, apresentasse números precisos retratando o déficit habitacional, ou seja, os números citados pelas revistas e os números a partir dos quais formulava-se políticas públicas eram imprecisos.

Ainda de acordo com o texto, os arquitetos estavam mobilizados diante da questão. No momento em que o Brasil buscava crédito no mercado financeiro internacional junto aos Estados Unidos, a revista afirma: “1 – a ajuda externa não será de molde a permitir o ataque em profundidade do problema; 2 – nosso desenvolvimento técnico atinge níveis suficientes para tornar sem sentido a importação do ‘*know-how*’ estrangeiro” (Habitação... 1962, np).

Naquele momento, a revista inverte sua posição em relação à construção de Brasília. Se, antes, esta era tomada pelos editores da *Habitat* quase como um desperdício antidemocrático – apesar de reconhecerem a qualidade do trabalho de Lucio Costa e Oscar Niemeyer –, agora, a revista reconhece a nova capital como símbolo de desenvolvimento nacional e independência econômica. Não nos parece equivocado afirmar que a nova capital enfim representava, para o campo da arquitetura, a chance de ocupar papéis de maior peso e importância em meio aos processos de crescimento das cidades, de industrialização e desenvolvimento, no sentido da independência econômica nacional. O texto afirma:

[...] não se compreende que se coloque ênfase na ajuda externa na Aliança para o Progresso, no momento de elaborar o Plano Nacional de Habitação. Pelo contrário, a ênfase, como no caso de Brasília, deve ser colocada na pujança do desenvolvimento brasileiro e nas nossas potencialidades de nação nova, que se realiza como objetivo e sujeito de sua própria história e de seu destino. (Habitação... 1962, np)

A postura da revista e, como mostra o texto, do IAB, era de descrença diante da participação estrangeira na formulação de políticas públicas. De acordo com o editorial, para os governos estaduais e federal do Brasil, construir unidades habitacionais era sinônimo de investir, gerar empregos e movimentar a economia, isto é, os investimentos em habitação não tinham como objetivo sanar o déficit habitacional: eram investimentos que faziam parte de políticas econômicas, que tinham como objetivo preencher lacunas deixadas pelo subdesenvolvimento. Essas políticas, paliativas, não rompiam com o ciclo de exploração interpaíses e não faziam o Brasil caminhar na direção da independência econômica. Se o déficit habitacional é consequência do subdesenvolvimento, a solução para o déficit habitacional jaz em uma política real de desenvolvimento e de superação da condição de país subdesenvolvido.

Na edição de número 70 (dezembro de 1962), *Habitat* reproduz manifesto publicado pelo departamento do Estado da Guanabara do IAB em prol de uma política habitacional abrangente e efetiva, em contraponto às políticas existentes, que, de acordo com o texto, são pontuais, pouco eficientes e frequentemente demagogas, ao passo que as ações do setor privado tinham apenas por objetivo o lucro

a curto prazo. O manifesto cita a reunião entre Brasil e Estados Unidos que ocorreu em Punta del Leste, a Aliança para o Progresso e a promessa de entrada de dólares no país, afirmando que essa aproximação entre os dois países seria de grande impacto para as políticas habitacionais (Ainda... 1960).

O texto cita 40 milhões de dólares prometidos, que serviriam apenas para abrigar cerca de 150 mil pessoas, enquanto nas favelas do Rio de Janeiro habitavam cerca de 1 milhão de pessoas, e nos mocambos de Recife, cerca de 500 mil. Só em São Paulo e no Rio de Janeiro, de acordo com os dados apresentados, a iniciativa privada investia anualmente 300 milhões de dólares no mercado imobiliário. Os valores não aparecem como uma informação consistente na própria revista *Habitat*; a própria postura do periódico diante da Aliança para o Progresso parece flutuar. Na edição 71 (março de 1963), a nota intitulada “Construção em massa de moradias populares na América Latina, objetivo da Aliança para o Progresso” afirma que a então recente visita de John Kennedy à Venezuela e à Colômbia havia sensibilizado o presidente dos Estados Unidos quanto ao déficit habitacional na América Latina; o líder estadunidense estaria se esforçado para sanar, ou ao menos amenizar o problema; para compensar a escassez de recursos e o atraso tecnológico da construção, teria oferecido 20 bilhões de dólares à Aliança para o Progresso através do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) (Construção... 1963).

Ainda de acordo com o manifesto, habitação não é sinônimo apenas de abrigo, de unidades habitacionais; políticas públicas nesse âmbito deveriam tratar também da qualificação do ambiente construído provendo infraestrutura, equipamentos e serviços. O que existia estava, de acordo com o texto, à beira do colapso; a provisão desses serviços deveria ser prevista pelo orçamento das políticas habitacionais, que também deveria levar em conta o desenvolvimento da indústria de materiais de construção, considerada obsoleta pelo manifesto.

O setor privado vinha “agindo como um câncer, reduz[indo] o ato de morar, para a maioria da população ainda capaz disso, a condições as mais humilhantes e vexatórias” (Ainda... 1960, p. 2); o capital imobiliário deveria ser considerado pelas políticas habitacionais sob a perspectiva de inversão da lógica predatória do mercado, evitando excessiva concentração de renda; o setor privado teria uma capacidade de investir muito maior do que o poder público, mesmo se o Brasil realmente recebesse apoio financeiro dos Estados Unidos. Nota-se que a mesma revista que, em 1960, se refere ao mercado imobiliário como “câncer”, no ano seguinte refere-se às favelas como “necrose”.

O texto afirma ainda que o problema da habitação não deveria ser circunscrito a uma classe, pois afligia diversos grupos tanto na cidade quanto no campo, bem como aqueles que não podem ser associados a uma classe específica. No lugar de um plano, o problema era reduzido, pelo Estado, a um slogan: um ato mais reacionário que revolucionário, como se propagandeava.

A edição da *Habitat* de número 68 (junho de 1962) publica o primeiro edital da década assinado pelo editor de arquitetura. Geraldo Ferraz (1962a) volta a falar sobre a questão da habitação; ele afirma enfaticamente que o déficit habitacional é um problema de ordem técnica, e acusa os governantes de perpetuarem sua própria alienação em relação ao problema, negligenciarem as áreas rurais e promoverem investimentos demagogos em políticas urbanas, amplamente propagandeados pelo governo – perpetuando assim a política de clientela que caracterizaria a história da república brasileira.

Diversos textos consultados estabelecem a oposição “técnica *versus* tecnologia” no sentido de afirmar que políticas públicas deveriam ir além de questões numéricas e econômicas; que o processo de elaboração e implementação de políticas públicas deveria ser um processo também de construção de conhecimento, e não apenas mera aplicação de fórmulas. Em outros textos, a afirmação de que políticas

públicas devem ser resolvidas pela técnica vai no sentido de construir a oposição “técnica *versus* interesses políticos”, isto é, no sentido de defender que deveria haver no interior do poder público ou junto a ele um corpo de profissionais que pensam políticas públicas – nesse caso, voltadas para a habitação – a partir de um olhar técnico, que também é científico e, portanto, tecnológico, não meramente servindo a campanhas eleitorais.

O texto afirma, inclusive, que havia equívocos na luta por abrigo empreendida pela classe trabalhadora, mas não desenvolve essa ideia. Podemos assumir que, do ponto de vista de Geraldo Ferraz – e, por consequência, da revista *Habitat* –, as reivindicações das classes trabalhadoras das cidades não deveriam ter como pauta a habitação propriamente dita, mas o planejamento e o desenvolvimento em sentido amplo que, se feito de maneira adequada, levaria à solução do déficit habitacional.

Mas, o problema nos aparece mal colocado desde que não esteja atendendo às amplas perspectivas do desenvolvimentismo, que se esgalham em condições deficitárias, da mão de obra necessária, que é o primeiro tempo da conjuntura industrializadora à ambientação do consumo, área final de qualquer programa. A habitação brasileira fica no meio dessas condições, com o seu instituto (IBH). O desenvolvimentismo exigia a industrialização “à outrance”, mas o campo estava esquecido e não é possível imaginar-se que se trabalhe nas cidades sem que a logística agropecuária na retaguarda esteja apta a abastecer os mercados em que a concentração industrial precisa, antes de tudo, de alimentação. (Ferraz, 1962a, np)

A revista acusa a falta de planejamento e a negligência diante da questão da habitação nas áreas rurais, bem como a falta de um planejamento integrado que levasse em consideração as relações entre as áreas urbanas e rurais – inclusive citando a *ferme radieuse* de Le Corbusier como modelo a ser seguido. O periódico novamente inverte sua posição diante de um determinado tema; como mencionado em outro momento desta Tese, em 1960 o editorial do número 62 se refere à proposta de Le Corbusier como ilusória e livresca, algo que deveria ser superado (Novo... 1960). Ainda de acordo com o editorial da edição 68, não havia políticas para fixar o trabalhador rural no campo ou para receber os imigrantes nas cidades, tampouco havia planejamento para a produção rural e para o abastecimento. “A estatística registra no ano passado ainda a invasão de S. Paulo, por exemplo, por quatrocentas pessoas, diariamente.” (Ferraz, 1962a, np). O texto defende que a migração entre um ambiente e outro, do campo para a cidade, causava inúmeros problemas de adaptação e deveria ser ao máximo evitada.

Em sua edição de número 73 (setembro de 1963), a *Habitat* dá ao déficit habitacional a alcunha de “grande entrave para o progresso”. O editorial, assinado por Geraldo Ferraz, tem como tema “O problema da habitação, sempre, porque se trata, evidentemente, do primeiro problema da cidade.” Geraldo Ferraz, “nas vésperas de se apagarem as luzes de um ano mais”, reflete sobre o déficit habitacional no maior país da “latinidade” em um contexto de inflação que, de acordo com o autor, favorece os ricos e prejudica os pobres (Ferraz, 1963a, p. 12). Ainda de acordo com o texto, o problema da habitação era discutido, em São Paulo, havia pelo menos 22 anos, com pouco efeito sobre as políticas públicas. De acordo com o texto, a população urbana brasileira, que em 1940 correspondia a 31,24% da população total e, em 1950, a 36,16%, em 1960 era de 45,08%, dos quais 11% estava apenas em São Paulo e Rio de Janeiro. Nessas duas cidades, um terço da população “mora no regime do favelado” (Ferraz, 1963a, p. 12).

“O primeiro fator da urbanização é a industrialização a todo transe, na quebra da nossa situação de subdesenvolvimento – mas também o é, e isto é o que faz o milhão de favelados no Rio, o movimento

migratório interno, efetuado em condições caóticas.” O texto afirma que em 1961 chegavam 400 pessoas por dia em São Paulo, que haviam saído do Norte e do Nordeste, e reivindica uma política nacional de controle da migração. “Nada se fez para criar condições de habitabilidade nas cidades; praticamente ignorando-se o problema no que diz com a situação agrária, embora tanto se fale na necessidade da reforma agrária.” O resultado, Geraldo Ferraz caracteriza como um processo de “superurbanização caótica” (Ferraz, 1963a, p. 12). O próprio processo de ruptura com o subdesenvolvimento, na sua opinião, deveria ser feito de maneira ordenada. Havia projeções de que, em 1970, o Brasil teria 39,7 milhões de habitantes nas cidades, 5 milhões em São Paulo e 4 no Rio de Janeiro, e 44,6 milhões de habitantes no campo.

Não cabe raciocinar em termos ideológicos, como o fazia Engels em 1872 – passaram-se noventa anos e os argumentos ideológicos caducaram –, senão em termos de existência, pura e simples, das populações “para qualquer regime”, pois sem fixar o homem num habitat não será possível haver civilização. (Ferraz, 1963a, p. 12)

Em 1960 havia, no Brasil, cerca de 32 milhões de habitantes nas cidades e 38 no campo; no estado de São Paulo eram 8,1 milhões na cidade e 4,8 no campo; e no estado do Rio de Janeiro, 5,3 milhões na cidade e 1,4 no campo. Em 1970 esses números foram para, no Brasil, 52,9 milhões nas cidades e 41,6 no campo; em São Paulo, 14,4 milhões na cidade e 3,5 no campo; e no Rio de Janeiro, 8,5 milhões nas cidades e 1 milhão no campo. Ao longo da década de 1960 o país foi de 45% para 56% da população morando em cidades (IBGE).

Na edição seguinte, a *Habitat* (número 74, dezembro de 1963) fala novamente sobre as relações entre habitação e desenvolvimento. O editorial tem como título “Condicionantes dos desenvolvimentos”. “Desenvolvimento é a meta imediata que embriaga os homens de nosso tempo”, afirma o texto, que expressa a posição “de uma revista que tem no seu título um programa: *Habitat*” (Condicionantes... 1963, p. 14). O editorial sugere que, para os países latino-americanos, promover o desenvolvimento significava realizar esforços no sentido de alcançar o grau de desenvolvimento de outros países, considerados “superdesenvolvidos”. Esse processo seria necessariamente difícil, era necessário que os países da América Latina criassem fóruns para discutir e refletir sobre esse processo.

O bárbaro neolítico contava com reduzido instrumental, reduzido e tosco. O censo demográfico estava muito longe de ser uma vaga ideia. Entretanto, agora, o homem vive em cidades superpovoadas, dispendo de centenas de escravos por habitante, em energia – mas em compensação o seu superdesenvolvimento já o leva àquele ponto em que a sociologia precisa denunciar a existência de um “desemprego tecnológico”, pois só nos Estados Unidos a automatização está levando ao desemprego cerca de 50 mil operários por mês. (Condicionantes... 1963, p. 14)

Retomando e aprofundando o tema da habitação, a revista publica uma seção especial intitulada “Urbanismo e habitação popular” (Urbanismo... 1963). O primeiro texto da sessão é o PL 1929/1963, apresentado à Câmara dos Deputados pelo então deputado Artur Lima (Projeto... 1963). De forma aparentemente alinhada à recomendação do IAB-SP conforme texto publicado na revista *Acrópole* no ano anterior, o PL extingue o Conselho Federal de Habitação e a Fundação da Casa Popular, criando a Superintendência da Política Urbana (SUPURB), vinculada diretamente à Presidência da República e com autonomia administrativa, financeira e técnica. Seu objetivo é estudar os aglomerados urbanos brasileiros, bem como elaborar e executar, diretamente ou em convênio com entidades públicas, privadas ou pessoas físicas, o Plano Nacional de Urbanização e os Planos Regionais e Setoriais.

O PL também determina de maneira expressa que a SUPURB tem como objetivo fomentar a indústria de materiais de construção, disciplinar o mercado imobiliário e normatizar a descentralização do parque industrial brasileiro, o que pode ser lido como resposta às reivindicações para que o Estado controlasse as pressões migratórias internas.

Além disso, o texto institui o Fundo Especial de Urbanização e Habitação, constituído de dotações orçamentárias equivalentes a, no mínimo, 3% do orçamento da União, sendo composto por contribuições de melhoria, receita patrimonial e de prestação de serviços, operações de crédito e correção monetária, além de outras contribuições de instituições públicas, privadas e pessoas físicas brasileiras ou estrangeiras.

Com essas providências, que consideramos prévias de uma Reforma Urbana, cremos que estarão instauradas as linhas mestras de uma Política Urbana, no Brasil.

[...]

Não será inovação, mesmo, a proposta. Na verdade, ela é uma consequência do que desejou o legislador constitucional brasileiro e o impôs, no artigo 147 da atual “Carta Magna”, que diz:

“O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social.” (Projeto... 1963, p. 41)

O PL foi arquivado no dia 12 de maio de 1964, menos de dois meses depois do golpe militar (Reforma... 1964). O segundo texto da referida seção, intitulado “A habitação popular no Rio de Janeiro”, sugere diretrizes para o tratamento do problema das favelas, “mazela urbana típica” da cidade carioca (A habitação... p. 42). O texto brevemente desqualifica críticas a Carlos Lacerda, então governador da Guanabara; cita a criação da Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB), assim como a estimativa de que, naquele momento, o número de “favelados” chegava a 1 milhão, e a ideia de que o problema da habitação não seria resolvido apenas com a oferta de unidades habitacionais, mas também com ações de fixação do “ex-favelado” em sua nova casa, que dele exigia um novo estilo de vida.

Nem sempre o favelado o é por necessidade. No levantamento das favelas do Rio, realizado pela equipe do padre Lebret por encomenda desta folha, ficou evidenciado que uma considerável porcentagem dos moradores das favelas cariocas tem recursos para morar melhor. Contudo o hábito criou vínculos com essas condições verdadeiramente sub-humanas de vida e o favelado, mesmo podendo, não abandona a favela, ou quando transportado para melhor ambiente, procura, deliberada ou inconscientemente, deteriorá-lo para voltar à promiscuidade e ao desconforto anterior. (A habitação... 1963, p. 43)

Em seguida, *Habitat* apresenta “O drama da habitação popular” de Eurico de Andrade Azevedo, originalmente publicado na *Folha de São Paulo*. O autor recupera a fala de Lauro Bastos Birkholz, então diretor do Centro de Pesquisas e Estudos urbanísticos da FAU USP, no Seminário de Habitação e Reforma Urbana realizado pelo IAB-SP, especificamente a estimativa de que o valor do terreno em empreendimentos de habitação popular chega a 50% do custo total da obra – adiantando o debate sobre o valor da terra, de grande importância nos dias de hoje. Outro custo relevante era o custo da burocracia: processos, alvarás e outros documentos que “conduzem as classes menos favorecidas a enveredar, sistematicamente, pelo caminho das construções clandestinas e do acobertamento profissional” (Azevedo, 1963, p. 44). O texto parte do pressuposto de que a população pobre, desamparada pelo poder público, não tinha condições, inclusive materiais, de se apropriar da dimensão burocrática do Estado.

O texto segue, apontando para os problemas decorrentes da exploração da moradia popular pelo mercado, que, visando o lucro, oferece unidades em locais afastados e sem elementos básicos de infraestrutura que integrem esses loteamentos à cidade. A solução oferecida pelo texto, além do adensamento que proporcionaria um ganho de escala, é a descentralização dos planos habitacionais, que deveriam ser de responsabilidade dos municípios. As prefeituras deveriam produziriam habitações em terrenos e glebas municipais para ofertar à população pobre, que, por sua vez, poderia financiar essas unidades a prazos longos e juros baixos.

Às vésperas do golpe militar, o editorial da edição de número 75 da *Habitat* (fevereiro de 1964) cita a homologação de decreto, por João Goulart, então presidente da República, que trata da desapropriação de terras: “[...] não será demais que a *Habitat* volte a ventilar o problema das habitações, fator que tem gerado descontentamento social, pondo em risco as instituições democráticas livremente constituídas no Brasil.” (Habitação... 1964a, p. 16). Provavelmente trata-se do Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964, que

Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências. (Brasil, 1964)

Exatamente um mês depois, Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de presidente da República, assina o Decreto nº 53.883, de 13 de abril de 1964, que revoga o Decreto nº 53.700/64.

Conclusão do Capítulo 3

“Desenvolvimento”, ao longo da primeira metade da década de 1960, no campo da arquitetura e urbanismo, era um termo que significava não apenas crescimento econômico, mas melhoria da qualidade de vida de forma generalizada, inclusive sob o aspecto estético que, no que dizia respeito à linguagem, deveria expressar a realidade do novo capítulo da história do país. “Democracia” ganha um sentido amplo, maior do que “sufrágio universal”: significava elevar toda a população a patamares mínimos de dignidade.

Mas a realidade nesse novo capítulo da história do país era caótica. Procurando posições possíveis no encontro da prática projetual com a atuação política, o descontentamento diante das soluções dadas a problemas cuja origem parecia ser o modo capitalista de produção e reprodução das cidades não encontrava refrigério em caminhos propostos por governos e políticas públicas, quando não comunistas, à esquerda. Posturas conciliatórias eram inevitavelmente marcadas por uma série de contradições; arquitetos e urbanistas tateavam problemas crônicos e em agravamento, cuja solução era urgente.

Ao longo da primeira metade da década de 1960, discutir os contornos da profissão de arquiteto e urbanista era discutir a contribuição desses profissionais também no campo da política e da economia nacional. Diante do acelerado processo de industrialização do Brasil, marcado por conflitos políticos, pressões inflacionárias e crises de abastecimento, é evidente que os autores que participavam das revistas estudadas faziam um duplo esforço: primeiro, no sentido de fazer com que a industrialização se transformasse em desenvolvimento e independência econômica para o Brasil; segundo, para que desse processo participassem ativamente arquitetos e urbanistas.

Por um lado, à condição de subdesenvolvimento era atribuída uma série de problemas, diretamente associados ao acelerado processo de industrialização e ao crescimento das populações urbanas, que ocorreram, segundo os textos consultados, sem o planejamento adequado e num contexto de exploração de países subdesenvolvidos por países desenvolvidos, de classes ricas sobre classes pobres; e no âmbito da construção das cidades, sob falta de regulamentação que disciplinasse a construção. Por outro lado, em certos momentos, para arquitetos e urbanistas, a condição de subdesenvolvimento era algo quase positivo: representava oportunidades de trabalho e desenvolvimento de soluções que poderiam integrar esforços no sentido da consolidação de um país econômica e politicamente estável e independente. É como se houvesse, à frente dos arquitetos e urbanistas, um novo e amplo campo a ser explorado. Nesse sentido, a influência de países como os Estados Unidos, materializada sobretudo pela Aliança para o Progresso, era vista com desconfiança e foi, posteriormente, criticada.

Habitação e planejamento, associados, estavam no centro de diversos debates. Arquitetos e urbanistas reivindicavam mais espaço no interior do Estado para fazer valer seu papel, de modo a contribuir para que as cidades crescessem de maneira adequada. Todavia, ainda que seja possível concluir que havia um conflito entre, de um lado, um pequeno grupo de arquitetos às voltas com o desenho da nova capital e seus edifícios e, de outro, a construção da atividade de planejamento em sentido amplo, tal conclusão apagaria as nuances, o trânsito e as tentativas de articulação, de diversos personagens, entre o desenho na escala do edifício e a formulação de políticas públicas focadas no espaço da cidade, das intervenções executadas pelo poder público à disciplina imposta ao mercado imobiliário.

Em meio ao processo de industrialização, arquitetos e urbanistas pareciam procurar, ao mesmo tempo, incorporar a indústria em suas agendas e reivindicar um lugar a partir do qual pudessem participar do processo de expansão não apenas do setor. Apesar do viés que hoje podemos reconhecer como elitista das revistas em geral, permanece, ao longo do recorte, a reivindicação para que habitação e planejamento fossem incluídos como pautas de políticas públicas específicas, encaradas como problemas de ordem técnica.



[4] Presença e concretude

É possível afirmar que os encontros das “culturas populares” com as “culturas eruditas” também são assunto tratado por arquitetos e urbanistas ao longo das páginas das revistas, porém como uma busca no passado por temas do presente. Na *Acrópole* de número 274 (setembro de 1961), em “Partido arquitetônico paulista em Goiás”, Carlos Lemos apresenta informações obtidas através de pesquisas sobre as construções deixadas pelos bandeirantes e procura sustentar a seguinte hipótese: as casas bandeiristas fundam uma arquitetura típica paulista, ainda que, como o texto reconhece, o partido comumente adotado por essas construções, marcado por um alpendre geralmente central na fachada, não seja exclusivo da região. Sua análise é semelhante à de Joaquim Cardozo sobre o mesmo tema, mas dando protagonismo à arquitetura produzida no estado de São Paulo.

Entre nós a designação de frontispício paulista é válida porque foi o mameluco de serra acima que o adotou, transformando-o em característica regional, compromissando-o com a taipa de pilão, vinculando-o de tal maneira com a planta da casa, com o programa, com o modo de vida, que, às vezes, ficamos pensando se a fachada decorre do planejamento interno da residência ou se a planta é constantemente simétrica e daquela maneira agenciada para alcançar aquela fachada pré-estabelecida. (Lemos, 1961, p. 361-362)

Carlos Lemos faz parte de um grupo de autores interessados nos registros históricos materiais, procurando, nas construções antigas e nos registros deixados ao longo do processo de ocupação do território brasileiro, pistas sobre modos de construir e ocupar que, de alguma forma, informam e fundamentam a arquitetura do presente. Especificamente, o autor faz um esforço no sentido de estabelecer relações entre estrutura, programa e composição para aproximar algo que poderíamos chamar de “modo bandeirista de construir”, de um lado, e “arquitetura moderna paulista”, de outro. Parecem ser pressupostos do arquiteto autor do texto: que arquitetura moderna diz respeito ao conjunto de práticas e procedimentos projetuais marcados pelos postulados de Le Corbusier, os cinco pontos da arquitetura e a quatro funções da cidade; e que um dos traços que permitem a diferenciação, ainda que esquemática, entre arquitetos paulistas e cariocas, é a opção, do grupo paulista, pela grande cobertura sob a qual o programa é organizado.

De acordo com o texto, as escolhas de projeto para as casas bandeiristas são similares às escolhas de projeto típicas da arquitetura moderna de São Paulo. Esses também são pontos de aproximação entre as casas bandeiristas e os engenhos do litoral do estado, enquanto marcam a diferença entre as casas bandeiristas no Sudeste e as fazendas de açúcar no Nordeste, estas em geral caracterizadas pela separação do programa, cada parte em sua construção própria. Ainda de acordo com o texto, o avanço dos bandeirantes pelo Centro-Oeste e o desenvolvimento das plantações de cana de açúcar promoveram o espalhamento da tipologia que Carlos Lemos identifica como casa bandeirista. Exemplares tanto em taipa de pilão quanto em pedra podem ser encontrados em Minas Gerais e Goiás, estado no qual havia exemplares dos mais complexos, como aquele, hoje inexistente, que teria pertencido ao Engenho São Joaquim. É notável que “Partido arquitetônico paulista em Goiás” tenha Gilberto Freyre como referência central ao tratar desse

Exemplar arquitetônico que abrigou programa complexo, vinculando funções variadas sob mesma cobertura, programa que agenciava no flanco da moradia o

engenho, a oficina, o depósito, a cavalariça, não dando importância à promiscuidade entre a habitação e a fábrica, entre a família e o escravo, o feitor, o agregado. (Lemos, 1961, p. 263)

Na revista *Módulo* de número 29 (agosto de 1962), o texto “Um tipo de casa rural do antigo Distrito Federal e Estado do Rio” – de Joaquim Cardozo, então funcionário do SPHAN –, originalmente publicado na *Revista do Patrimônio Histórico*, tece comentários sobre a falta de atenção dada pelos historiadores brasileiros à arquitetura comum, ofuscada pela arquitetura religiosa, deixando de lado significativos registros da história do Brasil. Para Joaquim Cardozo, a predileção pelo estudo da arquitetura sacra é em si religiosa, isto é, os estudos tendem a reproduzir o culto.

E à grandiosidade da obra está ligada a grandeza do gênio, do ser admirável e raro, louvado e enaltecido como um mágico, quase como um Deus.

Na arquitetura civil, entretanto – quero me referir àquela da simples casa de habitação, não a dos palácios e edifícios públicos –, a personalidade do projetista se perde na multidão, como que se apaga para deixar ver apenas o gosto popular e coletivo. (Cardozo, 1962, p. 2)

Tal apontamento revela o papel das religiões cristãs, do catolicismo, na estrutura da sociedade brasileira em diversos níveis, da constituição subjetiva dos indivíduos às instituições no campo da política e da economia. A aposta do autor é no sentido de que tal constatação é o início de uma mudança na maneira de enxergar a arquitetura, não mais como uma série de edifícios isolados, mas como um campo delimitado. Assumindo postura significativamente distinta de Carlos Lemos, Joaquim Cardozo aponta para a ideia de que a própria identidade do homem branco não é universal e tem contornos bem definidos.

O texto elabora análises, a partir de reduzida documentação e de visitas aos lugares de interesse, procurando identificar os elementos que caracterizam os edifícios e que permitiriam tratá-los como um conjunto, sobretudo no antigo Distrito Federal, no Estado do Rio de Janeiro, e em algumas regiões de Minas Gerais, tornando possível aproximar o texto, nesse ponto, com “Partido arquitetônico paulista em Goiás”. Por ter sido o Brasil uma colônia portuguesa, o autor se interessa pelos estudos lusitanos sobre o tema das casas tradicionais, ainda que, segundo o texto, esses também sejam relativamente escassos; o texto destaca trabalhos portugueses que não se dedicam em profundidade às características dos edifícios propriamente ditos – a casa-grande, o engenho, a senzala e a capela –, mas a partir dos quais é possível inferir que uma das principais características transplantadas da metrópole para a colônia é o latifúndio.

Joaquim Cardozo divide as fazendas e seus conjuntos de edifícios em quatro grupos. O primeiro é caracterizado pelas fachadas regulares e plantas simétricas; pode ter sido fortemente influenciado pelas

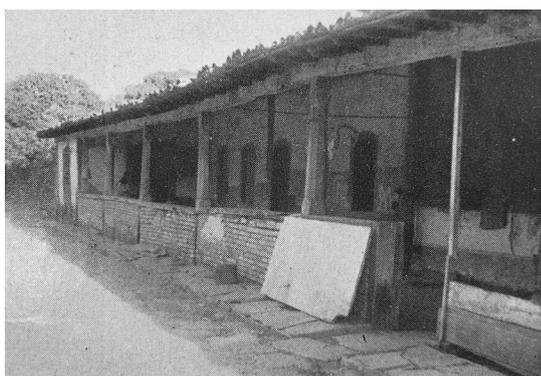
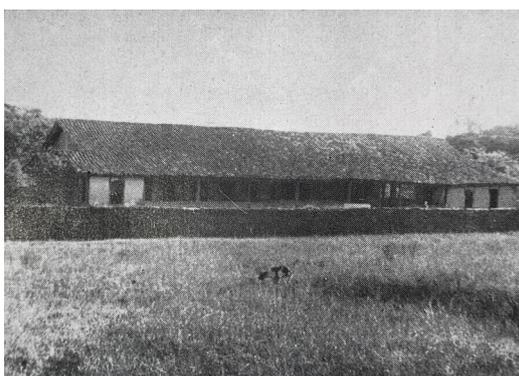


Figura 60: Partido arquitetônico paulista em Goiás.
Fonte: Lemos, 1961, p. 361.

construções dos jesuítas; a capela e, em alguns casos, o próprio engenho eram internos à casa-grande. O segundo é caracterizado pela construção rudimentar e pela fachada marcada pelo prolongamento das duas águas principais do telhado. O terceiro é marcado por uma volumetria comum, com um bloco central de dois pavimentos e duas alas laterais térreas, bem como pela sofisticação do tratamento das fachadas. O quarto e último é marcado pelos telhados de quatro águas, pelo grande alpendre em uma das fachadas, que sugere uma divisão interna em duas alas, e pelo primor construtivo que, de acordo com o autor, revela certa sofisticação estética. Em meio a essa categorização, Joaquim Cardozo estabelece uma relação entre o grau de sofisticação das construções e sua localização: quanto menos sofisticado, mais remoto no tempo ou no “espaço social” (Cardozo, 1962, p. 3).

O texto parte para um exame mais detalhado sobre as construções do quarto grupo, cujo interesse especial surge acerca do alpendre, que, junto com as escadas exteriores, são características particulares das casas portuguesas e brasileiras do período – o que torna possível aproximar o texto de Joaquim Cardozo e “Capelas alpendradas de São Paulo”, de Carlos Lemos (1960a; 1960b). A sofisticação da cobertura desses espaços se assemelha ao que se observa em claustros franciscanos; as colunas marcam o ritmo da fachada e, vistas de dentro da casa, emolduram o exterior; há contrastes entre o alpendre e o restante da construção, mais rústica e primitiva.

A revista *Módulo* também publica, em sua edição de número 38 (dezembro de 1964) – a segunda e última de 1964, e a penúltima antes do hiato forçado pela ditadura militar –, “Aspectos e detalhes da arquitetura de Minas Gerais”, de Silvio de Vasconcellos.

Embora, pois, sejam admiráveis os exemplos do passado, verifica-se que a febre do “moderno” e das inovações tem conduzido ao menosprezo da tradição, principalmente daquela mais próxima contra a qual se insurgiram, inicialmente, as novas ideias artísticas que serviriam de base à implantação da arquitetura contemporânea. (Vasconcellos, 1964, p. 2)

Acompanhado por uma série de imagens em tamanho grande, o texto procura recuperar elementos da arquitetura mineira de períodos anteriores, que, de acordo com o autor, representam a legítima arte nacional – arte essa relativamente distante dos princípios estrangeiros que lhe deram origem. A matéria reúne obras inovadoras dos séculos XVIII e XIX que, de acordo com o autor, não recebiam a devida atenção dos arquitetos da década de 1960, mas estavam sendo recuperadas e reinterpretadas.

Ao observarmos os textos que tratam de construções históricas, tornam-se evidentes – assim como quando observamos os projetos publicados em cada revista – as fronteiras entre *Acrópole* e *Habitat*, sediadas em São Paulo, e *Módulo*, sediada no Rio de Janeiro. Mais do que privilegiar a produção histó-



Figura 61: Um tipo de casa rural do antigo Distrito Federal.
Fonte: Cardozo, 1962, p. 3-13.

rica e contemporânea nos seus respectivos estados, em certos momentos o próprio traçado dos limites entre os territórios parecia estar em disputa, sobretudo nas revistas paulistas, que, vale ressaltar, davam especial relevo ao movimento Bandeirante – como exemplo disso, podemos citar o texto “Iconografia bandeirante”, de José Geraldo Vieira (1963), publicado na *Habitat* de número 71 (março de 1963) por ocasião da inauguração estátua de Borba Gato, feita por Júlio Guerra.

A revista *Habitat*, em sua edição de número 69 (setembro de 1962), publica “Velha dama à beira-mar sentada, Parati pretende ser paulista”. Com texto de Ewaldo Dantas Ferreira e imagens de Alice Brill, o trabalho, publicado originalmente no jornal *Folha de São Paulo*, descreve a cidade histórica que, de acordo com os autores, ficou abandonada do começo do século XVIII – quando deixa de ser passagem entre Rio de Janeiro e Minas Gerais e o transporte de ouro pela estrada de Paraty é proibido – até meados do século XX – quando é tombada pelo SPHAN, a estrada Cunha-Paraty é reaberta e a cidade se transforma em polo turístico.

O município, que Lucio Costa teria chamado de “o conjunto arquitetônico mais puro do Brasil” (Ferreira; Brill, 1962, p. 2), não foi de fato abandonado, como sugere o texto; a estrada de Paraty, mesmo não sendo mais uma das principais rotas mercantis do país, continuou tendo sua importância ao longo do século XVIII. A cidade se tornou um importante centro produtor de açúcar e cachaça e, durante o ciclo do café, após a proibição do tráfico de escravizados, Paraty recebia os navios que burlavam a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, chamada Lei Eusébio de Queirós, que proibiu a entrada de africanos escravizados no Brasil. A substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado foi progressiva, assim como a expansão da malha ferroviária que permitia a ligação do interior com o litoral sem passagem por Paraty, ou seja: na prática, o período de crise profunda da cidade durou apenas entre o final do século XIX e meados do XX, quando chegaram os primeiros automóveis e as casas no centro histórico eram reformadas sob supervisão do SPHAN por uma parcela da elite sudestina. O título do texto faz referência à ideia de que, entre 1721 e 1726, a cidade foi parte da Capitania de São Vicente; e quando o texto foi publicado, havia, de acordo com o autor, um movimento no sentido de fazer com que Paraty voltasse a fazer parte de São Paulo.

Em sua edição de comemoração do 25º aniversário da publicação, a revista *Acrópole* número 295/296 (junho de 1963) propõe uma série de reflexões sobre a cidade de São Paulo, exaltando a cidade e alçando a colina histórica ao status de acrópole paulista. Na primeira página, no lugar da seção “Pioneiros do movimento moderno” que era publicada regularmente à época, um texto passa brevemente por pontos importantes da história da revista, incluindo a sua fundação em 1938, por Roberto Kneese de Mello e Roberto A. Corrêa de Brito, bem como a sua venda para a Editora Max Gruenwald & Cia em 1953 (25º

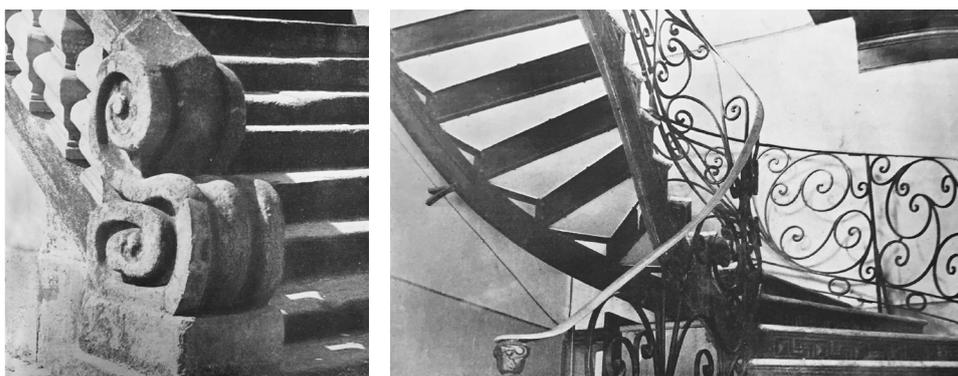


Figura 62: Aspectos e detalhes da arquitetura de Minas Gerais.
Fonte: Vasconcellos, 1964, p. 8-13.

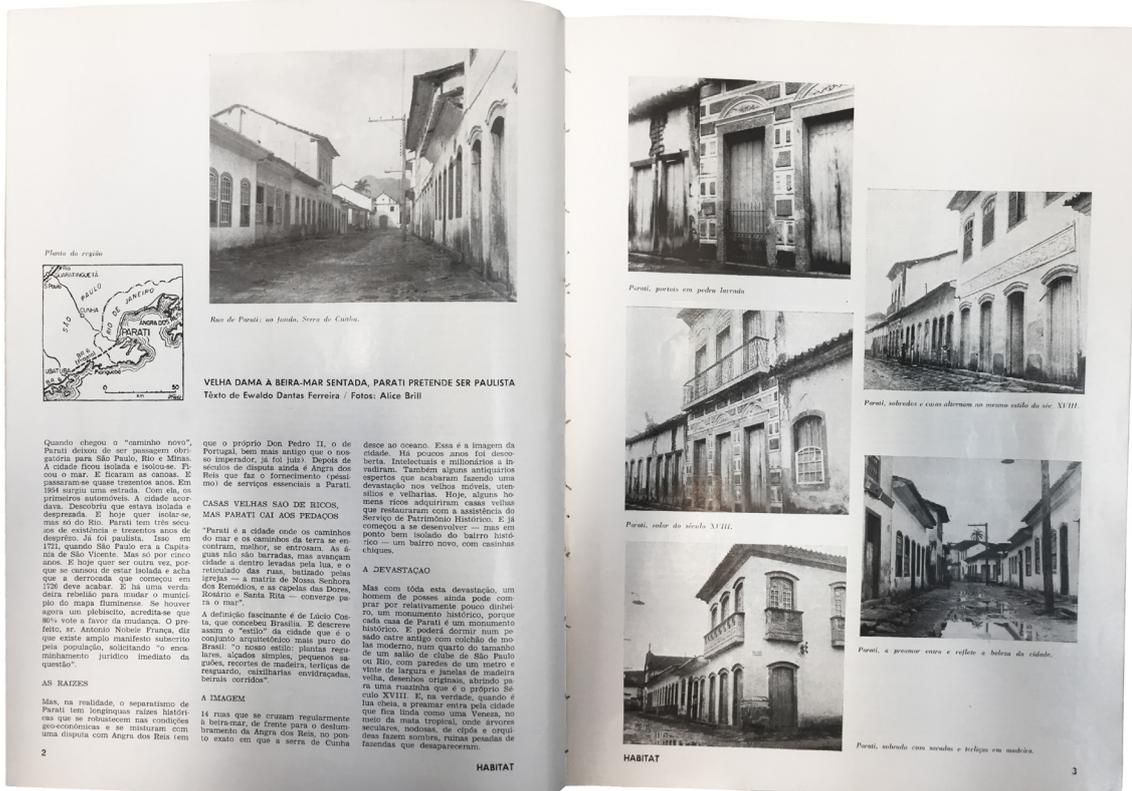


Figura 63: Velha dama à beira-mar sentada.
 Fonte: Ferreira; Brill, 1962, p. 2-3.

aniversário... 1963). A edição publica um poema de Guilherme de Almeida (1963); um painel que exibe as capas das primeiras edições das revistas de arquitetura publicadas no Brasil até aquele momento (Revistas... 1963); um “Roteiro de arquitetura contemporânea de São Paulo” organizado por Eduardo Corona e Carlos Lemos (1963); e textos de Aziz Ab’Saber, Luiz Saia e Jorge Wilhelm, que investigam as origens e os estados originais da cidade.

Em “O sítio urbano inicial da aglomeração paulistana”, o geógrafo Aziz Ab’Saber (1963a) descreve o problema das paisagens originais de São Paulo, cidade à época com 4 milhões de habitantes. Em uma grande cidade são alteradas as características físicas do território, o clima, a cor e a transparência do céu. Torna-se difícil precisar as características físicas e a vegetação originais da área ocupada pela mancha urbana, sobretudo, no caso de São Paulo, da colina histórica. O que parece interessar mais a Ab’Saber são os efeitos da ocupação ameríndia sobre a região, e a dificuldade de estabelecer um limite entre o que é natural e o que é resultado da ação humana.

Em um segundo texto publicado na mesma edição, intitulado “Originalidade do sítio da cidade de São Paulo”, Aziz Ab’Saber elabora as questões em torno das quais estão envoltas a fundação de cidades em regiões de relevo acidentado, descreve as relações entre a geografia física e a organização da construção de São Paulo e conclui que a cidade é uma exceção no que diz respeito à escolha do sítio pelos colonos portugueses; por sua localização *sui generis*, ela “tem se comportado como uma espécie de **entroncamento-patamar** entre o litoral e os planaltos interiores do Brasil Centro-Occidental” (Ab’Saber, 1963b, p. 246).

Em “Notas para a teorização de São Paulo”, Luiz Saia levanta alguns dos mais importantes traços característicos da “unidade paulistana”, aqueles elementos de importância histórica e que cumprem papel estrutural para a conformação física e cultural da cidade (Saia, 1963a, p. 209). De partida, o arquiteto

aponta para dois desses elementos: as Bandeiras e o cultivo do café, ligado à fundação de todas, exceto 29 das então quinhentas cidades do estado de São Paulo. De acordo com o texto, São Paulo e a Cidade do México são as duas únicas cidades fundadas no período colonial que não são pontos de parada de rotas marítimas. Luiz Saia atribui ao suposto encontro do bandeirante João Ramalho e da indígena Bartira o momento de fundação de São Paulo, sem se preocupar com datas específicas.

É fundamental para a narrativa construída por Luiz Saia a ideia de que os povos indígenas são como elementos da natureza que, como as intempéries e os animais selvagens, eram ameaças à colonização.

A vitória formal sobre os índios que ameaçavam São Paulo, o abandono dos muros que tentavam transformar Piratininga num baluarte oficial, a valorização da vila pela incorporação da população de Santo André e, afinal, a formação de dois núcleos novos (Mogi e Parnaíba) capazes de absorver e permitir a vivência às brigas tradicionais entre os membros da classe dirigente, são as marcas que assinalam a vitória da tese dos colonos. Atrás desses marcos e formando sua base efetiva subjazia um fato fundamental: a região já contava com uma produção de mamelucos suficiente para sustentar a montagem de uma sociedade de feição característica, empreendedora, criadora e capaz de impor suas teses e valores. (Saia, 1963a, p. 211)

Luiz Saia concorda com Aziz Ab'Saber quanto à ideia de que São Paulo era uma exceção, considerado o *modus operandi* da colonização portuguesa no continente sul-americano. De acordo com Saia, a progressiva negação de modelos jesuítas, utópicos e científicos de ocupação do território, a negação da dualidade entre cidade e campo e a adoção de modelos militares, empíricos, em detrimento de modelos baseados na propriedade privada de bens imóveis foram de suma importância – tudo isso ao lado da miscigenação, que teria garantido “bases biológicas” a partir das quais a população de São Paulo enfrentou as adversidades naturais. O caráter “feudal-familiar, já dessacralizado” no século XVII, teria sido fundamental para a invenção de São Paulo, ainda que descaracterizado nos séculos seguintes, sobretudo pela crescente presença do Estado (Saia, 1963a, p. 212). Conforme afirma o autor:

O mameluco é mais do que um homem livre, é um homem liberto, peça principal da sociedade. Para sua produção, os colonos transformaram seus estabelecimentos em verdadeiros haras, com tantos filhos mestiços que nem sabem o número. (Saia, 1963a, p. 212)

O texto conta a história do crescimento da cidade de São Paulo a partir da evolução do número de habitantes. A intenção parece ser demonstrar que, a partir do desenvolvimento da cultura cafeeira, a cidade de São Paulo atingiu um ritmo de crescimento acelerado em relação a outras regiões do país,



Figura 64: Iconografia bandeirante.
Fonte: Vieira, 1963, p. 28.

ritmo esse jamais alcançado pelas políticas públicas. Isso de tal forma que, na década de 1960, o congestionamento do centro e o espraiamento da periferia, as grandes distâncias entre as áreas produtoras e as áreas consumidoras de produtos básicos e a oferta deficitária de infraestrutura e serviços públicos eram problemas crônicos.

A cidade de São Paulo, que em meados do século XVIII apresentava uma população de cerca de 4.000 habitantes, em 1810 já atingia 20.000 habitantes, cifra essa que seria dobrada em 70 anos, na época da Proclamação da República. Vinte anos depois a população da capital era seis vezes maior, ritmo esse que se repetiria nos seguintes 20 anos, uma vez que em 1920 o volume demográfico paulistano estava em torno de meio milhão. Na época da crise de 1929, com uma cifra de cerca de 900.000 habitantes, caminhava decididamente para atingir seu primeiro milhão em 1933. Esses ritmos, assumidos em plena vigência da economia do café, demonstram uma notável tendência a se conservar. Atualmente o coeficiente de crescimento regional é da ordem de 0,035, enquanto o da capital está em torno de 0,05.

[...]

Além de esta nova escala urbana não ter sido atendida de um modo correto, um outro aspecto revolucionário da metropolização paulistana, o da organização dos serviços públicos, não foi tratado de conformidade com sua nova compleição problemática. Mesmo agora, passados tantos anos e com uma defasagem tão evidente, o tratamento apenas técnico e capitalista tem o endosso dos responsáveis. Os serviços concedidos continuam... concedidos, e na mesma situação de déficit, que não resulta da incapacidade técnica das concessionárias, como geralmente se pensa, mas simplesmente porque a categoria atual desse serviço não suporta mais a solução de nível técnico e capitalista. O que acontece no setor de energia elétrica é bem elucidativo. Num núcleo urbano de porte reduzido, digamos Xiririca, energia elétrica é problema de iluminação doméstica; no volume urbano de São Paulo metropolitano esse tipo de reivindicação dá um salto para ganhar um nível social de primeira essencialidade, pois além da iluminação, estão vinculados ao seu fornecimento não só as indústrias de vital interesse coletivo, como também a maioria dos serviços públicos, inclusive os mais importantes e fundamentais, como água e transporte. Subordinar coisas de tamanha importância aos interesses capitalistas que a concessionária defende, como é o seu papel, representa inverter a hierarquia dos valores em pauta. A categoria rei-

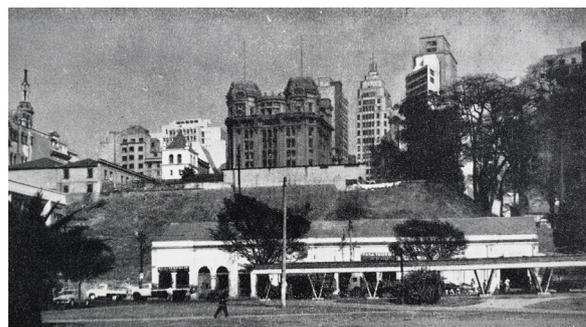
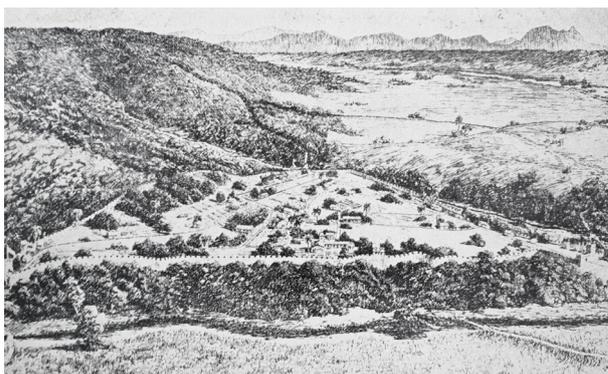


Figura 65: O sítio urbano inicial da aglomeração paulistana.
Fonte: Ab'Saber, 1963a, p. 206.

vindicatória dos serviços públicos é defesa de um bem social. Aí, a solução técnica há que necessariamente estar condicionada e jamais ser condicionante, como acontece. (Saia, 1963a, p. 213-219)

O autor aposta na não dualidade cidade-campo, ele acredita que é preciso romper com abordagens estritamente técnicas e capitalistas em prol de abordagens tecnológicas e sociais. A ruptura dos limites claros entre ambiente urbano e rural é, para Luiz Saia, um ato de resistência; como os bandeirantes resistiam às pressões ultramarinas, os paulistanos da década de 1960 resistiam às pressões do capitalismo tecnocrata. São Paulo caminhava no sentido de resgatar posições “primitivas” (Saia, 1963a, p. 220).

Para o arquiteto, era fundamental compreender que São Paulo passava por um intenso processo de industrialização que podia contar com “um contingente de habitantes em estágio artesanal, situado numa posição especialmente favorável para evoluir rapidamente para o estágio técnico”. Sua localização privilegiada no território permitia à indústria da cidade, inclusive, optar pelo transporte de cargas via rodovias, a opção mais cara. Ao comparar São Paulo com outras regiões do país, o autor afirma sobre o Nordeste: “pujança demográfica volumosa, mas os contingentes disponíveis para o trabalho fabril estão num estágio pré-artesanal, numa estrutura econômica ainda imatura e numa compleição urbana apenas em evolução”; e sobre o Sul: “o volume populacional é mais discreto, [mas] a presença do imigrante em estágio artesanal proporcionou uma evolução rápida para a técnica” (Saia, 1963a, p. 220).

Na mesma edição, Jorge Wilhelm publica “São Paulo: seus pontos de encontro”, texto acerca da necessidade de um Plano Diretor para a cidade e sobre a “urgência duma política que defina e encaminhe a reforma urbana”. Para o arquiteto, Brasília era um marco do intenso processo de urbanização espontânea pelo qual o Brasil passava, e também da fundação da prática planificadora, mentalidade que surgiu da necessidade. Por outro lado, a prática de planejamento urbano era, naquele momento, danificada pela falta de conhecimento da realidade das cidades – aprendíamos nas escolas mais sobre cidades medievais europeias do que sobre as cidades brasileiras. De acordo com o texto, uma cidade, que é um conjunto de edifícios individuais e os seus espaços externos, de circulação e encontro, tem seu “caráter” definido pelos pontos em que os encontros e trocas acontecem de forma intensa, pontos que se tornam os núcleos da vida urbana (Wilhelm, 1963, p. 223).

Jorge Wilhelm se apropria da expressão “coração da cidade”, título do VIII CIAM, de 1951, conhecido como aquele que reorganiza o debate acerca do planejamento urbano. O arquiteto faz um esforço no sentido de inserir o Brasil e a América Latina nos debates internacionais sobre o assunto; debates dos quais, de acordo com o texto, o país estava fora. Contudo, para planejar o desenvolvimento da cidade, é preciso entender a cidade. No caso de cidades brasileiras e latino-americanas, era preciso planejar a

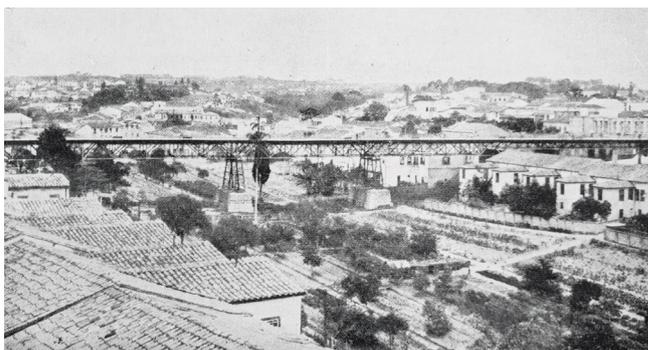


Figura 66: Notas para a teorização de São Paulo.
Fonte: Saia, 1963a, p. 216.

partir das suas particularidades, e não a partir de modelos vindos da Europa, pensados para cidades de origem medieval. A partir daquele conceito e dessa premissa, Wilhelm expõe sua leitura sobre a cidade de São Paulo e aquilo que a caracteriza.

De acordo com o arquiteto, as cidades medievais nasceram a partir da livre associação coesa de imigrantes, sem a participação de pessoas ou grupos com raízes no território; o “grupo fundador” era marcado pela igualdade de direitos que levaram à criação de novas e específicas regras de convívio, caracterizadas pela ideia de liberdade – a cidade liberta o homem. A ocupação europeia na região de São Paulo ecoa a fundação das primeiras cidades; a ausência do Estado permitia aos colonos organizarem-se de maneira que poderia ser caracterizada como democrática e meritocrática. Apesar de reconhecer que “a participação de negros e, inicialmente, de índios, alter[ou] significativamente as relações de classe das sociedades urbanas” no Brasil, colonização parecia ser, para Jorge Wilhelm, sinônimo de democracia e meritocracia (Wilhelm, 1963, p. 225).

A miscigenação racial foi talvez maior e mais necessária em São Paulo do que em qualquer outra região; pois o colono via-se como que “impelido” a ter filhos com as índias da região, sendo comum em todas as fazendas, as “donas” paulistas criarem os filhos mamelucos dos maridos: este semear de filhos deu pouco a pouco a base humana à ocupação desmedida de terras novas; ocupação esta que era feita sob forma de campanha militar. À figura do mameluco, sempre identificado como “conhecedor da terra”, juntou-se posteriormente a do mulato e a do escravo, especialmente a do escravo liberto do século XIX, que se entrosava bem na intensa atividade comercial da cidade boca de sertão. (Wilhelm, 1963, p. 229)

Apesar de discordar de Luiz Saia quanto ao momento zero da história paulista – para Jorge Wilhelm, seria a fundação do colégio jesuíta –, “São Paulo: seus pontos de encontro” corrobora a ideia de que a imigração, associada ao cultivo do café, teve um papel importante para o crescimento demográfico da cidade e para a consolidação tardia de uma sociedade “plurifacial”. De acordo com o texto, em 1920, cerca de um terço da população paulistana era estrangeira, metade da população estrangeira era italiana. Em sintonia com Saia, Wilhelm afirma que esses imigrantes europeus traziam consigo “uma base artesanal importante”, fundamental para o processo de industrialização (Wilhelm, 1963, p. 225).

O isolamento geográfico de São Paulo propiciava a invenção de soluções próprias suprimindo múltiplas carências de que padecia a cidade: assim o linguajar considerado “antiquado”, a roupa pobre e recatada, os hábitos austeros e desconfiados e a própria arquitetura pobre de taipa, refletiam a situação isolada, perigosa, de acampamento

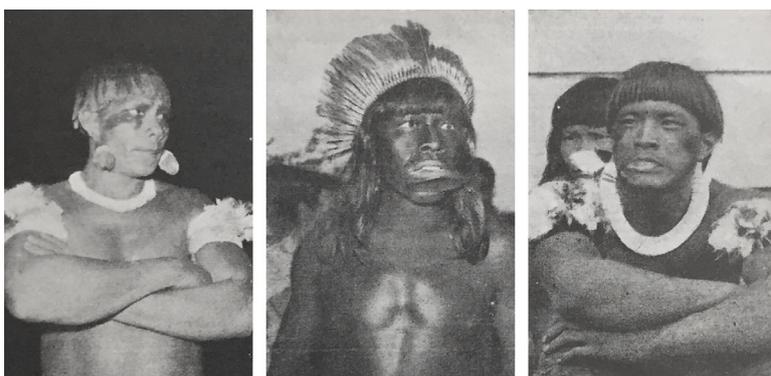


Figura 67: Os Kamaiurás.
Fonte: Klein, 1965, p. 72.

paramilitar da São Paulo seiscentista. Torna-se óbvio que a contradição com soluções portuguesas ou litorâneas se aguçaria cada vez mais. Mas, por outro lado, convém notar que os esforços em copiar modelos europeus refletia uma tendência alienadora que coexistiu e que também se aguçou, mormente no começo deste século, chegando a ser típica da educação e cultura do Brasil até há pouco. (Wilheim, 1963, p. 227)

Esses processos históricos teriam levado à consolidação de “corações”. Antigamente, o Pátio do Colégio funcionava como praça cívica; a Rua Direita e a Rua São Bento eram pontos de encontro do cotidiano “onde se instalaram as principais lojas e as melhores residências”; o Largo da Misericórdia era ponto de encontro de pessoas escravizadas e no Largo São Francisco algumas delas vendiam “quitutes” enquanto seus senhores, que lucravam com as vendas dos escravizados, estudavam na Faculdade de Direito (Wilheim, 1963, p. 231). O texto menciona também o Parque da Luz, a Rua 24 de Maio, a Rua do Gasômetro e a Rua Benjamin Constant, além de pontos de encontro de povoados antigamente afastados da cidade, como o Largo de Pinheiros, o Parque do Ipiranga e a Praça da Árvore, e pontos de encontro “especializados” da década de 1960 como a Rua Augusta (dos jovens), a Praça da Sé (dos músicos) e a Rua Direita (da “gente de cor”) (Wilheim, 1963, p. 233).

Para Jorge Wilheim, sua pesquisa deveria informar o estabelecimento de pontos de encontro em meio ao processo de construção de um Plano Diretor para São Paulo: espaços públicos de reunião cívica, espaços de abastecimento, espaços de recreação e pontos de cruzamento do sistema de transporte. Com essa abordagem, o arquiteto procura indicar os caminhos para “obtenção de meios que possibilitem uma verdadeira **reforma urbana**: um novo estatuto de propriedade do solo urbano, uma nova conceituação de desapropriação por interesse social, o equipamento profissional e técnico para planejar e o conhecimento da dinâmica própria da cidade” (Wilheim, 1963, p. 237).

Ainda que nos anos anteriores ao golpe os textos contivessem uma série de pontos considerados hoje problemáticos, no que diz respeito às narrativas sobre a fundação das cidades é notável o contraste entre textos como “São Paulo: seus pontos de encontro”, escritos antes do golpe militar, e outros redigidos sob a ditadura. Após o golpe militar as revistas abandonam o tom crítico e propositivo, passando a publicar textos meramente descritivos, como “O ‘Kuarup’ dos índios Kamaiurás”, de Suzana Klein (1965), ou narrativas romantizadas como “Visualização carioca”, de José Geraldo Vieira. Nesse texto, por exemplo, lê-se o seguinte:

Observando-se os mapas mais conhecidos do Rio de Janeiro, desde os antigos, de André Thevet, Albernaz avô, Albernaz neto, João de Noronha Freire, João Rossio e André Vaz Figueira, até os do século XIX, de Rivara, Bauch e Deroy, verificamos o



Figura 68: O Kuarup dos Kamaiurás.
Fonte: Klein, 1965, p. 73.

gradual nascimento e a quase total permanência da toponímia e da onomástica dadas às reentrâncias e saliências duma topografia exuberante, sendo de notar o predomínio do léxico português.

[...]

Na clave moderna, de após 22, há que fazer menção a um gráfico puro, Osvaldo Goeldi, e a um artista gráfico-plástico, Di Cavalcanti. Este, carioca aliás, levou mais adiante a pintura antropomórfica de Guillobel, Rugendas, Debret e Ender, caracterizando não só paisagens de sabor lírico (Paquetá, por exemplo), como aspectos sociais e humanos da massa popular, incluindo a vida nos morros e favelas, os lances carnavalescos etc. (Vieira, 1965 p. 45-51)

Revista *Acrópole* e Adhemar Chaves

A revista *Acrópole* começa a década de 1960 nitidamente interessada em publicar textos nos quais se discute a história do Brasil. Ainda em 1959, sua edição de número 254 (dezembro de 1959) anuncia uma nova seção, organizada por Adhemar Chaves. A partir da edição seguinte, a revista irá apresentar aos leitores diferentes cidades e personagens históricas brasileiras, ora em “fichas” na primeira página, com um pequeno texto e uma imagem, ora em matérias que compõem o corpo da edição, com textos longos e conjuntos numerosos de imagens. A revista faz um esforço de divulgação daquilo que os editores entendiam por arquitetura tradicional brasileira.

No processo de desenvolvimento da terra brasileira, é sempre em primeiro lugar a torre da igreja que desponta, num protetor de uma cidade que em torno dela fatalmente surge. Depois as habitações vão se multiplicando, impulsionadas por forças de um progresso incontestável.

Sempre foi assim, tanto no Norte como no Sul. E, não obstante predominar em nossos dias uma arquitetura evoluída, ainda temos espalhados – para glória do patrimônio nacional – verdadeiros berços e sacrários da Antiguidade clássica. Se olharmos os núcleos geradores europeus de onde tem partido a salvação do espírito latino, veremos que somos um povo sem tradição.

Mas, se atentarmos um pouco para o que temos, quer no litoral ou no interior, então travamos consciência das proporções de nossos próprios recursos... Urge não ignorar o que foi legado, porque proteger o que fomos é o preço do que somos em tradição.

Não é somente por pertencermos a uma civilização ainda moça que iremos negar o mundo de ontem, onde já avisaram centenas de famílias e floriram milhares de colheitas! Não, nem mesmo quando os homens ocuparam o seu trabalho todos estes nove milhões de quilômetros quadrados – nem mesmo aí – poderemos nos alhear do mundo de arte autêntica que há dentro do Brasil! (Conheçamos... 1959, p. 3)

A passagem acima expressa noções importantes que estruturam um certo olhar, contido na revista, ainda que não exclusivamente, sobre a história. Primeiro, a ideia de que as cidades brasileiras quase necessariamente foram fundadas pela igreja católica. Segundo, a ideia de que o processo de colonização pelos europeus é um processo civilizatório. Mais que isso: por se tratar de uma colonização de viés re-

em **20 anos** - milhares de quilômetros instalados em todo o Brasil!

BRASILIT

s. a. tubos brasilit
sede: marconi, 131 • 7.º • 34-4127 • s. paulo
fabrica: s. paulo • Recife • porto alegre

diâmetros: 50 mm a 500 mm.
tipos: **monolíticos**, de ponta e bolsa, lisos, com luvas.
distribuidores em todo o Brasil

ACROPOLE

ANO XXII — N.º 255

ACROPOLE — REVISTA MENSAL
Redação e Administração, Rua Barão de Itaipuaçu, 23, 5.º andar, sala 307 — Fone: 25-1838
Caixa Postal 3798 — São Paulo, Brasil

Editor
Max Grunwald & Cia.
Fundador — Diretor Geral (1958-1952)
Roberto A. Carlini de Brito

Diretor Geral
Max M. Grunwald

Diretor Responsável
Roberto Fortes Gomes

Diretor Secretário
Cyro Ribeiro Pereira

Diretor Geralista
Manfredo Grunwald

Publicidade
Gilberto A. Cappellano

Representantes
Rio de Janeiro: Panamericana — Avenida Erasmo Braga, 227, 7.º e 713 — Fone: 43.9240
Rio de Alagoa: Max Walter — Rua Garibaldi, 628
Casa Postal 1124
Belo Horizonte: Escritório Duho — Rua dos Timbros, 834 — Fone: 2.4427
Salvador: João Soares — Rua Chile, 1
Recife: Soc. Técnica Brasileira Ltda. — Av. Rio Branco, 192, 1.º andar, sala 103.

Cidade: Cláudio Comendador — Rua Fradique Coutinho, 432 — Fone: 68-4029
Campus e impresso nas oficinas da Imprensa Ltda. 53, s. e 54, São João Bosco, 2125 — Fone: 63.3832
Circ.: F. G. Cordeiro Dias

PREÇO DESTA EDIÇÃO: Cr\$ 90,00
ASSINATURA ANUAL: Cr\$ 300,00
COM REGISTRO: Cr\$ 600,00

Noticiário

Diccionário da Arquitetura Brasileira
Eduardo Coroneo e Carlos Lemos — arquitetos 79

Sede Social e Residência
Raul Levi, Roberto Caspary Casor e Luiz R. Carvalho Franco — arquitetos 83

Edifício 5.ª Avenida
Fátima Brasil de Melo Brito — arquiteta 88

Residência no Itaim
Roberto Barros e M. Tomaz — arquitetas 92

Edifício de Apartamentos
Miguel Eudor Jr. — arquiteta 94

Anteprojeto para Residência de Campo
Eneias Vargas Cardoso — arquiteta 96

Edifício de Apartamentos em Belo Horizonte
Ulisses Nunes Muniz — arquiteta 98

Alcântara, Monumento Histórico Nacional
Adhemar Chaves 101

Boletim do Instituto Brasileiro de Acústica 105

Bibliografia 110

Prancheta Viva
Enoch Gabriel Chachani — decorador

NOSSA CAPA: Utilização de elementos vazados do Neo-Rex do Brasil Ltda.

SÃO LUIZ DE MARANHÃO
A antiga capital de França Equinocial foi fundada por Daniel de La Touche, S. De la Rivarola, quando da sua ocupação de Maranhão no ano de 1612. São Luiz possui para São Luiz dois anos após a sua fundação, o nome do herói de Albuquerque Maranhão que ergueu as fundações de nossa terra, no memorável litoral de Guaxinlândia. O regime de Alameda Brasileira que se distinguiu sobressaem em sua zona ricamente colonizada. A foto ao lado dá um vislumbre admirável para esta em suas acconômicas e monumentais linhas. O conjunto foto-gráfico parece um dos quadros clássicos da antiga colônia. O aspecto é do regime que pertence a São Luiz, na zona con-siderada, antiga, comercial.
Adhemar Chaves

Figura 69: São Luiz de Maranhão.
Fonte: Chaves, 1960a, np.

ligioso, é um processo de salvação. E é esse processo que nos faz brasileiros e, ao mesmo tempo, quase europeus; detentores de um legado que vem da Antiguidade clássica.

A ideia de que o Brasil começa com a chegada dos portugueses é evidente na edição 259 da mesma revista (abril de 1960), que comemora os 460 anos do “descobrimento” com ficha sobre Porto Seguro, local da chegada dos portugueses, “berço da nacionalidade” (Arruda; Chaves, 1960, np). Também na edição 265 (novembro de 1960), que publica ficha sobre Arraial D’Ajuda, “antessala de Porto Seguro”, essa cidade novamente recebe a alcunha de “nascledouro do Brasil” (Chaves, 1960j, np).

Na edição 255 da revista (janeiro de 1960), Adhemar Chaves (1960a) apresenta, em ficha na primeira página, a cidade de São Luiz do Maranhão. Publicado no corpo da edição, o texto “Alcântara: monumento histórico nacional”, do mesmo autor, descreve de forma saudosa a cidade maranhense, lugar antigamente rico, habitado por famílias nobres com ligação estreita com a alta administração do império português. “No fim do século XIX entrou, entretanto, em inexorável decadência consequente dos acontecimentos políticos...” (Chaves, 1960b, p. 101). À época da publicação, de acordo com o autor, a cidade se encontrava no seguinte estado: repleta de ruínas, que ganhavam atenção graças às recentes medidas de proteção; havia energia elétrica, mas não havia serviço público de água encanada; havia apenas uma fonte de água potável, em praça pública, chamada Mirititua. Não há menção aos povos originários, mas referências aos povos escravizados:

O pelouro, obra prima, rara e possivelmente única existente no Brasil em seu estilo, é esculpido em mármore branco, atingindo cerca de 6m de altura por uns 60cm de diâmetro, aumentando algo em cima, na cabeça. Foi salva da destruição em 1889, quando grupos exaltados destruíram o pelouro de São Luís, com golpes de machado e marreta. Um patriota enterrou-lhe alhures e somente quase 70 anos após foi localizada

pela velha escrava Mãe Calú, em frente à matriz. Restaurado, o pelourinho surgiu esplendoroso em 24 de dezembro de 1948, tricentenário da elevação de Alcântara à vila. (Chaves, 1960b, p. 101)

Para Adhemar Chaves, a Proclamação da República e o ataque a elementos que representavam o Império – e, por consequência, a escravidão – foram atos de violência; foi graças a um patriota que o pelouro foi salvo. Seria possível argumentar que não se trata de exaltar a escravidão, mas de comemorar esforços no sentido de preservar elementos que contam a história da cidade de Alcântara e do país... não fosse o fato de que, na ocasião da comemoração do tricentenário da elevação de Alcântara a vila, o pelouro voltou à praça marcando a celebração da escravidão como elemento fundador de Alcântara e do Brasil.

A ideia de colonização como necessário ato civilizatório é o fio condutor dos textos de Adhemar Chaves na *Acrópole* de número 262 (agosto de 1960), nos quais o autor conta brevemente a história da atuação jesuíta no Brasil celebrando, de passagem, Lucio Costa e sua atuação no SPHAN – a quem o texto “Catedral de S. Miguel, capital dos Sete Povos” atribui o reconhecimento institucional como patrimônio histórico das construções, então em ruínas, erguidas pelos jesuítas.

Hoje, quem visita as famosas ruínas missionárias, em especial a de São Miguel, antiga capital de Sete Povos, sente de perto, muito perto, o esforço hercúleo e a grandiosidade do trabalho da Companhia de Jesus em prol da formação histórica de nossa Pátria. (Chaves, 1960f, np)

Em “Ruínas de São João, um dos Sete Povos”, o autor descreve os jesuítas como um grupo que heroicamente construiu uma avançada civilização, incorporando as especificidades da América Latina e de seus povos indígenas. Para Chaves (1960g), a expulsão dos jesuítas foi um ato de ignorância protagonizado pelo Marquês de Pombal.

Na edição seguinte, de número 263 (setembro de 1960) Adhemar Chaves (1960h) apresenta a cidade de Bananal, no estado de São Paulo. Em 1970, o trabalho do autor foi citado no pedido de tombamento, submetido ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), de um conjunto edificado naquela cidade.

O trabalho do SPHAN, de preservação das ruínas deixadas pelos Sete Povos das Missões, é novamente elogiado na edição 23 da revista *Módulo* (junho de 1961), em texto assinado por José Reznik (1961). De acordo com “Redução de São Miguel, a ‘rainha dos Sete Povos’”, o empreendimento jesuíta no Rio Grande do Sul foi, por algum tempo, bastante bem-sucedido e próspero; nele, os povos indígenas conviviam com os jesuítas em harmonia, perpetuando seus costumes, mas também aprendendo a ler, escrever, cantar e tocar instrumentos como europeus. A hipótese do texto parece ser a de que os povos



Figura 70: Ruínas de Bertioga.
Fonte: Chaves, 1960l, p. 78.



Figura 71: Pelouro de Alcântara.
Fonte: Chaves, 1960b, p. 104.

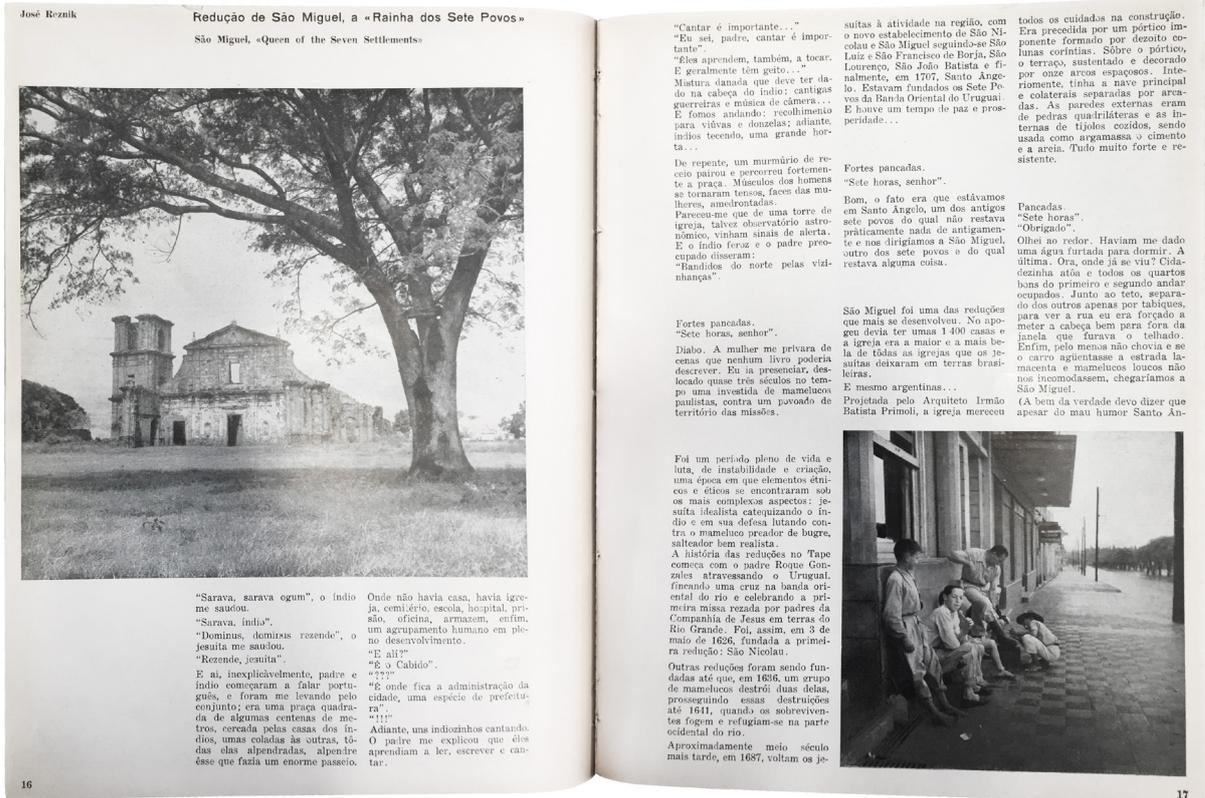


Figura 72: Redução de São Miguel.
Fonte: Reznik, 1961, p. 16-17.

indígenas foram alegremente catequizados porque estavam protegidos, pela ordem católica, de eventuais invasores.

O protagonismo dado ao catolicismo pode ser observado também na edição de número 258 da revista *Acrópole* (março de 1960), que publica ficha sobre a cidade de Mariana, MG (Chaves, 1960c). Na mesma edição e na seguinte, Pierre Reithler (1960a; 1960b) publica “Campanários e sinos” e, nas edições 260 e 261, Carlos Lemos (1960a; 1960b) publica “Capelas alpendradas de São Paulo”. Se, por um lado, Lemos estrutura seu texto a partir de referências que hoje reconhecemos como estruturalmente racistas, como *Casa-grande e senzala* de Gilberto Freyre, por outro, é um dos poucos autores que, ao discorrer sobre arquitetura histórica, faz referência direta aos povos indígenas:

Em 1767 os índios de São Miguel já produziam tijolos queimados em suas olarias, dirigidas pelos padres capuchos, bons no ensino das atividades artesanais, ao contrário dos jesuítas que eram mais mestres de catecismo, rezas, ladainhas e teatro para curumins. (Lemos, 1960b, p. 238)

Na edição 260 (maio de 1960), o autor apresenta Itaimbezinho, um conjunto de escarpas próximo de Torres, RS. O texto explica que o nome da cidade é composto pelas palavras “ita” e “imbê”, que significam “pedra” e “vegetação que se agarra”, sem nomear a língua da qual essas palavras fazem parte e sem fazer nenhuma outra menção, direta ou indireta, aos povos nativos da região (Chaves, 1960d). Na edição 261 da *Acrópole* (junho de 1960), Adhemar Chaves (1960e) apresenta o Morro da Queimada, em Ouro Preto. O texto conta que o local era propriedade de Pascoal da Silva Guimarães, um dos financiadores de Felipe dos Santos, líder do movimento de insurgência contra a coroa portuguesa de 1720 conhecido como “Revolta de Vila Rica”. De acordo com o texto, após a derrota do movimento, Felipe dos Santos foi esquartejado e seu corpo, arrastado pelas ruas de Vila Rica; Pascoal da Silva Guimarães foi preso e

sua propriedade, incendiada – daí o nome do lugar. Para Chaves, a Revolta de Vila Rica, a Inconfidência Mineira e a Proclamação da Independência são os três principais marcos da luta heroica do povo brasileiro.

Dentre outras menções a supostos episódios da história de heroísmo do povo brasileiro, destacamos a edição de número 264 da *Acrópole* (outubro de 1960), na qual Adhemar Chaves (1960i) apresenta o monumento aos mortos na Guerra do Paraguai, erguido em Florianópolis, SC. O texto começa citando o nome antigo da ilha de Santa Catarina, Jurerê-mirim, e seu significado, “boca pequena”, novamente sem citar a língua de origem do termo ou os povos nativos.

Na edição 266 (dezembro de 1960), o autor deixa evidente o caráter conservador da história de heroísmo que conta, quando apresenta a Praia de Torres, no Rio Grande do Sul, “irmão sulista” de São Paulo, administrada pela Sociedade Amigos da Praia de Torres, “erguida por homens de boa vontade, qual farol para aqueles que desejam servir a si, à família, à sociedade e ao Brasil” (Chaves, 1960k, p. 3). Também nessa edição, o autor descreve as ruínas históricas de Bertioga. O texto cita o Forte São Felipe ou São Luiz, a Igreja de Santo Antônio de Guaíba e a Armação da Baleias, além do Forte de São Tiago ou São João, que resistiu “a todas as violências – dos índios, dos piratas, das ondas em tremendas ressacas, do tempo e dos homens destruidores e indiferentes” (Chaves, 1960l, p. 76).

Em 1961, na edição da *Acrópole* de número 267 (janeiro de 1961), o autor escreve sobre a lenda de Nossa Senhora da Vitória. A imagem em pedra teria sido deixada por uma misteriosa mulher que “viera em socorro de nossas tropas na hora crucial”, na disputa pelo Maranhão entre portugueses, de um lado, e franceses e o povo Cumã, de outro, desaparecendo após milagrosamente garantir a vitória portuguesa. No texto, “nossas tropas” eram as tropas portuguesas e o povo Cumã, nosso inimigo. Ao afirmar que “a história do Maranhão, segundo alguns escritores, começou antes da descoberta do Brasil” – não porque ali havia povos nativos, mas porque a região teria sido “descoberta” por europeus em 1497 –, Adhemar Chaves reforça a ideia de que, no Brasil dos brasileiros, os povos indígenas são tão estrangeiros quanto os franceses (Chaves, 1961a, np).

Na edição seguinte, de número 268 (fevereiro de 1961), Chaves apresenta alguns eventos e costumes da “época áurea” de exploração das jazidas de ouro de Minas Gerais, época em que “foram relaxados os cuidados técnicos e houve um desabamento que soterrou centenas de escravos que tiveram um dos mais ricos túmulos, em ouro magnífico”. O autor também publica “Estrada de ferro Madeira-Mamoré: esplendor e decadência da estrada da borracha”, escrito em 1955 por ocasião de sua visita à região. O texto conta a história da ferrovia inaugurada em 1912, famosa não pelas qualidades técnicas, mas por ter sido um empreendimento cuja execução foi de altíssima dificuldade e dispêndio; e também pela quantidade de vidas tomadas, “ceifadas aos milhares, quer de americanos, ingleses e barbadianos, quer de brasileiros”. Episódio “agravado possivelmente pela maldição dos pajés americanos ameaçados em suas malocas pelos ‘caraíbas’ invasores” (Chaves, 1961c, p. 155).

À época em que o texto foi escrito e publicado, a ferrovia ainda funcionava; o autor identifica um movimento de decadência atribuído indiretamente à chegada do avião a Porto Velho. Em 1966, sua desativação foi determinada pelo então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco; em 1972, os trilhos foram finalmente desativados e o acervo começou a ser vendido como sucata; em 2005, o que restou da ferrovia foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No final do séc. XIX, o Acre, então parte da Bolívia, havia sido amplamente ocupado por brasileiros, sobretudo migrantes do Ceará, que colaboraram para que, no início do século seguinte, após conflitos armados, fosse proclamada a independência do Acre. Logo em seguida o território foi ocupado por tropas brasileiras e,

após acordo firmado entre Brasil e Bolívia, que legava ao primeiro a conclusão da Madeira-Mamoré e o pagamento de dois milhões de Libras Esterlinas à segunda, o território passou a fazer parte do Brasil. Vale destacar que Adhemar Chaves (1961c) atribui ao Barão de Rio Branco o sucesso dessa negociação. O Território Federal do Acre foi elevado à categoria de Estado por João Goulart, pela Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, algo que pode ser interpretado como um esforço de Jango no sentido de ampliar seu apoio político e conseguir a volta do presidencialismo.

Na edição seguinte, de número 269 (março de 1961), a revista retoma o tema dos grandes empreendimentos civilizatórios com “Paulo Afonso, redenção do Nordeste”, texto não assinado sobre a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, inaugurada em 1955 (Paulo Afonso... 1961). Em seguida, na *Acrópole* de número 270 (abril de 1961), Adhemar Chaves publica “Sururu, prato típico alagoano”, sobre o molusco preparado em Maceió, tipicamente na Lagoa Norte, “um verdadeiro Shangri-La nordestino”, prato esse “no mesmo nível do camarão e da lagosta” (Chaves, 1961d, np).

Na *Acrópole* de número 275 (outubro de 1961), Chaves publica “Delmiro Gouveia: profeta e industrial nordestino”. O texto conta a história do industrial, “inegavelmente um *self-made-man*”, um dos três reis do sertão nordestino no começo do século XX, ao lado do coronel Ulisses Luna e do cangaceiro José Rodrigues (Chaves, 1961e, p. 396-397). O autor nos conta que Delmiro Gouveia nasceu no Ceará e cresceu em Pernambuco, praticava comércio, estabeleceu uma rede de contatos e, a partir dela, constituiu um parque industrial no Alagoas que chefou até sua morte, em 1917; seu legado se desfez após sua morte, sua usina hidrelétrica, de grande potência, foi desativada em 1945, após a chegada da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), as instalações remanescentes de seu parque industrial não resistiram à grande enchente de 1956. Em 1917, ainda de acordo com o texto, o industrial, então com 54 anos, foi vítima de uma rajada de tiros disparada por três “sicários assalariados”,

[...] possivelmente componentes da quadrilha sinistra de José Rodrigues o rei do cangaço, que vinham traiçoeiramente assassinar friamente, a mando como é voz corrente no local, de concorrentes, um homem que nenhum mal lhes fizera. (Chaves, 1961e, p. 398)

O texto ainda conta que os assassinos foram presos, mas o caso nunca foi solucionado. Supostamente por comando de concorrentes estrangeiros, após a morte do burguês, as peças sofisticadíssimas das fábricas foram compradas por “testas de ferro” e destruídas, encerrando um importante ciclo econômico. Ao assumir que os três reis do sertão nordestino são um industrial, um coronel e um cangaceiro, o autor torna evidente a leitura que faz sobre a região. Ao contar a história de Delmiro Gouveia, afirma ter sido o industrial um homem que não teve infância, obrigado a crescer forte para sobreviver em um ambiente hostil. Não fica claro, todavia, qual é a origem da hostilidade que furtou a infância do personagem. Em determinado momento, o texto compara o industrial com árvores das quais são extraídas madeira de lei, sugerindo uma fusão entre Gouveia e o sertão nordestino; e sugerindo também que, para Adhemar Chaves, hostilidade é uma característica regional natural. Tanto em “Paulo Afonso, redenção do Nordeste” quanto em “Delmiro Gouveia: profeta e industrial nordestino”, o autor expressa a ideia de que a indústria salvaria o Nordeste.

Adhemar Chaves não publica outros textos na revista até o fim de nosso recorte, exceto por “As estradas imperiais do café”, publicado na edição 305, em abril de 1964, mês e ano do golpe militar. A partir de 1962, o volume de textos diminui significativamente na *Acrópole*; a revista passa a publicar praticamente apenas notícias curtas e projetos, privilegiando desenhos. A exceção é a coluna mensal de

Eduardo Corona, publicada na segunda página, da edição de número 291 (fevereiro de 1963) até a última, de número 390 (novembro de 1971), fazendo as vezes de editorial.

A edição 271 (junho de 1961) havia inaugurado, no lugar das fichas sobre cidades históricas, a série “Igrejas do Brasil”. Adhemar Chaves escreve o primeiro texto; nas edições seguintes, a autoria é anônima; a partir do número 276 (novembro de 1961), Oscar Campiglia passa a esporadicamente figurar como autor dessa pequena seção. A série deixa de ser publicada a partir da edição 281 (abril de 1962), mas temas historiográficos voltam à pauta da 284 (julho de 1962) até a 302 (janeiro de 1964), nas quais, quase ininterruptamente, publicam-se estudos assinados pelo Grêmio da FAU USP (GFAU) sobre edifícios paulistas construídos ao longo do período colonial, procurando quase exclusivamente descrever suas características físicas.

A partir da edição de número 281 (abril de 1962) até a 300 (outubro de 1963), a revista *Acrópole*, na primeira página, passa a publicar uma série de pequenos textos intitulada “Pioneiros do movimento moderno”. Em cada edição, a série apresenta um arquiteto: William Morris (281, abril de 1962); Victor Horta (282, maio de 1962); Henry H. Richardson (283, junho de 1962); Adolf Loos (284, julho de 1962); Louis Sullivan (285, agosto de 1962); Roberto Maillart (286, setembro de 1962); Erich Mendelsohn (287, outubro de 1962); Peter Behrens (288, novembro de 1962); Ebenezer Howard (289, dezembro de 1962); Hendrik Petrus Berlage (290, janeiro de 1963); Charles R. Mackintosh (291, fevereiro de 1963); Antoni Gaudí (292, março de 1963); Otto Wagner (293, abril de 1963); Tony Garnier (294, maio de 1963); Frank Lloyd Wright (297, julho de 1963); Henry Van de Velde (298, agosto de 1963); Joseph Hoffmann (299, setembro de 1963); e Hans Poelzig (300, outubro de 1963).

Na edição 301 da revista (novembro de 1963), no lugar da série “Pioneiros do movimento moderno”, publica-se uma pequena coluna de Oswaldo Corrêa Gonçalves (1963) sobre a arquitetura nas Bienais de São Paulo. Essa edição é quase inteiramente dedicada a Sérgio Bernardes e à sala especial que homenageava o arquiteto na VII Bienal de São Paulo. Na edição seguinte, de número 302 (janeiro de 1964), o espaço passa a ser ocupado com notícias breves.

Em sua última aparição ao longo de nosso recorte, na revista *Acrópole*, Adhemar Chaves faz um panorama pela história do café e das estradas imperiais, que “deveriam ter merecido uma melhor atenção pelo muito que fizeram pela pátria em que nascemos” (Chaves, 1964, p. 41). O texto conta que a cultura cafeeira é inaugurada no Brasil quando “o magnífico sargento-mór Francisco de Melo Palheta trouxe da Guiana Francesa, em 1727, as primeiras sementes de café”; a produção migrou em direção ao Sudeste, as “sementes verdadeiramente milagrosas desaparecem nas covas recém-abertas pelas enxadas coloniais manejadas pelos braços escravos”, e ganhou expressividade no estado de São Paulo entre 1830 e 1860 (Chaves, 1964, p. 38-39).

Ainda segundo o texto, a produção cafeeira passou por duas grandes crises: em 1906, desencadeada pela queda nos preços do café no mercado internacional, que levou à firmação do chamado “Convênio de Taubaté”; e em 1929, momento em que a crise global, especialmente dos países do Norte, derrubou os preços do café no mercado internacional, levando o governo brasileiro a comprar e queimar parte da produção – crise essa creditada pela queda da oligarquia cafeeira e pela ascensão de Getúlio Vargas e de uma política de industrialização. A indústria, que salvaria o Nordeste, estava na raiz da crise econômica no Sudeste. Adhemar Chaves encerra o texto com descrições de uma série de trechos das antigas estradas imperiais e reivindica medidas de proteção e preservação, dando especial relevo à abolição da escravatura, evento que ganha status de peça-chave da crise da economia cafeeira, escrevendo em tom de lamento:

Em 1888 sofre o café um gravíssimo colapso resultante da Lei Áurea, cujos braços escravos são libertados. O grande ato de humanidade da libertação do negro foi, porém, tremendo em seus efeitos econômicos não só na baixada fluminense, como também nas montanhas e outros locais nos quais a mão escrava era soberana e única. A baixada fluminense – ferida gravemente pela pancada da Abolição, com seus engenhos parados, quais esqueletos enormes de uma estrutura econômica morta e baseada em suor, sangue e lágrimas de escravos comercializados como bestas humanas – torna-se teatro de acontecimentos dantescos com o retrocesso à barbaria inicial. É a recua da escravaria retirante que marcha sempre sem rumo e que premida pela fome e miséria absolutas semeia em todos os cantos a tristeza consternadora que deixa o homem que passa, acampa e vai-se embora. Tanto a baixada fluminense como os cafezais paulistas irmanam-se no abandono desolador: o polígono cafeeiro teve o seu imenso exército verde inteiramente paralisado e tomado pelo matagal asfixiante e destruidor. Foi nesse caos que surgiu a visão esplêndida do conselheiro Antônio Prado para o bem de S. Paulo e do Brasil: clorofilam-se novamente os cafezais esqueléticos com as mãos de um milhão de emigrantes portugueses, espanhóis e sobretudo italianos. Ressurge milagrosamente, para o bem comum, o ouro verde de milhões e milhões da rubiácea agradecida. A seguir, em 1906 e 1930, mais dois colapsos violentos quase fulminaram a estrutura cafeeira, salva, empiricamente, pela fogueira imensa de 80 milhões de sacas de café e mais dezenas de milhões de cafeeiros sacrificados! (Chaves, 1964, p. 39)

Máisa Fonseca de Almeida (2008) descreve Adhemar Chaves como engenheiro, jornalista e cineasta membro de entidades culturais, e atribui importância ao trabalho documental publicado pela revista *Acrópole*. Ana Lúcia Cerávolo e Dayane Carolina Leite (2016), em trabalho intitulado *A restauração arquitetônica em revista: a constituição de um novo campo de atuação nas revistas de arquitetura e urbanismo brasileiros na década de 1960*, fazem menção ao autor, posicionando-o ao lado de Carlos Lemos e Eduardo Corona como articulistas de temas relativos ao patrimônio histórico na *Acrópole*. No arquivo histórico da cinemateca brasileira há gravações documentais realizadas por Chaves em sítios históricos, e há, em jornais da década de 1950 que compõem o acervo da Biblioteca Nacional, notas a respeito de exposições públicas dessas gravações. Também é possível encontrar seu trabalho documental, textos e imagens, ao longo das décadas de 1960 e 70, em publicações comemorativas. Contudo, as informações sobre Adhemar Chaves são escassas, de tal forma que não foi possível esboçar satisfatoriamente o seu perfil.

Folclore e miscigenação

A revista *Habitat*, por ter como diretriz editorial a aproximação entre o campo da arquitetura e o campo das artes, com frequência discute questões museológicas. A edição de número 60 (maio/junho de 1960) publica editorial dedicado ao então recém-inaugurado Museu de Arte da Fundação Álvares Penteado (FAAP), ligado ao programa de formação em artes da instituição. O texto passa pela constituição de uma suposta cultura latino-americana e brasileira, reconhecendo a participação de povos negros e indígenas na formação da população e da arte brasileiras, sem menções a processos de colonização, escravidão e genocídio pelos quais passaram esses grupos. Interessa a ideia de miscigenação e pluralidade, aproximando o editorial da ideia de democracia racial (González, 1984; Nascimento, 2016; Paterniani, 2019).

Nem se diga que se trata de fenômeno inerente à América Latina, essa possibilidade em ser, tão caracterizada, em certos pontos: as mesmas tríplexes fontes de mestiçagem parecem ter-se reproduzido de forma muito diferente em cada uma das pátrias do novo mundo.

De fato, se na generalidade houve, no princípio dos povos americanos, a dupla fusão índia-europeia, o sangue negro, em muitos casos, chegou tarde ou em menor contribuição, ou ainda menos fusível, do que no Brasil se verificou. A nossa condição de ser é a derivada da colonização portuguesa, única na América Latina; a mestiçagem com o índio é a mais reduzida do hemisfério sul; a influência das participações negras, a mais constante e numerosa. E certas áreas se beneficiaram, grandemente, das culturas afro-brasileiras incidentes, como parece ter ocorrido com maior pertinência na Bahia, em Pernambuco, e mais regionalmente no Rio de Janeiro. (Arte... 1960, p. 2)

Esse é, em geral, o tom de diversos textos que abordam temas como a cultura e a produção artística encaradas, num certo sentido, como “regionalistas”, em oposição à cultura erudita, universal. Apesar de serem textos que se colocam em prol daquilo que poderíamos chamar de “produção vernacular”, seus argumentos são construídos sobre bases eurocêntricas a partir da quais os brasileiros olham para si mesmos como “povo exótico”. Isso faz com que, nos dias de hoje, esses textos não apenas adquiram tom ambíguo, mas também nos informem sobre a permanência de certos elementos discursivos e sobre a continuidade de certas narrativas, como na passagem a seguir, de Wolfgang Pfeiffer, em texto sobre o Museu Imperial de Petrópolis:

Não é verdade que no Brasil não haja possibilidade de estudar épocas da arte e cultura devido à falta completa de monumentos. Não é necessário ir-se em busca de Versalhes. É natural que tudo quanto temos nesta terra reflete a evolução histórica do país e dos seus habitantes.

Está claro que não temos documentadas, aqui no Brasil, as tradições francesas ou romanas, mas temos a tradição da arte indígena, dos portugueses e de outros círculos europeus que se irradiaram no Brasil, e temos, finalmente, a tradição do trabalho de todos os brasileiros, que lutaram para dominar a natureza e formar suas comunidades num país tão vasto e virgem.

[...]

De fato, trata-se de um documento de muito bom gosto e cultura, construído naquela época com grande e ideal participação do seu senhor. (Pfeiffer, 1960, p. 28-29)



Figura 73: Escola de Minas.
Fonte: Escola... 1961, p. 2-21.

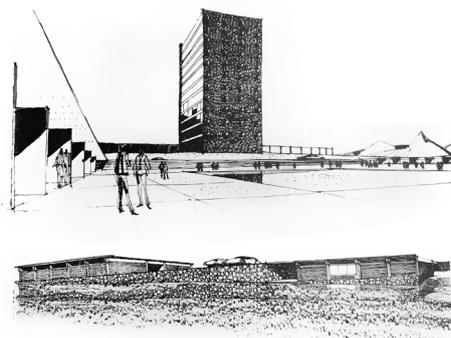




Figura 74: Observações sobre a obra de Aleijadinho.
 Fonte: Herrera; Mann, 1960, p. 32-33.

Nessa passagem, “brasileiros” é um termo definido mais por aquilo que não é brasileiro do que por aquilo que é: brasileiros não são europeus, tampouco indígenas. Há momentos em que tal noção estrutura partidos de projeto. Em 1961, por exemplo, a revista *Módulo* de número 25 (outubro) publica matéria intitulada “Escola de Minas” sobre projetos de escolas, para diversos municípios em Minas Gerais, assinados por Sérgio Bernardes; o título parece querer operar um jogo de palavras em torno do termo “escola”:

Não poderia o arquiteto realizar uma volta ao estilo colonial, pois que isso seria uma contrafação e um anacronismo injustificáveis; mas, não lhe caberia, do mesmo modo, a rejeição absoluta dos valores afirmados no Barroco e altamente expressos em Ouro Preto. Exigiam-se dele, isso sim, conceituações a um só tempo fiéis aos modos da arquitetura padronizada e aos meios oferecidos à arquitetura da era industrial. Uma conjugação dos modos em que com mais autenticidade se afirmou a arte brasileira e

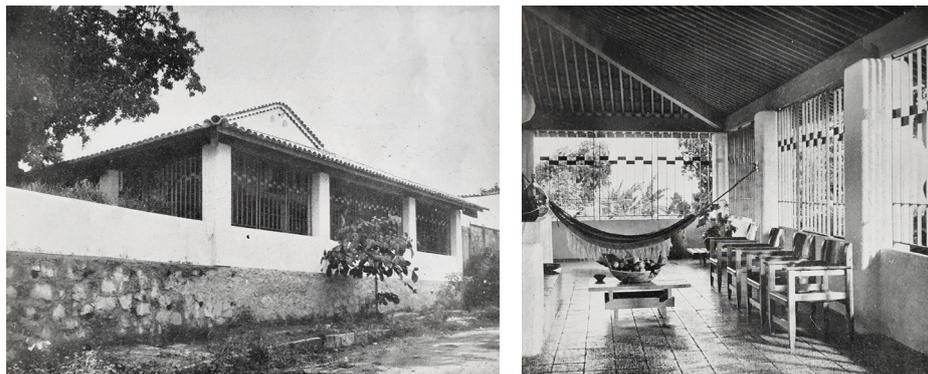


Figura 75: Residência de Jorge Amado em Salvador, de Gilbert Chaves.
 Fonte: Uma experiência... 1963, p. 25-29.



Figura 76: Arte erudita e cerâmica caipira.
 Fonte: M'Boy, 1960, p. 58-59.

dos seres em que se realiza o Brasil de hoje. Modos e meios cuja soma vem a dar na primeira concepção de uma arquitetura tipicamente brasileira. (Escola... 1961, p. 4)

Mais do que tratar de assuntos como os contornos da identidade nacional, o texto parece fazer um esforço no sentido de buscar alguma conciliação entre um passado de subordinação colonial, mas de invenção de uma arquitetura verdadeiramente brasileira, e um futuro de independência para um país cada vez mais industrial. A mesma revista, em sua edição de número 33 (junho de 1963), publica matéria sobre a reforma da casa de Jorge Amado, na Bahia, projeto de Gilbert Chaves, intitulada “Uma experiência de arquitetura baiana”. O texto ressalta os aspectos regionais valorizados pela reforma; o meio físico, o clima da região e o trabalho artesanal de seus habitantes foram levados em consideração no processo.

Sendo evidentemente claro que o trabalho arquitetônico é antes de tudo utilitário e imprescindível ao homem, é uma arte do cotidiano, uma arte de hábitos e costumes de um determinado povo, de uma determinada maneira de pensar, de uma determinada maneira de viver. O exercício da profissão do arquiteto permite ao mesmo influenciar ou modificar o homem quando for necessário, devendo orientar-se na sua formação ética e filosófica – utilizar a arquitetura desta maneira constitui uma arte do arquiteto.

[...]

Presumimos que no Brasil atualmente não se trata de realizar unicamente uma arquitetura moderna de uma beleza criativa própria, e sim de incorporá-la ao condicionamento de nossos hábitos, de nossas condições, de nossos costumes, de nossas necessidades e sobretudo de sua diferenciação regional que está de certo modo condicionada ao desenvolvimento industrial e tecnológico.

[...]

Não devemos perder as nossas origens deixando de ser o que somos, tornando-nos franceses, americanos ou japoneses. (Uma experiência... 1963, p. 25-26)

A ideia de que a identidade brasileira é determinada pela geografia e, principalmente, pela miscigenação é flagrante na edição de número 61 da revista *Habitat*, no texto “Arte erudita e a cerâmica caipira”, de Cássio M’Boy. O artista descreve a ocupação do Planalto de Piratininga como uma aventura de portugueses que, em busca de ouro e prata, encontraram refúgio além da Serra do Mar, às margens do Rio Tietê, e permaneceram por muito tempo inalcançáveis pelos poderes e pela autoridade da coroa lusitana.

Esse grupo humano quase segregado, sem contato fácil com a civilização da época, localizada no litoral e tendo a norte, sul e oeste o sertão tenebroso do qual a todo momento poderiam surgir surpresas perigosas, teve, para garantir sua sobrevivência, que se congregar numa quase “república comunista” que propiciou a miscigenação, campo fácil de atuação. [...] O caldeamento de raças, auxiliado pelo desprezo do preconceito de cor, de origens ou castas, processou-se rapidamente no Planalto, resultando um tipo de brasileiro onde grupos de europeus, indígenas e africanos equitativamente contribuía para o seu aparecimento. Esse tipo é o caipira. (Não confundir caipira com o pária Jeca Tatu, genialmente criado pela ficção). (M’Boy, 1960, p. 58)

Cássio M’Boy descreve folclore como uma ciência capaz de desvendar as origens e caracterizar a arte das famílias originárias do Vale do Paraíba: folclore é “caipirismo”. A cerâmica do Vale do Paraíba, de acordo com o texto, é produto da miscigenação em um contexto de quase completo isolamento, mas incorporou influências trazidas de outras regiões pelos bandeirantes, sendo, dessa forma, a “mais brasileira do país” (M’Boy, 1960, p. 61). Por outro lado, sendo primitiva, é universal, idêntica, em certas características, à arte primitiva de qualquer outro lugar.

A arte da escultura brasileira existe de há séculos no folclore dos “figureiros” do Vale do Paraíba à espera de que os “Vila Lobos” das artes plásticas nacionais as passem pelos crivos da erudição, para ser divulgada, como aconteceu com a nossa música e arquitetura. [...] A linguagem plástica brasileira existe de há muito, mas como ela é pejorativamente caipira, muitos dos nossos artistas têm vergonha de usá-la, o que não se justifica dado o grau de cultura que já possuímos e que com características nacionais já ultrapassou de há muito as nossas fronteiras para ir se comparar às de outras nações civilizadas. (M’Boy, 1960, p. 61)

Essa edição também publica duas notícias para as quais damos relevo. “Cícero em praça pública” fala sobre a inauguração, no Largo do Arouche, da escultura Cícero, de Humberto Galimberti Poletti. A



Figura 77: Figuras de presépio do Vale do Paraíba.
Fonte: Pellegrini Filho 1960, p. 56-57.



Figura 78: Figurinhas do bairro de São João.
Fonte: Rabaçal, 1961, p. 52-53.

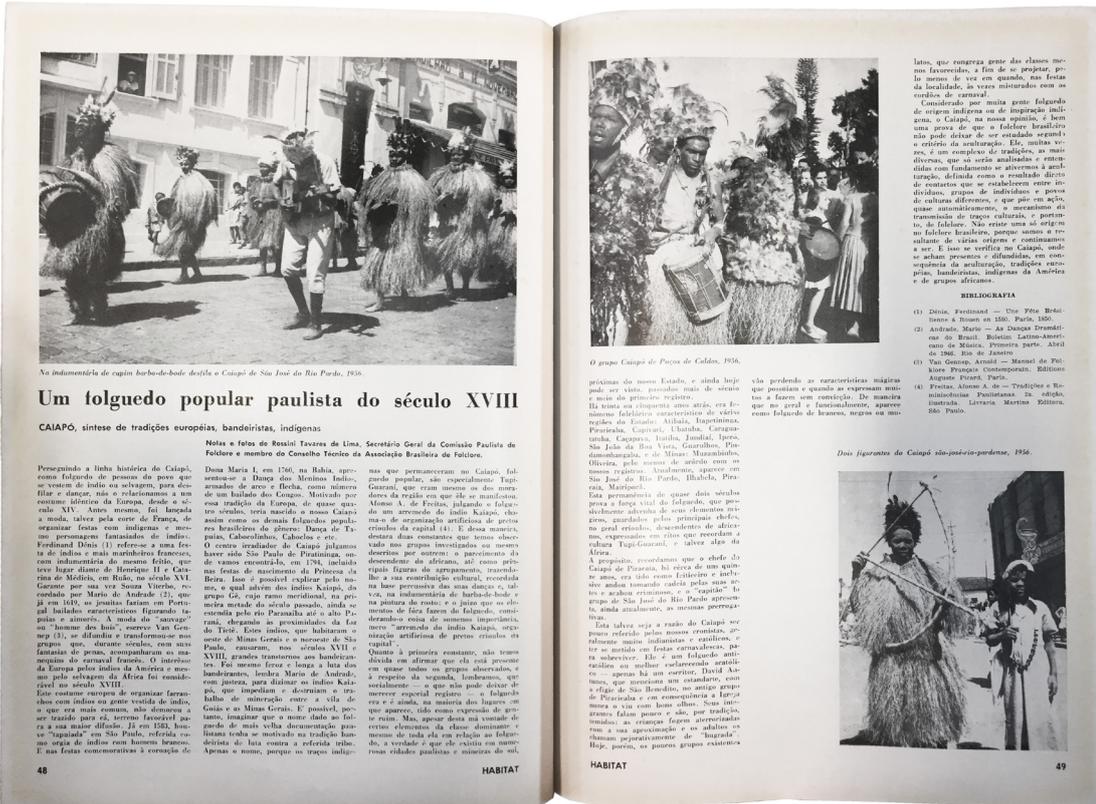


Figura 79: Um folgado popular paulista do século XVIII. Fonte: Lima, 1961, p. 48-49.

reportagem inclui citações de Guilherme de Almeida e Gregori Warchavchik (Cícero... 1960). “Enfim, o monumento a Caxias” fala sobre a inauguração da estátua de Victor Brecheret na Praça Princesa Isabel. É notável a diferença de uso do termo “caipira”: “Acabou indo para um logradouro acanhado, caipira, com ar de cenário de filme colonial, não obstante talhadas e gomos de arranha-céus.” (Enfim... 1960, p. 51).

Na edição 60 da revista *Habitat* (maio/junho de 1960), Graciela Rojas Herrera e Hans Mann publicam extenso texto, resultado de um esforço historiográfico no sentido de contar a história de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. O texto é marcado pela ideia de que o processo de colonização é um processo civilizatório e que tem como um de seus resultados a miscigenação:

Existe uma diferença fundamental entre as colonizações espanholas e portuguesas no continente sul-americano.

Os conquistadores espanhóis haviam encontrado, inesperadamente, impérios já estabelecidos e civilizações evoluídas que deviam vencer e adaptar. Dois mundos se enfrentaram, o espanhol e o aborígene, estranhos entre si por o seu conteúdo e sua forma. A força venceu o índio; no entanto os fortes traços de sua raça, a tradição artística bem definida, reapareceram lentamente e chegaram, em muitos casos, produzir a indianização do europeu. O quadro que recebeu os portugueses, foi muito diverso. Matas impenetráveis, terras generosas que não haviam sido cultivadas, e habitantes nus que viviam em estado bárbaro. (Herrera; Mann, 1960, p. 34)

Os autores destacam, entre outras hipóteses, a ideia de que Antônio Francisco Lisboa seria filho de um carpinteiro português chamado Manuel Francisco Lisboa e de uma escrava chamada apenas Isabel.

Desconhece-se tudo quanto se refere à sua mãe e a ele mesmo, desde o momento em que nasceu até quando apareceu seu nome, pela primeira vez, como autor de

obras, quando tinha vinte e oito anos de idade. Se sua mãe o abandonara cedo demais, tinha-se deixado em troca, a herança de sua raça, o instinto plástico, que tomou sua mão levando-o a percorrer, penosamente, o duro caminho da arte. O pequeno mulato tinha nascido como filho da terra, e como esta, calado, foi germinando dentro de si a semente de seu talento. (Herrera; Mann, 1960, p. 36)

Outras duas hipóteses chamam a atenção: Aleijadinho tinha três escravos, Maurício, Januário e Agostinho, que o auxiliavam em seus afazeres, dadas as limitações físicas impostas por alguma desconhecida patologia, colaborando com seus trabalhos; o escultor foi o primeiro a usar pedra-sabão para fins artísticos e decorativos. No sentido de contar a história do Brasil tendo como peça-chave a miscigenação, o texto aprofunda hipóteses formuladas por Rodrigo José Ferreira Bretas em 1858, pouco tempo depois de oficializada a independência política do Brasil, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como parte de um projeto encomendado por Dom Pedro II, que tinha por objetivo a construção de uma tradição e de uma história brasileiras. Em 2008, Guiomar de Grammont publica *Aleijadinho e o aeroplano*, Tese defendida em 2002, que questiona sistematicamente as hipóteses de Rodrigo Bretas. Ao longo de nosso recorte, o escultor é mencionado também em “O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil”, de José Geraldo Vieira (1964b), e em nota intitulada “O sesquicentenário da morte do Aleijadinho” (O sesquicentenário... 1964).

Convencidos do valor positivo do processo de miscigenação, que supostamente caracteriza a identidade brasileira, os editores da revista *Habitat* demonstram grande interesse pela cultura não erudita e pelo folclore, privilegiando a produção artística no estado de São Paulo e registrando esforços no sentido de levar essa produção para os museus, por vezes de forma pouco crítica fazendo-a passar, como disse Cássio M’Boy, pelo crivo da erudição.

As 106 xilogravuras apresentadas ao público paulista no Museu de Arte Moderna, no Ibirapuera, resultam duma colheita empreendida através do Nordeste em tipografias, feiras, mercados, bancas de jornais e arquivos de colecionadores. A entidade que as remeteu para São Paulo foi a Universidade do Ceará, que reuniu, examinou, classificou e fichou reproduções e matrizes. Aliás, o conjunto é apresentado no catálogo por um estudo do reitor daquela universidade, o prof. Antônio Martins filho.

Trata-se em geral de xilogravuras obtidas em madeira de fio, principalmente o cedro e a imburana, com o emprego de canivete, formão, faca, prego, gilete etc. Processos rudimentares. Todas elas se enquadram no figurativismo quanto ao temário, e o elaboram segundo tendências gráficas elementares, e segundo apresentações



Figura 80: Folguedo popular do ciclo de Natal.
Fonte: Folguedo... 1961, p. 50.



Figura 81: O afro-expressionismo de Stockinger.
 Fonte: O afro-expressionismo... 1962, p. 46.

românticas, ingênuas, realistas, oníricas e até surrealistas. Quase todos procedem de Juazeiro do Norte.

[...]

Encaradas sobre este ângulo de artesanato primário, rudimentar e ingênuo, refletindo a ecologia local e a tradição oral, as xilogravuras do Nordeste como obras de artistas espontâneos merecem estudo retrospectivo, podendo entrar para a arte brasileira como um rudimento propedêutico da gravura atual. (Gravuras... 1960, p. 56-57)

O texto citado opera clara distinção entre arte erudita e arte popular, esta como registro de uma cultura primitiva, e produz associação entre os termos “Nordeste” e “primitivo”. Na edição seguinte da mesma revista, de número 61 (1960), publica-se matéria sobre o “conjunto de peças de arte negra que a Galeria Ambiente expõe em seu recinto que, aliás, bem parece o interior de um iate” (Vieira, 1960a, p. 30), texto que propõe a classificação das máscaras e esculturas em duas categorias: de representação da vida e de “intento mágico, de sentido animista” (Vieira, 1960a, p. 29). O autor segue referindo-se às peças como representativas de povos primitivos, não civilizados; ele cita a ocupação portuguesa no Benin e o tempo “do navegador, do missionário, do traficante, do explorador” sem nenhuma citação direta à escravidão (Vieira, 1960a, p. 31).

Não existe “arte urbana” como categoria, mas existe “arte caipira”; não existe “arte sudestina” como existe “arte nordestina”, ou “arte branca” como existe “arte negra”. Há apenas uma categoria que se opõe às categorias “arte caipira”, “arte nordestina” e “arte negra”, consideradas primitivas, qual seja: “arte erudita” – que, portanto, é urbana, sudestina e branca. Assim, cultura e folclore se tornam categorias distintas. Contudo, é preciso estabelecer uma diferença entre, por um lado, o uso de termos como “caipira”, “nordestino” e “negro” por grupos que se apropriam desses termos, utilizando-os para autodenominar-se

e, assim, construir uma identidade em torno de experiências compartilhadas como um movimento de resistência; e, por outro, o emprego desses termos por grupos “eruditos” a fim de categorizar o outro. Também é preciso atentar para o fato de os personagens não ocuparem posições fixas nessa paisagem.

O tema da arte caipira é retomado na edição 62 da revista *Habitat* (1960), em que Américo Pellegrini Filho (1960) publica “Figuras de presépio do Vale do Paraíba”. No texto, o autor conta brevemente a história da manufatura de presépios pelos habitantes do Vale do Paraíba, ao mesmo tempo que narra sua viagem pelo interior de São Paulo e reproduz diálogos entre ele e os produtores de presépios aos quais o título faz referência. Alguns desses personagens ganham breves descrições, que incluem sempre a cor da pele, sempre preta; os diálogos são escritos de forma a emular a fala caipira.

No ano seguinte, na revista *Habitat* de número 63 (março de 1961), o texto de Alfredo João Rabaçal (1961), então membro da Comissão Paulista de Folclore e da Associação Brasileira de Folclore, intitulado “Figurinhas e figureiros do bairro de São João”, retoma alguns dos temas tratados por Cássio M’Boy em “Arte erudita e a cerâmica caipira”. Rabaçal descreve a grande gama de figuras de barro produzidas no bairro da cidade de Taubaté – cidade fundada em 1946 onde havia a aldeia de índios Guaianás chamada Itaobaté –, que incluía, além das cenas da natividade, personagens históricos, pessoas famosas, personagens do folclore e da vida cotidiana dos produtores. A matéria publica nomes e endereços, caso o leitor quisesse comprar peças.

Outro texto que nos ajuda no movimento de colocar em perspectiva a ideia de miscigenação é “Um folguedo popular paulista do século XVIII: Caiapó, síntese de tradições europeias, bandeiristas e indígenas”, de Rossini Tavares de Lima, então Secretário Geral da Comissão Paulista de Folclore e membro do Conselho Técnico da Associação Brasileira de Folclore. O artigo foi publicado na *Habitat* de número 64 (1961) e, segundo ele, o folguedo, desfile no qual os participantes se vestem como índios ou selvagens, é uma tradição que remonta à França do século XVI, momento no qual a corte francesa teria promovido semelhantes desfiles, dos quais participavam índios e pessoas fantasiadas de *sauvage* ou *homme des bois* – em francês: selvagem e homem da floresta. “Este costume europeu de organizar farranchos com índios ou gente vestida de índio, o que era mais comum, não demorou a ser trazido para cá, terreno favorável para sua maior difusão. Já em 1583, houve ‘tapuiada’ em São Paulo, referida como orgia de índios com homens brancos.” (Lima, 1961, p. 48).

O texto prossegue, descrevendo as possíveis origens de uma festa popular que teria surgido como desfile de pessoas exóticas para o divertimento dos homens brancos. Ainda segundo o texto, num dado momento, pela presença de elementos não católicos, os participantes teriam misturado o folguedo com o carnaval, como uma espécie de camuflagem, o que não impediu que fossem considerados criminosos.



Figura 83: Arte negra.
Fonte: Vieira, 1960a, p. 30.



Figura 82: As culturas no continente africano.
Fonte: As culturas... 1961, p. 48.

Considerado por muita gente folguedo de origem indígena ou de inspiração indígena, o Caiapó, na nossa opinião, é bem uma prova de que o folclore brasileiro não pode deixar de ser estudado segundo o critério da aculturação. [...] Não existe uma só origem no folclore brasileiro, porque somos o resultante de várias origens e continuamos a ser. (Lima, 1961, p. 49)

O texto “Folguedo popular do ciclo de Natal/Folia de Reis com palhaços mascarados”, de autor anônimo (Folguedo... 1961), publicado na edição 66 da *Habitat* (1961), trata do tema das festas populares a partir de abordagem semelhante. Na edição da *Habitat* de número 65 (1961), folclore e cerâmica são retomados como tema em “Cerâmica folclórica do bairro de São Francisco”, assinado pela equipe da Comissão Paulista de Folclore (CPF) – Rossini Tavares de Lima, Alfredo João Rabaçal, Laura Della Mônica, Américo Pellegrini Filho, Guerra-Peixe e Kilza Setti – do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC); tratava-se de um fragmento do relatório entregue à Companhia de Defesa do Folclore do Ministério da Educação. De acordo com o texto, no bairro de São Francisco, na cidade litorânea de São Sebastião, havia grande quantidade de pessoas, sobretudo mulheres, que confeccionavam panelas e outros utensílios de barro. Com o avanço das construções, em especial das casas de veraneio, sobre os terrenos nos quais estavam as reservas de barro, e também com a popularização dos utensílios de alumínio, as paneleiras abandonaram o ofício. Havia apenas uma artesã ainda ativa, Adélia da Ressurreição, descrita pelo texto como “uma mulher branca, casada, com mais de quarenta anos, analfabeta como seu marido, Mário da Ressurreição, que é pescador. Reside à rua Santana, e aprendeu a fazer ‘lôça’ com sua mãe, Antônia Bassoti” (Lima *et al.*, 1961, p. 60).

O relatório descreve o trabalho, a técnica e as peças da personagem, entremeando citações e expressões escritas de forma a reproduzir o português falado, como em “Figuras de presépio do Vale do Paraíba”. Na mesma toada, podemos citar ainda o texto de Ernestine Karmann (1962) intitulado “Primitivos do Vale do Paraíba”, publicado na edição 68 da revista *Habitat* (junho de 1962), em que se descrevem visitas às cidades de São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Redenção da Serra, São Luiz do Paraitinga, Cunha, Natividade da Serra e Pindamonhangaba.

Ainda sobre a separação entre arte erudita e folclore, podemos citar “Um artista plástico do folclore paulista”, de Oswaldo de Andrade Filho, então membro da comissão Paulista de Folclore, que discorre sobre o trabalho de Tio Quincas, pintor “primitivo” que incorpora em suas telas elementos eruditos.

“Esse nosso mundo da natureza é muito importante: dirigido pelo pai do amor? Deus! Quando amanhece, o galo canta.

Deus na terra, e homens de boa Paz.”

Não... Não é nenhum poema em que o literato procura a voz do povo, para tirar a essência que faz da poesia moderna de Mario ou Oswald de Andrade o que temos de mais autêntico. É apenas a legenda do último quadro que ganhei de Tio Quincas. (Andrade Filho, 1962, p. 49)

A edição 66 da *Habitat* (1961) também apresenta o texto “As culturas no continente africano”, também anônimo, que é um importante contraponto à ideia de que os povos africanos são primitivos ou selvagens. No artigo, lê-se:

As regiões “subdesenvolvidas” estão na ordem do dia. Não há jornal, revista ou publicação especializada que não se preocupem com o problema sob os mais variados aspectos. E de todas as regiões, no centro da atenção é provavelmente a África que

mais interesse desperta, o continente “colônia” por excelência, do século passado e que agora está se tornando um fator político de primeira importância.

Como, então, de “selvagens” teriam alcançado maturidade aqueles povos, da noite para o dia? Ou talvez não teriam sido tão selvagens assim? [...] Havia, pois, uma manufatura de ferro no continente africano muito antes da época até agora admitida na Europa como sendo o marco inicial dessa habilidade.

[...]

Apesar do reconhecimento por parte dos cientistas, teve a mais ampla divulgação a teoria pseudocientífica que nega a existência de uma cultura africana. Nas escolas das colônias africanas aprendiam a história das respectivas “metrópoles”, mas não a de seu próprio povo; aprendiam canções europeias, mas as suas próprias eram proibidas, e assim por diante, em todos os campos da atividade cultural. Revelam os líderes africanos de hoje que a história da África como foi apresentada ao mundo não só abunda em erros, como também compreende falsificações propositadas.

Se assim não fosse, por que razão teria sido proibido na França, recentemente, um filme documentário, premiado, de Chris Marker, sobre a escultura africana e que terminava com a pergunta: “Por que estão estas obras no Museu Antropológico e não no Louvre?” (As culturas... 1961, p. 47-48)

O texto dá um passo importante no sentido de, ao estabelecer de determinada maneira a díade metrópole-colônia, romper com a identificação brasileira com a Europa e construir uma aproximação com a África. Porém, esse texto é uma exceção. Na edição 68 da mesma revista (junho de 1962), o texto “O afro-expressionismo de Stockinger”, igualmente anônimo, dá à obra de Francisco Stockinger, austríaco radicado no Rio Grande do Sul, a alcunha de “afro-expressionismo” simplesmente porque as esculturas parecem “criaturas africanas”: “Quando falamos em afro-expressionismo não queremos dizer que haja um expressionismo dos artistas negros da Costa do Marfim, do Daomé, do Sudão, do Congo, da Nigéria e do Gabão.” (O afro-expressionismo... 1962, p. 47).

Conclusão do Capítulo 4

Luiz Saia (1963a) afirmava que o Nordeste, região na qual, segundo ele, a população é majoritariamente negra, era uma região atrasada, enquanto o Sul, região de população predominantemente branca, era uma região avançada. Ao mesmo tempo, defendia a ideia de que o Estado deveria ser forte e estabelecer resistência diante do avanço capitalista como forma de garantir dignidade aos habitantes das grandes cidades. Publicado ao lado de textos de Aziz Ab’Saber (1963a, 1963b), o texto de Saia corrobora a ideia de que, tanto quanto a geografia, a miscigenação é fundamental para a cidade de São Paulo e, por extensão, para as outras grandes cidades do país.

Diferentemente dos textos de Adhemar Chaves, os textos de Luiz Saia (1963) e Jorge Wilhelm (1963) retratam não apenas a contradição, mas o trânsito entre diferentes maneiras de encarar as relações entre colonização e subdesenvolvimento, e entre o particular e o comum. Entremeiam-se questões quanto à identidade brasileira e, especificamente, quanto à identidade da arquitetura brasileira. No Brasil, o reconhecimento da arquitetura e urbanismo como disciplina autônoma, para Joaquim Cardozo, é um movimento inclusive historiográfico.

Naquele momento, “ser brasileiro” parecia algo definido mais pela negação do que pela afirmação – afinal, brasileiros não eram europeus, africanos ou indígenas. Havia categorias, então, que procuravam dar conta de narrar a história de um país que chegava à década de 1960 cada vez mais industrializado e urbanizado: as categorias “caipira”, “nordestino” e “negro”. Do outro lado, porém, estavam aqueles que operavam tal categorização, que viam a si mesmos como o grupo representante daquilo que era supostamente universal, mas que, nos dias de hoje, chamamos de “urbano”, “sudestino” e “branco”.

Hoje se destacam as marcas de branquitude de autores que, no passado, contaram as histórias da nação brasileira. Essa afirmação é possível a partir do entendimento de que raça é um sistema de categorização político, fundamental para a constituição das cidades brasileiras, tanto na esfera institucional, de políticas públicas, quanto na esfera material, de construção de espaços. A ideia de que o racismo é estrutural e sistêmico na sociedade brasileira não é nova e vem sendo demonstrada por uma série de autores, mas ao longo de nosso recorte imperava o conceito de democracia racial, cuja sistematização é atribuída ao livro *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, publicado em 1933. Democracia racial se tornou um conceito central ao longo da ditadura militar, podendo ser efetivamente questionado apenas ao longo da década de 1970, especialmente com a publicação de *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, em 1978, de Abdias Nascimento (2016).

Autores que colaboraram para que fosse possível colocar em xeque a ideia de miscigenação como algo positivo, tais como Michel Foucault e Achille Mbembe, levam à noção de que os corpos, tanto quanto os espaços – e também através do controle dos espaços –, tornam-se objetos submetidos ao exercício de poder do outro. Assim como o discurso, os corpos se tornam, sob esse ponto de vista, registo da história.

Considerações finais

A *Acrópole* de número 305 (abril de 1964), lançada no mês em que houve o golpe militar, publica pequena nota que informa:

Em telegrama ao presidente Castelo Branco, o IAB paulista ofereceu sua colaboração no sentido de enviar ao governo subsídios que possam ajudá-lo na reformulação da reforma urbana. Para tanto, foi criado um grupo de trabalho, designado pelo Conselho Diretor da entidade. (Atividades... 1964, np)

A *Habitat* de número 76 (março/abril de 1964), também publicada com pouca distância em relação ao golpe militar, em seu editorial trata do Plano Nacional de Habitação, que estava em preparação nos meses anteriores à publicação dessa edição. É evidente que os editores esperavam que o Plano fosse promulgado antes da publicação do editorial, mas sua expectativa seria frustrada; a Lei nº4.380, que criou o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e seu órgão gestor, o BNH, foi promulgada apenas em 21 de agosto de 1964, alguns meses depois de instaurada a ditadura.

O editorial apresenta breve análise do então PL – elaborado, de acordo com a *Acrópole* de número 307 (junho de 1964), pelo Ministério do Trabalho, pelo Ministério do Planejamento Econômico e pelo Departamento de São Paulo do IAB – a partir da ideia de que uma política de habitação deveria não apenas ofertar unidades habitacionais, mas também qualificar o ambiente urbano e oferecer equipamentos e serviços. Para isso, seria necessário concentrar recursos e disciplinar a ação da iniciativa privada. A principal crítica dos editores é o baixo relevo dado ao aspecto técnico da política de habitação pelo PL, de suma importância para que o planejamento financeiro faça sentido, especialmente em um país subdesenvolvido (Ainda... 1964, p. 12).

Em junho daquele ano, a *Acrópole* de número 307 (junho de 1964) reproduz o editorial da edição 76 da *Habitat* (Plano... 1964a; Plano... 1964b). As edições 309 e 310 da *Acrópole* (agosto e setembro de 1964) publicam pequenas notas que repercutem críticas feitas por Alberto Botti, então presidente do IAB-SP, aos vetos do presidente da república, Humberto Castelo Branco, não mencionado nominalmente no texto, impostos sobre o Plano de Habitação (Plano... 1964c; Plano... 1964d).

A edição de número 77 da *Habitat* (maio/junho de 1964), em seu editorial, novamente fala sobre a questão da habitação. O texto sustenta a ideia de que, na América Latina, a urbanização se dava de maneira acelerada e desorganizada; o processo de industrialização, no Brasil, acontecia de forma concentrada na cidade de São Paulo e em cidades vizinhas, sem um plano para levar o desenvolvimento para outras regiões do país.

O texto também cita uma recente crise de abastecimento de energia elétrica causada por um período de estiagem, que demonstrou a fragilidade do sistema de geração e distribuição de eletricidade. Em uma cidade cada vez mais caótica, o déficit habitacional avançava a passos largos; a esperança de reverter esse quadro advinha da expectativa de promulgação do Plano Nacional de Habitação. “Pela primeira vez um governo deu ênfase ao problema habitacional, como o governo que emergiu do recente movimento revolucionário. [...] É um ponto de partida para uma esperança, nome que se deve dar à iluminação otimista da expectativa.” (Problema... 1964, p. 14).

Na edição seguinte da *Habitat* (número 78, julho/agosto de 1964), após a promulgação do Plano Nacional de Habitação, o editorial, intitulado “Habitação e democracia”, reitera a ideia de que habitação é um problema que deveria ser solucionado pelo Estado, na esfera pública, não apenas por proprietários

e inquilinos, na esfera privada. “A boa habitação, a habitação digna, é um dos pressupostos de justiça social, dos direitos do homem, duma sociedade democrática.” O Estado deveria prover: “Não apenas o abrigo do cortiço, da favela [...], mas habitação mesmo, com a moradia simplificada e funcional [...]”. (Habitação... 1964b, p. 14)

O texto segue repetidamente exaltando ideais democráticos e, sem citar nomes, elogia a boa vontade do “homem informado” à frente do Planejamento, que trabalhava “pelos princípios da democracia na modernização do País”. A data de publicação do texto torna difícil dizer a quem se faz referência; é possível que se trate de Celso Furtado, ministro do Planejamento entre 28 de setembro de 1962 e 31 de março de 64, ou, mais provavelmente, Roberto Campos. O político, que recebeu o apelido de Bob Fields¹ devido a suas posições neoliberais e sua proximidade com o capital estrangeiro, assumiu o Ministério do Planejamento imediatamente após o golpe militar, em 15 de abril de 1964, e permaneceu no cargo até 15 de março de 1967. Com alguma ironia, o texto faz uma crítica ao regime militar.

Para a revista, após 22 anos de inflação galopante, era “chegada a hora de estabelecer para o futuro esta esperança do presente” (Habitação... 1964b, p. 14). No mesmo período, a revista *Acrópole* publica pequeno texto assinado por Lauro Bastos Birkholz sobre o desenvolvimento de planos regionais pelo Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos da FAU USP – não havia órgão estadual dedicado ao tema no Poder Executivo –, paralelamente ao processo de estruturação da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (Birkholz, 1964).

A revista *Módulo* publicou 5 edições por ano entre 1960 e 62, publicou quatro em 1963 e duas em 1964, sendo que a primeira, de número 37 (agosto de 1964), chegou aos leitores após o golpe militar e sem dois dos quatro diretores que estavam à frente das edições anteriores. Marcos Jaimovich deixou a revista, faleceu Maurício Vinhas de Queiroz (Deixou-nos... 1964), ficam Oscar Niemeyer e Tibério Cesar Gadelha. O primeiro texto desta edição, “Arquitetura e desenvolvimento”, assinado por Maurício Vinhas Queiroz – que viria a falecer em 1964 –, afirma: o desenvolvimento nacional “não é um processo simples e linear, mas complexo e contraditório, e que não deve ser entendido apenas em termos econômicos, posto que opera também, com ímpeto maior ou menor, em todas as esferas sociais e culturais” (Queiroz, 1964, p. 1).

O texto trabalha com a hipótese de que em períodos nos quais coincidem processos de desenvolvimento econômico e reorganização política, o Brasil passa por “surto de construção”. Logo após a Proclamação da República, durante o ciclo do café, observava-se incipientes tentativas de dar início a um processo de industrialização, enquanto a construção lidava com conflitos entre mestres de obras e arquitetos, que imitavam os tratados europeus. Entre a I Guerra Mundial e a crise de 1929, já havendo no Brasil uma pequena indústria de bens de consumo, no mercado da construção concorriam empresas construtoras nacionais e estrangeiras e a arquitetura misturava estilos sob impactos do advento do cinema. Após a II Guerra Mundial, a industrialização avançava favorecendo a concentração de renda e o fortalecimento de uma elite econômica, por um lado, e pressionando o Estado pela elaboração de projetos de desenvolvimento, por outro. Nesse contexto, o mercado imobiliário e, posteriormente, a especulação – e com eles a arquitetura moderna – se tornam, ao mesmo tempo, uma opção de investimento para particulares e uma ferramenta política e econômica do Estado – essa leitura sobre o papel econômico e político

¹ Em 1983, Roberto Campos se filiou ao atual Partido Progressistas (PP), exerceu os cargos de Senador pelo Mato Grosso, estado em que nasceu, entre 1983 e 90, e Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, entre 1991 e 99. Bob Fileds morreu em 2001, aos 84 anos.

da atividade do mercado imobiliário está em conformidade com o princípio estruturador do instrumento urbanístico atualmente chamado de Operação Urbana Consorciada.

A construção, que mobiliza uma série de cadeias produtivas, cresceu e deixou de ser um subproduto do processo de industrialização para se tornar uma peça fundamental no processo de desenvolvimento, causa e efeito desse processo e conseqüentemente da inflação. “Fora de dúvida, a especulação imobiliária oferece campo atraente para toda espécie de poupanças e pecúnias que rapidamente perderiam substância caso fossem conservadas na forma de dinheiro no cofre, ou somente rendendo o juro bancário.” (Queiroz, 1964, p. 10-11). O processo de desenvolvimento enriqueceu as classes média e alta nas cidades, criando uma demanda que, de certo modo, só poderia ser entendida pelo mercado imobiliário utilizando-se de uma mão-de-obra não especializada e pouco qualificada, particular em países com as nossas “condições geográficas e sociais” (Queiroz, 1964, p. 12).

Arquitetura, para Maurício Vinhas Queiroz, é a atividade profissional de projetar “tecnicamente ou artisticamente” edifícios e cidades e, ao mesmo tempo, o conjunto de obras construídas que caracterizam uma maneira de pensar, um lugar e uma época específicas. O autor divide o corpo de profissionais da categoria em dois grupos: a elite intelectual que faz arquitetura de vanguarda; e a maioria de leigos, que naquele momento eram responsáveis por quase a totalidade das novas construções fora da nova capital federal em um contexto de “febre imobiliária”. O Edifício do Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, marcava o início de uma história que tinha Brasília como acontecimento “mais dramático da nossa arquitetura de elite” (Queiroz, 1964, p. 5). O autor aponta para um descompasso entre a intensidade da atividade do mercado imobiliário nas grandes cidades brasileiras – São Paulo se tornou, na década de 1960, a cidade na qual mais se construía no mundo – e o déficit habitacional no Brasil, que era dos mais graves do planeta – no Rio de Janeiro, cerca de um terço da população morava em favelas.

[...] a moderna arquitetura brasileira, em Brasília, em Copacabana e por toda parte, é tanto a expressão do gênio ou da capacidade de arquitetos famosos e desconhecidos, como também o reflexo, em concreto armado, do gosto e dos interesses muitas vezes díspares de uma classe social determinada: aquela que encomenda e paga. (Queiroz, 1964, p. 3)

Os arquitetos de elite se apropriam e reorganizam as inovações estrangeiras, dando a elas novos significados ligados ao contexto brasileiro, e os arquitetos leigos os copiam. Mas a relação entre esses dois grupos é uma via de mão dupla; o processo de ressignificação e inovação operado pelos arquitetos de elite é informado pelas experiências dos arquitetos leigos. Entre eles, as mesmas empresas, que empregam a mesma mão de obra barata e pouco qualificada, são responsáveis pelas construções dos projetos dos arquitetos de elite e dos projetos dos arquitetos leigos.

Para Maurício Vinhas Queiroz, aquilo que distinguia a arquitetura moderna brasileira era menos o conjunto de esforços no sentido de articular uma certa modernidade e uma certa tradição do que o papel desse conjunto de esforços articuladores em uma cadeia produtiva que se organiza como um projeto político. Sob esse ponto de vista, o subdesenvolvimento produz déficit habitacional, mas o desenvolvimento apenas produz provisão habitacional se houver política pública que organize cadeias produtivas com esse objetivo.

Ao longo da primeira metade da década de 1960, ainda recolhendo efeitos de reformas administrativas anteriores, as reorganizações políticas e o conflito de interesses no interior da máquina pública – bem como o encontro de interesses comuns – acabaram por organizar uma estrutura burocrática e ad-

ministrativa que permitiu a permanência, no interior do Estado, de uma arquitetura de viés radicalmente progressista, mesmo sob um regime conservador como a ditadura militar.

Tais condições se produziram no Brasil exatamente no momento em que novos materiais, novas maneiras de construir, novos problemas de forma e função, criados ou estudados noutros países, não encontravam lá terreno muito propício para que fossem experimentados e levados à prática em escala larga. (Queiroz, 1964, p. 14)

A construção da nova capital foi possível porque o Brasil deixava de ser um país subdesenvolvido, sem se tornar um país avançado. “Há longos anos foi elaborada pelos arquitetos e as firmas construtoras uma complicada técnica que parte da premissa de que tudo ou quase tudo tem de ser feito por trabalhadores não qualificados.” (Queiroz, 1964, p. 13). Nesse sentido, Brasília, construída pelas mãos dos candangos, era um retrato do processo contraditório e desigual de desenvolvimento em curso no país. O trabalhador da construção civil é descrito como “um trabalhador recentemente emigrado do campo, proveniente do Nordeste ou de outras regiões onde o latifúndio tornou insuportáveis as condições de existência”; supostamente “acostumados às antigas privações rurais”, eram desprivados de consciência de classe (Queiroz, 1964, p. 12-13).

O texto de Maurício Vinhas de Queiroz marca um movimento de abandono, por parte da revista *Módulo*, de uma visão de futuro expressa pelo periódico nos anos anteriores. Nesse momento, as outras revistas não acompanharam a publicação carioca: as revistas *Acrópole* e *Habitat* escreviam sobre as esperanças de que a “revolução”, nome dado ao golpe militar, teria como consequência o surgimento de oportunidades de trabalho no sentido de melhorar a condição de vida nas cidades, ainda que o otimismo das publicações paulistas possa ser lido como sarcasmo ou como uma tentativa de evitar a opressão pelo novo regime. O autor rompe com leituras qualquer possibilidade de otimismo diante do processo de industrialização e desenvolvimento econômico pelo qual o país passava. Diversos outros textos estabelecem relações entre subdesenvolvimento e déficit habitacional, atravessam temas como as relações de exploração e colonialismo estabelecida entre países da América do Norte e Europa, de um lado, e o Brasil, de outro, mas não são comuns os textos que afirmam de maneira clara que os processos de industrialização e crescimento das cidades não aconteciam de forma acelerada apesar de uma condição caracterizada como subdesenvolvimento, mas graças a essa condição.

O texto marca também o abandono, por parte da revista *Módulo*, de esforços no sentido de dialogar com determinados projetos de país e de Estado levados a debate no interior da máquina pública, uma vez que esses projetos e seus representantes foram expulsos do interior da máquina pública após a suspensão do Estado democrático. A revista *Módulo* provavelmente ficou carente de interlocutores na burocracia brasileira.

Indiscutivelmente – como observou Bastide – existem diferenças entre a moderna arquitetura paulista e a carioca, – aquela mais utilitária e esta mais “barroca”. Entretanto, essa diferença não é tão significativa e acentuada como a que aparece entre a arquitetura de elite e a de carregação e pode ser explicada, em grande parte, porque a elite dos arquitetos encontrou terreno mais propício no Rio enquanto o Rio era a sede do governo federal. A maior dessemelhança que ressalta na arquitetura brasileira contemporânea – sem falarmos entre o barroco da favela e qualquer prédio de alvenaria – é aquela que hoje se apresenta entre São Paulo e Brasília, entre o Rio e Brasília, entre toda e qualquer capital de estado e a nova capital federal. Talvez

Copacabana seja o exemplo mais expressivo dessa arquitetura que cresceu e que floresceu intimamente ligada à especulação imobiliária. Ninguém melhor que Oscar Niemeyer fez a crítica dos aspectos inumanos desta babel de concreto armado. No entanto, se Brasília é a antítese de Copacabana, ali foram postos de lado aspectos porventura positivos que há no bairro de Copacabana e que explicam, por isso mesmo, a sua excepcional atratividade, a qual leva a que vivam ali, *sponte sua*, quase meio milhão. (Queiroz, 1964, p. 17)

Em um dado momento, ao virar do avesso o discurso reproduzido pela *Módulo* até aquele momento, o texto acaba por se aproximar pontualmente das críticas sobre Brasília veiculadas nas páginas da *Acrópole* e da *Habitat* ao afirmar que, ao construir um contraponto a Copacabana como resultado de um capitalismo liberal, Brasília se torna resultado de um capitalismo de Estado que evita o acaso; uma cidade fechada e elitista, paradoxal porque se pretende universal; e se torna bairrista, “um grande arraial em estilo moderno, uma paróquia de concreto” (Queiroz, 1964, p. 18). O autor afirma que a sociedade brasileira deveria escolher, não entre um modelo liberal ou um modelo socialista de capitalismo, existiam outras alternativas.

Bem verdade que a sociedade brasileira encontra-se atualmente em face de uma alternativa. O maior problema não está, entretanto, em saber se o desenvolvimento se processará através de um campo capitalista “liberal” ou sob a forma de um capitalismo de Estado mais dinâmico e atuante. Existem, como é óbvio, outras soluções e possibilidades. O verdadeiro dilema é saber se as mudanças estruturais que representam a ruptura com a tradição arcaica hão de verificar-se de maneira pacífica ou violenta, por meio de reforma ou da revolução.

Seja como for, uma vez levadas a cabo essas mudanças, não terá mais sentido para os arquitetos nem para ninguém a diferença de rumos entre a arquitetura de elite e a arquitetura de “carregação”, entre Brasília e Copacabana. A questão consiste em procurar prever – levando em conta os fatores sociais que são conhecidos – se a moderna arquitetura brasileira estará apta a responder ao desafio das tarefas que o desenvolvimento ulterior do País colocará diante dela.

É fato que não dispomos de dados suficientes para responder a essa questão. No entanto, alguns elementos parecem claros: se houver uma radical reforma agrária no País, não haverá mais candango nem paraíba, isto é, desaparecerá todo esse tipo de mão-de-obra sobre o qual toda a arquitetura brasileira – de elite ou de carregação – desenvolveu suas técnicas. Tanto quanto podemos abalancar um prognóstico, parece-nos que os arquitetos – pertençam a que grupo for – desprovidos da mão-de-obra à qual se acostumaram, livres da febre especulativa e do suntuarismo governamental – ou desenvolverão uma nova técnica e uma nova habilidade em consonância com as exigências do futuro, ou terão de ceder lugar a uma jovem geração de arquitetos, que os estudará como quem estuda um capítulo encerrado da História. (Queiroz, 1964, p. 20-21)

Em março de 1965, a revista *Habitat* dá sinais claros de que algo estava diferente. O editorial, intitulado “A Grande Sociedade”, descreve a criação do Conselho Nacional das Artes nos Estados Unidos que, de acordo com o texto, tinha como objetivo articular e promover as artes e as ciências humanas.

Tanto o poder público – lembremo-nos da brilhante administração Kennedy – como empresários e homens de fortuna unem-se no altíssimo propósito de alargar os horizontes dos seus concidadãos, através dos recursos de que afortunadamente dispõem, sem egoísmos, sem sovinismos e sem estreito bitolamento mental.

O que foi dito acima constitui exemplo para outros povos, em particular para o nosso.

Porque os poderes públicos, empresários e capitalistas (exceção honrosa do Moinho Santista) não imitam os americanos? Nós, povo jovem mas, rico de prendas, precisamos fazer um pouco mais em relação ao que já realizamos.

Porque nós também estamos interessados na realização da Grande Sociedade.
(A Grande Sociedade, 1965, p. 12)

A passagem elogia profusamente o governo estadunidense, patrocinador do golpe militar, e sua mais recente iniciativa no campo da cultura e das ciências humanas, dando especial relevo para a “boa vontade” dos setores ricos da sociedade, e firma que é a colaboração entre Estado e capital que levará o país norte-americano a um novo patamar de desenvolvimento social. Os Estados Unidos eram um exemplo a ser seguido pelo Brasil. Enfim, a revista expressa cumplicidade com o projeto cultural-econômico estadunidense. Ainda que a *Habitat* tenha se mostrado, em algumas ocasiões, favorável a projetos estadunidenses, a postura expressa por esse texto é uma novidade. Nessa mesma edição são apresentados os eixos de discussão do VII Congresso Mundial da U.I.A, de 1965, sediado em Washington, capital dos Estados Unidos, sob o tema “Cidades do Novo Mundo” (“Cidades do Novo Mundo”, 1965; Congressos... 1965). A primeira matéria da seção dedicada a projetos de arquitetura é “Quartéis-generais de São Paulo” (Quartéis-generais... 1965), seguida por “Matadouro-Frigorífico” (Matadouro-Frigorífico... 1965).

A penúltima edição da *Habitat* (número 83, maio/junho de 1965) não publica editorial. Dos três projetos publicados, dois são estadunidenses. O brasileiro Ulysses P. Burlamaqui fala sobre a necessidade de promover concessões de áreas públicas para a implantação de estacionamentos e postos de gasolina (Burlamaqui, 1965, p. 18). Na sessão Mosaico dessa edição – sessão que comumente publica pequenas notas informativas sobre exposições, galerias, eventos etc. – há um texto intitulado “Um problema mundial: habitação popular”. Relativamente longo e sem assinatura, ele fala sobre déficit habitacional, com especial ênfase para a questão no contexto latino-americano, e faz uma sutil crítica à “ajuda externa no período 60/64”, vinda dos Estados Unidos com uma promessa de salvação, mas, porque condicionada a uma série de acordos políticos, terminando por não dar conta de promover mudanças significativas e apenas agravando a dívida externa brasileira. O texto aparece quase escondido em meio às páginas da revista (Um problema... 1965). Na sequência, outro longo texto que reporta a atividade do Itamaraty no exterior e a boa recepção da arte brasileira pelo mundo (Atividades... 1965; A orientação... 1961).

No mesmo espírito de “Um problema mundial: habitação popular”, na edição 319 da *Acrópole* (julho de 1965), Eduardo Corona escreve sobre política habitacional e sobre a importância de conferir dignidade à moradia do trabalhador (Corona, 1965a). A edição 315 da mesma revista (março de 1965) publica o texto “Arquitetura na União Soviética”, assinado pelo estadunidense Paul Willen. O autor divide a arquitetura na União Soviética em três períodos: entre 1917 e 1930, caracterizada pelo Estilo Internacional; entre 1930 e 1965, com predominância daquilo que o autor chama Classicismo Stalinista; a partir de 1955, marcada pelo retorno à arquitetura moderna. Em seguida, descreve de maneira geral o campo da arquitetura na União Soviética com ares de objetividade, mas dando especial atenção para alguns

aspectos, quais sejam: a ampla presença do Estado, que planeja as novas cidades e os novos bairros, projeta e fiscaliza todas as construções; a inexistência de práticas privadas de arquitetura; a negação daquilo que poderíamos chamar de “casa burguesa”, as habitações unifamiliares, que estruturavam a realidade das cidades na União Soviética, onde praticamente todos moravam em apartamentos; o crescimento do déficit habitacional, causado sobretudo pelo aumento drástico da população urbana e pela lentidão nas construções ao longo do período stalinista; a má qualidade das construções; e o esforço do então atual governo no sentido de reverter o quadro de precariedade habitacional, investindo em construções rápidas e baratas, levando a prejuízos de ordem estética (Willen, 1965).

Em meio aos objetivos e hipóteses desta Tese, levantamos a possibilidade de verificar as respostas das revistas ao golpe militar. Os parágrafos anteriores nos permitem afirmar, então, que essas respostas foram diversas. A revista *Módulo* deixou de estar alinhada à situação, fazendo surgir uma brecha pela qual passou o único texto nela publicado desde a inauguração de Brasília que apresenta uma crítica explicitamente política. A *Acrópole*, por outro lado, não sofre grandes alterações. Exceto pela publicação de “Arquitetura na União Soviética” ou outros textos eventuais, o conteúdo analítico restringia-se, de maneira geral, à coluna de Eduardo Corona. A *Habitat*, por sua vez, aparentemente faz um esforço no sentido de se adaptar à nova situação. Suas edições lançadas após o golpe militar publicam uma frente de textos que aparentemente serviam ao agrado do novo regime, enquanto escondem nas seções menos privilegiadas textos analíticos e críticos não assinados. Na última edição da *Habitat*, de número 84 (jul./ago./set./out./nov./dez. de 1965), o editorial intitulado “Falta de perspectiva profissional” fala sobre o “grito de alerta” lançado pelos estudantes da FAU USP diante da escassez de postos de trabalho para arquitetos e urbanistas em um país em pleno desenvolvimento (Falta de perspectiva profissional, 1965).

As mudanças que observamos após o golpe militar são radicais e demonstram a capacidade de trânsito, das revistas e de seus autores, entre diferentes posições. As revistas não opinaram sobre nenhuma mudança de regime pelas quais passou o Estado brasileiro ao longo da primeira metade da década de 1960. Os textos que mencionam, ainda que de maneira indireta, o novo regime estão entre aqueles que mais explicitamente comentam o cenário político da época. Isso não quer dizer que as revistas, exceto, talvez, pela *Acrópole*, se esforçavam para parecer isentas. Brasília, por exemplo, foi descrita, em momentos diferentes, como um desperdício antidemocrático e como um modelo a ser seguido. Nas revistas *Acrópole* e *Habitat*, no início da década de 1960, a interiorização da ocupação do país era apenas um anúncio leviano feito por Brasília. A narrativa que essas revistas construíram ao elaborar críticas a Brasília, narrativa essa que permanece, acusa a falta de planejamento regional e nacional em torno da nova capital – pesquisas recentes de autores como Maria Fernanda Derntl (2020) vêm colocando essa narrativa em xeque. Posteriormente, Brasília é tida como modelo de organização e planejamento, de articulação entre diferentes escalas de desenho e entre o desenho e a regulamentação da ocupação do solo urbano.

A revista *Módulo* faz o caminho inverso; criada em parte como propaganda da nova capital, após a suspensão do Estado democrático operada pelo golpe militar os editores estavam autorizados a expor e corroborar críticas ao empreendimento, quase como se fizessem um movimento de “lavar a roupa suja”.

Sobre o tema das narrativas, vale dizer que a inauguração de Brasília parece ter despertado um novo interesse pela história do Brasil e das cidades brasileiras. Alguns autores se davam o trabalho historiográfico como uma forma de celebrar a inauguração da nova capital; outros, para protestar contra a construção da cidade; e alguns ainda simplesmente para preservar uma certa memória, frequentemente de caráter estruturalmente racista. Parecia haver uma questão de identidade; questão com contornos

pouco definidos, através dos quais é possível, hoje, enxergar certas contradições em torno da ideia de que finalmente deixávamos de ser colônia.

As mudanças que observamos após o golpe militar dizem das posições dos periódicos nos anos anteriores. Os três ocupavam posições distintas no debate acerca dos acontecimentos políticos, não por se situarem de maneira expressivamente diferente no espectro político direita-esquerda, mas, primeiro, porque se relacionavam de maneiras diferentes com o Estado e outras instituições, dentre as quais se destaca o IAB; e também porque expressavam opiniões de grupos distintos – opiniões essas a respeito dos rumos pelos quais deveria seguir a arquitetura a partir do grande marco que foi a inauguração de Brasília.

A revista *Módulo*, fundada por Oscar Niemeyer, defendia o projeto da nova capital e, ao mesmo tempo, os princípios representados pelos traços de Lucio Costa e Niemeyer. “Ao mesmo tempo” porque Brasília como resultado de uma política pública e Brasília como resultado de uma prática projetual não são sempre noções coincidentes. A *Módulo* estava em trânsito entre uma e outra, motivo pelo qual diversos autores importantes, inclusive no campo da política institucional, figuram nas páginas da revista. No campo da linguagem, Niemeyer se desprendia de uma série de “princípios rígidos funcionalistas”, que, de acordo com o arquiteto e urbanista, levariam a arquitetura moderna à repetição de formas que, em última análise, do seu ponto de vista, não eram favoráveis nem a inovações quanto ao tratamento do programa nem a inovações técnicas, levando, dessa forma, a uma corruptela da arquitetura moderna.

Para o grupo organizado em torno da figura do arquiteto carioca, o espírito da arquitetura moderna era a inovação. A arquitetura e o urbanismo de Brasília eram a resposta adequada aos novos problemas de um novo Brasil, que caminhava para a autonomia econômica e política. Ainda que as outras cidades novas fundadas por toda a extensão do território nacional não fossem construídas a partir do emprego de formas e técnicas inovadoras, Brasília é reconhecidamente um marco no que diz respeito à organização do espaço urbano, fundamental para a consolidação daquilo que hoje chamamos de zoneamento.

A revista *Habitat* era, em muitos sentidos, a expressão de uma parcela da elite cultural paulista, menos ligada à teoria do que à prática projetual e artística, muito interessada no resgate e na preservação de práticas e saberes não acadêmicos, o que fazia com que a leitura das soluções propostas pela revista para os problemas da cidade fosse marcada, em diversas ocasiões, por um viés elitista. Em suas páginas, eram frequentes as críticas diretas e indiretas a Brasília, ao trabalho de Oscar Niemeyer e, por extensão, a uma série de políticas públicas federais, ao passo que projetos apresentados pela revista comumente estavam inseridos em políticas públicas estaduais, sobretudo o PAGE – que, por sua vez, não eram mencionadas de maneira direta. Essa é a revista que dá mais ênfase às consequências práticas do processo de acelerado e não planejado de crescimento econômico e do avanço da indústria. A ideia que a revista nos traz é a de que, se, por um lado, o Brasil passava por um processo de acúmulo de riquezas e complexação da economia, por outro, esse processo carecia de planejamento e levava ao crescimento desordenado das cidades e ao aumento das diferenças entre ricos e pobres, diferenças essas que eram cada vez mais visíveis no espaço urbano. Para os autores que publicavam na *Habitat*, em geral, a resposta a esses problemas deveria incluir a retomada justamente daquilo que Niemeyer abandonava. É preciso lembrar, porém, que a revista inverte seu posicionamento diante de assuntos polêmicos em alguns momentos ao longo do nosso recorte.

Podemos entender a *Acrópole* como aquela de viés mais comercial. Apesar de sua ligação histórica com o IAB e, indiretamente, via IAB, com a academia, ao longo da primeira metade da década de 1960 a revista evitou polêmicas. Num primeiro momento, eram publicados textos e notas a partir dos quais

é possível inferir que a revista assumia postura crítica, próxima à *Habitat*, diante dos acontecimentos políticos e arquitetônicos. Com o passar do tempo, a quantidade de textos diminui até o ponto em que os únicos textos são o editorial e breves notas informativas. Passou-se a privilegiar desenhos. Ao longo de todo o recorte, a revista dá especial relevo para técnicas construtivas, sendo a única que publicava regularmente, inclusive em seção dedicada, detalhes arquitetônicos, o que pode ser explicado parcialmente pela proximidade do periódico com o mercado – era a revista com mais anúncios.

A inauguração de Brasília levou o campo da arquitetura e urbanismo no Brasil a uma revisão crítica que tinha no centro das discussões a linguagem. Oscar Niemeyer parece pautar o debate, mas seus textos são reativos, respondem a críticas endereçadas a ele, ao Plano Piloto e aos edifícios da nova capital. Em um cenário no qual Niemeyer era o protagonista maior, as revistas *Habitat* e *Acrópole* procuravam abrir perspectivas alternativas a partir das quais poderia ser possível debater o futuro da arquitetura moderna brasileira. As revistas concordavam sobre a necessidade de retomar princípios fundadores da arquitetura moderna, e sobre a noção de que tais princípios seriam encontrados na obra daquele considerado o fundador da arquitetura moderna no Brasil, Le Corbusier, mas discordavam absolutamente sobre quais eram esses princípios.

Representando uma espécie de terceira via nesse debate, Artigas expande os contornos do funcionalismo em um movimento no sentido de tornar mais claros, mais bem definidos, os limites da modernidade em arquitetura e urbanismo. O texto “Uma falsa questão”, escrito como uma resposta às polêmicas levantadas em torno de Ronchamp e La Tourette, de Le Corbusier, publicado em 1965, opera uma associação entre funcionalismo e modernidade e, portanto, entre modernidade e a expressão cada vez mais abstrata da função pela forma, incluindo nesse arranjo de conceitos noções de desenvolvimento e descolonialidade. Para pesquisadores como Eduardo Rossetti, a virada da década de 1950 para a década de 1960 foi um momento de “dilatação do sentido da modernidade inerente à produção da arquitetura brasileira” (Rossetti, 2009, online). Para Artigas, a mudança de fase pela qual passava a prática projetual era marcada pela superação de conceitos e falsas questões que surgem a partir do contato entre o que ele próprio chama de ideário funcionalista e o sistema capitalista, e que impediam avanços no campo da arquitetura e na sociedade como um todo. “Como arma de transformação do mundo, a arquitetura tem os seus métodos próprios que não se confundem com os da ciência ou os da própria tecnologia. Restaurá-los é a proposta contida nas atitudes de Le Corbusier e Niemeyer.” (Artigas, 1965, p. 22)

O processo de consolidação da arquitetura e urbanismo como disciplina autônoma parecia caminhar no sentido da construção de uma abordagem holística sobre a prática projetual, ao mesmo tempo que tinha como um de seus objetivos desenhar o lugar de arquitetos e urbanistas em meio ao processo de complexificação da política, da economia, da sociedade e das cidades. Para Artigas, restaurar princípios fundadores da arquitetura moderna provavelmente era um esforço que fortaleceria a defesa de princípios progressistas e democráticos sob o novo regime ditatorial. Porém, ao longo da primeira metade da década de 1960, em meio a uma série de tensões internas, resultado da expansão da indústria e do crescimento do proletariado sem oferta – por parte dos burgueses ou do Estado – de condições mínimas para que os trabalhadores urbanos vivessem de maneira digna, diversos textos pareciam se esforçar para atenuar conflitos de classe. É preciso reconhecer que a crítica ao caráter predatório do mercado imobiliário é marcante e unânime; não havia dúvidas de que, para resolver os problemas da cidade, era necessário, além de disciplinar a ação da iniciativa privada, concentrar recursos públicos e fortalecer o Estado, mas as revistas publicavam diversos projetos e obras construídas francamente inseridos no mercado imobiliário.

Conquanto planos fossem elaborados, o planejamento não dava conta de garantir boas condições de vida para os trabalhadores – nem da cidade, que enfrentavam inclusive crises de abastecimento, nem no campo, que era negligenciado pelos planejadores. Nas cidades, era preciso oferecer condições dignas de habitação para a população que crescia vertiginosamente; no campo era preciso fixar aqueles chamados de “paus-de-arara” e frear o inchaço populacional dos centros urbanos, que recebiam centenas de imigrantes, chamados de “retirantes”. Era preciso incrementar a produção rural e diminuir pressões inflacionárias. De acordo com o editorial da edição 62 da revista *Habitat* (1960), intitulado “Novo ano e novo governo”, juntas, a população de São Paulo e Rio de Janeiro já ultrapassavam 10% da população do país.

O Brasil da primeira metade da década de 1960 era um país em desenvolvimento com expressiva expansão da construção civil e do mercado imobiliário, com um enorme contingente disponível de mão-de-obra pouco qualificada, possibilitando, inclusive, os lucros altíssimos das firmas construtoras, mesmo sendo metade do custo das construções representado pelo pagamento da mão-de-obra, o que denota a não mecanização do canteiro e o não uso de tecnologias industriais. Os conflitos entre capital nacional e capital estrangeiro, dentro e fora da máquina pública brasileira, colaboravam para que ficassem à margem das políticas quaisquer tentativas de apropriação da renda que se acumulava e se concentrava sob tutela das elites. Sob regime parlamentarista, o Estado brasileiro contraía dívidas e não barrava tampouco revertia o avanço da concentração de renda como resultado do processo de desenvolvimento em curso.

O desenvolvimento aquém do Estado impedia o enfrentamento do déficit habitacional e colocava arquitetos e urbanistas a serviço das encomendas das elites econômicas, que se tornavam experiências, participando ativamente dos processos de exploração das classes pobres. Brasília era, ao mesmo tempo, a representação do papel que o Estado poderia assumir em meio a esse processo e um grande laboratório. A arquitetura moderna brasileira da primeira metade da década de 1960 encontrava maneiras possíveis de se relacionar com o Estado burguês fazendo uso de conceitos abstratos, noções de democracia e desenvolvimento progressistas, em oposição ao caráter conservador do que se tornaria o golpe militar e a ditadura. Nesse movimento, caíam em contradição. Não tratamos, nesta Tese, de acusar as revistas e seus autores, mas de examinar as contradições do passado como forma de construir ferramentas com as quais poderemos lidar melhor com as contradições do presente.

As revistas de arquitetura das quais trata esta Tese demonstram que tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro existiam grupos de arquitetos e urbanistas que tinham significativa clareza dessa condição e trabalhavam a partir de reflexões sobre a inserção do trabalho em arquitetura e urbanismo no processo de desenvolvimento do Brasil, além de reflexões sobre referências e inovação em linguagem, atrelando linguagem a um projeto de país – em diferentes posições e com diferentes opiniões nesse cenário.

Aquilo que foi retomado na década de 1980 como arquitetura moderna, talvez seja um recorte estreito de um projeto estético que nasce como projeto político, mas que é também tratado como imagem. Porém, a arquitetura moderna brasileira acontece na intersecção entre noções de modernidade e noções de democracia e desenvolvimento sob um projeto político com o qual aqueles que se identificavam como modernos não necessariamente compactuavam em todos os seus aspectos; acontece como atividade econômica de projetar tendo como matéria prima e resultado a expressão de uma época e, ao mesmo tempo, no mesmo espaço, um projeto de futuro, ou seja, é uma atividade vinculada ao campo da política materialmente, pela força de trabalho, e idealmente, por aquilo que o projeto representa – a perspectiva de superação pela via política da contradição entre ideal e material.

Referências

- “Cidades do Novo Mundo”. *Habitat*, ano X, n. 82, p. 34, 1965.
- 1.016 obras licenciadas em abril. *Acrópole*, ano XXIV, n. 282, p. 216, 1962.
- 10 mil irregulares. *Acrópole*, ano XXIII, n. 272, p. 298, 1961.
- 1961, ano fecundo no setor das artes plásticas. *Habitat*, 12º ano, n. 66, p. 2, 1961.
- 2.000 casas para favelados: Rio. *Acrópole*, ano XXIV, n. 278, 1962.
- 200 milhões para o Plano Adicional Rodoviário. *Acrópole*, ano XXIII, n. 275, p. 408, 1961.
- 250 mil casas, até 1966. *Acrópole*, ano XXIV, n. 279, p. 102, 1962.
- 25º aniversário. *Acrópole*, ano XXV, n. 295/296, p. 3, 1963.
- 27 milhões para o interior, obras pelo Governo do Estado. *Acrópole*, ano XXIII, n. 275, p. 408, 1961.
- 4 avenidas para São Paulo. *Acrópole*, ano XXIII, n. 272, p. 298, 1961.
- A cultura em crise. *Habitat*, 13º ano, n. 71, p. 2, 1963.
- A Grande Sociedade. *Habitat*, ano XV, n. 82, p. 12, 1965.
- A habitação popular no Rio de Janeiro. *Habitat*, ano XIII, n. 74, p. 42-44, 1963.
- A orientação cultural do Itamaraty. *Habitat*, 12º ano, n. 66, p. 57-58, 1961.
- ABDALA, Bianca Ardanuy. *Brasília e Mário Pedrosa: reflexões sobre a crítica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2019. 163 p. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/36818>> Acesso em: 31 mar. 2023.
- AB’SABER, Aziz. O sítio urbano inicial da aglomeração paulistana. *Acrópole*, ano XXV, n. 295/296, p. 205-208, 1963a.
- AB’SABER, Aziz. Originalidade do sítio da cidade de São Paulo. *Acrópole*, ano XXV, n. 295/296, p. 239-246, 1963b.
- Aeroporto Internacional América do Sul – Brasília. *Módulo*, v. 4, n. 19, p. 12-29, 1960.
- Affonso Eduardo Reidy. *Módulo*, ano IX, n. 37, p. 28-29, 1964.
- AICHER, Otl. A cidade nova e seu grafado de sinalização. *Habitat*, 11º ano, n. 58, p. 5-6, 1960.
- Ainda e sempre o problema habitacional. *Habitat*, 12º ano, n. 70, p. 2-3, 1960.
- Ainda o Plano Nacional de Habitação. *Habitat*, ano XIV, n. 76, p. 12, 1964.
- ALMEIDA, Guilherme. Esta floresta. *Acrópole*, ano XXV, n. 295/296, 1963.
- ALMEIDA, Maisa Fonseca de. *Revista Acrópole publica residências modernas: análise da revista Acrópole e sua publicação de residências unifamiliares modernas entre os anos de 1952 a 1971*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008, 472 p. DOI:10.11606/D.18.2008.tde-02022009-143405. Acesso em: 31 jul. 2022.
- ALMEIDA, Mario Augusto M. P. de. *A política econômica do governo João Goulart: restrições estruturais e vetos políticos*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2010. 205 p. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.2010.769440. Acesso em: 31 jul. 2022.
- Almofadas de apoio de Neoprene, empregadas na construção de novas rodovias no Rio de Janeiro, *Acrópole*, ano XXIV, n. 294, 1962.
- Alunos de engenharia (1960). *Acrópole*, ano XXIII, n. 273, p. 338, 1961.
- ALVES, André Augusto de Almeida. *Arquitetura escolar paulista 1959 - 1962: o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas*. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008. DOI: 10.11606/T.16.2008.tde-29032010-111636. Acesso em: 06 abr. 2023.
- AMADO, Jorge. Mestre Cardozo. *Módulo*, v. 6, n. 26, p. 8-10, 1961.
- AMADO, Jorge. Mestre do humanismo e da paz. *Módulo*, ano VII, n. 34, p. 8-9, 1963

- ANDRADE FILHO, Oswaldo de. Um artista plástico do folclore paulista. *Habitat*, 12º ano, n. 69, p. 49-50, 1962.
- ANDRADE, Rodrigo de Mello Franco. Joaquim Cardozo. *Módulo*, v. 6, n. 26, p. 3, 1961.
- Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de São Paulo. Projeto classificado em primeiro lugar. *Acrópole*, ano XXIII, n. 273, p. 305-210, 1961a.
- Apartamentos para funcionários do Banco do Brasil. *Módulo*, v. 3, n. 17, p. 20-22, 1960.
- AQUINO, Flávio de. Os primórdios do modernismo no Brasil. *Módulo*, v. 5, n. 22, p. 32-35, 1961.
- AQUINO, Flávio de. O pintor Cândido Portinari. *Módulo*, ano VII, n. 27, p. 20-23, 1962.
- AQUINO, Flávio de. ESDI: Escola Superior de Desenho Industrial. *Módulo*, ano IX, n. 38, p. 45-52, 1964.
- ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova*. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2011.
- Área construída até maio. *Acrópole*, ano XXIII, n. 272, p. 298, 1961.
- Arquitetos e críticos de arte falam sobre Brasília. *Módulo*, v.3, n. 16, p. 29-31, 1959.
- Arquitetos brasileiros visitaram a China. *Acrópole*, ano XXII, n. 263, p. 4, 1960.
- Arquitetura na VI Bienal de São Paulo. *Módulo*, v. 6, n. 25, p. 30-34, 1961a.
- Arquitetura de teatro da III Bienal de Artes Plásticas de Teatro. *Habitat*, 12º ano, n. 66, p. 13-15, 1961b.
- Arquitetura “playboy”. *Habitat*, 13º ano, n. 71, p. 63, 1963a.
- Arquitetura brasileira no Paraguai. *Habitat*, 13º ano, n.72, p. 56, 1963b.
- Arquitetura brasileira na Europa. *Módulo*, ano VIII, n. 32, p. 60-61, 1963c.
- Arquitetura visionária. *Habitat*, ano XIV, n. 77, p. 34-35, 1964.
- ARRUDA, J. F., CHAVES, Adhemar. Gens da fundação do Brasil. *Acrópole*, ano XXII, n. 259, 1960.
- Art Nouveau. *Habitat*, 13º ano, n. 71, p. 63, 1963.
- Arte brasileira, museu e escola. *Habitat*, 11º ano, n. 60, p. 2, 1960.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. Uma falsa questão. *Acrópole*, ano XXVII, n. 319, p. 21-22, 1965.
- As culturas no continente africano. *Habitat*, 12º ano, n. 66, p. 47-49, 1961.
- As obras... *Módulo*, v. 6 n. 26, p. 16-28, 1961.
- Aspectos humanos da favela carioca. *Habitat*, 11º ano, n. 59, p. 2, 1960.
- Assembleia Legislativa: anteprojeto da nova sede. *Acrópole*, ano XXIII, n. 271, 1961.
- Assembleia Legislativa de Minas Gerais: cancelados os prêmios do concurso. *Acrópole*, ano XXIV, n. 283, 1962.
- Atentado. *Habitat*, 12º ano, n. 70, p. 33, 1962.
- Atividades do IAB. *Acrópole*, ano XXVI, n. 305, p. 22, 1964.
- Atividades do Itamarati no exterior. *Habitat*, ano XV, n. 83, p. 78-80, 1965.
- Aumento no custo de construções. *Acrópole*, ano XXIII, n. 273, p. 338, 1961a.
- Aumento dos preços de materiais de construção. *Acrópole*, ano XXIII, n. 275, p. 408, 1961b.
- Aumento de preços dos materiais de construção (1961). *Acrópole*, ano XXIV, n. 278, 1962.
- AZEVEDO, Eurico de Andrade. O drama da habitação popular. *Habitat*, ano XIII, n. 74, p. 44-45, 1963.
- Bairro residencial em Bauru. *Acrópole*, ano XXV, n. 289, p. 20-21, 1962.
- Balneário do Guarujá, maior conjunto urbanístico-arquitetônico. *Habitat*, 11º ano, n. 58, p. 9-12, 1960.
- Banco Sul-Americano do Brasil, em São Paulo. *Habitat*, ano XIII, n. 74, p. 15-20, 1963.
- BARATA, Mario. Totalidade artística e posição das artes industriais e artesanato na cidade nova. *Habitat*, 10º ano, n. 57, p. 19, 1959.
- BARATA, Mário. Joaquim Cardozo, crítico de arte. *Módulo*, v. 6, n. 26, p. 44-49, 1961.
- BARATA, Mário. VII Bienal de São Paulo e “outra figuração”. *Módulo*, ano VIII, n. 35/36, p. 21-30, 1963a.

- BARATA, Mário. América Latina, incluindo o Brasil, na VII Bienal. *Módulo*, ano VIII, n. 35/36, p. 31-37, 1963b.
- BARBOSA, Raul de Sá. *Brasília, evolução histórica de uma ideia*. *Módulo*, v. 3, n. 18, p. 28-43, 1960.
- BARDI, Pietro Maria. O Jardineiro Burle Marx. *Habitat*, ano XIV, n. 78, p. 35-41, 1964.
- BIRKHOLZ, Lauro Bastos. Planejamento territorial. *Acrópole*, ano XXVI, n. 309, p. 48, 1964.
- BLOC, André. Integração das artes na cidade. *Habitat*, 11º ano, n. 58, p. 3-4, 1960.
- BOCCARA, Augusto; REPETTO DE BOCCARA, Maria Claudia. Evolução do conceito de planejamento das cidades capitais. Introdução. *Acrópole*, ano XXII, n. 259, p. 174-175, 1960a.
- BOCCARA, Augusto; REPETTO DE BOCCARA, Maria Claudia. Evolução do conceito de planejamento das cidades capitais II. As cidades-reais egípcias e suas capitais tradicionais: Mênfis e Tebas. *Acrópole*, ano XXII, n. 261, p. 247-249, 1960b.
- BOCCARA, Augusto; REPETTO DE BOCCARA, Maria Claudia. Evolução do conceito de planejamento das cidades capitais II. As cidades-reais egípcias e suas capitais tradicionais: Mênfis e Tebas (conclusão). *Acrópole*, ano XXII, n. 262, p. 286-287, 1960c.
- BOCCARA, Augusto; REPETTO DE BOCCARA, Maria Claudia. Evolução do conceito de planejamento das cidades capitais. Akhenaton: a capital de Amenophis IV. *Acrópole*, ano XXII, n. 263, p. 320-323, 1960d.
- BOCCARA, Augusto; REPETTO DE BOCCARA, Maria Claudia. Evolução do conceito de planejamento das cidades capitais. Dur-Sarrukin: a capital do rei assírio Sargon II. *Acrópole*, ano XXIII, n. 266, p. 69-71, 1960e.
- BONDUKI, Nabil (org.). *A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo*. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018. Disponível em: <http://www.casadacidade.org.br/wp-content/uploads/2018/12/A-Luta-Pela-Reforma-Urbana-no-Brasil_CAU-SP_2018.pdf> Acesso em: 4 abr. 2023.
- BRAGAIA, Flavio Antonio D'Ugo. *Arquitetura brasileira da redemocratização ao Plano Real: revisão crítica do discurso a partir de projetos e artigos publicados nas revistas Projeto e Arquitetura e Urbanismo entre 1985 e 1990*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade). Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, 2019. 245 p. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.2019.1090448. Acesso em: 31 jul. 2022.
- Brasil. Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964.
- BROOS, Hans. Considerações sobre hotéis. *Habitat*, 11º ano, n. 63, p. 30, 1961.
- BURLAMAQUI, Ulysses P. Gasolina e poesia. *Habitat*, ano XV, n. 83, p. 17-22. 1965.
- Burle Marx ajardinará aterro no Rio (4km). *Acrópole*, ano XXIII, n. 275, 1961.
- BUZZAR, Miguel A.; SIMONI, Lúcia N.; CORDIDO, Maria Tereza R. L. de B. Pesquisa e levantamento dos processos relativos aos projetos e obras dos equipamentos públicos implementados pelo Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo (PAGE), gestão Carvalho Pinto (1959-1963), no arquivo do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – IPESP. *Fórum patrimônio*, v. 5, p. 69-89, 2012. Disponível em <https://www.academia.edu/24941799/Pesquisa_e_levantamento_dos_processos_relativos_ao_projetos_e_obras_dos Equipamentos_p%C3%BAblicos_implementados_pelo_plano_de_a%C3%A7%C3%A3o_do_governo_do_estado_de_S%C3%A3o_Paulo_Page_Gest%C3%A3o_Carvalho_Pinto_1959_1963_No_Arquivo_do_IPESP> Acesso em: 26 jan. 2024.
- CABRAL, Neyde A. Joppert. *A Universidade de São Paulo: modelos e projetos*. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004. 377 p. DOI: 10.11606/T.16.2004.tde-14122022-133527. Acesso em: 06 abr. 2023.
- CAMARGO, Mônica Junqueira de. Inventário dos bens culturais relativos ao Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963). *Revista CPC*, n. esp. 21, p. 164-203, 2016. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p164-203. Acesso em: 06 abr. 2023.
- CANEZ, Ana Paula Moura; ALMEIDA, Marcos Leite. Lucio Costa, o Congresso Extraordinário de Críticos de Arte e a atualidade de seu pensamento e ação. *8º Seminário Docomomo Brasil*. 2009, Rio de Janeiro. Disponível em <<https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/123.pdf>> Acesso em 30 mar. 2023.

- CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. *Arquitetura em revista: arquitetura moderna no Brasil e sua recepção nas revistas francesas, inglesas e italianas (1945-1960)*. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2006, 336 p. DOI: 10.11606/T.16.2006.tde-21102022-110057. Acesso em: 22 fev. 2024.
- CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. Congresso Internacional de Críticos de Arte 1959. Difusão nas revistas internacionais e nacionais especializadas. *8 Seminário Docomomo Brasil*. 2009, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/080.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2023.
- CARDOZO, Joaquim. Programa da atividade do engenheiro. *Módulo*, v. 3, n. 17, p. 16-19, 1960.
- CARDOZO, Joaquim. Prelúdio e elegia de uma despedida. *Módulo*, v. 6, n.26, p. 33-37, 1961a.
- CARDOZO, Joaquim. Notas sobre a antiga pintura religiosa em Pernambuco. *Módulo*, v. 6, n. 26, p. 49-50, 1961b.
- CARDOZO, Joaquim. Observações em torno da história da cidade do Recife, no período holandês. *Módulo*, v. 6, n.26, p. 51-53, 1961c.
- CARDOZO, Joaquim. Um tipo de casa rural do antigo Distrito Federal e Estado do Rio. *Módulo*, ano VII, n. 29, p. 1-23, 1962.
- CARDOZO, Joaquim. Algumas ideias novas sobre arquitetura. *Módulo*, ano VIII, n.33, p. 1-7, 1963.
- CARDOZO, Joaquim; Macedo, Danilo Matoso (org.); Sobreira, Fabiano José Arcadio (org.). *Forma estática – forma estética: ensaios de Joaquim Cardozo sobre arquitetura e engenharia*. Brasília: Edições Câmara, 2009.
- CARVALHO, Benjamin de A. Desenho, arte e arquitetura. *Habitat*, 11º ano, n. 60, p. 43-48, 1960.
- CAU 10 anos: especial rememora histórico de luta e criação da entidade. *Projeto*, 2020. Disponível em: <<https://revistaprojeto.com.br/noticias/cau-10-anos-especial-rememora-historico-de-luta-e-criacao-da-entidade/>> Acesso em: 14 ago. 2022.
- CAVALCANTE, Neusa. *Ceplan: 50 anos em 5 tempos*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2015. 508 p. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19975>> Acesso em: 11 abr. 2023.
- Ceplan: Centro de Planejamento, Universidade de Brasília. *Módulo*, ano VIII, n. 32, p. 25-56, 1963.
- CERÁVOLO, Ana Lúcia; LEITE, Dayane Carolina. A restauração arquitetônica em revista: a constituição de um novo campo de atuação nas revistas de arquitetura e urbanismo brasileiros na década de 1960. *IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 2016, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, online, 2016. Disponível em: <<https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2032/S32-01-CERAVOLO,%20A;%20LEITE,%20D.pdf>> Acesso em: 26 jan. 2024.
- CHAVES, Adhemar. São Luiz de Maranhão. *Acrópole*, ano XXII, n. 255, p. 3, 1960a.
- CHAVES, Adhemar. Alcântara: monumento histórico nacional. *Acrópole*, ano XXII, n. 255, p. 101-104, 1960b.
- CHAVES, Adhemar. [sem título]. *Acrópole*, ano XXII, n. 258, 1960c.
- CHAVES, Adhemar. Itaimbezinho, fascinante “canyon” brasileiro. *Acrópole*, ano XXII, n. 260, 1960d.
- CHAVES, Adhemar. Morro da Queimada, em Ouro Preto. *Acrópole*, ano XXII, n. 261, 1960e.
- CHAVES, Adhemar. Catedral de S. Miguel, capital de Sete Povos. *Acrópole*, ano XXII, n. 262, 1960f.
- CHAVES, Adhemar. Ruínas de São João, um dos Sete Povos. *Acrópole*, ano XXII, n. 262, p. 286-287, 1960g.
- CHAVES, Adhemar. Bananal, vetusta cidade paulista. *Acrópole*, ano XXII, n. 263, 1960h.
- CHAVES, Adhemar. Arraial D’Ajuda, satélite de Porto Seguro. *Acrópole*, ano XXIII, n. 265, 1960i.
- CHAVES, Adhemar. Monumento aos mortos da Guerra do Paraguai em Florianópolis. *Acrópole*, ano XXII, n. 264, 1960j.
- CHAVES, Adhemar. Praia de Torres, pérola do Atlântico Sul. *Acrópole*, ano XXIII, n. 266, p. 3, 1960k.
- CHAVES, Adhemar. As ruínas históricas de Bertiooga. *Acrópole*, XXIII, n. 266, p. 76-78, 1960l.
- CHAVES, Adhemar. Nossa Senhora da Vitória. *Acrópole*, ano XXIII, n. 267, 1961a.

- CHAVES, Adhemar. Costumes desaparecidos. *Acrópole*, ano XXIII, n. 268, 1961b.
- CHAVES, Adhemar. Estrada de ferro Madeira-Mamoré: esplendor e decadência da estrada da borracha. *Acrópole*, ano XXIII, n. 268, p. 155-158, 1961c.
- CHAVES, Adhemar. Sururu, prato típico alagoano. *Acrópole*, ano XXIII, n. 270, 1961d.
- CHAVES, Adhemar. Delmiro Gouveia: profeta e industrial nordestino. *Acrópole*, ano XXIII, n. 275, p. 396-398, 1961e.
- CHAVES, Adhemar. As estradas imperiais do café. *Acrópole*, ano XXVI, n. 305, p. 38-41, 1964.
- CHIARELLI, Silvia Raquel. O último Le Corbusier no Brasil: a viagem de 1962 e o projeto da Embaixada da França em Brasília. *13º Seminário Docomomo Brasil*. 2019, Salvador. Anais. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, v. 1. p. 219-236, 2020. Disponível em: <<https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2020/04/119268.pdf>> Acesso em: 3 ago. 2022.
- Cícero em praça pública. *Habitat*, 11º ano, n. 61, p. 50, 1960.
- Cidade residencial para a Petrobrás. *Acrópole*, ano XXV, n. 289, p. 12-19, 1962.
- Concurso para o anteprojeto da Assembleia Legislativa de São Paulo. *Acrópole*, ano XXIII, n. 267, 1961.
- Concurso “Peugeot” em Buenos Aires. *Acrópole*, ano XXIII, n. 280, 1962a.
- Concurso nacional de anteprojetos para o Instituto Concórdia de São Leopoldo – RGS. *Acrópole*, ano XXIV, n. 283, 1962b.
- Condicionantes dos desenvolvimentos. *Habitat*, ano XIII, n. 74, p. 14, 1963.
- Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte. *Habitat*, 10º ano, n. 57, p. 2, 1959.
- Congresso Extraordinário de Críticos de Arte. *Habitat*, 11º ano, n. 58, p. 3, 1960a.
- Congresso do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura. *Acrópole*, ano XXII, n. 262, 1960b.
- Congressos. *Acrópole*, ano XXVII, n. 314, p. 21, 1965.
- Conheçamos o Brasil. *Acrópole*, ano XII, n. 154, p. 3, 1959.
- Conjunto Balneário em Guarujá. *Módulo*, n. 16, p. 22-25, 1959.
- Conjunto de edifícios “Máximus”. *Habitat*, 11º ano, n. 59, p. 3-9, 1960a.
- Conjunto Museu de Arte de São Paulo. *Habitat*, 11º ano, n. 62, p. 55, 1960b.
- Conselho Nacional de Cultura. *Módulo*, v. 5, n. 23, p. 35-36, 1961.
- CONSTANTINO, Regina Adorno. *A obra de Abelardo de Souza*. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004, 264 p. DOI: 10.11606/D.16.2004.tde-10082010-085508. Acesso em: 14 ago. 2022.
- Construção civil: 2,3% da renda nacional. *Acrópole*, ano XXIII, n. 274, 1961.
- Construção em massa de moradias populares na América Latina, objetivo da Aliança para o Progresso. *Habitat*, 13º ano, n. 71, p. 61-62, 1963.
- Construções escolares em Brasília. *Módulo*, v. 4, n. 20, p. 4-15, 1960.
- Construções licenciadas em São Paulo: 1º semestre, 1960/61. *Acrópole*, ano XXIII, n. 274, 1961.
- Construir com cubos. *Habitat*, 11º ano, n. 63, p. 3-18, 1961.
- Contribuições de Cardozo às atividades do Patrimônio Histórico. *Módulo*, v. 6, n. 26, p. 14-15, 1961.
- CORBISIER, Roland. Brasília e o desenvolvimento nacional. *Módulo*, v. 3, n. 18, p. 2-9, 1960.
- CORDEIRO, Waldemar. Novas tendências e nova figuração. *Habitat*, ano XIV, n. 77, p. 56, 1964.
- CORONA, Eduardo. Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto. *Acrópole*, ano XXIV, n. 283, p. 215-216, 1962.
- CORONA, Eduardo. [sem título]. *Acrópole*, ano XXV, n. 293, 1963a.
- CORONA, Eduardo. O livro de Lucio Costa. *Acrópole*, ano XXV, n. 294, 1963b.

- CORONA, Eduardo. 40 anos de *Vers une architecture*. *Acrópole*, ano XXV, n. 298, 1963c.
- CORONA, Eduardo. Uma experiência didática. *Acrópole*, ano XVI, n. 303, p. 92, 1964a.
- CORONA, Eduardo. Desenho industrial. *Acrópole*, ano XVI, n. 304, p. 22, 1964b.
- CORONA, Eduardo. Affonso Eduardo Reidy. *Acrópole*, ano XXVI, n. 308, p. 24, 1964c.
- CORONA, Eduardo. Roberto Burle Marx em livro. *Acrópole*, ano XXVI, n. 309, p. 44-45, 1964d.
- CORONA, Eduardo. Carlos Millan. *Acrópole*, ano XXVI, n. 312, p. 31, 1964e.
- CORONA, Eduardo. Acerca da habitação popular. *Acrópole*, ano XXVII, n. 319, p. 18, 1965a.
- CORONA, Eduardo. Le Corbusier. *Acrópole*, ano XXVII, n. 322, p. 23, 1965b.
- CORONA, Eduardo. Rino Levi. *Acrópole*, ano XXVII, n. 322, p. 24, 1965c.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. Dicionário da Arquitetura Brasileira. *Acrópole*, ano XIX, n. 222, p. 197-198, 1957.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. Roteiro de arquitetura contemporânea de São Paulo. *Acrópole*, ano XXV, n. 295/296, p. 201-204, 1963.
- CORRÊA, Oswaldo. Arquitetura na VI Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo. *Acrópole*, ano XXIII, n. 276, p. 408-409, 1961.
- COSTA, Lucio. A arte e a educação. *Módulo*, n. 16, p. 26-28, 1959.
- COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. *Módulo*, v. 3, n. 18, 1960.
- COSTA, Lucio. O novo humanismo científico e tecnológico. *Módulo*, v. 5, n. 23, p. 2-7, 1961.
- Crescimento das capitais. *Acrópole*, ano XXIII, n. 273, p. 338, 1961.
- CRESPO de la SERNA, Jorge Juan. Materiais novos para a pintura. *Habitat*, 10º ano, n. 57, p. 17-18, 1959.
- Criação da carreira de arquiteto no funcionalismo público. *Habitat*, 12º ano, n. 70, p. 33, 1960.
- Crise da crítica. *Habitat*, 12º ano, n. 68, p. 79, 1962.
- CUNHA, Fausto. Exercício de admiração. *Módulo*, v. 6, n.26, p. 30-32, 1961.
- Custo médio e aumento de custos das construções (SP). *Acrópole*, ano XXIII, n. 275, p. 408, 1961.
- Decréscimo. *Acrópole*, ano XXVII, n. 317, p. 17, 1965.
- Decreto facilita obtenção de licença para obras. *Acrópole*, ano XXIII, n. 275, 1961.
- DEDECCA, Paula Gorenstein. *Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965)*. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012, 403 p. DOI: 10.11606/D.16.2012.tde-10072012-130257. Acesso em: 31 jul. 2022.
- DEDECCA, Paula Gorenstein. *Arquitetura e engajamento: o IAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920-1970)*. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018, 522 p. DOI: 10.11606/T.16.2019.tde-10012019-111840. Acesso em: 31 jul. 2022.
- Deixou-nos o companheiro Mauro Vinhas. *Módulo*, ano IX, n. 37, p. 58-59, 1964.
- DEL ROIO, Marcos. Os idos de março de 1964 e o significado da revolução. *Revista ADUSP*, v. 33, p. 97-101, 2004. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/revistas/33/r33a15.pdf>> Acesso em: 11 mai. 2023.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Brasil: 1954, prenúncios de 1964. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 484-503, 2005. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000200013&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 31 jul. 2022.
- DERNTL, Maria Fernanda. Brasília e suas unidades rurais: planos e projetos para o território do Distrito Federal entre fins da década de 1950 e início da década de 1960. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 28, p. 1-32, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28e30. Acesso em: 31 jul. 2022.
- Desenho industrial. *Acrópole*, ano XXVI, n. 309, p. 21, 1964.

- DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova Economia*, v. 19, n. 2, p. 227-249, 2009. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/1045>> Acesso em: 13 jan. 2022.
- DORFLES, Gillo. As artes industriais na cidade nova. *Habitat*, 11º ano, n. 58, p. 5, 1960.
- Edifício Sesc-Senac em Santos. *Habitat*, 11º ano, n. 59, p. 10-16, 1960a.
- Edifício da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília. *Habitat*, 11º ano, n. 59, p. 54, 1960b.
- Edifício na esplanada do Palácio da Cultura. *Módulo*, v. 4, n. 19, p. 30-35, 1960c.
- Edifício sede da Panair em Brasília. *Módulo*, v. 4, n. 19, p. 46-48, 1960d.
- Edifício Gragoatá. *Módulo*, v. 5, n. 22, p. 14-17, 1960e.
- Edifício de apartamentos em Berlim, Alemanha. *Habitat*, 12º ano, n. 66, p. 19-22, 1961.
- Edifício “Peugeot” em Buenos Aires. *Acrópole*, ano XXIV, n. 281, p. 145-152, 1962.
- Editorial [sem título]. *Acrópole*, ano XIX, n. 222, 1957.
- Encontros de arquitetura. *Módulo*, ano VII, n. 34, p. 1-7, 1963.
- Enfim, o monumento a Caxias. *Habitat*, 11º ano, n. 61, p. 51, 1960.
- Escola em Presidente Venceslau. *Habitat*, 11º ano, n. 60, p.11-12, 1960.
- Escola de Minas/Ouro Preto. *Módulo*, v. 6, n. 25, p. 2-7, 1961.
- Escolas pré-primárias, primárias, secundárias e industriais. *Acrópole*, ano XXVII, n. 314, p. 25-48, 1965.
- Estatística. *Acrópole*, ano XXVII, n. 315, p. 24, 1965.
- Faleceu Reidy. *Acrópole*, ano XXVI, n. 308, p. 23, 1964.
- Falecimento. *Acrópole*, ano XXVI, n. 312, p. 31, 1964.
- Falecimento. *Acrópole*, ano XXVII n. 321, p. 19-20, 1965.
- Falta de esgotos em São Paulo. *Acrópole*, ano XXIII, n. 273, p. 338, 1961.
- Falta de perspectiva profissional. *Habitat*, ano XV, n. 84, p. 14, 1965.
- Feira Internacional e Permanente do Líbano em Trípoli. *Módulo*, ano VII, n. 30, p. 1-24, 1962.
- FELDMAN, Sarah. *Instituições de urbanismo no Brasil na década de 1930: olhar técnico e dimensão urbano-industrial*. Tese (Livre Docência). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2008, 116 p. DOI: 10.11606/T.102.2018.tde-17102018-113814. Acesso em: 14 ago. 2022.
- FERNANDES, Fernanda. Bruno Zevi e o Congresso Internacional Extraordinário de Críticos da Arte, Brasília, 1959. in. CAMARGO, Mônica Junqueira de (org.). *Bruno Zevi e América Latina = Bruno Zevi and Latin America*. São Paulo: FAU USP, 2021.
- FERRAZ, Geraldo. Edifício Nações Unidas. *Habitat*, 10º ano, n. 57, p. 20-22, 1959.
- FERRAZ, Geraldo. Adriano Olivetti e sua “Cittá dell’uomo”. *Habitat*, 11º ano, n. 60, p. 69, 1960.
- FERRAZ, Geraldo. Fórum em São José dos Campos, SP. *Habitat*, 11º ano, n. 63, p. 35-37, 1961.
- FERRAZ, Geraldo. Habitação no Brasil. *Habitat*, 12º ano, n. 68, 1962a.
- FERRAZ, Geraldo. A boa forma industrial. *Habitat*, 12º ano, n. 69, p. 1, 1962b.
- FERRAZ, Geraldo. Richard Neutra permanece renovador aos setenta anos. *Habitat*, 12º ano, n. 69, p. 5-15, 1962c.
- FERRAZ, Geraldo. CUASO – a Cidade Universitária de São Paulo. *Habitat*, 12º ano, n. 69, p. 16-25, 1962d.
- FERRAZ, Geraldo. Nova ponte de MAM no Rio de Janeiro. *Habitat*, 12º ano, n. 69, p. 26, 1962e.
- FERRAZ, Geraldo. Habitação, sempre, habitação. *Habitat*, 13º ano, n. 73, p. 12, 1963a.
- FERRAZ, Geraldo. Palácio da Inconfidência – Assembleia Legislativa de Minas Gerais. *Habitat*, 13º ano, n. 73, p. 23-26, 1963b.
- FERRAZ, Geraldo. Bienal de Arquitetura – Sala Especial Sérgio Bernardes. *Habitat*, ano XIII, n. 74, p. 33-35, 1963c.
- FERRAZ, Geraldo. Desaparecem dois grandes arquitetos. *Habitat*, ano XIV, n. 78, p. 17-24, 1964.

- FERRAZ, Geraldo. De luto a arquitetura mundial: desaparecem Rino Levi e Le Corbusier. *Habitat*, ano XV, n. 84, p. 17-18, 1965.
- FERREIRA, Ewaldo Dantas; BRILL, Alice. Velha dama à beira-mar sentada, Parati pretende ser paulista. *Habitat*, 12º ano, n. 69, p. 2-4, 1962.
- PELLEGRINI FILHO, Américo. Figuras de presépio do Vale do Paraíba. *Habitat*, 11º ano, n. 62, p. 56-59, 1960.
- FIOCCA, Luigi. A propósito do artigo: “Problemas plásticos da arquitetura moderna”. *Habitat*, ano XV, n. 83, p. 81-83, 1965.
- Folguedo popular do ciclo de Natal/Folia de Reis com palhaços mascarados. *Habitat*, 12º ano, n. 66, p. 50-52, 1961.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O mito do populismo econômico de Vargas. *Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 56-76, 2011. Disponível em: <<https://centrodeeconomiapolitica.org/repos/index.php/journal/article/view/392>> Acesso em 31 jul. 2022.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos governos Vargas e Goulart. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 215-243, 2005. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/900>> Acesso em: 31 jul. 2022.
- FRAJNDLICH, Rafael Urano; BENOIT, Alexandre Hector. A extinta pureza: a igreja da Pampulha e as capelas de Ouro Preto (Brasil). *Oculum Ensaios*, Campinas, v. 16, p. 291-310, 2019. DOI: 10.24220/2318-0919v16n2a4129. Acesso em: 31 jul. 2022.
- FRAJNDLICH, Rafael Urano; BENOIT, Alexandre Hector. Guerra e Paz. Os debates sobre a construção do centro cívico em Brasília. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, v. 19, p. 1-20, 2021. DOI: 10.11606/1984-4506.risco.2021.181547. Acesso em: 21 ago. 2022.
- FRAJNDLICH, Rafael Urano; MARTINS, Luís Pompeo. *Urbs e Civitas*: Lucio Costa e a democracia no projeto de Brasília. *Cadernos do PROARQ*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 31-62, 2017. Disponível em: <<https://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/pt/paginas/edicao/27>> Acesso em: 31 jul. 2022.
- Funcionará no próximo ano o curso de urbanismo da FAU. *Acrópole*, ano XXII, n. 263, 1960.
- Fundação Getúlio Vargas. *Módulo*, v. 5, n. 22, p. 18-26, 1960.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- GASSIOT-TALABOT, Geraldo. A personalidade e a obra de Reidy. *Habitat*, 13º ano, n. 71, p. 13-15, 1963.
- Gastos em Brasília. *Acrópole*, ano XXIII, n. 271, p. 264, 1961.
- GENNARI, Adilson Marques. *A nação e o capital estrangeiro*: um estudo sobre a lei de remessa de lucros no governo de João Goulart. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997. 266 p. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.1997.114236. Acesso em: 31 jul. 2022.
- GERMANO, Manuel. O quadragésimo aniversário da Semana de Arte Moderna. *Habitat*, 13º ano, n. 67, p. 28-31, 1962.
- Ginásio Estadual de Guarulhos. *Acrópole*, ano XXII, n. 259, p. 171-173, 1960.
- Ginásio de Itanhaém. *Acrópole*, ano XXIII, n. 271, p. 141-143, 1961.
- GONÇALVES, Oswaldo Corrêa. A arquitetura nas bienais de S. Paulo. *Acrópole*, ano XXVI, n. 301, p. 3, 1963.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1984.
- GOULART, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília: 1963. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-joao-goulart-1963/view>> Acesso em: 4 abr. 2023.
- GOULART, Sueli. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 4, n. 3, p. 1-15, 2006. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/7399>> Acesso em: 13 jan. 2022.
- GRAMMONT, Guiomar de. *Aleijadinho e o aeroplano*: o paraíso barroco e a construção do herói colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- Grande Hotel Blumenau, Santa Catarina. *Habitat*, 11º ano, n. 63, p. 31-34, 1961.
- Gravuras populares do Nordeste. *Habitat*, 11º ano, n.60, p. 56-57, 1960.
- GULLAR, Ferreira [José Ribamar Ferreira]. A pintura posta em questão. *Módulo*, ano VIII, n. 35/36, p. 1-4, 1963.
- GULLAR, Ferreira [José Ribamar Ferreira]; LEITE, José Roberto Teixeira. Cinco artistas brasileiros. *Habitat*, 10º ano, n. 57, p. 18-19, 1959.
- Habitação e planejamento. *Habitat*, 11º ano, n. 61, p. 2, 1960.
- Habitação vs. tugúrio. *Habitat*, 12º ano, n. 64, p. 2, 1961.
- Habitação, subproduto da independência econômica. *Habitat*, 13º ano, n. 67, 1962.
- Habitação para todos. *Habitat*, ano XIV, n. 75, p. 16, 1964a.
- Habitação e democracia. *Habitat*, ano XIV, n. 78, p. 14, 1964b.
- Habitações para funcionários do Banco do Brasil. *Módulo*, v. 3, n. 17, p. 23-25, 1960.
- Habitat*, ano décimo. *Habitat*, 10º ano, n. 57, p. 01-02, 1959.
- HERRERA, Graciela Rojas; MANN, Hans. Observações sobre a obra do “Aleijadinho”. *Habitat*, 11º ano, n. 60, p. 32-39, 1960.
- HOLFORD, William. Problemas e perspectivas de Brasília. *Módulo*, v. 3, n. 17, p. 2-3, 1960a.
- HOLFORD, William. Sobre Brasília. *Módulo*, v. 4, n. 19, p.2-8, 1960b.
- Hotel Nacional Brasília, em construção. *Habitat*, 11º ano, n. 60, p. 3-10, 1960a.
- Hotel e apartamentos em Goiás. *Habitat*, 11º ano, n. 61, p. 3-6, 1960b.
- Hotel Nacional – Brasília. *Módulo*, v. 4, n. 20, p. 30-35, 1960c.
- IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil. Tese da delegação brasileira: cidades e abrigos, Construir o Mundo de Amanhã. *Projeto*, São Paulo, n. 103, p. 57, 1987.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela 1288 – População nos Censos Demográficos por situação do domicílio. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>> Acesso em: 4 abr. 2023.
- II Mesa Redonda Pan-Americana de Arquitetos. *Módulo*, ano VIII, n. 32, p. 57-59, 1963.
- IMPÉRIO, Flávio. Notas sobre arquitetura. *Acrópole*, ano XXVII, n. 319, p. 23, 1965.
- Inauguração. *Acrópole*, ano XXVII, n. 316, p. 20, 1965.
- Justiça defende arquitetura. *Habitat*, 13º ano, n. 73, p. 79-80, 1963.
- KARMAN, Jarbas. Planejamento de unidades sanitárias. *Acrópole*, ano XXVI, n. 311, p. 24-40, 1964.
- KARMANN, Ernestine. Primitivos do Vale do Paraíba. *Habitat*, 12º ano, n. 68, p. 50-54, 1962.
- KLEIN, Suzana. O “Kuarup” dos índios Kamaiurás. *Habitat*, ano XV, n. 81, p. 71-74, 1965.
- LAFER, Celso. O planejamento no Brasil. Observações sobre o plano de metas (1956-1961). in. MINDLIN, Betty (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- LE CORBUSIER. Para meus amigos do Brasil. *Módulo*, ano VIII, n. 32, p. 22, 1963.
- LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2014.
- LE LYONNAIS. Aplicação de pesquisa opcional dos fenômenos urbanísticos e arquitetônicos. *Habitat*, 10º ano, n. 57, p. 15-16, 1959.
- LEITE, José Roberto Teixeira. Cândido Portinari. *Módulo*, ano VII, n. 27, p. 23-26, 1962.
- LEMOS, Carlos A. C. Capelas alpendradas de São Paulo. *Acrópole*, ano XXII, n. 260, p. 202-204, 1960a.
- LEMOS, Carlos A. C. Capelas alpendradas de São Paulo (conclusão). *Acrópole*, ano XXII, n. 261, p. 238-240, 1960b.
- LEMOS, Carlos A. C.. Partido arquitetônico paulista em Goiás. *Acrópole*, ano XXIII, n. 274, p. 361-363, 1961.
- Liberdade para Siqueiros. *Módulo*, ano VII, n. 27, p. 47, 1962.
- Líderes políticos contra a arte moderna. *Habitat*, 13º ano, n. 71, p. 65, 1963.

- LIMA, Mariana L. da G. *Vozes da Guanabara: debates sobre urbanismo presentes nas revistas Guanabara (1961) e Arquitetura (1962 - 1968)*. Tese (Doutorado em Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021. 245 p. DOI: 10.11606/T.16.2013.tde-05072013-102906. Acesso em: 4 abr. 2023.
- LIMA, Rossini Tavares de. Um folguedo popular paulista do século XVIII: Caiapó, síntese de tradições europeias, bandeiristas e indígenas. *Habitat*, 12º ano, n. 64, p. 48-49, 1961.
- LIMA, Rossini Tavares de; DELLA MONICA, Laura; PEIXE, Guerra; PELLEGRINI FILHO, Américo; RABAÇAL, Alfredo João; SETTI, Kilza. Cerâmica folclórica do bairro de São Francisco. *Habitat*, 12º ano, n. 64, p. 60-61, 1961.
- Livro de Oscar Niemeyer. *Módulo*, v. 5, n. 22, p. 41, 1960.
- Livro sobre Oscar Niemeyer. *Módulo*, v. 5, n. 22, p. 35, 1961.
- Loja da KLM em São Paulo. *Habitat*, 11º ano, n. 58, p. 21-24, 1960.
- LOPEZ, Raymond. É a arquitetura a arte maior da cidade? *Habitat*, 11º ano, n. 58, p. 4, 1960.
- LOPÉZ-DURÁN, Fabíola. *Eugenics in the Garden: Architecture, Medicine, and Landscape from France to Latin America in the Early Twentieth Century [Eugenia no jardim: arquitetura, medicina e paisagem da França para a América Latina no começo do Séc. XX]*. 2019. 263 f. Tese (Doutorado em Filosofia e Arquitetura: História e Teoria da Arquitetura), Massachusetts Institute of Technology, 2009. 263 p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1721.1/54553>> Acesso em: 22 fev. 2024.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. Tese (Doutorado em Ciências), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. 644 p. DOI: 10.11606/T.8.2012.tde-22082012-105827. Acesso em: 31 jul. 2022.
- LOVATTO, Angélica. Partidos, sindicatos e movimentos sociais nos anos 1950-64: balanço histórico-bibliográfico preliminar. *Aurora*, v. 9, n. 1, p. 196-212, 2011. DOI: 10.36311/1982-8004.2011.v5n1.1714. Acesso em: 18 abr. 2022.
- LOZANO, Eduardo E. Evocando Richard Neutra. *Habitat*, 11º ano, n.60, p. 13-16, 1960.
- MACEDO, Danilo Matoso; SOBREIRA, Fabiano José Arcadio. Temas e questões no pensamento de Joaquim Cardozo sobre Arquitetura e Engenharia. *I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. 2010, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/343542090_Temas_e_questoes_no_pensamento_de_Joaquim_Cardozo_sobre_Arquitetura_e_Engenharia> Acesso em: 2 ago. 2022.
- MAGALDI, Sábato. Teatros oficiais de Brasília. *Habitat*, 11º ano, n. 62, p. 3-6, 1960.
- MAGNOLI, Miranda Martinelli. Arquitetura de exterior de grandes áreas. *Habitat*, ano XV, n. 81, p. 33-36, 1965.
- Mais engenheiros: campanha para bolsas de estudo. *Acrópole*, ano XXIII, n. 275, 1961.
- MALDONADO, Tomás. A educação artística e as novas perspectivas científicas e pedagógicas. *Habitat*, 11º ano, n. 58, p. 6, 1960.
- MAM de São Paulo passa para a Universidade. *Módulo*, ano VIII, n. 32, p. 62, 1963.
- Marcelo Roberto. *Acrópole*, ano XXVI, n. 308, p. 23, 1964.
- Matadouro-Frigorífico: Instituto de Zootécnica e Indústrias Pecuárias “Fernando Costa”. *Habitat*, ano XV, n. 82, p. 22-25, 1965.
- Materiais modernos. *Habitat*, 12º ano, n. 64, p. 64, 1961.
- MAURÍCIO, Jayme. O “Tempo Livre” brasileiro na Trienal. *Módulo*, ano IX, n. 38, p. 38-44, 1964.
- MAURÍCIO, Jayme. Presidente da República explica Brasília aos críticos internacionais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 set. 1959. 2º Caderno, p. 2, Itinerário das Artes Plásticas. Disponível em: <https://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1959_20399.pdf> Acesso em: 25 jan. 2024.
- M’BOY, Cássio. Arte erudita e a cerâmica caipira. *Habitat*, 11º ano, n. 61, p. 58-61, 1960.
- MELLO, Eduardo Kneese de. Porque Brasília. *Acrópole*, ano XXII, n. 256/257, p. 4-17, 1960.

- Mies van der Rohe. *Habitat*, 12º ano, n. 64, p. 65-66, 1961.
- Módulo faz dez anos. *Módulo*, ano X, n. 39, 1965.
- Monumento. *Acrópole*, ano XXVI, n. 308, p. 24, 1964.
- Monumentos em São Paulo. *Habitat*, ano XIV, n. 77, p. 35, 1964.
- Moradia na Chácara Flora, São Paulo. *Habitat*, 11º ano, n.62, p. 19-21, 1960.
- NAGEL, Siegfried. A aventura parisiense. *Habitat*, 12º ano, n. 65, p. 8-9, 1961.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- Necessidade de mais engenheiros. *Acrópole*, ano XXIII, n. 273, p. 332, 1961.
- NEUTRA, Richard Joseph. Dos aspectos formais não visuais do Plano da cidade e seu contexto urbanístico. *Habitat*, 10º ano, n. 57, p. 16-17, 1959.
- NEVES, David E. *Seara Vermelha*. *Módulo*, ano VIII, n. 35/36, p. 48-51, 1963.
- NEVES, David E. *Ganga Zumba Rei dos Palmares*. *Módulo*, ano IX, n. 37, p. 52-57, 1964a.
- NEVES, David E. Uma fecunda criminalidade. *Módulo*, ano IX, n. 38, p. 57-63, 1964b.
- Niemeyer constrói para si uma casa em estilo colonial. *Habitat*, 12º ano, n. 66, p. 63, 1961a.
- Niemeyer autografa. *Módulo*, v. 5, n. 23, p. 36-37, 1961b.
- Niemeyer na VI Bienal de São Paulo. *Módulo*, v. 6, n. 25, p. 44, 1961c.
- Niemeyer. *Acrópole*, ano XXVI, n. 310, p. 25, 1964.
- Niemeyer. *Acrópole*, ano XXVII, n. 315, p. 23, 1965.
- NIEMEYER, Oscar. [Sem título]. *Habitat*, 10º ano, n. 57, p. 27, 1959
- NIEMEYER, Oscar. Minha experiência em Brasília. *Módulo*, v. 3, n. 18, p. 10-27, 1960a.
- NIEMEYER, Oscar. Forma e função em Arquitetura. *Módulo*, v. 4, n. 21, p. 2-7, 1960b.
- NIEMEYER, Oscar. Carlos Echenique. *Módulo*, v. 5, n. 24, p. 31, 1961a.
- NIEMEYER, Oscar. Joaquim Cardozo. *Módulo*, v. 6, n. 26, p. 5-7, 1961b.
- NIEMEYER, Oscar. Contradição na arquitetura. *Módulo*, ano VII, n. 31, p. 17-20, 1962.
- NIEMEYER, Oscar. Le Corbusier. *Módulo*, ano VIII, n. 32, p. 23-24, 1963.
- Nova capital. *Habitat*, 11º ano, n. 58, p. 2, 1960.
- Nova revista de arquitetura. *Módulo*, v. 6, n. 25, p. 44, 1961.
- Novo ano e novo governo. *Habitat*, 11º ano, n. 62, p. 2, 1960.
- Novos métodos de ensino em Brasília. *Habitat*, 11º ano, n. 59, p. 56, 1960.
- Núcleo residencial em Vigário Geral, Estado da Guanabara, para a população vinda de favela. *Habitat*, 12º ano, n. 66, p. 8-11, 1961.
- O afro-expressionismo de Stockinger. *Habitat*, 12º ano, n. 68, p. 46-47, 1962.
- O jovem octogenário Gropius. *Habitat*, 13º ano, n. 72, p. 5, 1963.
- O mercado da arte. *Habitat*, 13º ano, n. 71, p. 74, 1963.
- O Palácio Itamarati, em Brasília. *Habitat*, ano XIII, n. 74, p. 48, 1963.
- O sesquicentenário da morte do Aleijadinho. *Habitat*, ano XIV, n. 80, p. 84-85, 1964.
- OITICICA, Hélio. A transição do quadro para o espaço e o sentido de construtividade. *Habitat*, 12º ano, n. 70, p. 49-54, 1962.
- Opiniões sobre Brasília. *Habitat*, 11º ano, n. 58, p. 7-8, 1960.
- Os “Guerreiros” de Bruno Giorgi. *Módulo*, v. 4, n. 19, p. 9-11, 1960.
- Paço Municipal de Guarujá. *Habitat*, 11º ano, n. 59, p. 17-18, 1960.

- Paço Municipal, Marl, Alemanha. *Habitat*, 12º ano, n. 66, p. 16-18, 1961.
- PAES, José Luiz. Brasília: dois elementos definem uma arquitetura. *Habitat*, 11º ano, n. 59, p. 51-52, 1960.
- PAPADAKI, Stamo. Por um renascimento de Euclides. *Módulo*, v. 5, n. 22, p. 2-9, 1961a.
- PAPADAKI, Stamo. Brasília: um retorno. *Módulo*, v. 5, n. 24, p. 2-5, 1961b.
- PATERNIANI, Stella Zagatto. *São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2019. 343 p. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/35466>> Acesso em: 10 abr. 2023.
- Patrimônio histórico nacional: o Catetinho. *Habitat*, n. 59, p. 53, 1960.
- Paulo Afonso, redenção do Nordeste. *Acrópole*, ano XXIII, n. 269, 1961.
- Pavilhão brasileiro na IV Feira Internacional de Osaka, Japão. *Acrópole*, ano XXII, n. 258, 1960a.
- Pavilhão do Brasil na Feira de Osaka, Japão. *Habitat*, 11º ano, n. 59, p. 19-21, 1960b.
- Pavilhão de Veneza. *Módulo*, ano IX, n. 38, p. 32-37, 1964.
- PEDROSA, Mário. Lições do Congresso Internacional de Críticos. *Módulo*, v.3, n. 16, p. 7-17, 1959.
- PEIXOTO, Elane Ribeiro. *Arquitetura na revista Projeto (1980–1995): identidade, memória e não-lugares*. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais e Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003, 327 p.
- PEIXOTO, Enaldo Cravo. O parque do Flamengo. *Módulo*, ano IX, n. 37, p. 25-27, 1964.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado. *Topoi*, v. 10, n. 18, p. 48-66, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/NzRpsdS55KvSkhHbBKb59wR/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 14 jan. 2022.
- PEREZ, Renard. Joaquim Cardozo, um grande poeta bissexto. *Módulo*, v. 6, n. 26, p. 38-43, 1961.
- PFEIFFER, Wolfgang. Museu Imperial de Petrópolis. *Habitat*, 11º ano, n. 60, p. 28-31, 1960.
- PIGNATARI, Décio. O desenhista industrial. *Habitat*, ano XIV, n. 77, p. 39-42, 1964.
- PIRES, Júlio Manuel. Desenvolvimentismo versus liberalismo econômico no período populista e o gasto público social. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 529-556, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642679>> Acesso em: 31 jul. 2022.
- Planejamento em Urubupungá. *Acrópole*, ano XXV, n. 289, p. 1-11, 1962.
- Planejamento. *Acrópole*, ano XXVI, n. 311, p. 21, 1964.
- Plano para se alcançarem 5 mil vagas: escolas de engenharia. *Acrópole*, ano XXIII, n. 275, p. 408, 1961.
- Plano Diretor para a pauliceia desvairada. *Habitat*, 13º ano, n. 72, p. 56-57, 1963.
- Plano Nacional de Habitação. *Acrópole*, ano XXVI, n. 306, p. 27, 1964a.
- Plano de habitação. *Acrópole*, ano XXVI, n. 307, p. 27-28, 1964b.
- Plano habitacional. *Acrópole*, ano XXVI, n. 309, p. 22, 1964c.
- Plano habitacional. *Acrópole*, ano XXVI, n. 310, p. 24, 1964d.
- Plantas e licenciamentos em S. Paulo. *Acrópole*, ano XXIII, n. 274, 1961.
- Plataforma rodoviária. *Acrópole*, ano XXII, n. 256/257, p. 90-93, 1960.
- PMSP – Prefeitura do Município de São Paulo. Prefeitura de São Paulo aprova a construção de quase 6 milhões de m² na cidade. 2020. Disponível em: <<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-aprova-a-construcao-de-quase-6-milhoes-de-m2-na-cidade>> Acesso em: 4 abr. 2023.
- PMSP – Prefeitura do Município de São Paulo. Relatórios de licenciamento. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/servicos/index.php?p=156417>> Acesso em: 4 abr. 2023.
- Praça dos Três Poderes. *Acrópole*, ano XXII, n. 256/257, p. 72-73, 1960.
- Prêmios da VI Bienal de São Paulo. *Módulo*, v. 6, n. 25, p. 35-41, 1961.
- Problema da habitação no Brasil. *Acrópole*, ano XXIV, n. 278, 1962.

- Problema habitacional. *Habitat*, ano XIV, n. 77, p. 14, 1964.
- Projeto para execução da reforma urbana. *Habitat*, ano XIII, n. 74, p. 39-42, 1963.
- Projetos e área construída: São Paulo. *Acrópole*, ano XXIV, n. 277, p. 30, 1961.
- Projetos para Brasília. *Acrópole*, ano XXII, n. 256/257, p. 112-114, 1960.
- Propostas modificações na lei sobre edificações na capital. *Acrópole*, ano XXII, n. 259, 1960.
- PROUVÉ, Jean. Relações entre arquiteto e engenheiro. *Habitat*, 10º ano, n. 57, p. 15, 1959.
- Quartéis-generais de São Paulo. *Habitat*, ano XV, n. 82, p. 13-21, 1965.
- Quase 8 construções por hora: São Paulo. *Acrópole*, ano XXIII, n. 272, p. 298, 1961.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas. Arquitetura e desenvolvimento. *Módulo*, ano IX, n. 37, p. 1-24, 1964.
- QUEIROZ, Rodrigo Cristiano. *Oscar Niemeyer e Le Corbusier: encontros*. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 457 p. DOI: 10.11606/T.16.2007.tde-27042010-135104. Acesso em: 30 mar. 2023.
- RABAÇAL, Alfredo João. Figurinhas e figureiros do bairro de São João. *Habitat*, 11º ano, n. 63, p. 51-53, 1961.
- RAWET, Samuel. O mestre de obras Joaquim Cardozo. *Módulo*, v. 6, n. 26, p. 11-13, 1961.
- Rebaixamento da máquina em benefício do homem. *Habitat*, 13º ano, n. 73, p. 77-78, 1963.
- Reforma urbana. *Habitat*, ano XIV, n. 75, p. 92, 1964.
- REGIANI, Luana Espig; FRAJNDLICH, Rafael Urano. A Ideologia de Diamantina por Lucio Costa e Juscelino Kubitschek. *V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 2018, Salvador. Anais. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, v. 2. p. 2482-2503, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/37721289/A_ideologia_de_Diamantina_por_Lucio_Costa_e_Juscelino_Kubitschek> Acesso em: 31 jul. 2022.
- Regulamentação das profissões. *Acrópole*, ano XXII, n. 255, 1960a.
- Regulamentação da construção de prédios na capital. *Acrópole*, ano XXII, n. 259, 1960b.
- REITHLER, Pierre. Campanários e sinos. *Acrópole*, ano XXII, n. 258, p. 127-129, 1960a.
- REITHLER, Pierre. Campanários e sinos (conclusão). *Acrópole*, ano XXII, n. 159, p. 178-180, 1960b.
- Representação brasileira na Comissão de Planejamento da União Internacional de Arquitetos. *Acrópole*, ano XXII, n. 262, 1960.
- Residência no Jardim Europa. *Acrópole*, ano XXII, n. 258, p. 121-126, 1960a.
- Residência aberta para pátios. *Habitat*, 11º ano, n. 58, p. 13-16, 1960b.
- Residência e edifícios no Rio: custos. *Acrópole*, ano XXIII, n. 274, p. 2, 1961.
- Residências no Brooklin Paulista e Indianópolis. *Habitat*, 10º ano, n. 57, p. 28-33, 1959.
- Reunião da UIA sobre exercício da profissão de arquiteto com a participação de representante do Brasil. *Acrópole*, ano XXII, n. 262, 1960.
- Revisão de Brasília. *Habitat*, 11º ano, n. 63, p. 2, 1961.
- Revistas de arquitetura no Brasil. *Acrópole*, ano XXV, n. 295/296, p. 201-203, 1963.
- REZNIK, José. Redução de São Miguel, a “rainha dos Sete Povos”. *Módulo*, v. 5, n. 23, p. 16-21, 1961.
- RIBEIRO VASCONCELOS, Marcelo. A crítica de arte na imprensa carioca e o debate sobre Brasília no congresso da AICA (1959). *Teoria e Cultura*, v. 14, p. 31-51, 2019. DOI: 10.34019/2318-101X.2019.v14.25886. Acesso em: 06 abr. 2023.
- RIBEIRO, Darcy. Papel e função da Universidade de Brasília na luta pelo desenvolvimento. *Módulo*, ano VIII, n. 32, p. 1-21, 1963.
- RIBEIRO, David R. S. *Da crise política ao golpe de estado: conflitos entre o poder executivo e o poder legislativo durante o governo João Goulart*. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e

- Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013. 231 p. DOI: 10.11606/D.8.2013.tde-19122013-144916. Acesso em: 31 jul. 2022.
- RIBEIRO, Patrícia Pimenta Azevedo. A Participação do arquiteto Richard Neutra no Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte em 1959. *8 Seminário Docomomo Brasil*. 2009, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/025-1.pdf>> Acesso em: 31 mar. 2023.
- Rino Levi. *Acrópole*, ano XXVII, n. 322, p. 21, 1965.
- ROBERTO, Maurício. Arquitetura, problema social. *Habitat*, 13º ano, n. 71, p. 62-63, 1963.
- ROELS JÚNIOR, Reynaldo. Brasília: a cidade da aliança. *Módulo*, n. 89/90, p. 98-101, 1986.
- ROMERO, Gabriel; FRAJNDLICH, Rafael Urano. Por uma conciliação moral: Gustavo Capanema, Lucio Costa e a igreja. *V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 2018, Salvador. Anais. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, v. 2. p. 3720-3738, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/39439339/Por_uma_concilia%C3%A7%C3%A3o_moral_Gustavo_Capanema_Lucio_Costa_e_a_Igreja> Acesso em: 31 jul. 2022.
- ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. *Arquitetura em transe. Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Vilanova Artigas e Lina Bo Bardi: nexos da arquitetura brasileira pós-Brasília (1960-1985)*. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2007, 522 p. DOI: 10.11606/T.16.2007.tde-31102013-112303. Acesso em: 31 jul. 2022.
- ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. Brasília, 1959: a cidade em obras e o Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 111.03, 2009. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.111/34>> Acesso em 30 mar. 2023.
- ROSSI, Aldo. O Convento de La Tourette, de Le Corbusier. *Habitat*, 12º ano, n. 68, p. 16-18, 1962.
- ROSSO, Teodoro. Um imperativo inadiável: a industrialização da construção. *Acrópole*, ano XXIV, n. 279, p. 91-93, 1962a.
- ROSSO, Teodoro. Um imperativo inadiável: a industrialização da construção (conclusão). *Acrópole*, ano XXIII, n. 280, p. 131-133, 1962b.
- RUBIATTI, Bruno de Castro. *Relação entre o Executivo e o Legislativo no período parlamentarista no Brasil (1961-1963)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008. 190 p. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.2008.424313. Acesso em: 31 jul. 2022.
- SAARINEN, Aline B. Surge Brasília. *Módulo*, v. 3, n. 17, p. 26-27, 1960.
- SAIA, Luiz. Notas para a teorização de São Paulo. *Acrópole*, ano XXV, n. 295/296, p. 209-222, 1963a.
- SAIA, Luiz. Congresso de Cuba: não é com vinagre que se apanha mosca. *Acrópole*, ano XXV, n. 297, p. 250-251, 1963b.
- SANTO AMORE, Caio. *Entre o nó e o fato consumado, o lugar dos pobres na cidade: um estudo sobre as ZEIS e os impasses da reforma urbana na atualidade*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2013. 285 p. DOI: 10.11606/T.16.2013.tde-05072013-102906. Acesso em: 4 abr. 2023.
- SARTORIS, Alberto. A colocação dos movimentos na distribuição da cidade. *Habitat*, 11º ano, n. 58, p. 6-7, 1960.
- SCOTTÁ, Luciane. *Arquitetura religiosa de Oscar Niemeyer em Brasília*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2010. 319 p. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/7361>> Acesso em: 16 ago. 2022.
- SEGAWA, Hugo. *Arquitetura no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 2014.
- Seminário de Habitação e Reforma Urbana. *Habitat*, 13º ano, n. 72, p. 65-66, 1963.
- SHAPIRO, Meyer. A pintura e a escultura no coletivo urbanístico e arquitetônico. *Habitat*, 11º ano, n. 58, p. 4-5, 1960.
- SILVA, Antonio Carlos Macedo e. *Petrobras: a consolidação do monopólio estatal e a empresa privada (1953-1964)*. Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1985. 325 p. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.1985.53036. Acesso em: 31 jul. 2022.

- SILVA, José Robson da. *Trabalhadores, política e sindicatos no tempo do populismo: uma narrativa das lutas operárias (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em Ensino de História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2018. 153 p. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.2018.1062355. Acesso em: 31 jul. 2022.
- SILVA, Naiane Marcon da. *As revistas Acrópole e Habitat e a consolidação da arquitetura moderna brasileira (1950-1956)*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017, 232 p. DOI: 10.11606/D.102.2017.tde-04092017-122658. Acesso em: 31 jul. 2022.
- SOBREIRA, Fabiano José Arcadio. *Dinâmicas do jogo: concursos de arquitetura em revista: 1935 a 1971*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, 2018, 510 p. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/34837>> Acesso em: 31 jul. 2022.
- SOUZA, Cláudio Mello e. *Vidas Secas. Módulo*, ano VIII, n. 35/36, p. 42-47, 1963.
- SOUZA, Jacqueline Adriana Diório de. *A prática profissional do arquiteto no Brasil: o debate em revistas especializadas (1962-1996)*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2013, 272 p. DOI: 10.11606/D.102.2013.tde-02072013-144823. Acesso em: 31 jul. 2022.
- SPADONI, Francisco. *Quase contemporâneo. Questões para a arquitetura dos anos 60 aos anos 80: a forma, a figura e a técnica*. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais e Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1997, 137 p.
- SPANUDIS, Theon. O espírito da arte moderna. *Habitat*, ano XIV, n. 75, p. 82-86, 1964a.
- SPANUDIS, Theon. Problemas plásticos da arquitetura moderna. *Habitat*, ano XIV, n. 76, p. 15-17, 1964b.
- SPANUDIS, Theon. Arte moderna no Brasil. *Habitat*, ano XIV, n. 76, p. 94-102, 1964c.
- SPANUDIS, Theon. Artes populares vivas. *Habitat*, ano XIV, n. 76, p. 103-106, 1964d.
- SPANUDIS, Theon. O surrealismo no Brasil. *Habitat*, ano XIV, n. 77, p. 67-70, 1964e.
- SPANUDIS, Theon. Excursões da arte moderna em campo alheio. *Habitat*, ano XIV, n. 77, p. 78-79, 1964f.
- SQUIRRU, Rafael. O muralismo integrado na arquitetura. *Habitat*, 12º ano, n. 65, p. 10-11, 1961.
- STERBA, Edith; STERBA, Richard. Observações sobre a personalidade de Michelangelo Buonarroti. *Habitat*, 12º ano, n. 70, p. 55-59, 1962.
- STUCHI, Fabiana Terenzi. *Revista Habitat: um olhar moderno sobre os anos 50 em São Paulo. 2007*. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2007, 202 p. DOI: 10.11606/D.16.2007.tde-14052010-102629. Acesso em: 25 jan. 2024.
- Teatro Municipal e Centro de Arte, em Santos, SP. *Habitat*, 11º ano, n. 63, p. 24-29, 1961.
- Teatros oficiais no Setor Cultural de Brasília. *Módulo*, v. 3, n. 17, p. 4-13, 1960.
- TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. *Módulo*, v. 4, n. 20, p. 2-3, 1960.
- Tendências do urbanismo britânica. *Habitat*, ano XIII, n. 74, p. 47-48, 1963.
- TOKARSKI, Flávia Millena Biroli. *Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950*. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003. 303 p. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.2003.282015. Acesso em: 31 jul. 2022.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 15-28, 2004. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39405>> Acesso em: 31 jul. 2022.
- TREVISAN, Ricardo. *Cidades novas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2020. DOI: 10.26512/9786558460411. Acesso em: 14 ago. 2022.
- Tropical Palace Hotel em São Paulo. *Habitat*, 11º ano, n. 62, p. 7-18, 1960.
- Túnel Lagoa-Rio Comprido. *Acrópole*, ano XXIII, n. 275, 1961.

- Um problema mundial: habitação popular. *Habitat*, ano XV, n. 83, p. 76-78, 1965.
- Um programa. *Habitat*, 12º ano, n. 65, p. 2, 1961.
- Uma experiência de arquitetura baiana. *Módulo*, ano VIII, n. 33, p. 25-29, 1963.
- Uma residência no Morumbi. *Habitat*, 11º ano, n. 58, p. 17-20, 1960.
- Unidade Trivalente em Itapira. *Acrópole*, ano XXII, n. 263, p. 312, 1960.
- Urbanismo e habitação popular. *Habitat*, ano XIII, n. 74, p. 39, 1963.
- Urbanização da Praia do Pinto, no Rio de Janeiro. *Habitat*, 12º ano, n. 66, p. 12, 1961.
- Urbanização do Parque do Flamengo. *Módulo*, ano IX, n. 37, p. 30-51, 1964.
- Vão para os Estados Unidos trabalhos de artistas brasileiros. *Módulo*, v. 6, n. 26, p. 57, 1961.
- VASCONCELLOS, Silvio de. Aspectos e detalhes da arquitetura de minas gerais. *Módulo*, ano IX, n. 38, p. 1-31, 1964.
- VI Bienal de Artes Plásticas de São Paulo. *Habitat*, 12º ano, n. 64, p. 19-33, 1961a.
- VI Bienal de Arte de São Paulo. *Habitat*, 12º ano, n. 65, p. 31-59, 1961b.
- VI Bienal de São Paulo. *Módulo*, v. 5, n. 23, p. 34-35, 1961c.
- VI Congresso da União Internacional de Arquitetos. *Acrópole*, ano XXII, n. 262, 1960.
- Viaduto na Rua Bresser. *Acrópole*, ano XXIII, n. 275, p. 408, 1961.
- VIDESOTT, Luisa. *Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história*. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009, 333 p. DOI: 10.11606/T.18.2009.tde-10092013-145157. Acesso em: 31 jul. 2022.
- VIDOTTO, Taiana Car. *A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no Estado de São Paulo: 1948-1962*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade), Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, 2014. 282 p. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.2014.932394. Acesso em: 31 jul. 2022.
- VIDOTTO, Taiana Car. *O papel das instituições representativas dos arquitetos e urbanistas no Estado de São Paulo durante o regime militar (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade), Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, 2020. 291 p. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.2020.1129046. Acesso em: 31 jul. 2022.
- VIEIRA, José Geraldo. Arte negra. *Habitat*, 11º ano, n. 61, p. 29-32, 1960a.
- VIEIRA, José Geraldo. A atual escultura de Bruno Giorgi. *Habitat*, 11º ano, n. 61, p. 33-35, 1960b.
- VIEIRA, José Geraldo. Cândido Portinari. *Habitat*, 13º ano, n. 67, p. 21-27, 1962a.
- VIEIRA, José Geraldo. Guignard. *Habitat*, 12º ano, n. 68, p. 48-49, 1962b.
- VIEIRA, José Geraldo. Iconografia bandeirante. *Habitat*, 13º ano, n. 71, p. 27-29, 1963.
- VIEIRA, José Geraldo. O dilema figuração-abstração. *Habitat*, ano XIV, n. 75, p. 63-70, 1964a.
- VIEIRA, José Geraldo. O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil. *Habitat*, ano XIV, n. 77, p. 57-66, 1964b.
- VIEIRA, José Geraldo. Da trigonometria à nova figuração em Wladyslaw. *Habitat*, ano XIV, n. 77, p. 73-75, 1964c.
- VIEIRA, José Geraldo. Visualização carioca. *Habitat*, ano XV, n. 45, p. 45-51, 1965.
- VII Bienal de Arte de São Paulo, Brasil. *Habitat*, ano XII, n. 73, p. 1, 1963.
- Vitrines modernas. *Habitat*, 13º ano, n. 67, p. 56-57, 1962.
- WILHEIM, Jorge. Brasília 1960: uma interpretação. *Acrópole*, ano XXII, n. 256/257, p. 18-49, 1960a.
- WILHEIM, Jorge. Brasília 1970: um roteiro. *Acrópole*, ano XXII, n. 256/257, p. 119-122, 1960b.
- WILHEIM, Jorge. Arquiteto e indústria. *Acrópole*, ano XXIII, n. 280, p. 111-112, 1962.

Anexo

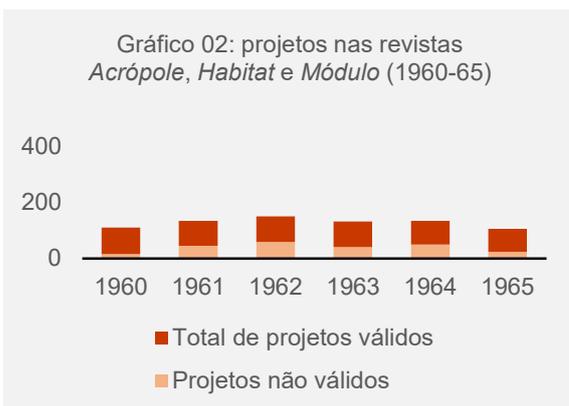
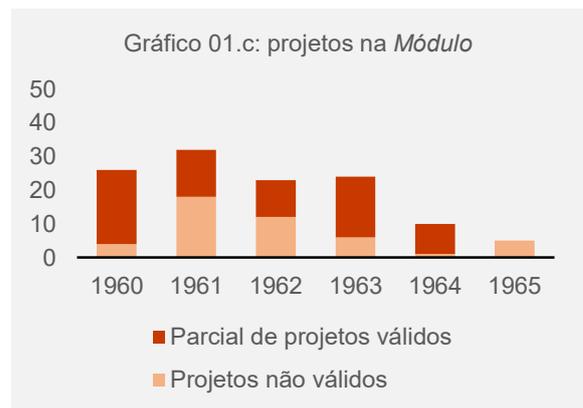
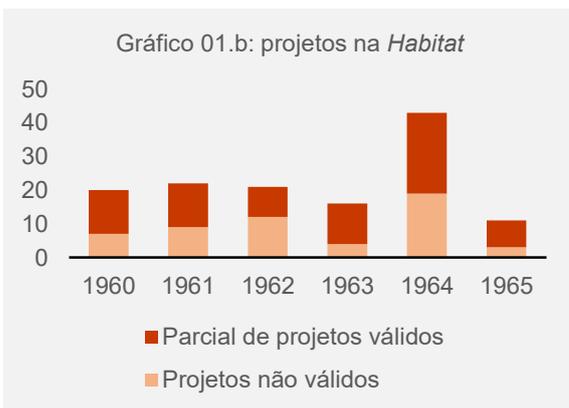
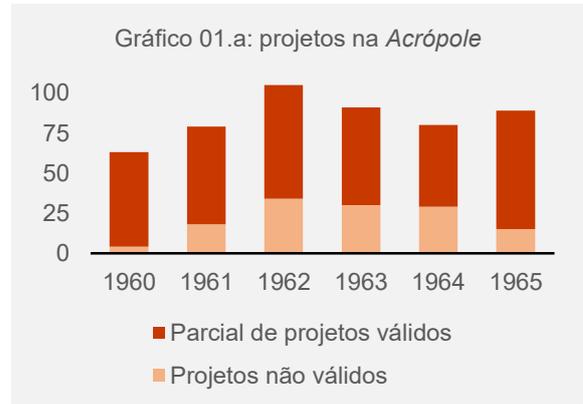
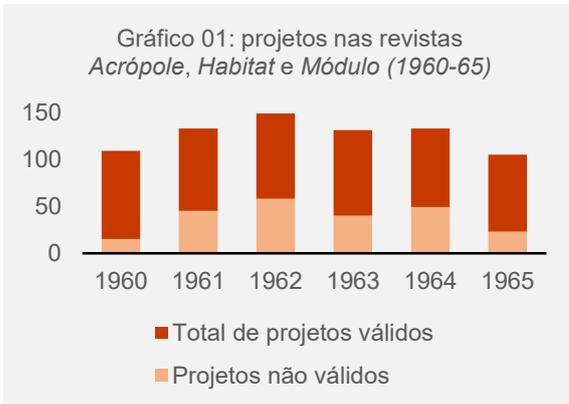
Quadro 01: projetos nas revistas *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo* (1960-65)

		Total	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Edições		117	21	20	21	19	19	17
Projetos aferidos		760 100%	109	133	149	131	133	105
Projetos não válidos		230 30%	15	45	58	40	49	23
	Projetos estrangeiros	64 8%	7	9	16	6	12	14
	Repetições	28 4%	10	10	3	4	1	-
Total de projetos válidos		530 70%	94	88	91	91	84	82
Acrópole	Edições	68	11	11	12	11	11	12
	Projetos aferidos	507 100%	63	79	105	91	80	89
	Projetos não válidos	130 26%	4	18	34	30	29	15
	Projetos estrangeiros	10 2%	-	3	1	-	-	6
	Repetições	11 2%	4	4	-	3	-	-
Parcial de projetos válidos		377 74%	59	61	71	61	51	74
Habitat	Edições	27	5	4	4	4	6	4
	Projetos aferidos	133 100%	20	22	21	16	43	11
	Projetos não válidos	54 41%	7	9	12	4	19	3
	Projetos estrangeiros	39 29%	6	6	11	2	11	3
	Repetições	8 6%	1	4	2	1	-	-
Parcial de projetos válidos		79 59%	13	13	9	12	24	8
Módulo	Edições	22	5	5	5	4	2	1
	Projetos aferidos	120 100%	26	32	23	24	10	5
	Projetos não válidos	46 38%	4	18	12	6	1	5
	Projetos estrangeiros	15 13%	1	-	4	4	1	5
	Repetições	9 8%	5	2	1	-	1	-
Parcial de projetos válidos		74 62%	22	14	11	18	9	-

Quadro 02: projetos nas revistas *AU* e *Projeto* (1985-90)

		Total	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Total	Edições	100	15	18	18	17	17	15
	Projetos aferidos	1577 100%	120	194	220	447	250	346
	Projetos não válidos	629 40%	19	35	70	137	140	228
	Projetos estrangeiros	265 17%	11	17	52	66	65	54
	Repetições	228 14%	0	1	7	59	48	113
	Total de projetos válidos	948 60%	101	159	150	310	110	118

Projetos estrangeiros e repetições foram contabilizados como projetos que não atendem aos critérios de seleção, mas foram destacados para fins de análise.



Quadro 03: projetos estrangeiros nas revistas
Acrópole, *Habitat* e *Módulo* (1960-65), por região

	Total		Acrópole		Habitat		Módulo	
América Anglo-Saxônica	11	17%	-	-	11	28%	-	-
Estados Unidos	11	17%	-	-	11	28%	-	-
América Latina	14	22%	4	40%	6	15%	4	27%
Argentina	7	11%	1	10%	4	10%	2	13%
México	3	5%	-	-	2	5%	1	7%
Paraguai	1	2%	-	-	-	-	1	7%
Venezuela	3	5%	3	30%	-	-	-	-
Ásia	17	27%	5	50%	3	8%	9	60%
Irã	1	2%	-	-	1	3%	-	-
Israel	11	17%	5	50%	1	3%	5	33%
Japão	3	5%	-	-	1	3%	2	13%
Líbano	2	3%	-	-	-	-	2	13%
Europa	22	34%	1	10%	19	49%	2	13%
Alemanha	6	9%	-	-	6	15%	-	-
Espanha	1	2%	1	10%	-	-	-	-
França	1	2%	-	-	-	-	1	7%
Grécia	1	2%	-	-	1	3%	-	-
Inglaterra	1	2%	-	-	1	3%	-	-
Itália	11	17%	-	-	10	26%	1	7%
Suíça	1	2%	-	-	1	3%	-	-
	64	100%	10	100%	39	100%	15	100%

Quadro 04: Projetos estrangeiros nas
revistas *AU* e *Projeto* (1985-90), por região

América Anglo-saxônica	25	9%
América Latina	96	36%
África	11	4%
Ásia	16	6%
Europa	117	44%
	265	100%

Gráfico 03: projetos estrangeiros nas revistas *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo* (1960-65), por região

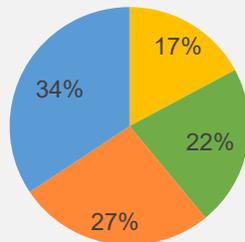


Gráfico 03.a: projetos estrangeiros na revista *Acrópole*, por região

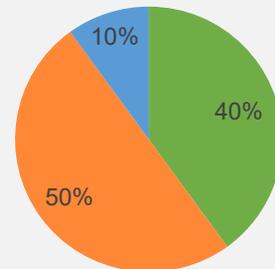


Gráfico 03.b: projetos estrangeiros na revista *Habitat*, por região

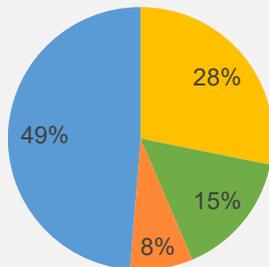


Gráfico 03.c: projetos estrangeiros na revista *Módulo*, por região

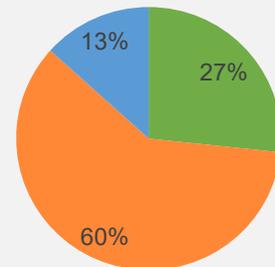
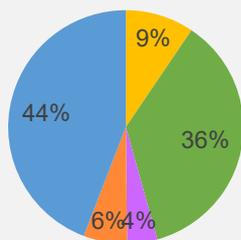


Gráfico 04: projetos estrangeiros nas revistas *AU* e *Projeto* (1985-90), por região



Legenda

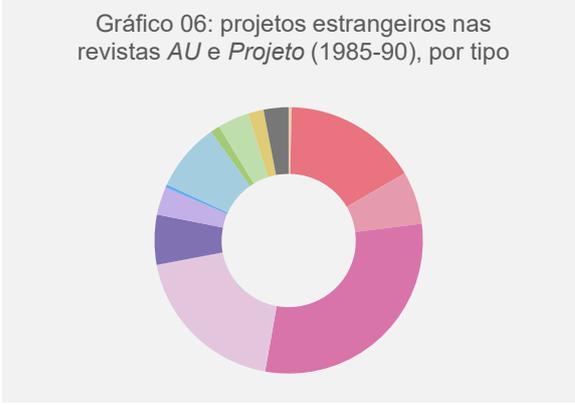
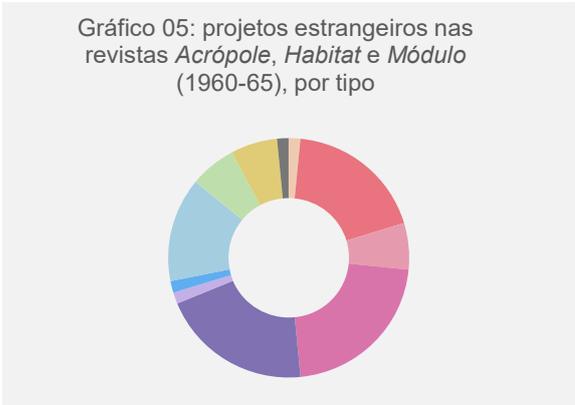
América Anglo-saxônica	
América Latina	
África	
Ásia	
Europa	

Quadro 05: projetos estrangeiros nas revistas
Acrópole, *Habitat* e *Módulo* (1960-65), por tipo

	Total		Acrópole		Habitat		Módulo	
Cenografia/exposição	1	2%	0	0%	0	0%	1	7%
Comercial	12	19%	2	20%	7	18%	3	20%
Comunicação/mídia	1	2%	0	0%	1	3%	0	0%
Corporativo	2	3%	0	0%	2	5%	0	0%
Edifício comercial	8	13%	2	20%	3	8%	3	20%
Efêmero	1	2%	0	0%	1	3%	0	0%
Desenho urbano	4	6%	1	10%	2	5%	1	7%
Equipamento	14	22%	4	40%	7	18%	3	20%
Centro cultural/esportivo	3	5%	0	0%	1	3%	2	13%
Escola	1	2%	0	0%	1	3%	0	0%
Hospital	3	5%	3	30%	0	0%	0	0%
Museu	1	2%	0	0%	1	3%	0	0%
Universidade/laboratório	6	9%	1	10%	4	10%	1	7%
Habitação	13	20%	1	10%	8	21%	4	27%
Habitação coletiva	2	3%	0	0%	2	5%	0	0%
Habitação unifamiliar	11	17%	1	10%	6	15%	4	27%
Industrial	1	2%	0	0%	1	3%	0	0%
Infraestrutura	1	2%	0	0%	1	3%	0	0%
Transporte aéreo	1	2%	0	0%	1	3%	0	0%
Institucional	9	14%	0	0%	7	18%	2	13%
Governos	9	14%	0	0%	7	18%	2	13%
Religioso	4	6%	0	0%	4	10%	0	0%
Templo/igreja	4	6%	0	0%	4	10%	0	0%
Uso misto	4	6%	2	20%	1	3%	1	7%
Sem informação	1	2%	0	0%	1	3%	0	0%
	64	100%	10	100%	39	100%	15	100%

Quadro 06: projetos estrangeiros nas
revistas *AU* e *Projeto* (1985-90), por tipo

Cenografia/exposição	1	0%
Comercial	43	16%
Desenho urbano	17	6%
Equipamento	79	30%
Habitação	51	19%
Hotelaria	16	6%
Industrial	9	3%
Infraestrutura	1	0%
Institucional	22	8%
Paisagismo	3	1%
Religioso	10	4%
Uso misto	5	2%
Sem informação	8	3%
	265	100%



Legenda

Cenografia/exposição	Infraestrutura
Comercial	Institucional
Desenho urbano	Paisagismo
Equipamento	Religioso
Habitação	Rural
Hotelaria	Uso misto
Industrial	Sem informação

Quadro 07: projetos nas revistas
Acrópole, *Habitat* e *Módulo* (1960-65), por região (total)

	Total		1960	1961	1962	1963	1964	1965
Norte	-	-	-	-	-	-	-	-
Território do Acre	-	-	-	-	-	-	-	-
Território do Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	-	-	-	-	-	-	-	-
Território do Rio Branco	-	-	-	-	-	-	-	-
Território de Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	4	1%	-	1	-	-	3	-
Alagoas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	1	0%	-	1	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	3	1%	-	-	-	-	3	-
Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	45	8%	15	8	5	13	4	-
Distrito Federal	39	7%	14	8	4	13	-	-
Goiás	5	1%	1	-	-	-	4	-
Mato Grosso	1	0%	-	-	1	-	-	-
Leste	76	14%	12	16	12	14	16	6
Bahia	5	1%	2	1	-	-	1	1
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-
Guanabara	46	9%	8	9	5	5	15	4
Minas Gerais	14	3%	1	3	5	4	-	1
Rio de Janeiro	11	2%	1	3	2	5	-	-
Sergipe	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul	405	76%	67	63	74	64	61	76
Paraná	13	2%	-	-	2	1	6	4
Rio Grande do Sul	5	1%	1	-	-	2	1	1
Santa Catarina	9	2%	-	3	2	1	-	3
São Paulo	378	71%	66	60	70	60	54	68
	530	100%	94	88	91	91	84	82

Gráfico 07.1: projetos nas revistas
Acrópole, *Habitat* e *Módulo* (1960-65),
por região

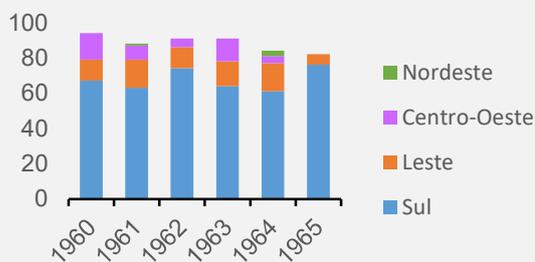
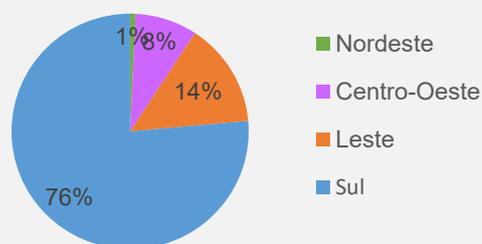


Gráfico 07.2: projetos nas revistas
Acrópole, *Habitat* e *Módulo* (1960-65),
por região



Quadro 08: projetos nas revistas
Acrópole, *Habitat* e *Módulo* (1960-65), por região

		Total	1960	1961	1962	1963	1964	1965	
Acrópole	Nordeste	4	1%	-	1	-	-	3	-
	Ceará	1	0%	-	1	-	-	-	-
	Pernambuco	3	1%	-	-	-	-	3	-
	Centro-Oeste	7	2%	1	1	1	-	4	-
	Distrito Federal	2	1%	1	1	-	-	-	-
	Goiás	4	1%	-	-	-	-	4	-
	Mato Grosso	1	0%	-	-	1	-	-	-
	Leste	33	9%	4	8	6	7	3	5
	Bahia	4	1%	2	1	-	-	-	1
	Guanabara	15	4%	1	3	3	2	3	3
	Minas Gerais	10	3%	1	2	3	3	-	1
	Rio de Janeiro	4	1%	-	2	-	2	-	-
	Sul	333	88%	54	51	64	54	41	69
Paraná	11	3%	-	-	1	1	6	3	
Rio Grande do Sul	4	1%	-	-	-	2	1	1	
Santa Catarina	6	2%	-	1	1	1	-	3	
São Paulo	312	83%	54	50	62	50	34	62	
	377	100%	59	61	71	61	51	74	
Habitat	Centro-Oeste	1	1%	1	-	-	-	-	-
	Goiás	1	1%	1	-	-	-	-	-
	Leste	14	18%	-	2	2	4	5	1
	Bahia	1	1%	-	-	-	-	1	-
	Guanabara	8	10%	-	2	-	1	4	1
	Minas Gerais	2	3%	-	-	1	1	-	-
	Rio de Janeiro	3	4%	-	-	1	2	-	-
	Sul	64	81%	12	11	7	8	19	7
	Paraná	1	1%	-	-	-	-	-	1
	Santa Catarina	3	4%	-	2	1	-	-	-
São Paulo	60	76%	12	9	6	8	19	6	
	79	100%	13	13	9	12	24	8	
Módulo	Centro-Oeste	37	50%	13	7	4	13	-	-
	Distrito Federal	37	50%	13	7	4	13	-	-
	Leste	29	39%	8	6	4	3	8	-
	Guanabara	23	31%	7	4	2	2	8	-
	Minas Gerais	2	3%	-	1	1	-	-	-
	Rio de Janeiro	4	5%	1	1	1	1	-	-
	Sul	8	11%	1	1	3	2	1	-
	Paraná	1	1%	-	-	1	-	-	-
	Rio Grande do Sul	1	1%	1	-	-	-	-	-
	São Paulo	6	8%	-	1	2	2	1	-
	74	100%	22	14	11	18	9	-	

Gráfico 08.1.a: projetos na revista *Acrópole*, por região

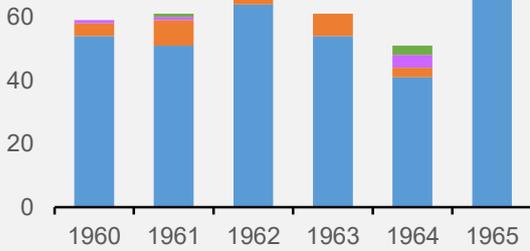


Gráfico 08.2.a: projetos na revista *Acrópole*, por região

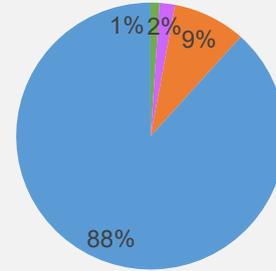


Gráfico 08.1.b: projetos na revista *Habitat*, por região

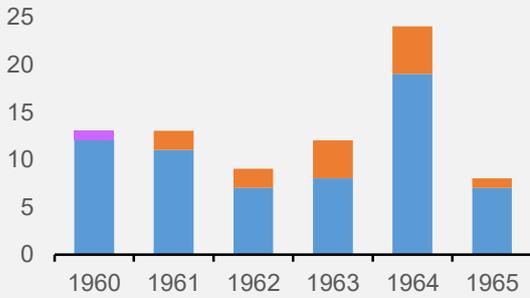


Gráfico 08.2.b: projetos na revista *Habitat*, por região

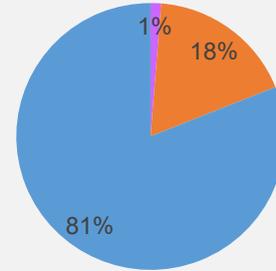


Gráfico 08.1.c: projetos na revista *Módulo*, por região

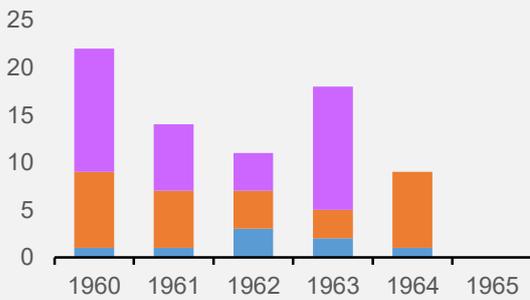
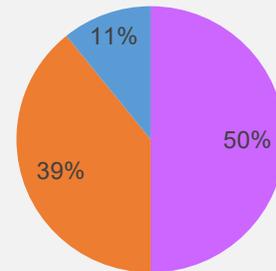
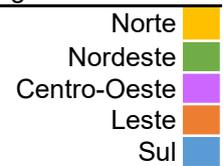


Gráfico 08.2.c: projetos na revista *Módulo*, por região



Legenda

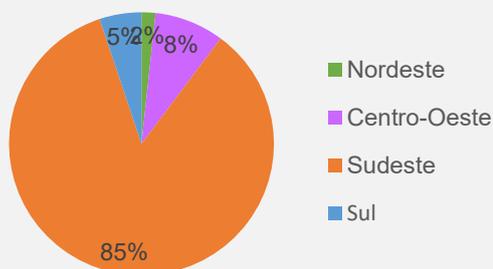
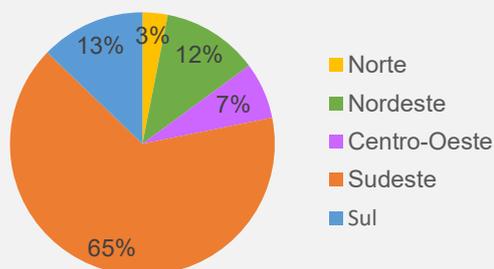


Quadro 09: projetos nas revistas *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo* (1960-65), região atual

Norte	-	-
Acre	-	-
Amapá	-	-
Amazonas	-	-
Pará	-	-
Rondônia	-	-
Roraima	-	-
Tocantins	-	-
Nordeste	9	2%
Alagoas	-	-
Bahia	5	1%
Ceará	1	0%
Maranhão	-	-
Paraíba	-	-
Pernambuco	3	1%
Piauí	-	-
Rio Grande do Norte	-	-
Sergipe	-	-
Centro-Oeste	45	8%
Distrito Federal	39	7%
Goiás	5	1%
Mato Grosso	-	-
Mato Grosso do Sul	1	0%
Sudeste	449	85%
Espírito Santo	-	-
Minas Gerais	14	3%
Rio de Janeiro	57	11%
São Paulo	378	71%
Sul	27	5%
Paraná	13	2%
Rio Grande do Sul	5	1%
Santa Catarina	9	2%
	530	100%

Quadro 09a: projetos nas revistas *AU* e *Projeto* (1985-90), região atual

Norte	29	3%
Acre	-	-
Amapá	-	-
Amazonas	17	2%
Pará	10	1%
Rondônia	2	0%
Roraima	-	-
Tocantins	-	-
Nordeste	112	12%
Alagoas	8	1%
Bahia	30	3%
Ceará	24	3%
Maranhão	6	1%
Paraíba	3	0%
Pernambuco	30	3%
Piauí	3	0%
Rio Grande do Norte	4	0%
Sergipe	4	0%
Centro-Oeste	66	7%
Distrito Federal	22	2%
Goiás	12	1%
Mato Grosso	17	2%
Mato Grosso do Sul	15	2%
Sudeste	620	65%
Espírito Santo	20	2%
Minas Gerais	62	7%
Rio de Janeiro	90	9%
São Paulo	448	47%
Sul	121	13%
Paraná	41	4%
Rio Grande do Sul	66	7%
Santa Catarina	14	1%
	948	100%

Gráf. 09: projetos em *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo* (1960-65), por região atualGráfico 09a: projetos em *AU* e *Projeto* (1985-90), por região atual

Quadro 10: projetos nas revistas
Acrópole, *Habitat* e *Módulo* (1960-65), por tipo (total)

	Total		1960	1961	1962	1963	1964	1965
Cenografia/exposição	3	1%	1	-	-	-	-	2
Comercial	77	15%	16	13	18	10	9	11
Banco/instituição financeira	15	3%	4	1	4	4	-	2
Bar/restaurante	4	1%	-	2	1	-	-	1
Comunicação/mídia	3	1%	-	2	1	-	-	-
Corporativo	13	2%	2	3	1	3	-	4
Edifício comercial	15	3%	5	1	5	2	1	1
Efêmero	1	0%	-	-	-	1	-	-
Galeria comercial	5	1%	-	-	-	-	5	-
Galeria de arte	2	0%	2	-	-	-	-	-
Lazer	4	1%	-	-	2	-	-	2
Loja	11	2%	3	2	4	-	2	-
Posto de gasolina	4	1%	-	2	-	-	1	1
Desenho urbano	9	2%	-	-	4	1	3	1
Equipamento	132	25%	23	19	13	29	27	21
Biblioteca	1	0%	-	-	-	-	-	1
Centro cultural/esportivo	56	11%	11	7	3	19	11	5
Escola	33	6%	6	3	3	3	4	14
Hospital	18	3%	1	2	3	-	11	1
Mercado	1	0%	1	-	-	-	-	-
Museu	3	1%	2	1	-	-	-	-
Teatro	5	1%	2	3	-	-	-	-
Universidade/laboratório	14	3%	-	3	4	7	-	-
Velório	1	0%	-	-	-	-	1	-
Habitação	189	36%	32	33	39	32	22	31
Habitação coletiva	49	9%	8	9	11	9	5	7
Habitação unifamiliar	140	26%	24	24	28	23	17	24
Hotelaria	9	2%	3	3	-	-	2	1
Industrial	30	6%	10	4	9	4	2	1
Infraestrutura	9	2%	1	1	3	1	2	1
Água e energia	1	0%	-	-	-	-	-	1
Saneamento básico	1	0%	-	-	1	-	-	-
Telecomunicação	1	0%	-	-	1	-	-	-
Transporte aéreo	1	0%	1	-	-	-	-	-
Transporte ferroviário	1	0%	-	-	-	-	1	-
Transporte pedonal	1	0%	-	-	-	-	1	-
Transporte rodoviário	3	1%	-	1	1	1	-	-
Institucional	43	8%	4	8	4	11	7	9
Fundação/associação	4	1%	1	-	-	3	-	-
Governo	32	6%	2	7	4	8	2	9
Monumento	7	1%	1	1	-	-	5	-
Paisagismo	10	2%	-	1	-	-	8	1
Jardim	8	2%	-	-	-	-	8	-
Parque/prça	2	0%	-	1	-	-	-	1
Religioso	11	2%	-	3	-	3	2	3
Templo/igreja	11	2%	-	3	-	3	2	3
Uso misto	8	2%	4	3	1	-	-	-
	530	100%	94	88	91	91	84	82

Gráfico 10.1: projetos nas revistas *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo* (1960-65), por tipo

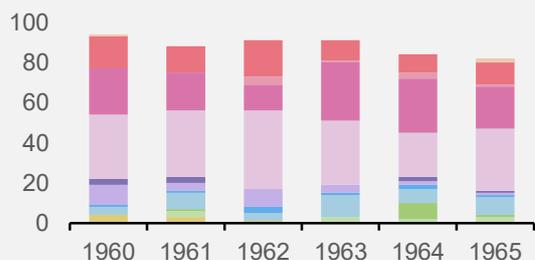
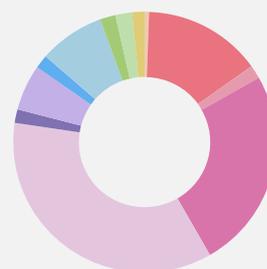


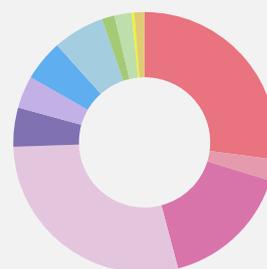
Gráfico 10.2: projetos em *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo* (1960-65), por tipo



Quadro 11: projetos nas revistas *AU* e *Projeto* (1985-90), por tipo

Cenografia/exposição	1	0%
Comercial	43	27%
Desenho urbano	17	3%
Equipamento	79	16%
Habitação	51	29%
Hotelaria	16	5%
Industrial	9	4%
Infraestrutura	1	5%
Institucional	22	6%
Paisagismo	3	2%
Religioso	10	2%
Rural	3	0%
Uso misto	5	1%
	948	100%

Gráfico 11: projetos nas revistas *AU* e *Projeto* (1985-90), por tipo



Legenda

Cenografia/exposição	Infraestrutura
Comercial	Institucional
Desenho urbano	Paisagismo
Equipamento	Religioso
Habitação	Rural
Hotelaria	Uso misto
Industrial	Sem informação

Quadro 12.a: projetos na revista *Acrópole*, por tipo

		Total		1960	1961	1962	1963	1964	1965
Acrópole	Cenografia/exposição	2	1%	-	-	-	-	-	2
	Comercial	56	15%	8	10	12	9	8	9
	Banco/instituição financeira	10	3%	3	1	1	3	-	2
	Bar/restaurante	4	1%	-	2	1	-	-	1
	Comunicação/mídia	3	1%	-	2	1	-	-	-
	Corporativo	9	2%	-	2	-	3	-	4
	Edifício comercial	11	3%	2	1	5	2	-	1
	Efêmero	1	0%	-	-	-	1	-	-
	Galeria comercial	5	1%	-	-	-	-	5	-
	Galeria de arte	1	0%	1	-	-	-	-	-
	Lazer	2	1%	-	-	1	-	-	1
	Loja	8	2%	2	1	3	-	2	-
	Posto de gasolina	2	1%	-	1	-	-	1	-
	Desenho urbano	5	1%	-	-	3	1	-	1
	Equipamento	82	22%	12	11	6	16	16	21
	Biblioteca	1	0%	-	-	-	-	-	1
	Centro cultural/esportivo	34	9%	6	4	1	15	3	5
	Escola	28	7%	4	3	2	1	4	14
	Hospital	12	3%	-	2	1	-	8	1
	Mercado	1	0%	1	-	-	-	-	-
	Teatro	2	1%	1	1	-	-	-	-
	Universidade/laboratório	3	1%	-	1	2	-	-	-
	Velório	1	0%	-	-	-	-	1	-
	Habitação	151	40%	25	26	35	22	15	28
	Habitação coletiva	36	10%	6	4	10	7	5	4
	Habitação unifamiliar	115	31%	19	22	25	15	10	24
	Hotelaria	5	1%	1	2	-	-	1	1
Industrial	28	7%	10	4	9	4	1	-	
Infraestrutura	2	1%	-	-	2	-	-	-	
Saneamento básico	1	0%	-	-	1	-	-	-	
Transporte rodoviário	1	0%	-	-	1	-	-	-	
Institucional	33	9%	1	5	3	9	7	8	
Fundação/associação	4	1%	1	-	-	3	-	-	
Governo	23	6%	-	4	3	6	2	8	
Monumento	6	2%	-	1	-	-	5	-	
Paisagismo	2	1%	-	-	-	-	1	1	
Jardim	1	0%	-	-	-	-	1	-	
Parque/prça	1	0%	-	-	-	-	-	1	
Religioso	7	2%	-	2	-	-	2	3	
Templo/igreja	7	2%	-	2	-	-	2	3	
Uso misto	4	1%	2	1	1	-	-	-	
	377	100%	59	61	71	61	51	74	

Quadro 12.b: projetos na revista *Habitat*, por tipo

		Total	1960	1961	1962	1963	1964	1965	
Habitat	Comercial	8	10%	1	-	3	1	1	2
	Banco/instituição financeira	3	4%	-	-	2	1	-	-
	Edifício comercial	1	1%	-	-	-	-	1	-
	Lazer	1	1%	-	-	-	-	-	1
	Loja	2	3%	1	-	1	-	-	-
	Posto de gasolina	1	1%	-	-	-	-	-	1
	Desenho urbano	2	3%	-	-	-	-	2	-
	Equipamento	18	23%	3	4	4	2	5	-
	Centro cultural/esportivo	7	9%	1	1	1	1	3	-
	Escola	2	3%	1	-	1	-	-	-
	Hospital	4	5%	-	-	2	-	2	-
	Museu	2	3%	1	1	-	-	-	-
	Teatro	2	3%	-	2	-	-	-	-
	Universidade/laboratório	1	1%	-	-	-	1	-	-
	Habitação	25	32%	4	3	1	7	7	3
	Habitação coletiva	5	6%	-	2	-	-	-	3
	Habitação unifamiliar	20	25%	4	1	1	7	7	-
	Hotelaria	4	5%	2	1	-	-	1	-
	Industrial	2	3%	-	-	-	-	1	1
	Infraestrutura	2	3%	-	1	-	-	-	1
	Água e energia	1	1%	-	-	-	-	-	1
	Transporte rodoviário	1	1%	-	1	-	-	-	-
	Institucional	6	8%	1	2	1	1	-	1
Governo	6	8%	1	2	1	1	-	1	
Paisagismo	8	10%	-	1	-	-	7	-	
Jardim	7	9%	-	-	-	-	7	-	
Parque/prça	1	1%	-	1	-	-	-	-	
Religioso	2	3%	-	1	-	1	-	-	
Templo/igreja	2	3%	-	1	-	1	-	-	
Uso misto	2	3%	2	-	-	-	-	-	
	79	100%	13	13	9	12	24	8	

Quadro 12.c: projetos na revista *Módulo*, por tipo

		Total		1960	1961	1962	1963	1964	1965
Módulo	Cenografia/exposição	1	1%	1	-	-	-	-	-
	Comercial	13	18%	7	3	3	-	-	-
	Banco/instituição financeira	2	3%	1	-	1	-	-	-
	Corporativo	4	5%	2	1	1	-	-	-
	Edifício comercial	3	4%	3	-	-	-	-	-
	Galeria de arte	1	1%	1	-	-	-	-	-
	Lazer	1	1%	-	-	1	-	-	-
	Loja	1	1%	-	1	-	-	-	-
	Posto de gasolina	1	1%	-	1	-	-	-	-
	Desenho urbano	2	3%	-	-	1	-	1	-
	Equipamento	32	43%	8	4	3	11	6	-
	Centro cultural/esportivo	15	20%	4	2	1	3	5	-
	Escola	3	4%	1	-	-	2	-	-
	Hospital	2	3%	1	-	-	-	1	-
	Museu	1	1%	1	-	-	-	-	-
	Teatro	1	1%	1	-	-	-	-	-
	Universidade/laboratório	10	14%	-	2	2	6	-	-
	Habitação	13	18%	3	4	3	3	-	-
	Habitação coletiva	8	11%	2	3	1	2	-	-
	Habitação unifamiliar	5	7%	1	1	2	1	-	-
	Infraestrutura	5	7%	1	-	1	1	2	-
	Telecomunicação	1	1%	-	-	1	-	-	-
Transporte aéreo	1	1%	1	-	-	-	-	-	
Transporte ferroviário	1	1%	-	-	-	-	1	-	
Transporte pedonal	1	1%	-	-	-	-	1	-	
Transporte rodoviário	1	1%	-	-	-	1	-	-	
Institucional	4	5%	2	1	-	1	-	-	
Governo	3	4%	1	1	-	1	-	-	
Monumento	1	1%	1	-	-	-	-	-	
Religioso	2	3%	-	-	-	2	-	-	
Templo/igreja	2	3%	-	-	-	2	-	-	
Uso misto	2	3%	-	2	-	-	-	-	
	74	100%	22	14	11	18	9	-	

Gráfico 12.1.a: projetos na revista *Acrópole*, por tipo

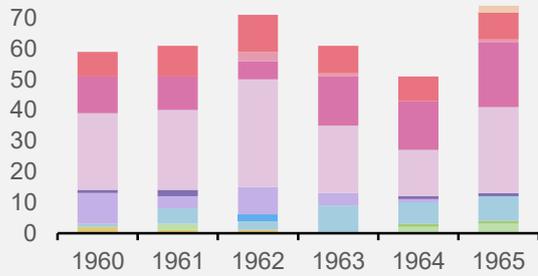


Gráfico 12.2.a: projetos na revista *Acrópole*, por tipo

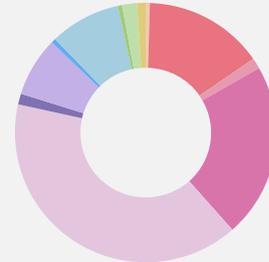


Gráfico 12.1.b: projetos na revista *Habitat*, por tipo

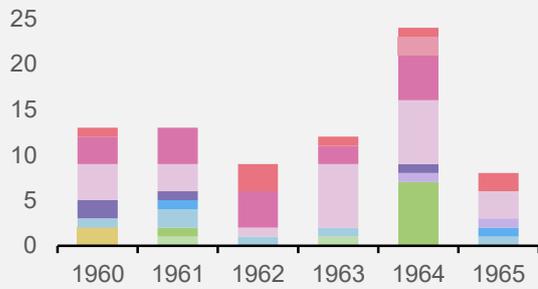


Gráfico 12.2.b: projetos na revista *Habitat*, por tipo

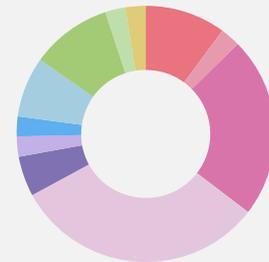


Gráfico 12.1.c: projetos na revista *Módulo*, por tipo

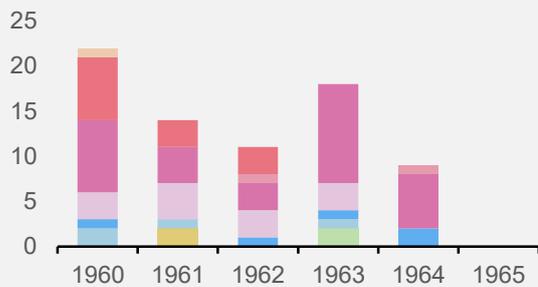
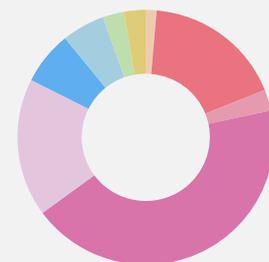


Gráfico 12.2.c: projetos na revista *Módulo*, por tipo



Legenda

- | | |
|----------------------|----------------|
| Cenografia/exposição | Infraestrutura |
| Comercial | Institucional |
| Desenho urbano | Paisagismo |
| Equipamento | Religioso |
| Habitação | Rural |
| Hotelaria | Uso misto |
| Industrial | Sem informação |

Quadro 13: projetos nas revistas *Acrópole*,
Habitat e *Módulo* (1960-65), por tipo de cliente

	Total	1960	1961	1962	1963	1964	1965	
Cenografia/exposição	3	1	-	-	-	-	2	
Clientes públicos	1	1	-	-	-	-	-	
Clientes privados	2	-	-	-	-	-	2	
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	
Comercial	77	16	13	18	10	9	11	
Clientes públicos	7	3	2	1	1	-	-	
Clientes privados	65	13	11	17	9	4	11	
Sem informação	5	-	-	-	-	5	-	
Desenho urbano	9	-	-	4	1	3	1	
Clientes públicos	7	-	-	3	-	3	1	
Clientes privados	1	-	-	1	-	-	-	
Sem informação	1	-	-	-	1	-	-	
Equipamento	132	23	19	13	29	27	21	
Clientes públicos	63	10	11	6	11	12	13	
Clientes privados	63	13	8	7	18	10	7	
Sem informação	6	-	-	-	-	5	1	
Habitação	189	32	33	39	32	22	31	
Clientes públicos	7	2	2	1	2	-	-	
Clientes privados	182	30	31	38	30	22	31	
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	
Hotelaria	9	3	3	-	-	2	1	
Clientes públicos	-	-	-	-	-	-	-	
Clientes privados	9	3	3	-	-	2	1	
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	
Industrial	30	10	4	9	4	2	1	
Clientes públicos	-	-	-	-	-	-	-	
Clientes privados	30	10	4	9	4	2	1	
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	
Infraestrutura	9	1	1	3	1	2	1	
Clientes públicos	9	1	1	3	1	2	1	
Clientes privados	-	-	-	-	-	-	-	
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	
Institucional	43	4	8	4	11	7	9	
Clientes públicos	38	3	8	4	8	6	9	
Clientes privados	4	1	-	-	3	-	-	
Sem informação	1	-	-	-	-	1	-	
Paisagismo	10	-	1	-	-	8	1	
Clientes públicos	2	-	1	-	-	-	1	
Clientes privados	8	-	-	-	-	8	-	
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	
Religioso	11	-	3	-	3	2	3	
Clientes públicos	-	-	-	-	-	-	-	
Clientes privados	11	-	3	-	3	2	3	
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	
Uso misto	8	4	3	1	-	-	-	
Clientes públicos	-	-	-	-	-	-	-	
Clientes privados	8	4	3	1	-	-	-	
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	
Projetos válidos	530	100%	94	88	91	91	84	82
Clientes públicos	134	25%	20	25	18	23	23	25
Clientes privados	383	72%	74	63	73	67	50	56
Sem informação	13	2%	-	-	-	1	11	1

Gráfico 13.1: projetos nas revistas *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo* (1960-65), por tipo de cliente

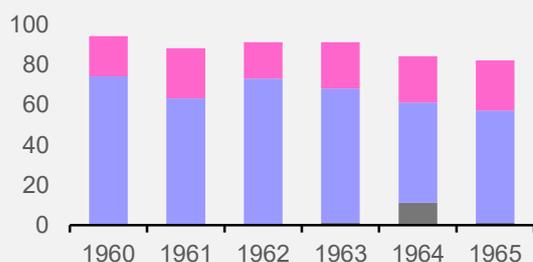
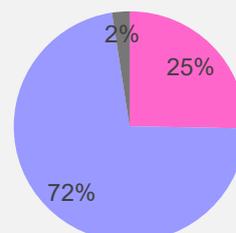


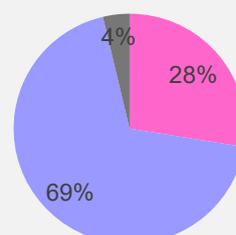
Gráfico 13.2: projetos nas revistas *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo* (1960-65), por tipo de cliente



Quadro 14: Projetos nas revistas *AU* e *Projeto* (1985-90), por tipo de cliente

Clientes públicos	261	28%
Clientes privados	652	69%
Sem informação	35	4%
Total	948	100%

Gráfico 14: projetos nas revistas *AU* e *Projeto* (1985-90), por tipo de cliente

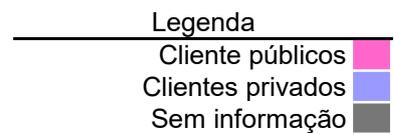
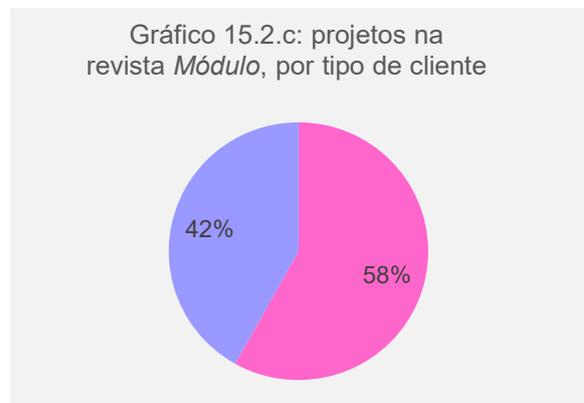
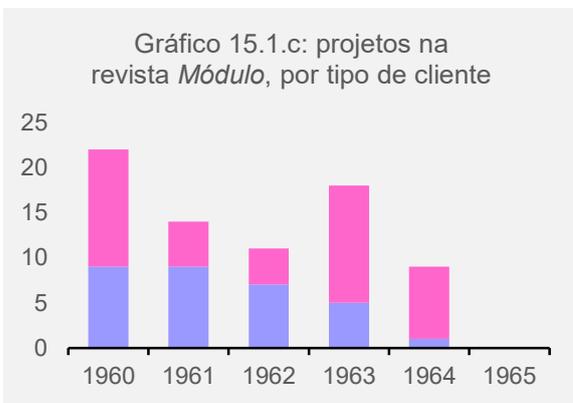
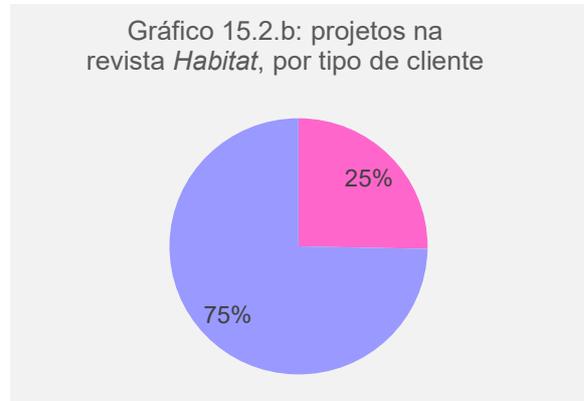
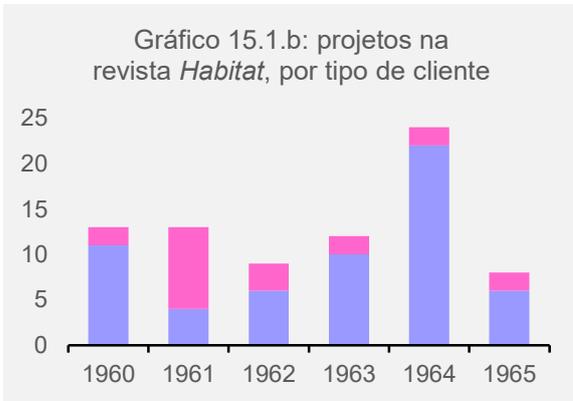
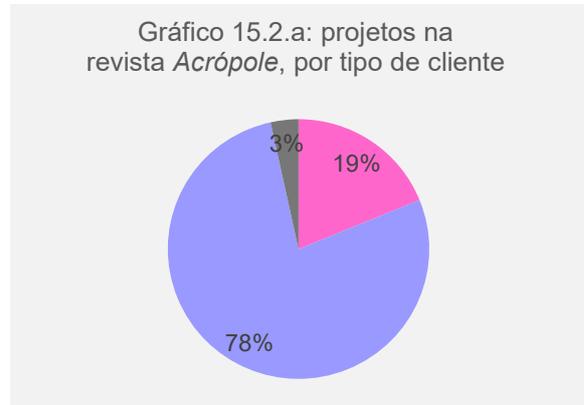
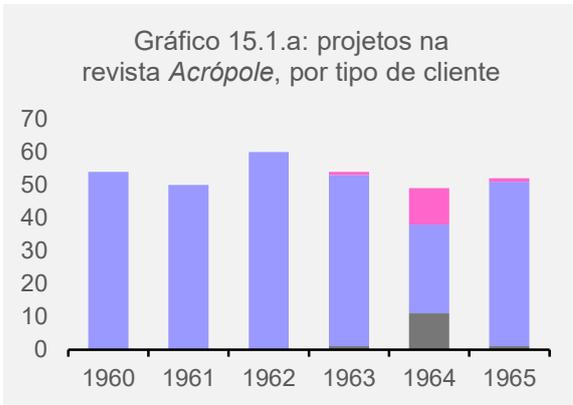


Legenda

- Cliente públicos ■
- Clientes privados ■
- Sem informação ■

Quadro 15.a: projetos na revista *Acrópole*, por tipo de cliente

		Total	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Acrópole	Cenografia/exposição	2	-	-	-	-	-	2
	Clientes públicos	-	-	-	-	-	-	-
	Clientes privados	2	-	-	-	-	-	2
	Sem informação	-	-	-	-	-	-	-
	Comercial	56	8	10	12	9	8	9
	Clientes públicos	2	-	1	-	1	-	-
	Clientes privados	49	8	9	12	8	3	9
	Sem informação	5	-	-	-	-	5	-
	Desenho urbano	5	-	-	3	1	-	1
	Clientes públicos	3	-	-	2	-	-	1
	Clientes privados	1	-	-	1	-	-	-
	Sem informação	1	-	-	-	1	-	-
	Equipamento	82	12	11	6	16	16	21
	Clientes públicos	34	5	5	3	1	7	13
	Clientes privados	42	7	6	3	15	4	7
	Sem informação	6	-	-	-	-	5	1
	Habitação	151	25	26	35	22	15	28
	Clientes públicos	1	-	-	1	-	-	-
	Clientes privados	150	25	26	34	22	15	28
	Sem informação	-	-	-	-	-	-	-
	Hotelaria	5	1	2	-	-	1	1
	Clientes públicos	-	-	-	-	-	-	-
	Clientes privados	5	1	2	-	-	1	1
	Sem informação	-	-	-	-	-	-	-
	Industrial	28	10	4	9	4	1	-
	Clientes públicos	-	-	-	-	-	-	-
	Clientes privados	28	10	4	9	4	1	-
	Sem informação	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura	2	-	-	2	-	-	-	
Clientes públicos	2	-	-	2	-	-	-	
Clientes privados	-	-	-	-	-	-	-	
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	
Institucional	33	1	5	3	9	7	8	
Clientes públicos	28	-	5	3	6	6	8	
Clientes privados	4	1	-	-	3	-	-	
Sem informação	1	-	-	-	-	1	-	
Paisagismo	2	-	-	-	-	1	1	
Clientes públicos	1	-	-	-	-	-	1	
Clientes privados	1	-	-	-	-	1	-	
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	
Religioso	7	-	2	-	-	2	3	
Clientes públicos	-	-	-	-	-	-	-	
Clientes privados	7	-	2	-	-	2	3	
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	
Uso misto	4	2	1	1	-	-	-	
Clientes públicos	-	-	-	-	-	-	-	
Clientes privados	4	2	1	1	-	-	-	
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	
Total de projetos	377	100%	59	61	71	61	51	74
Clientes públicos	71	19%	5	11	11	8	13	23
Clientes privados	293	78%	54	50	60	52	27	50
Sem informação	13	3%	-	-	-	1	11	1



Projetos incluídos na análise de dados: Revista Acrópole									
ano	mês	número	título	cidade	estado	país	tipo	subtipo	cliente
1960	JAN	255	Sede social e residência	Santo André	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
			Edifício 5ª Avenida	São Paulo	SP	Brasil	comercial	edifício comercial	privado
			Residência no Itaim	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Edifício de apartamentos em Belo Horizonte	Belo Horizonte	MG	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
MAR	258	Escola Senai em Bauru	Bauru	SP	Brasil	equipamento	escola	privado	
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Fábrica Mercedes Benz	São Bernardo do Campo	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Residência no Ibirapuera	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
ABR	259	Sede social do Jockey Club de São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	uso misto	N/A	privado	
		Residência no Brooklin	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Projeto para o clube da esplanada	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Ginásio Estadual de Guarulhos	Guarulhos	SP	Brasil	equipamento	escola	público	
		Associação Bahiana de Imprensa	Salvador	BA	Brasil	institucional	fundação/associação	privado	
MAI	260	Residência no Jardim Europa	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Projeto para sere social de clube	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Residência no Itaim	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Hotel Nacional - Brasília	Brasília	DF	Brasil	hotelaria	N/A	privado	
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
JUL	261	Loja de passagens e turismo	São Paulo	SP	Brasil	comercial	loja	privado	
		Teatro Castro Alves em Salvador	Salvador	BA	Brasil	equipamento	teatro	público	
		Casa de praia em S. Sebastião	São Sebastião	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Exposição de móveis e galeria de arte	São Paulo	SP	Brasil	comercial	galeria de arte	privado	
		Residência no Jardim América	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Residência em Santo Amaro	Santo Amaro	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
AGO	262	Residência no Jardim Paulistano	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício Nações Unidas	São Paulo	SP	Brasil	uso misto	N/A	privado	
		Nova loja em São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	comercial	loja	privado	
		Residência em Sorocaba	Sorocaba	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
SET	263	Pavilhão social de um clube	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Edifício comercial em Campinas	Campinas	SP	Brasil	comercial	edifício comercial	privado	
		Residência no Jardim Europa	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Unidade trivalente em Itapira	Itapira	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	público	
		Residência no Aeroporto	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Anteprojeto para o Mercado Municipal de Bauru	Bauru	SP	Brasil	equipamento	mercado	público	
		Casa de praia	Guarujá	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Pavilhão de praia	Guarujá	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício para semi-internato	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	escola	privado	
OUT	264	Residência na Granja Julieta	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Filial de banco em São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	privado	
		Residência no Pacaembú	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Praça de esportes	São Caetano do Sul	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	público	
		Nova agência de banco	São Paulo	SP	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	privado	
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
NOV	265	Fábrica Olivetti em Guarulhos	Guarulhos	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Conjunto Assistencial	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	escola	privado	
		Indústria Farmacêutica	São Paulo	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Exposição Internacional de Indústria e Comércio da cidade do rio de Janeiro	Rio de Janeiro	GB	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Indústria em Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Conjunto Industrial da Willys Overland	São Bernardo do Campo	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Instalações da Volkswagen do Brasil	São Bernardo do Campo	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
Conjunto para Laminação de Estriagem	Santo André	SP	Brasil	industrial	N/A	privado			

			Depósito de Cabos	Santo André	SP	Brasil	industrial	N/A	privado
			Estrutura Metálica para um Edifício Industrial	Santo André	SP	Brasil	industrial	N/A	privado
DEZ	266		Indústria Farmacêutica	Guarulhos	SP	Brasil	industrial	N/A	privado
			Residência em Indianópolis	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Edifício de apartamentos no Itaim	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
			Residência no Sumaré	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Banco do Brasil em Campinas	Campinas	SP	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	privado
1961	JAN	267	Indústrias reunidas Vidrobras	Mauá	SP	Brasil	industrial	N/A	privado
			Fábrica de Papelão das Indústrias Klabin	São Paulo	SP	Brasil	industrial	N/A	privado
			Indústria Brasileira de Refratários	Suzano	SP	Brasil	industrial	N/A	privado
			Estrutura de alumínio em lamelas	Utinga	SP	Brasil	industrial	N/A	privado
	FEV	268	Anteprojeto de ginásio de esportes	São Bernardo do Campo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	público
			Residência na Cidade Jardim	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Conjunto para rádio e televisão	São Paulo	SP	Brasil	comercial	comunicação/mídia	privado
			Posto de serviço da Petrobrás em Brasília	Brasília	DF	Brasil	comercial	posto de gasolina	público
			Residência de campo	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
	MAR	269	Residência no Jardim das Bandeiras	São Bernardo do Campo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Edifício comercial em Campinas	Campinas	SP	Brasil	comercial	loja	privado
			Residência no Jardim Marajoara	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Edifício de apartamentos em Salvador	Salvador	BA	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
			Edifício Banco de Boston	São Paulo	SP	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	privado
	ABR	270	Sede da Pirelli em São Paulo	São Bernardo do Campo	SP	Brasil	comercial	corporativo	privado
			Residência no Alto de Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Residência no Pacaembú	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Residência no Pacaembú	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Residência em Alto de Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Sinagoga em Porto Alegre	Porto Alegre	SC	Brasil	religioso	templo/igreja	privado
	JUN	271	Ginásio de Itanhaém	Itanhaém	SP	Brasil	equipamento	escola	público
			Residência do arquiteto	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Edifício sede das emissoras associadas	São Paulo	SP	Brasil	comercial	comunicação/mídia	privado
			Capela em Belo Horizonte	Belo Horizonte	MG	Brasil	religioso	templo/igreja	privado
			Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
			Conjunto para entidade futebolística	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado
	JUL	272	Dive-in em Indianópolis	São Paulo	SP	Brasil	comercial	bar/restaurante	privado
			Instituto municipal de crianças surdas	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	escola	público
			Projeto para sede de clube	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado
			Residência em Campo Belo	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Residência no Alto da Lapa	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
	AGO	273	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - 1º prêmio	São Paulo	SP	Brasil	institucional	governo	público
			Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - 2º prêmio	São Paulo	SP	Brasil	institucional	governo	público
			Escola de Aprendizagem Industrial	Santa Bárbara d'Oeste	SP	Brasil	equipamento	escola	privado
			Hospital São Domingos em Uberaba	Uberaba	MG	Brasil	equipamento	hospital	privado
	SET	274	Hotel de turismo	Cabo Frio	RJ	Brasil	hotelaria	N/A	privado
			Residência no Brooklin	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - 3º prêmio	São Paulo	SP	Brasil	institucional	governo	público
			Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - 4º prêmio	São Paulo	SP	Brasil	institucional	governo	público
			Conjunto residencial no Itaim	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
			Colônia de férias	N/A	SP	Brasil	hotelaria	N/A	privado
			Residência no Jardim Paulistano	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
	OUT	275	Projeto para hotel e edifício de apartamentos	N/A	SP	Brasil	uso misto	N/A	privado
			Churrascaria Cabana	São Paulo	SP	Brasil	comercial	bar/restaurante	privado
			Residência em Alto de Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Edifício para escola de administração	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	universidade/laboratório	privado

		Residência no Ibirapuera	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício de escritórios	São Paulo	SP	Brasil	comercial	edifício comercial	privado	
		Residência de praia	Guarujá	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
NOV	276	Ginásio coberto	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Residência Antonio Ceppas	Rio de Janeiro	GB	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Residência no Alto de Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Residência de veraneio em Penedo	Penedo	RJ	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Posto de puericultura	Rio de Janeiro	GB	Brasil	equipamento	hospital	público	
		Monumento aos mortos da II Guerra	Rio de Janeiro	GB	Brasil	institucional	monumento	público	
DEZ	277	Escritórios para indústria química	Cubatão	SP	Brasil	comercial	corporativo	privado	
		Residência na praia	São Sebastião	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício de apartamentos no Higienópolis	São Sebastião	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Residência no Jardim Paulistano]	São Sebastião	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Concha acústica e auditório no Ceará	Fortaleza	CE	Brasil	equipamento	teatro	público	
		Residência no Alto da Boa Vista	São Sebastião	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
1962	JAN	278	Estação de tratamento de água	Campinas	SP	Brasil	infraestrutura	saneamento básico	público
		Residência no Alto da Boa Vista	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Residência do arquiteto	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Residência no Alto de Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Residência em Ubatuba	Ubatuba	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Residência do arquiteto	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício de apartamentos	São Vicente	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
FEV	279	Hípódromo Guanabara	Rio de Janeiro	GB	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Escola SENAI de construção civil	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	escola	privado	
		Projeto para auditório	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	universidade/laboratório	público	
		Loja de departamentos	São Paulo	SP	Brasil	comercial	loja	privado	
		Hospital do Servidor Público Estadual	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	hospital	público	
MAR	280	Fábrica de calçados	São José dos Campos	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Fábrica de eixos para autoveículos	Osasco	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Fábrica de tintas	Guarulhos	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Silos para sementes de mamona	Agudos	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Armazém no. 29 - Cia. Docas de Santos	Santos	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Fábrica de alumínio	Utinga	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Fábrica de máquinas de lavar	Santo Amaro	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Fábrica de embalagens de papelão	N/A	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Fábrica de equipamento elétrico	Campinas	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
ABR	281	Residência em São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Residência no Jardim Paulistano	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Anteprojeto para Casa do Estudante	Curitiba	PR	Brasil	habitação	habitação coletiva	público	
		Residência no Alto de Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Cine Barão	São Paulo	SP	Brasil	comercial	lazer	privado	
MAI	282	Escola Municipal de Astrofísica	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	escola	público	
		Residência no Jardim Guedala	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Edifício comercial em Santos	Santos	SP	Brasil	comercial	edifício comercial	privado	
		Residência no Sumaré	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Residência do arquiteto	N/A	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício e garagem Bolsa de Cereais	São Paulo	SP	Brasil	comercial	edifício comercial	privado	
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
JUN	283	Concurso nacional de anteprojetos para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais	Belo Horizonte	MG	Brasil	institucional	governo	público	
		Concurso nacional de anteprojetos para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais	Belo Horizonte	MG	Brasil	institucional	governo	público	
		Concurso nacional de anteprojetos para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais	Belo Horizonte	MG	Brasil	institucional	governo	público	
		Residência no Itaim	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	

		Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Itu	Itu	SP	Brasil	equipamento	universidade/laboratório	privado	
		Residência no Jardim das Bandeiras	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício de escritórios Andraus	São Paulo	SP	Brasil	comercial	edifício comercial	privado	
JUL	284	Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Edifício para gráfica	São Paulo	SP	Brasil	comercial	comunicação/mídia	privado	
		Restaurante em Interlagos	São Paulo	SP	Brasil	comercial	bar/restaurante	privado	
		Edifício Arco do Teles	Rio de Janeiro	GB	Brasil	comercial	edifício comercial	privado	
		Loja Varig em São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	comercial	loja	privado	
		N/A	Limeira	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		N/A	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Residência do arquiteto	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
AGO	285	Residência no Jardim Paulista	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Residência na Chácara Flora	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício de apartamentos em Campinas	Campinas	SP	Brasil	uso misto	N/A	privado	
		Sede de banco	São Paulo	SP	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	privado	
		Edifício de apartamentos em Higienópolis	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
OUT	287	Edifício de apartamentos em Higienópolis	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Residência na Chácara Flora	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Centro de abastecimento para autopeças	São Paulo	SP	Brasil	comercial	loja	privado	
		Estudo para estação rodoviária de Joinville	Joinville	SC	Brasil	infraestrutura	transporte rodoviário	público	
		Residência em Cidade Jardim	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício de apartamentos no Pacaembu	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Residência no Jardim Europa	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
NOV	288	Residência no Jardim Paulistano	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Parque Eduardo Guinle	Rio de Janeiro	GB	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Edifício-sede para cia. De seguro	São Paulo	SP	Brasil	comercial	edifício comercial	privado	
		Residência no Ibirapuera	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Dois projetos para residências	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Dois projetos para residências	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
DEZ	289	Planejamento em Ububupungá	Três Lagoas	MT	Brasil	desenho urbano	N/A	público	
		Cidade residencial para a Petrobrás	Cubatão	SP	Brasil	desenho urbano	N/A	público	
		Bairro residencial em Baurú	Bauru	SP	Brasil	desenho urbano	N/A	privado	
1963	JAN	290	Centro operacional da Ciação Cometa	São Paulo	SP	Brasil	comercial	corporativo	privado
		Fábrica de fibras sintéticas	São Paulo	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Stand de automóveis	São Paulo	SP	Brasil	comercial	efêmero	privado	
		Novo conjunto industrial Philips, em Guarulhos	Guarulhos	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Indústria farmacêutica	São Paulo	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Fábrica de motores	Guarulhos	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
FEV	291	Residência do arquiteto	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Projeto para residência	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Residência no Pacaembu	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício de apartamentos	Curitiba	PR	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
MAR	292	Casa de praia	São Sebastião	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Projeto para o Banco do Estado de São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	público	
		Agências de banco	São Paulo	SP	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	privado	
		Forum de Rio Claro	Rio Claro	SP	Brasil	institucional	governo	público	
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Forum para Porto Feliz	Porto Feliz	SP	Brasil	institucional	governo	público	
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Edifício de escritórios	São Paulo	SP	Brasil	comercial	corporativo	privado	
		Centro Educacional da Moóca	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	público	
MAI	294	Concurso de anteprojeto para a sede do Club XV - 1o prêmio	Santos	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	

		Concurso de anteporjetos para a sede do Club XV - 2o prêmio	Santos	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Concurso de anteporjetos para a sede do Club XV - 3o prêmio	Santos	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Concurso de anteporjetos para a sede do Club XV - 4o prêmio	Santos	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Concurso de anteporjetos para a sede do Club XV - 5o prêmio	Santos	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Concurso de anteporjetos para a sede do Club XV - menções honrosas	Santos	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Concurso de anteporjetos para a sede do Club XV - menções honrosas	Santos	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Ginásio industrial	Porto Alegre	RS	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Residência no Alto de Pinheiros	São Sebastião	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Residência em Piracicaba	Piracicaba	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
JUL	297	Residência no Brooklin	São Sebastião	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Sede de associação esportiva	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Residência em Blumenau	Blumenau	SC	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Residência em Vila Clementino	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Ginásio do SESC em Recife	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
AGO	298	Palácio da Inconfidência - Segundo concurso nacional de anteporjetos para a Assembleia Legislativo de Minas Gerais - 1º lugar	Belo Horizonte	MG	Brasil	institucional	governo	público	
		Palácio da Inconfidência - Segundo concurso nacional de anteporjetos para a Assembleia Legislativo de Minas Gerais - 2º lugar	Belo Horizonte	MG	Brasil	institucional	governo	público	
		Palácio da Inconfidência - Segundo concurso nacional de anteporjetos para a Assembleia Legislativo de Minas Gerais - 3º lugar	Belo Horizonte	MG	Brasil	institucional	governo	público	
		Residência em S. Bárbara do Oeste	Santa Bárbara d'Oeste	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Concurso para a sede de sindicato - 1º prêmio	São Paulo	SP	Brasil	institucional	fundação/associação	privado	
		Concurso para a sede de sindicato - 2º prêmio	São Paulo	SP	Brasil	institucional	fundação/associação	privado	
		Concurso para a sede de sindicato - 3º prêmio	São Paulo	SP	Brasil	institucional	fundação/associação	privado	
		Residência no Jardim América	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
SET	299	Fórum na estância de Socorro	Socorro	SP	Brasil	institucional	governo	público	
		Edifício Wilson Mendes Caldeira	São Paulo	SP	Brasil	comercial	edifício comercial	privado	
		Esporte Clube Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Sede do Esporte Clube Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Residência no Sumaré	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Escola Senac em Botucatu	Botucatu	SP	Brasil	equipamento	escola	privado	
		Sede náutica	Cabo Frio	RJ	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Residência em Petrópolis	Petrópolis	RJ	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
OUT	300	Concurso privado de anteporjetos para o Clube da Orla - 1º prêmio	Guarujá	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Edifício de administração	Guarulhos	SP	Brasil	comercial	corporativo	privado	
		Sede do Bank of London	São Paulo	SP	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	privado	
		Anteporjeto para residência	Porto Alegre	RS	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício de escritórios	São Paulo	SP	Brasil	comercial	edifício comercial	privado	
DEZ	301	A casa - Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	GB	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Humanização de apartamento	Rio de Janeiro	GB	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		A cidade operária	São Bernardo do Campo	SP	Brasil	desenho urbano	N/A	N/A	
1964	MAIO	306	N/A	Praia Grande	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		N/A	N/A	Itanhaém	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Posto de serviço	Rio de Janeiro	GB	Brasil	comercial	posto de gasolina	privado	
		Residência em Curitiba	Curitiba	PR	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Loja - exposição	São Paulo	SP	Brasil	comercial	loja	privado	
		Projeto para residência	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Anteporjeto para capela	Porto Alegre	RS	Brasil	religioso	templo/igreja	privado	
JUN	307	Residência do arquiteto	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Centro de distribuição de refeições	Cubatão	SP	Brasil	industrial	N/A	privado	
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Loja - exposição	São Paulo	SP	Brasil	comercial	loja	privado	
		Grupo Escolar	São José do Rio Preto	SP	Brasil	equipamento	escola	público	

		Residência em Itaim	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Sede para clube	Diadema	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Igreja em Bauru	Bauru	SP	Brasil	religioso	templo/igreja	privado	
		Grupo Escolar	Santa Cruz do Rio Pardo	SP	Brasil	equipamento	escola	público	
JUL	308	Concurso para Hospital em Recife 1º prêmio	Recife	PE	Brasil	equipamento	hospital	público	
		Concurso para Hospital em Recife 2º prêmio	Recife	PE	Brasil	equipamento	hospital	público	
		Concurso para Hospital em Recife 3º prêmio	Recife	PE	Brasil	equipamento	hospital	público	
		Hotel no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	GB	Brasil	hotelaria	N/A	privado	
		Conjunto Date-Cetrec em Campinas	Campinas	SP	Brasil	institucional	governo	público	
		Capela e velório	Jundiaí	SP	Brasil	equipamento	velório	público	
AGO	309	Liceu Pasteur	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	escola	privado	
		Ginásio e escola normal	Campinas	SP	Brasil	equipamento	escola	público	
		Residência no Jardim Everest	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Arquibancadas e sede	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
SET	310	Concurso para centro comercial 1º prêmio	Curitiba	PR	Brasil	comercial	galeria comercial	N/A	
		Concurso para centro comercial 2º prêmio	Curitiba	PR	Brasil	comercial	galeria comercial	N/A	
		Concurso para centro comercial 3º prêmio	Curitiba	PR	Brasil	comercial	galeria comercial	N/A	
		N/A	Curitiba	PR	Brasil	comercial	galeria comercial	N/A	
		N/A	Curitiba	PR	Brasil	comercial	galeria comercial	N/A	
		Residência no Alto de Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício de apartamentos em Santos	Santos	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Conjunto de apartamentos	Santo André	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Edifício de apartamentos	Santos	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado	
		Planejamento paisagístico para hotel	Rio de Janeiro	GB	Brasil	paisagismo	jardim	privado	
OUT	311	Clube-Saúde Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes	SP	Brasil	equipamento	hospital	N/A	
		Clube-Saúde de S. Bernardo	São Bernardo do Campo	SP	Brasil	equipamento	hospital	N/A	
		Clube-Saúde de Santa Cruz do rio Pardo	Santa Cruz do rio Pardo	SP	Brasil	equipamento	hospital	N/A	
		Clube-Saúde-Escola de Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	hospital	N/A	
		Clube-Saúde de Lins	Lins	SP	Brasil	equipamento	hospital	N/A	
		Residência no Jardim das Bandeiras	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício-sede D.A.E.	São Paulo	SP	Brasil	institucional	governo	público	
NOV/DEZ	312	Residência na Chácara Flora	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Monumento à fundação de Goiânia 1º prêmio	Goiânia	GO	Brasil	institucional	monumento	público	
		Monumento à fundação de Goiânia 2º prêmio	Goiânia	GO	Brasil	institucional	monumento	público	
		Monumento à fundação de Goiânia 3º prêmio	Goiânia	GO	Brasil	institucional	monumento	público	
		Monumento à fundação de Goiânia 4º prêmio	Goiânia	GO	Brasil	institucional	monumento	público	
		Sede de clube	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Monumento aos mártires do nazismo	São Paulo	SP	Brasil	institucional	monumento	N/A	
1965	JAN	313	Residência no Sumaré	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Praça e jardim público	Salto	SP	Brasil	paisagismo	parque/praça	público	
		Igreja em S. Catarina	Itoupava Seca	SC	Brasil	religioso	templo/igreja	privado	
		Clube Sirio-Libanês de Santos	Santos	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
		Residência no Jardim das Bandeiras	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
		Edifício e sede de Banco	Santos	SP	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	privado	
	FEV	314	Biblioteca Infantil	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	biblioteca	público
		Escola primária experimental	N/A	SP	Brasil	equipamento	escola	público	
		Grupo escolar de Vila Mariana	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	escola	público	
		Grupo escolar de Osasco	Osasco	SP	Brasil	equipamento	escola	público	
		Centro Educacional de S. Amaro	Santo Amaro	SP	Brasil	equipamento	escola	público	
		Colégio Santa Cruz	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	escola	privado	
		Escola Senai de Sorocaba	Sorocaba	SP	Brasil	equipamento	escola	privado	
		Escola Senai de S. Caetano	São Caetano do Sul	SP	Brasil	equipamento	escola	privado	

		Escola Industrial de S. Amaro	Santo Amaro	SP	Brasil	equipamento	escola	público
		Escola Industrial de Bom Retiro	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	escola	público
		Escola Industrial de Casa Verde	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	escola	público
		Escola Industrial de Tatuapé	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	escola	público
		Escola Industrial de Vila Maria	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	escola	público
MAR	315	Edifício Nestlé	São Paulo	SP	Brasil	comercial	corporativo	privado
		Clube de Campo e sede de congressos	Caieiras	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado
		Edifício para fórum	Itabuna	BA	Brasil	institucional	governo	público
		Residência no Alto de Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
ABR	316	Grupo escolar em Santos	Santos	SP	Brasil	equipamento	escola	público
		Edifício administrativo	São Paulo	SP	Brasil	comercial	corporativo	privado
		Estádio Municipal	São Caetano do Sul	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	público
		Projeto para banheiro	Criciúma	SC	Brasil	comercial	lazer	privado
		Pavilhão social	Santos	SP	Brasil	hotelaria	N/A	privado
		N/A	Curitiba	PR	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
		N/A	Curitiba	PR	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
MAI	317	Residência em Perdizes	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Residência no Alto de Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Igreja em S. Caetano, SP	São Caetano do Sul	SP	Brasil	religioso	templo/igreja	privado
		Residência no Morumbi	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Residência do arquiteto	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
JUN	318	Residência no Alto de Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
		Residência no Alto de Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Grupo Escolar no Guarujá	Guarujá	SP	Brasil	equipamento	escola	público
		Feira de amostras de Blumenau	Blumenau	SC	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	N/A
		Residência no Jardim Guedala	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Sede de fazenda	Colorado	PR	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Residência em Belo Horizonte	Belo Horizonte	MG	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
JUL	319	Plano para cidade satélite	Cotia	SP	Brasil	desenho urbano	N/A	público
		Residência no Sumaré	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Residência no Itaim	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Residência em Perdizes	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Residência no Butantã	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Residência na praia	Ubatuba	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Residência em Cotia	Cotia	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Ópera dos Três Vinténs, Teatro Ruth Escobar	São Paulo	SP	Brasil	cenografia/exposição	N/A	privado
		Andorra, de Max Frisch, Teatro Oficina	São Paulo	SP	Brasil	cenografia/exposição	N/A	privado
AGO	320	Paço e Centro Cívico de S. André 1º prêmio	Santo André	SP	Brasil	institucional	governo	público
		Paço Municipal de S. Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	SP	Brasil	institucional	governo	público
		Residência em Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Edifício sede para editora	Rio de Janeiro	GB	Brasil	comercial	corporativo	privado
		Residência no Alto de Pinheiros	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Anteprojeto para hospital psiquiátrico	Porto Alegre	RS	Brasil	equipamento	hospital	privado
		Edifício de escritórios	São Paulo	SP	Brasil	comercial	edifício comercial	privado
SET	321	Restaurante vertical	São Paulo	SP	Brasil	comercial	bar/restaurante	privado
		Quarteis-Generais de São Paulo 1º prêmio	São Paulo	SP	Brasil	institucional	governo	público
		Quarteis-Generais de São Paulo 2º prêmio	São Paulo	SP	Brasil	institucional	governo	público
		Quarteis-Generais de São Paulo 3º prêmio	São Paulo	SP	Brasil	institucional	governo	público
		Quarteis-Generais de São Paulo 4º prêmio	São Paulo	SP	Brasil	institucional	governo	público
OUT	322	Residência na Aclimação	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
		Estrutura de alumínio para ginásio	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado
		Edifício de apartamentos	Bauru	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado

NOV	323	Capela da colônia francesa	São Paulo	SP	Brasil	religioso	templo/igreja	privado		
		Residência em Vila Mariana	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado		
		Edifício-sede	São Paulo	SP	Brasil	comercial	corporativo	privado		
		Residência no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	GB	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado		
		Edifício para banco	São Paulo	SP	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	privado		
DEZ	324	Residência no Jardim Guedala	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado		
		Edifício-sede do IPEG	Rio de Janeiro	GB	Brasil	institucional	governo	público		
Projetos incluídos na análise de dados: Revista Habitat										
ano	mês	número	título	cidade	estado	pais	tipo	subtipo	cliente	
1960	JAN/FEV	58	Balneario do Guarujá	Guarujá	SP	Brasil	uso misto	N/A	privado	
			Residência no Jardim Europa	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
			Uma residência no Morumbi	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
			Loja da KLM em São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	comercial	loja	privado	
	MAR/ABR	59	Conjunto de Edifícios 'Máximus'	São Paulo	SP	Brasil	uso misto	N/A	privado	
			Edifício Sesc-Senac em Santos	Santos	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
			Paço Municipal de Guarujá	Guarujá	SP	Brasil	institucional	governo	público	
	MAI/JUN	60	Escola em Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	SP	Brasil	equipamento	escola	público	
	JUL/AGO	61	Hotel e apartamentos em Goiás	Anápolis	GO	Brasil	hotelaria	N/A	privado	
	N/A	62	Tropical Palace Hotel	São Paulo	SP	Brasil	hotelaria	N/A	privado	
			Moradia na Chácara Flora	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
			Residência no Jardim Europa	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
			Museu de Arte de São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	museu	privado	
	1961	MAR	63	Teatro Municipal de Santos	Santos	SP	Brasil	equipamento	teatro	público
				Grande Hotel Blumenau, Santa Catarina	Blumenau	SC	Brasil	hotelaria	N/A	privado
				Forum em São José dos Campos, SP	São José dos Campos	SP	Brasil	institucional	governo	público
N/A		64	Macabi - Clube Esportivo Israelita Brasileiro, S. Paulo	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
			Estação Rodoviária de Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	SP	Brasil	infraestrutura	transporte rodoviário	público	
			Forum de Blumenau	Blumenau	SC	Brasil	institucional	governo	público	
N/A		65	Residência na Ilha Pochat, São Vicente	São Vicente	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
			Praça pública em Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	SP	Brasil	paisagismo	parque/prça	público	
N/A		66	Capela em Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	SP	Brasil	religioso	templo/igreja	privado	
			Museu-Monumento ao governador de Pedro Toledo, São Paulo	N/A	SP	Brasil	equipamento	museu	público	
	Núcleo residencial em Vigário Geral, Estado da Guanabara, para a população vinda de favela		N/A	GB	Brasil	habitação	habitação coletiva	público		
	Urbanização da Praia do Pinto, no Rio de Janeiro		N/A	GB	Brasil	habitação	habitação coletiva	público		
1962	MAR	67	Hospital Psiquiátrico de Rio Claro	Rio Claro	SP	Brasil	equipamento	hospital	público	
			Residência numa fazenda	Terezópolis	RJ	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
			Agência no centro da capital	São Paulo	SP	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	privado	
			Agência no centro da capital	Santos	SP	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	privado	
	JUN	68	Concurso nacional de Anteprojetos do 'Instituto Concordia'	São Leopoldo	SC	Brasil	equipamento	escola	privado	
			Uma exposição de móveis para escritório	São Paulo	SP	Brasil	comercial	loja	privado	
	DEZ	70	Concurso nacional de anteprojetos para a Assembleia Legislativo de Minas Gerais	Belo Horizonte	MG	Brasil	institucional	governo	público	
			Hospital Psiquiátrico de Araraquara	Araraquara	SP	Brasil	equipamento	hospital	público	
			Internacional Golf Club	Guaratinguetá	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
	1963	MAR	71	Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo	Ribeirão Preto	SP	Brasil	equipamento	universidade/laboratório	público
Residência em São Paulo				São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
Residência em Itaipava, Estado do Rio de Janeiro				Itaipava	RJ	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
Uma residência (apartamento) nas Perdizes, São Paulo				São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
JUN		72	Residência de veraneio em Correias - Petrópolis	Petrópolis	RJ	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
			Residência em São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	
			Capela para Senador Camara	Rio de Janeiro	GB	Brasil	religioso	templo/igreja	privado	
SET		73	Clube da Cidade de São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado	
			Palácio da Inconfidência - Segundo concurso nacional de anteprojetos para a Assembleia Legislativo de Minas Gerais	Belo Horizonte	MG	Brasil	institucional	governo	público	
			Residência em São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado	

	DEZ	74	Banco Sul Americano do Brasil, em São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	privado
			Residência numa chácara, em São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
1964	FEV	75	Clube de Campo em Piracicaba, Est. De S. Paulo	Piracicaba	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado
			Habitação Uni-Familiar em Jacarepaguá	Rio de Janeiro	GB	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Habitação Uni-Familiar no Grajaú	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Uma residência no Pacaembu	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Apartamento em Ipanema, Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	GB	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Apartamento Duplex no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	GB	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
	MAR/ABR	76	Lynce Estância Clube, Estado de São Paulo	Atibaia	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado
			Edifício Industrial em Santo André, Est. De São Paulo	Santo André	SP	Brasil	industrial	N/A	privado
			Residência no Jardim Leonor, São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Residência em São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Edifício Três Marias	São Paulo	SP	Brasil	paisagismo	jardim	privado
			Instituto Butantã	São Paulo	SP	Brasil	paisagismo	jardim	privado
	MAI/JUN	77	Edifício R. Monteiro, S. Paulo	São Paulo	SP	Brasil	comercial	edifício comercial	privado
			Hospital Osvaldo Cruz, São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	hospital	privado
			Nacional Clube	São Paulo	SP	Brasil	paisagismo	jardim	privado
			Residência do Sr. João Batista Filho	Santos	SP	Brasil	paisagismo	jardim	privado
			Sede Social do Jockey Club	São Paulo	SP	Brasil	paisagismo	jardim	privado
	JUL/AGO	78	CHERP: núcleo residencial em Ibitinga	Ibitinga	SP	Brasil	desenho urbano	N/A	público
			Projeto de uma escola 'fechada'	Rio de Janeiro	GB	Brasil	desenho urbano	N/A	público
			Arquitetura de exteriores	Santos	SP	Brasil	paisagismo	jardim	privado
	SET/OUT	79	Santa casa de Misericórdia, São Carlos, Est. S.P.	São Carlos	SP	Brasil	equipamento	hospital	privado
	NOV/DEZ	80	Clube da Orla, Guarujá	Guarujá	SP	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado
			Nova decoração para o Hotel da Bahia, Salvador	Salvador	BA	Brasil	hoteleria	N/A	privado
			Jardim residencial em São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	paisagismo	jardim	privado
1965	JAN/FEV	81	Aproveitamento da Foz do Chopim, São Paulo	Cruzeiro do Iguaçu	PR	Brasil	infraestrutura	água e energia	público
			Bolicho em São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	comercial	lazer	privado
	MAR/ABR	82	Quartéis-Generais de São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	institucional	governo	público
			Matadouro-Frigorífico. Instituto de Zootécnica e Indústrias Pecuárias 'Fernando Costa'	Pirassununga	SP	Brasil	industrial	N/A	privado
	MAI/JUN	83	Gasolina e poesia	Rio de Janeiro	GB	Brasil	comercial	posto de gasolina	privado
	JUL-DEZ	84	Conjunto residencial Iguatemi	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
			Edifícios St. Bernard e St. Gothard, São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
			Edifício Barão de Laguna, Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
Projetos incluídos na análise de dados: Revista Módulo									
ano	mês	número	título	cidade	estado	país	tipo	subtipo	cliente
1960	ABR	17	Teatros oficiais no Setor Cultural de Brasília	Brasília	DF	Brasil	equipamento	teatro	público
			Apartamentos para funcionários do Banco do Brasil	Brasília	DF	Brasil	habitação	habitação coletiva	público
			Habitações para funcionários do Banco do Brasil	Brasília	DF	Brasil	habitação	habitação coletiva	público
			Sede da Caixa Econômica Federal	Rio de Janeiro	GB	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	público
			Clube Militar	Rio de Janeiro	GB	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	público
			Residência em Itaipava	Itaipava	RJ	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Monumento André Rebouças	Rio de Janeiro	GB	Brasil	institucional	monumento	público
			Edifício Avenida Central	Rio de Janeiro	GB	Brasil	comercial	edifício comercial	privado
	AGO	19	Aeroporto Internacional América do Sul - Brasília	Brasília	DF	Brasil	infraestrutura	transporte aéreo	público
			Edifício Barão de Mauá	Rio de Janeiro	GB	Brasil	comercial	edifício comercial	público
			Galeria em Copacabana	Rio de Janeiro	GB	Brasil	comercial	galeria de arte	privado
			Clube em Porto Alegre	Porto Alegre	RS	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado
			Edifício Sede da Panair em Brasília	Brasília	DF	Brasil	comercial	edifício comercial	privado
	OUT	20	Construções escolares em Brasília	Brasília	DF	Brasil	equipamento	escola	público
			Construções escolares em Brasília	Brasília	DF	Brasil	comercial	corporativo	público
			Edifício para a Varig em Brasília	Brasília	DF	Brasil	comercial	corporativo	privado
	DEZ	21	Praça Municipal de Brasília	Brasília	DF	Brasil	institucional	governo	público
			Exposição Sursan	Rio de Janeiro	GB	Brasil	cenografia/exposição	N/A	público

			Centro de Recuperação Sarah Kubitschek	Brasília	DF	Brasil	equipamento	hospital	privado
			Brasília Tênis Clube	Brasília	DF	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado
			Museu de Arte de Brasília	Brasília	DF	Brasil	equipamento	museu	público
			Country Clube de Brasília	Brasília	DF	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado
1961	ABR	22	Petrobrás em Brasília	Brasília	DF	Brasil	comercial	corporativo	público
			Edifício Gragoatá	Rio de Janeiro	GB	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
			Fundação Getúlio Vargas	Rio de Janeiro	GB	Brasil	uso misto	N/A	privado
			Casa de campo em Teresópolis	Teresópolis	RJ	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
	JUN	23	Observatório Meteorológico de Brasília	Brasília	DF	Brasil	equipamento	universidade/laboratório	público
			Edifício de apartamentos em Ipanema	Rio de Janeiro	GB	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
			Posto na Rio-Petrópolis	Rio de Janeiro	GB	Brasil	comercial	posto de gasolina	privado
			Centro Paroquial em Brasília	Brasília	DF	Brasil	uso misto	N/A	privado
	AGO	24	Centro Esportivo de Brasília	Brasília	DF	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	público
			Loja em Brasília	Brasília	DF	Brasil	comercial	loja	privado
			Clube Social	Brasília	DF	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado
			Edifício de apartamentos	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
			Embaixada da Bélgica em Brasília	Brasília	DF	Brasil	institucional	governo	público
	OUT	25	Escola de Minas/Outro Preto	Ouro Preto	MG	Brasil	equipamento	universidade/laboratório	público
1962	MAR	27	Pampulha late Clube	Belo Horizonte	MG	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado
			Universidade Católica do Paraná	N/A	PR	Brasil	equipamento	universidade/laboratório	privado
			Agência de Banco em Copacabana	Rio de Janeiro	GB	Brasil	comercial	banco/instituição financeira	privado
	JUN	28	Praça Maior da Universidade de Brasília	Brasília	DF	Brasil	equipamento	universidade/laboratório	público
			Apartamentos em Teresópolis	Teresópolis	RJ	Brasil	habitação	habitação coletiva	privado
			Agenciamento da área fronteiriça à Igreja Nossa Senhora da Glória do Outeiro	Rio de Janeiro	GB	Brasil	desenho urbano	N/A	público
			Residência em São Paulo	São Paulo	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
			Edifício Sede do Departamento dos Correios e Telégrafos em Brasília	Brasília	DF	Brasil	comercial	corporativo	público
	OUT	30	Central Telefônica, em Brasília	Brasília	DF	Brasil	infraestrutura	telecomunicação	público
			Sede do Touring Club do Brasil, em Brasília	Brasília	DF	Brasil	comercial	lazer	privado
			Residência de campo	Guaratinguetá	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
1963	MAR	32	Escritório do Ceplan	Brasília	DF	Brasil	equipamento	universidade/laboratório	público
			Praça Maior	Brasília	DF	Brasil	equipamento	universidade/laboratório	público
			Instituto de Ciências	Brasília	DF	Brasil	equipamento	universidade/laboratório	público
			Apartamentos para professores	Brasília	DF	Brasil	habitação	habitação coletiva	público
			Apartamentos para a embaixada da França	Brasília	DF	Brasil	habitação	habitação coletiva	público
			Galpão para serviços gerais	Brasília	DF	Brasil	equipamento	universidade/laboratório	público
			Escola primária	Brasília	DF	Brasil	equipamento	escola	público
			Centro esportivo da juventude	Brasília	DF	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	público
			Instituto de Teologia	Brasília	DF	Brasil	equipamento	universidade/laboratório	público
	JUN	33	Instituto de Fisiologia	São Paulo	SP	Brasil	equipamento	universidade/laboratório	público
			Igreja Santa Rita de Cássia	Brasília	DF	Brasil	religioso	templo/igreja	privado
			Sugestão para ponte Rio-Niterói	Rio de Janeiro	GB	Brasil	infraestrutura	transporte rodoviário	público
			Uma experiência de arquitetura baiana	Guaratinguetá	SP	Brasil	habitação	habitação unifamiliar	privado
	AGO	34	Igreja Episcopal Brasileira	Brasília	DF	Brasil	religioso	templo/igreja	privado
			Escola primária em Brasília	Brasília	DF	Brasil	equipamento	escola	público
			Clube à beira-mar	Rio de Janeiro	GB	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado
			Clube em Rezende	Rezende	RJ	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	privado
	OUT/DEZ	35/36	Embaixada do Paraguai, em Brasília	Brasília	DF	Brasil	institucional	governo	público
1964	AGO	37	Urbanização do Parque do Flamengo	Rio de Janeiro	GB	Brasil	desenho urbano	N/A	público
			Pavilhão para playground da Praia do Flamengo	Rio de Janeiro	GB	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	público
			Viaduto Paulo Bittencourt	Rio de Janeiro	GB	Brasil	infraestrutura	transporte pedonal	público
			Pavilhão para o playground do Morro da Viúva	Rio de Janeiro	GB	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	público
			Coreto	Rio de Janeiro	GB	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	público
			Pista de dança e espetáculos ao ar livre	Rio de Janeiro	GB	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	público

		Teatro de fantoches e marionetes	Rio de Janeiro	GB	Brasil	equipamento	centro cultural/esportivo	público
		Estação de tremzinho	Rio de Janeiro	GB	Brasil	infraestrutura	transporte ferroviário	público
DEZ	38	Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos	Santos	SP	Brasil	equipamento	hospital	privado